

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

**Manual de Contabilidade do Serviço Público de
Transporte Rodoviário Interestadual e
Internacional de Passageiros**

Revisão nº 2

Prefácio

Considerando as transformações ocorridas na área de Transportes Terrestres ao longo do tempo, o Governo Federal constatou a necessidade de criar um órgão com a finalidade de regular e supervisionar a prestação de serviços delegados de Transporte Ferroviário de Cargas, Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, bem como de exploração da infraestrutura Rodoviária Federal. A Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, instituiu a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com as seguintes atribuições, dentre outras:

- I. promover pesquisas e estudos específicos de tráfego e de demanda de serviços de transporte;
- II. promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;
- III. propor ao Ministério dos Transportes os planos de outorgas, instruídos por estudos específicos de viabilidade técnica e econômica, para exploração da infra-estrutura e a prestação de serviços de transporte terrestre;
- IV. elaborar e editar normas e regulamentos relativos à exploração de vias e terminais, garantindo isonomia no seu acesso e uso, bem como à prestação de serviços de transporte, mantendo os itinerários outorgados e fomentando a competição;
- V. editar atos de outorga e de extinção de direito de exploração de infra-estrutura e de prestação de serviços de transporte terrestre, celebrando e gerindo os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;
- VI. reunir, sob sua administração, os instrumentos de outorga para exploração de infra-estrutura e prestação de serviços de transporte terrestre já celebrados antes da vigência desta Lei, resguardando os direitos das partes e o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos;
- VII. proceder à revisão e ao reajuste de tarifas dos serviços prestados, segundo as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda; e
- VIII. VIII - fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento.

A Resolução nº 3.000/2009 aprova o regimento interno e a estrutura organizacional da ANTT, sendo criada a Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG com as seguintes atribuições:

- I. propor normas e procedimentos para gestão das atividades de regulação, objetivando a uniformização institucional da prática regulatória e da gestão dos contratos de outorga;
- II. consolidar, harmonizar e uniformizar todas as propostas de resoluções;
- III. propor atos de outorga;
- IV. acompanhar os processos de outorga, sem prejuízo das atribuições das Comissões de Outorga;
- V. avaliar a condução dos processos relacionados à prática regulatória;
- VI. acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestre, bem como das concessionárias, permissionárias e autorizadas que sejam reguladas ou supervisionadas pela ANTT;
- VII. promover a investigação de práticas anticompetitivas e propor a aplicação de sanções cabíveis;
- VIII. analisar e avaliar as propostas de reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas;

- IX. desenvolver metodologias e ferramentas para promover a defesa dos interesses dos usuários dos serviços de transportes terrestres;
- X. avaliar a concorrência no mercado de transportes terrestres e sugerir a adoção de medidas de preservação da competitividade;
- XI. promover a integração de informações, processos e sistemas junto a outros órgãos e entidades, especialmente junto ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e de Defesa do Consumidor;
- XII. exercer a fiscalização das cláusulas econômico-financeiras das outorgas e identificar infrações de ordem econômico-financeira por parte das outorgadas; e
- XIII. fornecer dados da sua área de atuação a fim de subsidiar a elaboração do Anuário Estatístico pela Superintendência de Estudos e Pesquisas.

No primeiro ano de sua criação, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, atendendo aos preceitos legais, iniciou a realização de Fiscalizações Econômico-Financeiras nas Concessionárias Rodoviárias e Ferroviárias e nas Permissionárias de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, cujo escopo de trabalho foi detalhado no Manual de Fiscalização aprovado pela Diretoria Colegiada da ANTT, registrado na Ata do dia 8 de agosto de 2002. Esse manual vem sendo atualizado periodicamente e o escopo atual dos trabalhos de fiscalização foi revisado em 2005, constituindo-se na norma orientadora dos Trabalhos de Fiscalização Econômico-Financeira da ANTT.

As obrigações legais e contratuais, que norteiam as atividades de fiscalização econômico-financeira da ANTT e que serviram de referência para elaboração do Manual de Fiscalização, que abrange os três modais, estão contidas nas normas e legislação vigentes, em especial:

- I. Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades Anônimas), de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.

Dispõe sobre a regulamentação que rege as Sociedades Anônimas;

- II. Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976:

Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;

- III. Lei nº. 8.884 (Lei de Defesa da Concorrência), de 11 de junho de 1994:

Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica;

- IV. Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões):

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal;

- V. Lei nº .10.233, de 6 de junho de 2001:

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes;

- VI. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007:
- Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e à divulgação de demonstrações financeiras.*
- VII. Decreto nº. 1.171, de 22 de junho de 1994:
- Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;*
- VIII. Decreto nº .2.521, de 20 de março de 1998:
- Dispõe sobre a exploração, de Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, mediante permissão e autorização;*
- IX. Decreto nº .4.130, de 13 de fevereiro de 2002:
- Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;*
- X. Editais de licitação;
- XI. Contratos de permissão;
- XII. Resolução nº. 16, de 23 de maio de 2002:
- Aprova o glossário dos termos e dos conceitos utilizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na regulamentação da prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;*
- XIII. Resolução nº .18, de 23 de maio de 2002:
- Dispõe sobre a adequação e a compilação, em único documento, dos diversos atos emitidos pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT, relativos à prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, pelas empresas permissionárias;*
- XIV. Resolução nº .19, de 23 de maio de 2002:
- Dispõe sobre a adequação e a compilação, em único documento, dos diversos atos emitidos pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT, relativos à prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, pelas empresas permissionárias e autorizadas;*
- XV. Resolução nº. 233, de 25 de junho de 2003, alterada pelas Resoluções: nº 579, de 16 de junho de 2004; nº 643, de 14 de julho de 2004; nº 653, de 27 de junho de 2004; nº 700, de 25 de agosto de 2004; nº 776, de 21 de outubro de 2004; nº 1372, de 22 de março de 2006; nº 1.383, de 29 de março de 2006; nº 1.454, de 10 de maio de 2006; nº 2.414, de 28 de novembro de 2007, e nº 3.643, de 24 de fevereiro de 2011.
- Regulamenta a imposição de penalidades, por parte da ANTT, no que tange ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;*

XVI. Resolução nº. 248, de 9 de julho de 2003:

Estabelece que as empresas Permissionárias do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, passem a enviar, trimestralmente, os Dados Mensais de Desempenho Operacional e os Balancetes Analíticos Mensais;

XVII. Resolução nº. 442, de 17 de fevereiro de 2004:

Aprova o Regulamento disciplinando, no âmbito da ANTT, o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização;

XVIII. Resolução nº. 579, de 16 de junho de 2004:

Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 4º da Resolução nº 233, de 25 de junho de 2003, que dispõe sobre a imposição de penalidades, por parte da ANTT, no que tange ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;

XIX. PARECER/ANTT/PRG/STA/Nº 0110 – 3.8.3 / 2005;

Instrui sobre os procedimentos cabíveis para a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;

XX. Deliberação nº. 284, de 9 de novembro de 2005;

Aprova o Código de Ética a ser observado no âmbito da ANTT.

A partir das Fiscalizações, a ANTT identificou a necessidade de implantar Planos de Contas Padronizados para os modais ferroviário, rodoviário e de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, que permitam o controle das atividades objeto das referidas concessões e permissões, contribuindo para o aprimoramento do processo de análise de dados econômico-financeiros das concessionárias e permissionárias.

Em 2005 foi celebrado contrato entre as partes Banco Mundial, ANTT, Macroconsulting S.A. e a PricewaterhouseCoopers – PwC, para o desenvolvimento do Projeto intitulado Plano de contas padronizado para o setor de transportes terrestres regulado pela Agência. A sua aplicação obrigatória começou a partir de 1º de janeiro de 2008, devendo constar nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2007, nota explicativa de evento subsequente, informando sobre a aplicação do novo plano de contas.

A instituição de um plano de Contas Padronizado veio suprir uma lacuna regulatória de décadas que o setor de transportes terrestres apresentava em relação a outros setores regulados, a exemplo do setor elétrico e do setor de telecomunicações. Trata-se de um projeto dinâmico que não apresentou um produto “estaque”, mas sim um processo em constante aprimoramento.

Mudança da Lei 6.404/76 e a convergência para as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.638/07, que foi o marco inicial para a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Essa lei estabeleceu três pontos fundamentais para o processo de convergência:

- . Conferiu à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Banco Central do Brasil e aos demais órgãos e agências a autoridade de estabelecer normas contábeis no Brasil – antes as normas contábeis eram estabelecidas pelas leis. Como uma lei só pode ser alterada por outra lei, qualquer mudança regulatória constituía um longo e burocrático processo que poderia levar anos para ser concluído. Em um ambiente em que os mercados mudam com muita velocidade, sua regulamentação precisa ser igualmente célere.

- . Estabeleceu que a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao regulamentar norma contábil, deveria garantir que estas estejam em conformidade com as normas internacionais de contabilidade: o International Financial Reporting Standards - IFRS.

- . Facultou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos demais órgãos a possibilidade de firmar convênio com entidade independente que assessorasse no processo técnico de regulamentação contábil – o que possibilitou o convênio que a CVM firmou com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Posteriormente, com a Lei 12.249/10, foi definido que a Entidade com poderes para editar Normas Brasileiras Contábeis seria o Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O CFC, por sua vez, já tinha emitido a Resolução CFC nº 1.055/05 criando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e delegando a ele a atribuição de estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de pronunciamentos técnicos.

Em 2008, o CPC emitiu 14 pronunciamentos para iniciar o processo de convergência entre a prática contábil adotada no Brasil e o IFRS. Essas normas são, na essência, traduções das normas equivalentes em IFRS. No entanto, ainda existem algumas diferenças menores.

O processo de convergência entrou em sua segunda fase em 2009 com a emissão de mais de 26 normas que entraram em vigor até 31 de dezembro de 2010, aproximando, assim, a nova contabilidade brasileira com as normas internacionais.

No fim do exercício de 2010, as empresas elaboraram suas demonstrações financeiras segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, aprovados pelos órgãos reguladores, plenamente convergentes com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS). São demonstrações financeiras com mais informações, baseadas em novos conceitos e de acordo com elevados padrões internacionalmente aceitos e disseminados nos principais mercados de capital no mundo. O momento representou uma mudança bastante profunda para a maioria das empresas. Foram anos de discussões e de muito trabalho que começaram timidamente, mas de maneira fundamental, com a tramitação do Projeto de Lei nº 3.741/2000, com o objetivo ambicioso, na época, de possibilitar a adoção das normas internacionais de contabilidade. Anos mais tarde, entre 2006 e 2007, o Banco Central do Brasil - BACEN e a CVM determinaram que as entidades sob suas jurisdições preparassem as demonstrações financeiras de 2010 de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Nesses últimos anos, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os órgãos reguladores, as associações de companhias abertas, de analistas e auditores e outros profissionais direta ou indiretamente envolvidos pesquisaram, trabalharam e discutiram de forma intensa todo esse conjunto de novas normas.

O fato de as empresas já terem passado pelo processo de convergência em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, permite o privilégio de aprender com os desafios enfrentados por elas. Ler demonstrações financeiras de empresas que já adotaram o IFRS no exterior ou mesmo no Brasil, entender os impactos a partir da nota de reconciliação para o novo padrão contábil, atentar para os quadros e para o volume de informações, bem como para a seleção das práticas contábeis é algo que suporta uma avaliação de impactos decorrentes das novas normas.

A implantação das novas normas contábeis normalmente demanda envolvimento de várias áreas de uma empresa. Podem afetar as exigências para coleta de dados, os requisitos de sistemas de controles internos, inclusive dos sistemas informatizados, entre outros.

É importante ter ciência de que as novas normas têm como base o princípio da essência sobre a forma. Isso para um País de sistema jurídico romanogermânico (codificado), baseado principalmente na normatização, é um grande desafio. Esse desafio foi superado com a nova Lei das Sociedades Anônimas e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitindo as normas contábeis convergentes com as normas internacionais, homologadas pelos reguladores. Esse caminho permite agilizar a criação e a atualização das normas de acordo com a necessidade de uma contabilidade moderna que, por ser uma ciência social, tem necessidade de novas normas, revisões e adaptações com muita frequência.

Pelo fato de tomar por base princípios e não normatização pura e simplesmente, as novas normas contábeis brasileiras apontam para a necessidade de uma vasta divulgação, na qual devem ficar claro, para o leitor das demonstrações financeiras, quais princípios foram seguidos e como foram aplicados. Vale lembrar que, mesmo sendo baseadas em princípios, há regras que possibilitam sua aplicação de maneira coerente e uniforme.

Divulgações mais profundas e detalhadas garantem informação de maior qualidade, o que, na prática, tem se mostrado compensador em relação ao aumento no custo para preparação e divulgação. O usuário dessas demonstrações financeiras fica mais bem informado e, conseqüentemente, mais confiante, para tomar decisões de investimento nas empresas.

A empresa, após entender as mudanças internamente à luz de seu negócio, tiveram um segundo desafio que foi o de explicá-las de maneira estruturada aos investidores e reguladores, distinguindo as alterações decorrentes de impacto efetivo no seu desempenho daquelas advindas das mudanças nas normas ou, ainda, distinguindo as variações decorrentes de oscilações que essas normas podem gerar ao resultado.

As novas normas requerem que as companhias abertas apresentem a informação segmentada do ponto de vista da administração, devendo seguir o formato de apresentação utilizado pelo “principal tomador de decisões” da empresa. O receio de divulgar informações estratégicas ao mercado e a potenciais concorrentes, bem como a oportunidade de explicar melhor o negócio aparecem juntos. O desafio para os profissionais das áreas financeiras e de relações com investidores é encontrar o equilíbrio entre esses dois aspectos. A informação por segmento é considerada de grande importância pelos investidores, e empresas podem se diferenciar de seus concorrentes permitindo uma análise mais apurada.

Não são somente as demonstrações financeiras que são afetadas pela mudança no padrão contábil. De forma geral, as demais apresentações baseadas em informações financeiras, incluindo o relatório da administração, comunicações com analistas, dentre outros, necessitam ser adaptadas e reformuladas de acordo com a nova linguagem contábil.

A preparação dessas outras informações e comunicações nesse novo contexto ajudará na consolidação do processo, bem como demandará ajustes em sistemas, principalmente porque as informações em IFRS ou segundo os novos CPC's precisarão atender a uma demanda mensal ou talvez diária. Afinal, a tempestividade e a velocidade da informação nunca foram tão exigidas. A experiência nas primeiras demonstrações financeiras é muito útil como aprendizado, que revelou a necessidade de treinamento de pessoal mais focado e aprofundado.

O incentivo a mudanças nas rotinas pode começar interna ou externamente. O maior volume de divulgações de informações financeiras em uma linguagem internacional permite o melhor entendimento por mais analistas e investidores, que podem demonstrar maior interesse nas informações da empresa.

Revisão do Manual de Contabilidade

Com a convergência das normas brasileiras de contabilidade para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), tornou-se necessária a adaptação dos manuais de contabilidade da ANTT às novas normas contábeis. A agência firmou em 2011, novo contrato de consultoria com a PwC para revisão e adequação dos Manuais de Contabilidade dos diferentes modais às normas atuais de contabilidade. No trabalho de revisão do Manual, foram consideradas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 disponibilizadas pela ANTT das Permissionárias, reuniões com representantes de algumas Permissionárias e com a ABRATI – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros.

Equipe de trabalho da Revisão nº 2 do Manual

Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG

Hederverton Andrade Santos

Gerência de Avaliação Econômica e Financeira – GEAFI

Carlos Cesar Barcellos Neto

Grupo Técnico

Alexandre Munoz Lopes de Oliveira

Ismael Souza Silva

Renato de Miranda Santos

Empresa Contratada para Elaboração do Manual de Contabilidade

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Camilo Cogo Cavalcanti

José Henry Angelim Serruya

Eros Rafael Monteiro Tozatti

Anderson Florentino de Paiva

PREFÁCIO	2
EQUIPE DE TRABALHO DA REVISÃO Nº 2 DO MANUAL	9
1. INTRODUÇÃO	15
2. CONCEITOS, FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE	16
2.1 Conceitos e Fundamentos	16
2.2 Aplicabilidade	16
3 OBJETIVOS	17
4. COMPARATIVO ENTRE AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
4.1 Pronunciamentos Técnicos (CPC's), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações	18
4.2 Interpretações Técnicas (ICPCs), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações	20
4.3 Orientações Técnicas (OCPCs), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações	21
5. PLANO DE CONTAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS	22
5.1 Diretrizes gerais e contábeis	22
5.1.1 Estrutura e premissas básicas de contabilização	22
5.1.2 Estrutura da Conta Contábil	25
5.2 Instruções gerais	26
5.3 Instruções Contábeis	28
5.3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	28
5.3.2 Clientes e Operações a Receber.....	28
5.3.3 Estoques	28
5.3.4 Tributos a Compensar e a Recuperar.....	29
5.3.5 Ativos não circulantes mantidos para venda.....	29
5.3.6 Investimentos	30
5.3.7 Imobilizado.....	30
5.3.8 Intangível	31
5.3.9 Depreciação e Amortização Acumulada.....	32
5.3.10 Redução ao valor recuperável (" <i>Impairment</i> ")	32
5.3.11 Fornecedores.....	33

5.3.12	Debêntures.....	33
5.3.13	Plano Previdenciário e outros benefícios a empregados	34
5.3.14	Provisão para contingências	34
5.3.15	Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC	35
5.3.16	Ajuste de avaliação patrimonial – AAP	35
5.3.17	Arrendamento mercantil	36
5.3.18	Instrumentos financeiros	36
5.3.19	Juros sobre capital próprio – JCP	37
5.3.20	Ajuste a valor presente – AVP	37
5.3.21	Receitas	37
5.3.22	Combinação de negócios	37
5.3.23	Informação por segmentos.....	38
5.3.24	Subvenções e assistências governamentais	38
5.4	Critérios de alocação de custos	39
5.4.1	Definição de atividades	39
5.4.2	Passos a serem seguidos para alocação dos custos às atividades.....	39
5.4.3	Fluxograma das alternativas de alocação de custos	41
5.4.4	Critério de rateio definido pela ANTT.....	41
5.4.5	Contas Transitórias (Grupos do Sistema 6.1 e 6.2).....	41
6.	PLANO DE CONTAS	42
6.1	Elenco de Contas.....	42
6.2	Técnicas de funcionamento.....	124
6.2.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	124
6.2.2	Clientes e Operações a Receber.....	128
6.2.3	Adiantamentos a Terceiros e Funcionários	130
6.2.4	Impostos e Contribuições a Recuperar.....	132
6.2.5	Bens destinados à venda, valores e créditos vinculados e créditos de participações societárias.....	134
6.2.6	Transações com Partes Relacionadas	136
6.2.7	(-) AVP – Encargos Financeiros a Transcorrer e Redução ao Valor Recuperável de outros créditos.....	138
6.2.8	Estoques	140
6.2.9	Despesas Antecipadas.....	143
6.2.10	Instrumentos Financeiros	144
6.2.11	Clientes e Operações a Receber – Não Circulante	146
6.2.12	Impostos e Contribuições a Recuperar – Não Circulante	148

6.2.13	Aplicações em Incentivos Fiscais	150
6.2.14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151
6.2.15	Transações com Partes Relacionadas – Não Circulante	152
6.2.16	Adiantamento para Futuro Investimento	154
6.2.17	Créditos de Consórcios e Arrendamento Mercantil.....	155
6.2.18	Outros Créditos – Não Circulante	156
6.2.19	Despesas Antecipadas – Não Circulante	158
6.2.20	Instrumentos Financeiros Derivativos.....	159
6.2.21	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....	160
6.2.22	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	162
6.2.23	(-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável	164
6.2.24	Investimentos	166
6.2.25	Imobilizado	168
6.2.26	Ativo Intangível.....	171
6.2.27	Diferido.....	173
6.2.28	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	174
6.2.29	Empréstimos, Financiamentos e Obrigações com Outras Instituições.....	176
6.2.30	Fornecedores	179
6.2.31	Obrigações Fiscais.....	181
6.2.32	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias.....	183
6.2.33	Outras Obrigações	186
6.2.34	Obrigações a Pagar a Acionista/Administração.....	189
6.2.35	Transações com Partes Relacionadas	191
6.2.36	Outras Provisões.....	193
6.2.37	Valores de Terceiros Arrecadados	194
6.2.38	Obrigações por Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	195
6.2.39	Fornecedores – Não Circulante.....	198
6.2.40	Transações com Partes Relacionadas – Não Circulante	200
6.2.41	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias – Não Circulante.....	202
6.2.42	Obrigações com a Agência Reguladora e o Poder Permitente	203
6.2.43	Outras Exigibilidades.....	204
6.2.44	Provisões de Longo Prazo	205
6.2.45	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	209
6.2.46	Instrumentos Financeiros Derivativos.....	210
6.2.47	AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	212
6.2.48	Capital Social	213
6.2.49	Reservas de Capital.....	216
6.2.50	Reservas de Lucros	218

6.2.51	Prejuízos Acumulados.....	220
6.2.52	Ajustes de Avaliação Patrimonial	222
6.2.53	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	223
6.2.54	Receita de Transporte de Passageiros.....	224
6.2.55	Receita de Outras Atividades	226
6.2.56	Ajuste a Valor Presente Receitas	228
6.2.57	(-) Devoluções.....	229
6.2.58	(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços	230
6.2.59	Custos com Pessoal.....	231
6.2.60	Custos com Veículos.....	234
6.2.61	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	236
6.2.62	Outros Custos Operacionais	238
6.2.63	Custos com Depreciação e Amortização	240
6.2.64	Despesas com Pessoal.....	242
6.2.65	Despesas com Vendas de Passagens e Agências.....	245
6.2.66	Despesas com Conservação de Bens e Instalações	246
6.2.67	Veículos de Apoio	247
6.2.68	Serviços de Terceiros.....	249
6.2.69	Utilidades e Serviços Públicos.....	251
6.2.70	Despesas Gerais.....	252
6.2.71	Despesas com Depreciação e Amortização	254
6.2.72	Outras Receitas Operacionais.....	256
6.2.73	Outras Despesas Operacionais.....	257
6.2.74	Provisão para Redução a Valor Recuperável.....	259
6.2.75	Receitas Financeiras.....	260
6.2.76	Despesas Financeiras.....	261
6.2.77	Variações Monetárias.....	263
6.2.78	Provisões de IRPJ e CSLL	264
6.2.79	Custo Total dos Serviços Prestados – Custos com Pessoal.....	266
6.2.80	Custos com Veículos.....	269
6.2.81	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	271
6.2.82	Outros Custos Operacionais	273
6.2.83	Custos com Depreciação e Amortização	275
6.2.84	Custos Apropriados.....	277
7.	TAXAS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	278

8. MANUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, ECONÔMICO-FINANCEIRAS, SOCIAIS E RELATÓRIOS AUXILIARES.....	280
8.1 Orientações Gerais.....	280
8.1.1 Introdução	280
8.1.2 Divulgações Gerais	289
8.1.3 Relatório da Administração	292
8.1.4 Balanço Patrimonial	295
8.1.5 Demonstração do resultado do exercício	297
8.1.6 Demonstração do resultado abrangente.....	298
8.1.7 Demonstração das mutações do patrimônio líquido	299
8.1.8 Balanço social	300
8.1.9 Demonstração do Fluxo de Caixa	301
8.1.10 Demonstração do valor adicionado - DVA.....	302
8.1.11 Notas explicativas	303
8.2 Modelos.....	321
8.2.1 Relatório da Administração	322
8.2.2 Demonstrações Contábeis	334
8.2.2.1 Balanço Patrimonial	334
8.2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	336
8.2.2.3 Demonstração do Resultado Abrangente.....	337
8.2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	338
8.2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	339
8.2.2.6 Demonstrações do Valor Adicionado.....	341
8.2.2.7 Composição das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício	342
8.2.2.8 Notas Explicativas	360
8.3 Relatório Auxiliar	448
9. BIBLIOGRAFIA, MATERIAL PESQUISADO, LEGISLAÇÃO CONSULTADA E FONTES DE REFERÊNCIA	504
10 GLOSSÁRIO	510
11. ABREVIATURAS	547
12. FORMULÁRIO PARA CRÍTICAS E RECOMENDAÇÕES (MODELO)	549

1. Introdução

Atualmente, o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros encontra-se sob a égide da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 (alterada pelas leis 11.526/07, 22.518/07, 11.314/06 e Medidas e Provisórias 369/07 e 353/07), no que couber da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e pelas normas aprovadas em resoluções, pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

As ações de regulação e fiscalização do setor têm caráter permanente e objetivam a adequação das rotinas e dos procedimentos para a efetiva operacionalização da Lei nº 10.233/2001, que criou a ANTT, buscando a melhoria dos serviços e a redução dos custos aos usuários de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

A ANTT em sua missão institucional atualizará, à medida da necessidade, com a participação dos profissionais do setor de transportes, os procedimentos contábeis catalogados no Plano de Contas. Esses procedimentos serão utilizados pelas Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros para registro de suas operações, possibilitando ao Órgão Regulador o efetivo exercício das atribuições de regulação e fiscalização estabelecidas pela legislação aplicável às atividades do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Nesse contexto a ANTT instituiu um Plano de Contas Padronizado, sob a coordenação da Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SUREF (extinta pela resolução ANTT nº 3000/2009, cujas competências foram atribuídas à Superintendência de Marcos Regulatórios – SUREG), com a participação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, da Secretaria da Receita Federal – SRF e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP.

2. Conceitos, Fundamentos e Aplicabilidade

2.1 Conceitos e Fundamentos

Na concepção deste Manual foram consideradas as normas e os procedimentos julgados adequados para serem utilizados como fundamentos para registro das operações realizadas pelas Empresas Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de passageiros e a respectiva divulgação do resultado dessas operações, à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e demais normas contábeis, além das práticas tributárias e regulatórias que afetam o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

2.2 Aplicabilidade

As normas contidas nesse manual deverão ser obrigatoriamente aplicadas para o exercício contábil que se inicia em 1º de janeiro de 2012, devendo constar nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2011 nota explicativa de evento subsequente, informações sobre a aplicação do novo plano de contas e demais procedimentos instituídos pela ANTT, com a seguinte redação:

“A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Transporte Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, o “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros”, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2012.”

Por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2012, as concessionárias deverão analisar a aplicabilidade e fazer constar em nota explicativa a mudança ou não de práticas contábeis de acordo com a seguinte redação:

“As Demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas considerando as disposições contidas no Manual para fins de comparabilidade com as informações do exercício de 2012. As principais reclassificações realizadas foram:”

Na elaboração do manual, além das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, foram também consideradas as disposições e normas, julgadas aplicáveis, emanadas dos seguintes órgãos e entidades:

- (a) Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (b) Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;
- (c) Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e
- (d) Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board IASB*).

3 Objetivos

Este Manual foi elaborado tendo os seguintes principais objetivos:

- (a) Padronizar os procedimentos contábeis adotados pelas permissionárias, permitindo o controle e o acompanhamento das respectivas atividades, objeto da permissão, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- (b) Atender aos preceitos da legislação comercial brasileira, além da legislação específica do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e do ordenamento jurídico-societário, bem como a plena observância dos princípios fundamentais de contabilidade, contribuindo para a avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão atribuída pelo Poder Concedente;
- (c) Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas, do Relatório da Administração e das informações complementares que necessitem de divulgação para atendimento de dispositivos da legislação societária brasileira, da legislação aplicável às companhias abertas, da legislação aplicável ao Setor de Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para atendimento das necessidades de investidores, acionistas, instituições financeiras, credores, usuários, órgãos reguladores e público em geral;
- (d) Permitir mais integração entre os sistemas de fiscalização e acompanhamento da ANTT e os sistemas contábeis das permissionárias;
- (e) Conferir mais transparência aos resultados alcançados pelo Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros; e
- (f) Contribuir para a avaliação da análise do equilíbrio econômico-financeiro da permissionária.

É importante destacar que as novas práticas contábeis aplicáveis às Companhias do setor, incluem normas relativamente complexas e com aplicação recente no mercado de capitais.

Dessa forma, como é normal em relação ao processo de amadurecimento de normas dessa natureza, alguns aspectos já são considerados consenso no mercado e outros ainda são objeto de discussões.

No processo de atualização do presente Manual, foram levados em consideração as contribuições e sugestões das Companhias e seus representantes, para minimizar o risco de divergências de entendimento, entretanto, como a manutenção do referido Manual é um processo dinâmico, atualizações e complementos, podem surgir durante a aplicação das orientações aqui contidas.

O objetivo da ANTT ao elaborar este Manual não é de ir contra qualquer tópico dos pronunciamentos e práticas contábeis aplicáveis. O principal objetivo do Manual é em princípio, adequá-las às condições editalícias, contratuais e regulatórias a qual as companhias reguladas no setor estão sujeitas assim como apoiar na padronização de informações financeiras a serem elaboradas, sendo responsabilidade de cada companhia a elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

4. Comparativo entre as Principais Práticas Contábeis

4.1 Pronunciamentos Técnicos (CPC's), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações.

	Pronunciamento Técnico	Vigência	IASB	CVM Deliberação
CPC 00	Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	Exercícios encerrados a partir de dez/08	Framework	539/08
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 36	639/10
CPC 02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 21	640/10
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 7	641/10
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Exercícios encerrados a partir de dez/08, exceto item 107, que é aplicável para exercícios encerrados em 2009	IAS 38	644/10
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 24	642/10
CPC 06 (R1)	Operações de Arrendamento Mercantil	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 17	645/10
CPC 07 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 20	646/10
CPC 08 (R1)	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	Exercícios encerrados a partir de dez/08	IAS 39 (partes)	649/10
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Exercícios encerrados a partir de dez/08	-	557/08
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Exercícios iniciados a partir de 1º jan/08	IFRS 2	650/10
CPC 11	Contratos de Seguro	Exercícios iniciados a partir de 1º jan/10	IFRS 4	563/08
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	Exercícios encerrados a partir de dez/08	-	564/08
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	Exercícios encerrados a partir de dez/08	-	565/08
CPC 15 (R1)	Combinação de Negócios	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 3	665/11
CPC 16 (R1)	Estoques	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 2	575/09
CPC 17	Contratos de Construção	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 11	576/09
CPC 18	Investimento em Coligada e em Controlada	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 28	605/09
CPC 19 (R1)	Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 31	666/11

	Pronunciamento Técnico	Vigência	IASB	CVM Deliberação
CPC 20	Custos de Empréstimos	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 23	577/09
CPC 21	Demonstração Intermediária	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 34 IFRIC 10	581/09
CPC 22	Informações por Segmento	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 8	582/09
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 8	592/09
CPC 24	Evento Subsequente	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 10	593/09
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 37	594/09
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Financeiras	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 1	595/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 16	583/09
CPC 28	Propriedade para Investimento	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 40	584/09
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 41	596/09
CPC 30	Receitas	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 18 IFRIC 13	597/09
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 5	598/09
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 12	599/09
CPC 33	Benefícios a Empregados	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 19 IFRIC 14	600/09
CPC 35	Demonstrações Separadas	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	-	667/11
CPC 36 (R1)	Demonstrações Consolidadas	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 27	668/11
CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das IFRSs	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 1	647/10
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 39 IFRIC 9	604/09
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 32	604/09
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 7	604/09
wCPC 41	Resultado por Ação	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 33	636/10
CPC 43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRS 1	651/10
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	Exercícios iniciados a partir de 1o. de janeiro de 2010	IFRS for SMEs	-

(*) As homologações se deram somente para as versões originais dos respectivos pronunciamentos e não para as versões revisadas.

4.2 Interpretações Técnicas (ICPCs), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações.

	Interpretação Técnica	Vigência	IASB	CVM Deliberação
ICPC 01	Contratos de Concessão	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 12	611/09
ICPC 02	Contrato de Construção do Setor Imobiliário	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 15	612/09
ICPC 03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27	613/09
ICPC 04	Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 8	614/09
ICPC 05	Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 11	615/09
ICPC 06	Hedges de Investimentos Líquidos em uma Operação no Exterior	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 16	616/09
ICPC 07	Distribuição de Dividendos <i>in Natura</i>	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 17	617/09
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IAS 10	601/09
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	-	618/09
ICPC 10	Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	-	619/09
ICPC 11	Recebimento em transferência de ativos de clientes	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 18	620/09
ICPC 12	Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 1	621/09
ICPC 13	Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 5	637/10
ICPC 15	Passivo Decorrente de Participação em Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 6	638/10
ICPC 16	Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 19	652/10
ICPC 17	Contratos de Concessão: Evidenciação	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011	SIC 29	677/11

4.3 Orientações Técnicas (OCPCs), Normas Internacionais equivalentes e respectivas regulamentações

	Orientação Técnica	Vigência	IASB	CVM Deliberação
OCPC 01 (R1)	Entidades de Incorporação Imobiliária	Exercícios encerrados a partir de dez/08	-	561/08
OCPC 02	Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008	Exercícios encerrados a partir de dez/08	-	Ofício - circular CVM/SNC/SEP nº 01/2009
OCPC 03	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (CPC 14 R1)	A partir de sua publicação em outubro de 2009	-	Ofício - circular CVM/SNC/SEP nº 03/2009
OCPC 04	Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 15	653/10
OCPC 05	Contratos de Concessão	Exercícios encerrados a partir de dez/10 e DFs comparativas de 2009	IFRIC 12	654/10

5. Plano de Contas do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

5.1 Diretrizes gerais e contábeis

5.1.1 Estrutura e premissas básicas de contabilização

(a) Sistema Patrimonial

			Legenda
Sistema:	1	Ativo	
Grupo do Sistema:	1.1	Ativo Circulante	
SubGrupo do Sistema:	1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	(A)
	1.1.2	Clientes e Operações a Receber	
	1.1.3	Outros Créditos	
	1.1.4	Investimentos Temporários	(D)
	1.1.5	Estoques	
	1.1.6	Despesas Antecipadas	
	1.1.7	Ativos Financeiros	(I)
	1.2	Ativo não Circulante	
	1.2.1	Realizável a Longo Prazo	
	1.2.2	Investimentos	
	1.2.3	Imobilizado	
	1.2.4	Intangível	(A)
	1.2.5	Diferido	(A)
	1.2.6	Ativos Não Circulante Mantidos para Venda	(I)
Sistema:	2	Passivo	
Grupo do Sistema:	2.1	Passivo Circulante	
SubGrupo do Sistema:	2.1.1	Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	
	2.1.2	Fornecedores	
	2.1.3	Obrigações Fiscais	
	2.1.4	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	
	2.1.5	Outras Obrigações	
	2.1.6	Obrigações a Pagar a Acionista/Quotista/Administração	
	2.1.7	Transações com Partes Relacionadas	
	2.1.8	Provisões	
	2.1.9	Valores de Terceiros Arrecadados	
	2.2	Passivo Não Circulante	(A)
	2.2.1	Passivo Não Circulante	(A)
	2.3	Resultado de Exercícios Futuros	(D)
	2.3.1	Resultado de Exercícios Futuros	(D)

2.4	Patrimônio Líquido	
2.4.1	Capital Social	
2.4.2	Reservas de Capital	
2.4.3	Reservas de Reavaliação	(D)
2.4.4	Reservas de Lucros	
2.4.5	Prejuízos Acumulados	(A)
2.4.6	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(I)
2.4.7	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(I)

b) Sistema de Resultado

			Legenda
Sistema:	3	Receita Líquida dos Serviços Prestados	(A)
Grupo do Sistema:	3.1	Receita Bruta de Serviços Prestados	
SubGrupo do Sistema:	3.1.1	Receita de Transporte de Passageiros	
	3.1.2	Receita de Outras Atividades	
	3.1.3	(-) Ajuste a Valor Presente Receitas	(I)
	3.2	(-) Deduções da Receita Bruta	
	3.2.1	(-) Devoluções	
	3.2.2	(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços	
Sistema:	4	Custos	
Grupo do Sistema:	4.1	Custo de Tráfego e Operação	
SubGrupo do Sistema:	4.1.1	Transporte Internacional de Passageiros	
	4.1.2	Transporte Interestadual de Passageiros	
	4.1.3	Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	(A)
	4.1.4	Transporte Intermunicipal de Passageiros	
	4.1.5	Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	(A)
	4.1.6	Transporte Municipal de Passageiros	
	4.1.7	Custo com Fretamento	
	4.1.8	Custo com Transporte de Cargas e Encomendas	
	4.2	Custo de Manutenção	
	4.2.1	Transporte Internacional de Passageiros	
	4.2.2	Transporte Interestadual de Passageiros	
	4.2.3	Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	(A)
	4.2.4	Transporte Intermunicipal de Passageiros	
	4.2.5	Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	(A)
	4.2.6	Transporte Municipal de Passageiros	
	4.2.7	Custo com Fretamento	
	4.2.8	Custo com Transporte de Cargas e Encomendas	

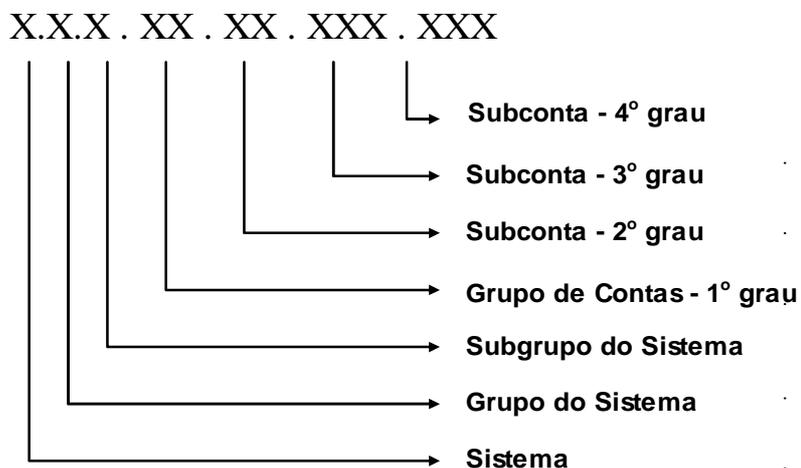
	4.3	Custo com Administração de Terminais	
	4.3.1	Custo com Administração de Terminais	
Sistema:	5	Despesas e Demais Resultados	
Grupo do Sistema:	5.1	Despesas Operacionais	
SubGrupo do Sistema:	5.1.1	Despesas Comerciais	
	5.1.2	Despesas Administrativas	
	5.1.3	Outras Receitas e Despesas Operacionais	
	5.2	Resultados Financeiros Líquidos	
	5.2.1	Receitas e Despesas Financeiras	
	5.2.2	Variações Monetárias e Cambiais	
	5.3	Resultado Não Operacional	(D)
	5.3.1	Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes	(D)
	5.3.2	Ganhos / Perdas de Capital no Imobilizado	(D)
	5.3.3	Ganhos / Perdas de Capital no Ativo Diferido	(D)
	5.3.4	Outras Receitas / Despesas Não Operacionais	(D)
	5.4	Provisões de IRPJ e CSLL	
	5.4.1	Provisões de IRPJ e CSLL	

c) Sistema de Conta Transitória

Sistema:	6	Custo Total dos Serviços Prestados	
Grupo do Sistema:	6.1	Custo de Tráfego e Operação	
SubGrupo do Sistema:	6.1.1	Custo de Tráfego e Operação	
	6.1.9	Apropriação dos Custos	
	6.2	Custo de Manutenção	
	6.2.1	Custo de Manutenção	
	6.2.9	Apropriação dos Custos	

5.1.2 Estrutura da Conta Contábil

No plano de contas integrante deste Manual, a estrutura de cada conta é composta por uma parte numérica (código) e outra alfabética (título), não devendo ser alterada. A parte numérica é estruturada por um conjunto de até 13 (treze) dígitos, como segue:



O nível de 1º grau ou Grupo de Contas, no seu conjunto, formará o razão geral ou razão sintético. Os níveis de 2º, 3º e 4º Graus ou Subcontas, nos seus respectivos conjuntos, formarão o razão auxiliar ou razão analítico.

A ANTT controlará até o nível de 3º grau ficando a abertura do nível de 4º grau a critério da Permissonária para controle mais analítico das contas.

5.2 Instruções gerais

As Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros deverão adotar as disposições contidas no presente Manual. Obrigam-se, também, a manter atualizada a escrituração na sede do respectivo domicílio, por meio de registros permanentes, com obediência aos preceitos legais e aos princípios fundamentais de contabilidade.

O período contábil será o do mês-calendário e todos os lançamentos contábeis serão registrados de acordo com a legislação comercial e com base em documentos hábeis e idôneos, segundo o regime de competência, o que significa que, na determinação do resultado, serão computadas as receitas auferidas e as despesas incorridas no mês, independentemente da sua realização financeira, bem como as provisões passivas, ativas e decorrentes de créditos fiscais, quando for o caso.

O exercício social deverá coincidir com o ano civil e caso a permissionária esteja obrigada, por motivo de ordem legal, ou por disposição estatutária, a elaborar o Balanço Patrimonial em data diferente, essa determinação não implicará o encerramento das contas de Resultado, as quais somente serão encerradas em 31 de dezembro de cada ano.

As Permissionárias organizarão o arquivo de seus livros e comprovantes dos registros contábeis de acordo com a técnica pertinente e a legislação aplicável, facilitando, a qualquer momento, a sua pronta utilização e a comprovação dos atos de gestão. A ordenação e a indexação dos documentos no arquivo deverão estar em consonância com a sequência cronológica da escrituração.

Os livros e os documentos comprobatórios da escrituração só poderão ser destruídos após microfilmados, desde que o processo de reprodução, ou memória documental, obedeça às normas e aos prazos estabelecidos pelas legislações federal, estadual, municipal e previdenciária. Após o decurso de prazo específico, que contemple o tipo e característica dos documentos fixado na legislação que trata sobre processos de microfilmagem, os microfilmes dos livros e documentos probatórios da escrituração, bem como os próprios documentos que não tenham sido microfilmados, poderão ser destruídos.

Quando a destruição de qualquer documento for decorrente de caso fortuito, as permissionárias ficam obrigadas a comunicarem o fato à ANTT, anexando um relatório circunstanciado da ocorrência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência ou verificação do fato, o que acontecer primeiro. Deverão, ainda, efetuar as demais comunicações estabelecidas nas legislações específicas.

Na seção de Técnicas de Funcionamento, integrante deste Manual, encontram-se mencionadas as partidas derivadas das operações habituais e comuns às respectivas contas. Se, entretanto, a permissionária realizar transações em condições inabituais, poderá ocorrer de a contrapartida ou mesmo a própria partida, para registro da respectiva operação, não estarem previstas neste Manual. Nesse caso, a permissionária efetuará os lançamentos à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, podendo criar registros suplementares a partir do 4º grau.

Os procedimentos contábeis para a apuração do resultado e para a elaboração e apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício devem atender aos conceitos e requisitos básicos aplicáveis a empresas que exerçam suas atividades no Brasil, sendo compatíveis com aqueles estabelecidos na legislação societária atualmente em vigor. Assim sendo, a Permissionária deve promover as necessárias adaptações e complementações nos seus processos contábeis, caso aplicável, com o objetivo de permitir que os seus registros contábeis (e, conseqüentemente, a Demonstração do Resultado) reflitam com propriedade esses conceitos.

Para fins de orientação, estão apresentados os principais conceitos a serem observados a respeito desse assunto no capítulo 8.

As demonstrações contábeis estão apresentadas conforme CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, onde segrega o Ativo e Passivo em Circulante e Não Circulante.

As sugestões de melhoria para este manual podem ser feitas pelas Permissionárias à ANTT utilizando o modelo do formulário para críticas e recomendações anexado no fim do Manual.

5.3 Instruções Contábeis

Para o registro contábil das operações das Permissionárias deverão ser observadas as práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pela ANTT.

Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada a Lei Federal nº 11.638 que altera e revoga dispositivos das Leis nºs 6.404 (Lei das Sociedades por Ações) e da Lei nº 6.385/1976 (dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a CVM), inclusive estendendo as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Essa Lei foi o marco para a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) com o as normas internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A convergência sobrevém por meio de pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5.3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, a contar da data de aquisição, e com risco insignificante de mudança no valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 03.

5.3.2 Clientes e Operações a Receber

A conta Clientes e Operações a Receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Permissionária, de receitas extraordinárias e transações entre Partes Relacionadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, atualizadas com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

A Permissionária deverá avaliar a necessidade de constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa – PCLD, Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 01, 12 e 38.

5.3.3 Estoques

Os saldos de materiais e insumos serão contabilizados no Subgrupo de Sistema Estoques, pelo preço médio, devendo ser mantidos controles de tais saldos, de tal forma que permitam essa mensuração. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques às suas condição e localização atuais.

Os valores pagos antecipadamente a fornecedores de materiais que comporão os estoques são considerados como aplicações de recursos visando à formação de estoques futuros, e como tal devem ser registrados.

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "Média Ponderada Móvel". O valor líquido de realização é o preço de compra atualizado dos materiais e insumos em estoque.

Estoques físicos de peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo não circulante quando a Permissionária espera usá-los por mais de um período. Se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, são contabilizados como ativo imobilizado e não como estoques.

Informações suplementares podem ser obtidas nos seguintes normativos: CPC 16 e 27.

5.3.4 Tributos a Compensar e a Recuperar

Tributos a compensar/restituir são tributos pagos indevidamente a maior ou retidos por terceiros que posteriormente poderão ser compensados ou restituídos conforme legislação vigente.

Os tributos a recuperar advêm das operações de compra de bens e contratação de serviços que têm na composição do seu preço tributos passíveis de crédito nos termos da legislação tributária.

O Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos decorrem das diferenças temporárias entre as bases fiscais e a escrituração contábil segundo regime de competência.

A Permissionária no encerramento de seu exercício, deverá elaborar estudo que demonstre a capacidade de aproveitamento de seus créditos tributários dentro do prazo prescricional. Caso a Permissionária não demonstre capacidade de aproveitar a totalidade de seus créditos tributários, à parcela não recuperável deverá ser constituída provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 32.

5.3.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Permissionária deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda devem estar disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 31.

5.3.6 Investimentos

As aplicações de recursos em participações em outra sociedades, podem ocorrer no âmbito de uma holding, com prévia autorização da ANTT. As SPEs estão vedadas de investirem diretamente em outras sociedades.

A aquisição de propriedades para investimentos e outros investimento permanentes deverão ser registrados no Ativo Não Circulante no Subgrupo do sistema Investimentos, todavia, esses investimentos apenas poderão ser feitos após autorização da ANTT. Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 15, 18, 19 e 28.

5.3.7 Imobilizado

Ativo imobilizado corresponde a bens tangíveis que:

- a) são mantidos para uso na prestação de serviços ou para fins administrativos; e
- b) se espera utilizar por mais de um período.

Peças maiores e equipamentos sobressalentes devem ser classificados como Ativo imobilizado quando a Permissionária espera usá-los durante mais de um período. Peças separadas e equipamentos de manutenção que podem ser usados somente em um determinado item do Ativo Imobilizado devem ser registrados como imobilizado, apesar de muitas vezes estarem fisicamente armazenados em estoques.

Depois do reconhecimento como ativo, um item do imobilizado deve ser mantido pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada e as provisões para redução ao valor recuperável.

O custo de um bem do imobilizado compreende:

- a) preço de compra, inclusive impostos de importação e impostos não-recuperáveis sobre a compra, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos;
- b) custos diretamente atribuíveis para instalar e colocar o ativo em condições operacionais para o uso pretendido; e
- c) custo estimado para desmontar, e remover o ativo e restaurar o local no qual está localizado, quando existir a obrigação futura para a Permissionária.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

O custo de um ativo de construção própria é determinado usando os mesmos princípios aplicáveis a um ativo adquirido. Os custos de quantidades anormais de desperdício de material, mão de obra ou outros recursos, incorridos na produção de um ativo, não devem ser incluídos no custo do mesmo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos de manutenção de rotina de item do imobilizado que incluem, principalmente, mão-de-obra, bens de consumo e pequenas peças devem ser reconhecidos no resultado quando incorridos.

Integram o imobilizado os recursos aplicados ou já destinados a bens da natureza citada, mesmo que ainda não em operação, mas que se destinam a tal finalidade, tais como construções em andamento, importações em andamento, adiantamento para inversões fixas, etc. Esses bens apenas passam a ser depreciados quando estiverem em uso pela Permissionária.

A Permissionária deverá efetuar a revisão das vidas úteis e do valor residual, no mínimo a cada exercício, a administração deve manter e aprovar análise documentada que evidencie a necessidade ou não de alteração das expectativas anteriores (oriundas de fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização do bem, etc.), a fim de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e o valor residual permaneçam válidos em todos os exercícios. A avaliação da vida útil dos bens poderá ser solicitada pela ANTT.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 01, 20 e 27.

5.3.8 Intangível

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física que é controlado pela entidade como resultado de eventos passados e que espera-se que o mesmo propicie benefícios econômicos futuros para entidade.

A Permissionária deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil. A Permissionária deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 04.

5.3.9 Depreciação e Amortização Acumulada

Depreciação/Amortização é a alocação sistemática do valor depreciável/sujeito a amortização de um ativo ao longo da sua vida útil.

As imobilizações tangíveis serão baixadas por meio de quota de depreciação, enquanto que as intangíveis serão por intermédio de quota de amortização, e apropriadas nas respectivas Subcontas.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao Poder Concedente poderão ser avaliadas e estabelecidas pela ANTT, e deverão ser adotadas por todas as Permissionárias.

Não será admitido o cálculo da depreciação acelerada, exceto quando se tratar de depreciação acelerada incentivada, cujos procedimentos e controles são estabelecidos na legislação fiscal, que não afeta, portanto, o resultado contábil. Serão admitidas taxas diferenciadas daquelas a serem fixadas, para cada tipo de imobilizado, em que haja situações especiais devidamente comprovadas, suportadas por laudo técnico emitido por peritos devidamente habilitados, desde que submetidas e aprovadas pela ANTT.

Informações suplementares podem ser obtidas nos seguintes normativos: CPC 04 e 27.

5.3.10 Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Para os ativos imobilizados, a Permissionária deve avaliar anualmente a existência de indicadores externos e internos de impairment, para depois, caso seja identificado indício de perda do valor recuperável, submeter os ativos mencionados ao teste de impairment. Para os demais ativos não financeiros (exceto quando vedado pela norma), a Permissionária deverá anualmente efetuar teste de impairment.

Segue abaixo exemplos de indicadores de impairment:

Externos

- a) O valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente, mais do que se esperaria como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- b) Ocorreram, ou ocorrerão em um futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a Permissionária opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- c) As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável.

Internos

- a) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- b) Ocorreram, ou ocorrerão em um futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a Permissionária, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida em vez de indefinida; e

c) Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, etc. e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será pior do que o esperado.

Quando o teste de impairment é efetuado, o valor recuperável deve ser comparado com o valor contábil, sendo este o maior entre: seu valor justo, deduzido dos custos para venda do ativo; e o seu valor em uso (proveniente dos benefícios econômicos a serem obtidos durante o uso contínuo do ativo em suas operações).

O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa descontados.

Quando o valor contábil for maior do que o valor recuperável do ativo, deve ser reconhecida uma perda de impairment no resultado do exercício para ajustar o ativo ao seu valor recuperável.

As sinergias decorrentes de combinações de negócios não são consideradas mudança de estimativa.

Qualquer redução ao valor recuperável deverá ser reconhecida como perda no resultado do exercício por redução ao valor recuperável dos ativos corporativos, exceto se a Permissionária tenha optado por manter o saldo de reserva de reavaliação. Nesse caso a redução do valor recuperável deve ser reconhecida no patrimônio líquido em contrapartida da reserva de reavaliação até que esta seja zerada. Caso sobre saldo, este deve ser reconhecido no resultado do exercício.

Futuras reversões deverão ser efetuadas sempre no resultado do exercício.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 01.

5.3.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores correspondem às obrigações decorrentes da compra de bens ou contratação de serviços que contribuem para o objeto social da Permissionária. Quando essa obrigação for vencível em um período de até doze meses ela deverá ser classificada com passivo circulante. Caso contrário, os valores devem ser classificados como passivos não circulantes.

Deve ser feita a segregação entre fornecedores nacionais e estrangeiros para a devida contabilização de seus valores. Para as operações efetuadas em moeda estrangeira o valor do bem ou serviço deve ser convertido à moeda nacional, ajustado pela taxa de câmbio da data de competência da respectiva venda do bem ou prestação do serviço; e o passivo sofrerá variações de acordo com a flutuação cambial.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 02 e 12.

5.3.12 Debêntures

As debêntures são títulos de crédito emitidos pela Permissionária que conferem ao titular um direito de crédito de acordo com as condições especificadas no título. Suas remunerações podem ser baseadas em juros fixos ou variáveis, correção monetária e participação nos lucros.

São classificáveis em três diferentes tipos:

- a) Conversíveis em ações: além da possibilidade de serem resgatadas em moeda nacional, podem também ser convertidas em ações da Permissionária; e
- b) Não conversíveis em ações: só poderão ser resgatadas em moeda nacional, não existindo a possibilidade de conversão em ações.

As debêntures e as ações fornecem recursos para o financiamento das atividades da Permissionária. A diferença entre as debêntures e as ações é que estas são instrumentos patrimoniais, já aquelas são instrumentos financeiros que deverão ser liquidados ou convertidos em ações no caso de seu vencimento, reservando as Permissionárias o direito de resgate antecipado. Nas debêntures a Permissionária determina o fluxo de amortizações e as formas de remuneração dos títulos, o que permite seus ajustes de acordo com o fluxo de caixa e com as condições do mercado no momento da emissão.

Nos casos de debêntures conversíveis em ações da própria Concessionária, a norma contábil reconhece que esse tipo de título apresenta dois componentes, um de dívida e outro de patrimônio. A norma também estabelece o método para cálculo de cada componente, sendo o componente de patrimônio reclassificado do passivo para o patrimônio na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

Os prêmios na emissão de debêntures devem ser acrescidos ao valor justo inicialmente reconhecido em sua emissão, para evidenciação do valor líquido recebidos, e apropriados ao resultado em razão da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 08 e 39.

5.3.13 Plano Previdenciário e outros benefícios a empregados

Os planos previdenciários e outros benefícios a empregados são remunerações proporcionadas pelas Permissionárias aos funcionários ou dependentes em troca de serviços por eles prestados. As categorias identificáveis de benefícios a empregados são:

- a) benefícios de curto prazo, como salários, contribuições sociais, gratificações, participação nos lucros e outros benefícios indiretos para os empregados atuais;
- b) benefícios pós-emprego como pensões e benefícios de aposentadoria;
- c) outros benefícios de longo prazo a empregados; e
- d) benefícios de programa de demissão voluntária.

A empregadora poderá contabilizar esses benefícios como um passivo, quando o empregado tiver prestado serviços e os benefícios serão pagos no futuro; ou em seu resultado, na medida em que há a realização do benefício.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 33.

5.3.14 Provisão para contingências

A Permissionária deverá reconhecer em seu passivo os valores estimados, com base em sua melhor estimativa, necessários à liquidação futura de processos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais em que figurem como ré.

Uma provisão deve ser reconhecida quando, e apenas quando:

- a) a Permissionária tem uma obrigação presente (legal ou não-formalizada) como resultado de um evento passado;
- b) é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As contingências ativas apenas podem ser contabilizadas após o trânsito em julgado e quando não couber mais recurso. De outra forma apenas poderão ser divulgadas em nota explicativa.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 25.

5.3.15 Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC

Os recursos recebidos dos sócios ou acionistas destinados ao aumento do capital social em momento futuro serão registrados como AFAC até que a subscrição das ações seja realizada de fato.

Os adiantamentos recebidos podem ser classificados como instrumentos financeiros e registrados no passivo não circulante ou classificados com instrumentos de patrimônio e registrados no patrimônio líquido.

Para ser classificado como instrumento de patrimônio o adiantamento deve ter as seguintes características:

- a) sua conversão deve ser irrevogável e irretroatável;
- b) o adiantamento deve estar na moeda funcional da Permissionária e não pode prever indexação; e
- c) a quantidade de ações no qual o adiantamento deve subscrever deve ser fixa.

Os demais adiantamentos que não satisfaçam as condições necessárias deverão ser classificados no passivo não circulante até a efetiva incorporação ao capital social da Permissionária.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 39.

5.3.16 Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

Serão registradas como AAP as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo ou passivo na ocasião de sua avaliação ao valor justo até que essas variações sejam reconhecidas no resultado do exercício, seguindo o princípio de competência.

Os saldos existentes na reserva de reavaliação devem ser apresentados no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” até que sejam integralmente amortizados.

Informações suplementares podem ser obtidas nos seguintes normativos: CPCs 14, 15, 26, 28, 38 e 40; ICPCs 09 e 10; e OCPCs 02, 03 e 05.

5.3.17 Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil pode ser definido como a negociação em que o arrendador, o dono do bem, transmite ao arrendatário o direito de utilização de um ativo por um determinado tempo em troca de uma ou uma série de pagamentos.

Essas operações poderão ser classificadas de duas formas distintas: i) arrendamento mercantil operacional e ii) arrendamento mercantil financeiro. A classificação deve estar de acordo com o nível de detenção de riscos e benefícios da propriedade do bem e a análise da essência da transação e não somente do contrato.

As operações de Arrendamento mercantil operacional são transações nas quais o arrendador concede o uso do bem ao arrendatário sem a transferência de todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do bem, ou seja, tem o caráter de locação do bem. Sendo assim, o valor pago nesta operação deve ser reconhecido no resultado do exercício segundo o princípio da competência.

Já o arrendamento mercantil financeiro é caracterizado pela transação na qual há a transferência de todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do bem, tendo caráter de financiamento. Por existir a transferência dos riscos e benefícios o bem deve ser registrado como ativo do arrendatário (Permissionária). Sendo assim deve ser contabilizada a depreciação do bem nas demonstrações financeiras do arrendatário.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 06.

5.3.18 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

s instrumentos financeiros podem ser classificados em quatro categorias:

- . Investimentos mantidos para negociação, nos quais a principal finalidade destes é a venda ou a recompra em curto prazo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- . Investimentos mantidos até o vencimento, nos quais a intenção da Permissionária é manter o investimento até a data do seu vencimento. Possuem pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos. Inicialmente são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- . Empréstimos e recebíveis, nos quais possuem pagamentos determináveis que não tenham cotação em mercados ativos. Não são classificáveis nessa categoria os investimentos em que a Permissionária tenha intenção de venda e os investimentos nos quais hajam indicativos de que o valor inicialmente aplicado não seja recuperado.

- . Ativos financeiros disponíveis para venda, nos quais não são classificáveis nas categorias anteriores e são mensurados a valor justo por meio do patrimônio líquido.

Informações suplementares podem ser obtidas nos seguintes normativos: CPCs 38, 39 e 40.

5.3.19 Juros sobre capital próprio – JCP

O JCP e os dividendos são formas de remuneração dos sócios ou acionistas. Essas formas de remuneração divergem no que se refere ao momento de sua determinação. O JCP é determinado antes da apuração do lucro líquido e é considerado pela Permissionária como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL nos limites permitidos pela legislação vigente; já os dividendos são determinados após a apuração do lucro líquido.

Sobre os valores pagos a título de JCP há incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte pagadora nos termos da legislação vigente.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: ICPC 08.

5.3.20 Ajuste a valor presente – AVP

As transações correspondentes a ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidas ao seu valor presente no momento inicial.

Quando o valor a prazo é diferente do valor presente de cada transação, a diferença será apropriada como receitas ou despesas financeiras no decorrer do prazo da negociação.

Não estão sujeitos ao ajuste a valor presente o IR e a CSLL diferidos ativo ou passivo. Não são também ajustáveis a valor presente determinados contratos de mútuo ou quando existir um pronunciamento específico.

Informações suplementares podem ser obtidas no CPC 12.

5.3.21 Receitas

O reconhecimento da receita proveniente de prestação de serviços é feito à medida que o serviço é prestado.

Informações suplementares podem ser obtidas nos seguintes normativos: CPC 30 e 17.

5.3.22 Combinação de negócios

As combinações de negócios podem ser definidas como operações ou eventos por meio do qual uma adquirente adquire o controle de um ou mais negócios, independente da forma jurídica da operação. Consideram-se também como combinação de negócios fusões entre partes independentes.

O adquirente deve mensurar os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 15.

5.3.23 Informação por segmentos

A Permissionária deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera de acordo com seus seguimentos operacionais.

Um segmento operacional é um componente de Permissionária:

- a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma Permissionária);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Permissionária para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Um segmento operacional pode desenvolver atividades de negócio cujas receitas ainda serão obtidas. Por exemplo, as operações em início de atividade podem constituir segmentos operacionais antes da obtenção de receitas.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 22.

5.3.24 Subvenções e assistências governamentais

Assistência governamental é a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma Permissionária ou a uma *holding* que atendam a critérios estabelecidos. Não inclui os benefícios proporcionados única e indiretamente por meio de ações que afetam as condições comerciais gerais, como o fornecimento de infraestruturas em áreas em desenvolvimento ou a imposição de restrições comerciais sobre concorrentes.

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, e não só restrita a ela, concedida a uma Permissionária normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da Permissionária.

Informações suplementares podem ser obtidas no seguinte normativo: CPC 07.

5.4 Critérios de alocação de custos

5.4.1 Definição de atividades

Os Custos de Tráfego e Operação e os Custos de Manutenção deverão ser alocados entre as seguintes atividades:

- 1) Transporte de passageiros internacional;
- 2) Transporte de passageiros interestadual;
- 3) Transporte de passageiros interestadual semiurbano;
- 4) Transporte de passageiros intermunicipal;
- 5) Transporte de passageiros intermunicipal semiurbano;
- 6) Transporte de passageiros municipal;
- 7) Fretamento; e
- 8) Cargas e encomendas.

5.4.2 Passos a serem seguidos para alocação dos custos às atividades

Inicialmente os custos devem ser segregados entre de Custos de Tráfego e Operação ou Custos de Manutenção, após essa alocação os custos devem ser alocados às atividades descritas no item 5.4.1 seguindo os passos descritos a seguir.

Alocação dos Custos de Manutenção

Se for um custo direto que seja possível determinar claramente uma atividade, então se registra o custo no subgrupo do sistema da atividade correspondente de forma direta.

Para os custos indiretos deve-se analisar se há a combinação de transporte de atividades de carga e passageiros e efetuar a alocação dos custos conforme descrito abaixo:

- a) Combinação de atividades de transporte de carga e passageiros: para determinar os custos atribuídos às atividades de transporte de cargas e passageiro deve-se utilizar a proporção de receitas entre as duas atividades para alocação dos custos indiretos. Os custos atribuídos à atividade de transporte de cargas deverão ser contabilizados no Subgrupo do Sistema correspondente à atividade de Cargas e Encomendas. Já os custos atribuídos às atividades de transporte de passageiros deverão ser rateados entre as atividades conforme critério definido pela ANTT descrito no item 5.4.4.
- b) Quando não há combinação das atividades de transporte de carga e passageiros:
 - (i) os custos vinculados somente à atividade de transporte de cargas, estes deverão ser contabilizados no Subgrupo do Sistema correspondente à atividade de Cargas e Encomendas;
 - (ii) os custos vinculados às atividades de transporte de passageiros estes deverão ser rateados entre as atividades conforme critério definido pela ANTT descrito no item 5.4.4.

O fluxograma de rateio de alocação dos custos está apresentado no item 5.4.3.

Alocação dos Custos de Tráfego e Operação

Com exceção dos custos com pessoal, os custos de tráfego e operação devem ser rateados da mesma maneira que os custos de manutenção, conforme descrito no item “Alocação dos Custos de Manutenção”.

Custos com pessoal

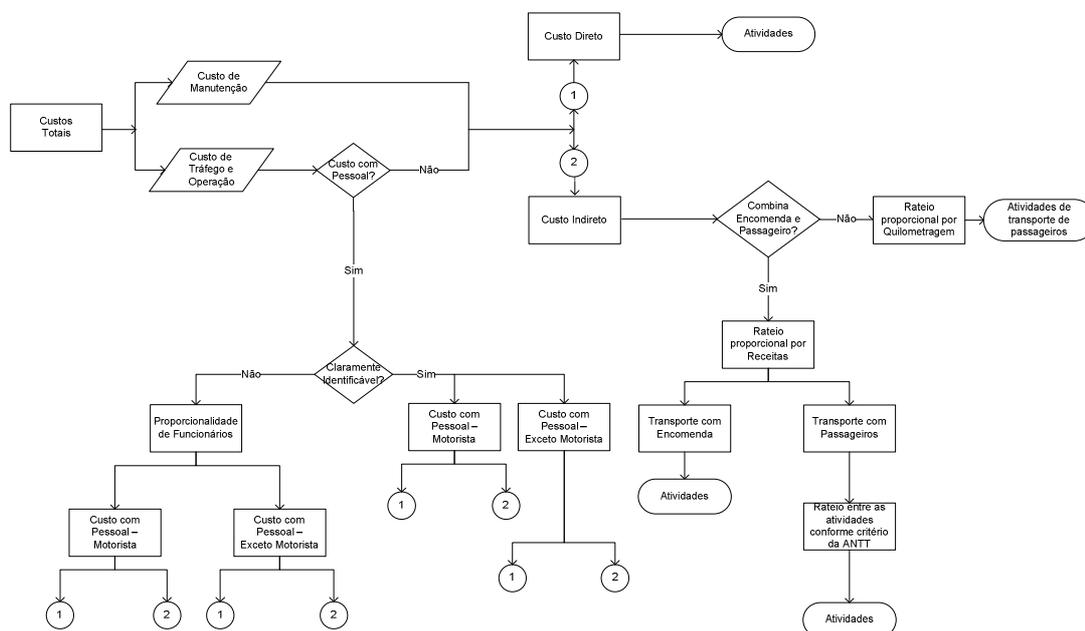
Os custos com pessoal devem ser demonstrados de forma segregada entre Custos com pessoal – Motorista e Custos com pessoal – Exceto motorista.

Antes de ratear os custos com pessoal entre as atividades, estes devem ser alocados em Custos com pessoal – Motorista ou Custos com pessoal – Exceto motorista. Quando não for possível determinar os custos entre as categorias, deve-se utilizar a proporção entre o número de funcionários que desempenham a função de motoristas e os demais funcionários para determinar os custos entre tais categorias.

Após a determinação dos Custos com pessoal – Motorista e Custos com pessoal – Exceto motorista os custos serão rateados entre as atividades obedecendo os critérios descritos no item “Alocação dos Custos de Manutenção”..

O fluxograma de rateio de alocação dos custos está apresentado abaixo.

5.4.3 Fluxograma das alternativas de alocação de custos



5.4.4 Critério de rateio definido pela ANTT

A ANTT decidiu adotar como critério de rateio a *quilometragem rodada* para a apropriação dos custos que não podem ser alocados diretamente à atividade. Este critério é passível de revisão conforme atualizações futuras do Manual de Contabilidade e sugestões das empresas permissionárias.

Forma de Aplicação do Critério de Rateio: quilometragem rodada.

As Permissionárias deverão contabilizar em registro auxiliar a quantidade de quilômetros rodados por veículo em cada viagem, discriminando sempre qual atividade essa viagem pertence. Com essas informações, a Permissionária irá ratear todos os custos dos veículos por cada atividade.

5.4.5 Contas Transitórias (Grupos do Sistema 6.1 e 6.2)

Os Grupos do Sistema 6.1 e 6.2 serão utilizados para registrar todos os custos incorridos para cada tipo de transporte oferecido, os quais serão, no máximo ao final de cada mês, transferidos para os subsistemas 4.1 – Custo de tráfego e operação e 4.2 – Custo de manutenção, segundo a metodologia adotada pela ANTT neste Manual, no título 5.4.

6. PLANO DE CONTAS

6.1 Elenco de Contas

É apresentada abaixo o Elenco de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros considerando as alterações realizadas.

Legenda: (A) Rubrica com título alterado na revisão do manual.
(D) Rubrica descontinuada na revisão do manual.
(I) Rubrica incluída na revisão do manual.

Código	Grau	Descrição	Legenda
1		Ativo	
1.1		Ativo Circulante	
1.1.1		Caixa e Equivalentes de Caixa	(A)
1.1.1.01	1º	Caixa e Equivalentes de Caixa	(A)
1.1.1.01.01	2º	Numerário em Caixa	
1.1.1.01.01.001	3º	Numerário em Caixa	
1.1.1.01.02	2º	Numerário em Trânsito	
1.1.1.01.02.001	3º	Valores a Depositar	
1.1.1.01.02.002	3º	Numerário em Trânsito	
1.1.1.01.03	2º	Banco Conta Movimento	
1.1.1.01.03.001	3º	Banco Conta Movimento	
1.1.1.01.04	2º	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	(I)
1.1.1.02	1º	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	(D)
1.1.1.02.01	2º	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	(D)
1.1.1.02.01.001	3º	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	(D)
1.1.2		Cientes e Operações a Receber	
1.1.2.01	1º	Cientes	
1.1.2.01.01	2º	Cientes	
1.1.2.01.01.001	3º	Títulos e Duplicatas a Receber de Clientes	
1.1.2.01.01.002	3º	Cartões de Crédito	
1.1.2.01.01.003	3º	Cheques Pré-Datados	
1.1.2.01.01.004	3º	Órgãos Públicos	
1.1.2.01.01.005	3º	Agências	
1.1.2.01.01.098	3º	(-) Desconto Bancário	
1.1.2.01.01.999	3º	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	
1.1.2.02	1º	Operações a Receber	
1.1.2.02.01	2º	Operações a Receber	
1.1.2.02.01.001	3º	Aluguéis a Receber	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.1.2.02.01.002	3º	Administração de Terminais	
1.1.2.02.01.003	3º	Alienação de Bens	
1.1.2.02.01.004	3º	Títulos a Receber	
1.1.2.02.01.005	3º	Cheques Devolvidos	
1.1.2.02.01.097	3º	Outras Contas a Receber	
1.1.2.02.01.098	3º	(-) Desconto Bancário	
1.1.2.02.01.999	3º	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	
1.1.2.99	1º	(-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.1.2.99.01	2º	(-) Ajuste a Valor Presente	(I)
1.1.2.99.01.001	3º	Por natureza	(I)
1.1.2.99.02	2º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.1.2.99.02.001	3º	Por natureza	(I)
1.1.3		Outros Créditos	
1.1.3.01	1º	Adiantamentos a Terceiros	
1.1.3.01.01	2º	Adiantamentos a Terceiros	
1.1.3.01.01.001	3º	Adiantamento a Fornecedores e Prestadores de Serviços	
1.1.3.01.01.999	3º	Outros Adiantamentos a Terceiros	
1.1.3.02	1º	Adiantamentos a Funcionários	
1.1.3.02.01	2º	Adiantamentos a Funcionários	
1.1.3.02.01.001	3º	Adiantamento Quinzenal	
1.1.3.02.01.002	3º	Adiantamento Extraordinário de Salários	
1.1.3.02.01.003	3º	Adiantamento por Conta de Férias	
1.1.3.02.01.004	3º	Adiantamento por Conta de 13º	
1.1.3.02.01.005	3º	Adiantamento de PIS-Abono	
1.1.3.02.01.006	3º	Adiantamento de Viagem	
1.1.3.02.01.007	3º	Convênios a Descontar	
1.1.3.03	1º	Impostos e Contribuições a Recuperar	
1.1.3.03.01	2º	Imposto de Renda	
1.1.3.03.01.001	3º	IRPJ Antecipação - Estimativa	
1.1.3.03.01.002	3º	IRPJ Saldo Negativo DIPJ	
1.1.3.03.01.003	3º	IRPJ Pago a Maior	
1.1.3.03.01.004	3º	IRRF sobre Aplicações Financeiras	
1.1.3.03.01.005	3º	IRRF sobre Serv. Prestados a Pessoa Jurídica	
1.1.3.03.01.006	3º	IRRF sobre Serv. Prestados a Órgãos Públicos	
1.1.3.03.01.007	3º	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	
1.1.3.03.01.008	3º	IRRF sobre Mútuo	
1.1.3.03.01.009	3º	IRPJ Diferido - Prejuízo Fiscal	(D)
1.1.3.03.01.010	3º	IRPJ Diferido - Diferenças Intertemporais	(D)
1.1.3.03.02	2º	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	
1.1.3.03.02.001	3º	CSLL Antecipação - Estimativa	
1.1.3.03.02.002	3º	CSLL Saldo Negativo DIPJ	
1.1.3.03.02.003	3º	CSLL paga a maior.	
1.1.3.03.02.004	3º	CSLL Retida Sobre Serv. Prestados a Pessoa	

Código	Grau	Descrição	Legenda
		Jurídica	
1.1.3.03.02.005	3º	CSLL Retida Sobre Serv. Prestados a Órgãos Públicos	
1.1.3.03.02.006	3º	CSLL Diferida – Base Negativa	(D)
1.1.3.03.02.007	3º	CSLL Diferida – Diferenças Intertemporais	(D)
1.1.3.03.03	2º	PIS a Recuperar	
1.1.3.03.03.001	3º	PIS pago a maior	
1.1.3.03.03.002	3º	PIS a Recuperar - Não-Cumulativo	
1.1.3.03.03.003	3º	PIS Retido sobre Serv. Prestados a Pessoa Jurídica	
1.1.3.03.03.004	3º	PIS Retido sobre Serv. Prestados a Órgãos Públicos	
1.1.3.03.04	2º	COFINS a Recuperar	
1.1.3.03.04.001	3º	COFINS Paga a Maior	
1.1.3.03.04.002	3º	COFINS a Recuperar – Não-Cumulativa	
1.1.3.03.04.003	3º	COFINS Retida sobre Serv. Prestados a Pessoa Jurídica	
1.1.3.03.04.004	3º	COFINS Retida sobre Serv. Prestados a Órgãos Públicos	
1.1.3.03.05	2º	INSS a Recuperar	
1.1.3.03.05.001	3º	INSS Pago a Maior	
1.1.3.03.05.002	3º	INSS Retido sobre Serv. Prestados a Pessoa Jurídica	
1.1.3.03.05.003	3º	INSS Retido sobre Serv. Prestados a Órgãos Públicos	
1.1.3.03.06	2º	Outros Tributos a Recuperar	
1.1.3.03.06.001	3º	ICMS Créditos de Apurações	
1.1.3.03.06.002	3º	ICMS Créditos de Ativo Imobilizado	
1.1.3.03.06.003	3º	ICMS Pago a Maior	
1.1.3.03.06.004	3º	ISS Créditos de Apurações	(A)
1.1.3.03.06.005	3º	ISS Pago a Maior	(A)
1.1.3.04	1º	Bens Destinados a Venda	
1.1.3.04.01	2º	Bens Destinados a Venda	
1.1.3.04.01.001	3º	Bens Destinados a Venda	
1.1.3.05	1º	Valores e Créditos Vinculados	
1.1.3.05.01	2º	Valores e Créditos Vinculados	
1.1.3.05.01.001	3º	Valores e Créditos Vinculados	
1.1.3.06	1º	Créditos de Participações Societárias	
1.1.3.06.01	2º	Créditos de Participações Societárias	
1.1.3.06.01.001	3º	Dividendos e Lucros a Receber	
1.1.3.06.01.002	3º	Juros sobre Capital Próprio a Receber	
1.1.3.07	1º	Transações com Partes Relacionadas	
1.1.3.07.01	2º	Transações com Partes Relacionadas	
1.1.3.07.01.001	3º	Transações com Coligadas e Controladas	
1.1.3.07.01.002	3º	Transações com Empresas Ligadas	
1.1.3.07.01.003	3º	Transações com Sócios e Quotistas	
1.1.3.07.01.004	3º	Transações com Administradores	
1.1.3.99	1º	(-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.1.3.99.01	2º	(-) Ajuste a Valor Presente	(I)
1.1.3.99.01.001	3º	Por natureza	(I)
1.1.3.99.02	2º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.1.3.99.02.001	3º	Por natureza	(I)
1.1.4		Investimentos Temporários	(D)
1.1.4.01	1º	Investimentos Temporários	(D)
1.1.4.01.01	2º	Investimentos Temporários	(D)
1.1.4.01.01.001	3º	Aplicações Financeiras de Renda Fixa	(D)
1.1.4.01.01.002	3º	Aplicações Financeiras de Renda Variável	(D)
1.1.4.01.01.003	3º	Incentivos Fiscais	(D)
1.1.4.01.01.098	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor de Mercado	(D)
1.1.4.01.01.999	3º	(-) Provisão para Perdas	(D)
1.1.5		Estoques	
1.1.5.01	1º	Almoxarifado	
1.1.5.01.01	2º	Almoxarifado	
1.1.5.01.01.001	3º	Peças e Acessórios	
1.1.5.01.01.002	3º	Materiais de Carrocerias	
1.1.5.01.01.003	3º	Combustíveis	
1.1.5.01.01.004	3º	Lubrificantes	
1.1.5.01.01.005	3º	Ferramentas	
1.1.5.01.01.006	3º	Pneus e Câmaras	
1.1.5.01.01.007	3º	Material de Expediente e Informática	
1.1.5.01.01.097	3º	Outros Materiais de Almoxarifado	
1.1.5.01.01.098	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor de Mercado	
1.1.5.01.01.999	3º	(-) Provisão para Perdas	
1.1.5.02	1º	Adiantamentos a Fornecedores para Estoques	
1.1.5.02.01	2º	Adiantamentos a Fornecedores para Estoques	
1.1.5.02.01.001	3º	Adiantamentos a Fornecedores para Estoques	
1.1.5.03	1º	Estoque / Materiais em Poder de Terceiros	
1.1.5.03.01	2º	Estoque / Materiais em Poder de Terceiros	
1.1.5.03.01.001	3º	Estoque / Materiais em Poder de Terceiros	
1.1.5.04	1º	(-) Estoque / Materiais de Terceiros em Poder Próprio	(D)
1.1.5.04.01	2º	(-) Estoque / Materiais de Terceiros em Poder Próprio	(D)
1.1.5.04.01.001	3º	(-) Estoque / Materiais de Terceiros em Poder Próprio	(D)
1.1.5.05	1º	(-) Ajuste a valor presente em Estoques	(I)
1.1.5.05.01	2º	(-) Ajuste a valor presente em Estoques	(I)
1.1.5.05.01.001	3º	Por natureza	(I)
1.1.6		Despesas Antecipadas	
1.1.6.01	1º	Despesas Antecipadas	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.1.6.01.01	2º	Despesas Antecipadas	
1.1.6.01.01.001	3º	Seguros Gerais	
1.1.6.01.01.002	3º	Encargos Bancários	
1.1.6.01.01.003	3º	Gastos com Emissão de Debêntures	
1.1.6.01.01.999	3º	Outras Despesas Antecipadas	
1.1.7		Ativos Financeiros	(I)
1.1.7.01	1º	Ativos Financeiros	(I)
1.1.7.01.01	2º	Ativos Financeiros ao Valor Justo Por meio do Resultado	(I)
1.1.7.01.01.001	3º	Abertura por Instituições Financeiras e Outras Entidades	(I)
1.1.7.01.02	2º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
1.1.7.01.02.001	3º	Abertura por Instituições Financeiras e Outras Entidades	(I)
1.1.7.01.03	2º	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(I)
1.1.7.01.03.001	3º	Abertura por Instituições Financeiras e Outras Entidades	(I)
1.1.7.01.04	2º	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	(I)
1.1.7.01.04.001	3º	Abertura por Instituições Financeiras e Outras Entidades	(I)
1.1.7.01.99	2º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.1.7.01.99.001	3º	(-) Ativos Financeiros ao Valor Justo Por meio do Resultado	(I)
1.1.7.01.99.002	3º	(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
1.1.7.01.99.003	3º	(-) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	(I)
1.2		Ativo Não Circulante	
1.2.1		Realizável a Longo Prazo	
1.2.1.01	1º	Clientes e Operações a Receber	
1.2.1.01.01	2º	Clientes	
1.2.1.01.01.001	3º	Títulos e Duplicatas a Receber de Clientes	
1.2.1.01.01.002	3º	Cartões de Crédito	
1.2.1.01.01.003	3º	Cheques Pré-Datados	
1.2.1.01.01.004	3º	Órgãos Públicos	
1.2.1.01.01.005	3º	Agências	
1.2.1.01.01.098	3º	(-) Desconto Bancário	
1.2.1.01.01.999	3º	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	
1.2.1.01.02	2º	Operações a Receber	
1.2.1.01.02.001	3º	Aluguéis a Receber	
1.2.1.01.02.002	3º	Administração de Terminais	
1.2.1.01.02.003	3º	Alienação de Bens	
1.2.1.01.02.004	3º	Títulos a Receber	
1.2.1.01.02.005	3º	Cheques Devolvidos	
1.2.1.01.02.997	3º	Outras Contas a Receber	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.1.01.02.998	3º	(-) Desconto Bancário	(I)
1.2.1.01.02.098	3º	(-) Desconto Bancário	(D)
1.2.1.01.02.999	3º	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	
1.2.1.02	1º	Impostos e Contribuições a Recuperar	
1.2.1.02.01	2º	Imposto de Renda e Contribuição Social	
1.2.1.02.01.001	3º	IRPJ Diferido - Prejuízo Fiscal	
1.2.1.02.01.002	3º	IRPJ Diferido - Diferenças Intertemporais	
1.2.1.02.01.003	3º	CSLL Diferida - Base Negativa	
1.2.1.02.01.004	3º	CSLL Diferida - Diferenças Intertemporais	
1.2.1.02.02	2º	Demais Tributos a Recuperar	
1.2.1.02.02.001	3º	Impostos Federais a Recuperar	
1.2.1.02.02.002	3º	Impostos Estaduais a Recuperar	
1.2.1.02.02.003	3º	Impostos Municipais a Recuperar	
1.2.1.03	1º	Aplicações em Incentivos Fiscais	
1.2.1.03.01	2º	Aplicações em Incentivos Fiscais	
1.2.1.03.01.001	3º	Incentivos Fiscais	
1.2.1.03.01.002	3º	(-) Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais	
1.2.1.04	1º	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
1.2.1.04.01	2º	Depósitos Judiciais	
1.2.1.04.01.001	3º	Causas Cíveis	
1.2.1.04.01.002	3º	Causas Fiscais	
1.2.1.04.01.003	3º	Causas Trabalhistas	
1.2.1.04.02	2º	Bloqueios Judiciais	
1.2.1.04.02.001	3º	Bloqueios Judiciais	
1.2.1.04.03	2º	Depósitos Cauccionados	
1.2.1.04.03.001	3º	Depósitos Cauccionados	
1.2.1.05	1º	Transações com Partes Relacionadas	
1.2.1.05.01	2º	Transações com Partes Relacionadas	
1.2.1.05.01.001	3º	Transações com Coligadas e Controladas	
1.2.1.05.01.002	3º	Transações com Empresas Ligadas	
1.2.1.05.01.003	3º	Transações com Sócios e Quotistas	
1.2.1.05.01.004	3º	Transações com Administradores	
1.2.1.06	1º	Adiantamento para Futuro Investimento	
1.2.1.06.01	2º	Adiantamento para Futuro Investimento em Outras Sociedades	
1.2.1.06.01.001	3º	Adiantamento para Futuro Investimento em Outras Sociedades	
1.2.1.07	1º	Créditos de Consócios e Arrendamento Mercantil	
1.2.1.07.01	2º	Créditos de Consócios e Arrendamento Mercantil	
1.2.1.07.01.001	3º	Consórcios não Contemplados	
1.2.1.07.01.002	3º	Valor Residual Garantido - VRG Diluído de Arrendamento Mercantil	
1.2.1.08	1º	Outros Créditos	
1.2.1.08.01	2º	Outros Créditos	
1.2.1.08.01.001	3º	Valores e Créditos Vinculados	
1.2.1.08.01.002	3º	Títulos de Capitalização e Outros	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.1.08.01.003	3º	Participações não Permanentes em Empresas	
1.2.1.08.01.098	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor de Mercado	
1.2.1.08.01.099	3º	(-) Provisão para Perdas	
1.2.1.09	1º	Despesas Antecipadas	
1.2.1.09.01	2º	Despesas Antecipadas de Longo Prazo	
1.2.1.09.01.001	3º	Despesas Antecipadas de Longo Prazo	
1.2.1.10	1º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
1.2.1.10.01	2º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
1.2.1.10.01.001	3º	Por tipo de Instrumento	(I)
1.2.1.11	1º	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(I)
1.2.1.11.01	2º	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(I)
1.2.1.11.01.001	3º	Por tipo de Instrumento	(I)
1.2.1.12	1º	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	(I)
1.2.1.12.01	2º	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	(I)
1.2.1.12.01.001	3º	Por tipo de Instrumento	(I)
1.2.1.99	1º	(-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.1.99.01	2º	(-) Ajuste a Valor Presente	(I)
1.2.1.99.01.001	3º	Por natureza	(I)
1.2.1.99.02	2º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.1.99.02.001	3º	Por natureza	(I)
1.2.2		Investimentos	
1.2.2.01	1º	Participações Societárias	
1.2.2.01.01	2º	Participações Avaliadas pelo MEP – Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.01.01.001	3º	Participações em Empresas Controladas/Coligadas	
1.2.2.01.01.002	3º	Participações em Outras Empresas	
1.2.2.01.01.003	3º	Ágio ou Deságio nos Investimentos	
1.2.2.01.02	2º	Participações Avaliadas pelo Custo	
1.2.2.01.02.001	3º	Participações em Empresas Controladas/Coligadas	
1.2.2.01.02.002	3º	Participações em Outras Empresas	
1.2.2.01.02.003	3º	Ágio ou Deságio nos Investimentos	
1.2.2.01.02.098	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(A)
1.2.2.01.02.999	3º	(-) Provisão para Perdas	(D)
1.2.2.01.03	2º	Participações Avaliadas ao Valor Justo	(I)
1.2.2.01.03.001	3º	Participações em Empresas Controladas/Coligadas	(I)
1.2.2.01.99	2º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.2.01.99.001	3º	Por natureza	(I)
1.2.2.02	1º	Incentivos Fiscais	
1.2.2.02.01	2º	Incentivos Fiscais	
1.2.2.02.01.001	3º	Incentivos Fiscais Permanentes	
1.2.2.02.01.999	3º	(-) Provisão Para Perdas Permanentes	
1.2.2.03	1º	Outros Investimentos Permanentes	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.2.03.01	2º	Outros Investimentos Permanentes	
1.2.2.03.01.001	3º	Obras de Arte	
1.2.2.03.01.002	3º	Propriedade para Investimento	(A)
1.2.2.03.01.003	3º	Imóveis não de uso	(D)
1.2.2.03.01.004	3º	Outros Bens Móveis não de Uso	(D)
1.2.2.03.01.998	3º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.2.03.01.999	3º	(-) Depreciação Acumulada	
1.2.3		Imobilizado	
1.2.3.01	1º	Bens em Operação	
1.2.3.01.01	2º	Bens Imóveis	
1.2.3.01.01.001	3º	Terrenos	
1.2.3.01.01.002	3º	Edificações e Melhoramentos	
1.2.3.01.01.003	3º	Instalações	
1.2.3.01.02	2º	Veículos	
1.2.3.01.02.001	3º	Veículos de Passageiros	
1.2.3.01.02.002	3º	Veículos de Carga	
1.2.3.01.02.003	3º	Veículos de Apoio	
1.2.3.01.03	2º	Outros Bens de Uso	
1.2.3.01.03.001	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
1.2.3.01.03.002	3º	Ferramentas Duráveis	
1.2.3.01.03.003	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
1.2.3.01.03.004	3º	Softwares	(D)
1.2.3.01.03.005	3º	Móveis e Utensílios	
1.2.3.01.03.006	3º	Embarcações	
1.2.3.01.03.007	3º	Aeronaves	
1.2.3.01.03.008	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
1.2.3.02	1º	Bens em Operação - Reavaliados	
1.2.3.02.01	2º	Bens Imóveis - Reavaliados	
1.2.3.02.01.001	3º	Terrenos - Reavaliados	
1.2.3.02.01.002	3º	Edificações e Melhoramentos - Reavaliados	
1.2.3.02.01.003	3º	Instalações - Reavaliados	
1.2.3.02.02	2º	Veículos - Reavaliados	
1.2.3.02.02.001	3º	Veículos de Passageiros - Reavaliados	
1.2.3.02.02.002	3º	Veículos de Carga - Reavaliados	
1.2.3.02.02.003	3º	Veículos de Apoio - Reavaliados	
1.2.3.02.03	2º	Outros Bens de Uso - Reavaliados	
1.2.3.02.03.001	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - Reavaliados	
1.2.3.02.03.002	3º	Ferramentas Duráveis - Reavaliados	
1.2.3.02.03.003	3º	Equipamentos de Proc. de Dados - Reavaliados	
1.2.3.02.03.004	3º	Softwares - Reavaliados	(D)
1.2.3.02.03.005	3º	Móveis e Utensílios - Reavaliados	
1.2.3.02.03.006	3º	Embarcações - Reavaliados	
1.2.3.02.03.007	3º	Aeronaves - Reavaliados	
1.2.3.02.03.008	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros - Reavaliados	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.3.03	1º	Imobilizações em Andamento	
1.2.3.03.01	2º	Imobilizações em Andamento	
1.2.3.03.01.001	3º	Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado	
1.2.3.03.01.002	3º	Obras em Andamento	
1.2.3.03.01.003	3º	Veículos em Fase de Montagem	
1.2.3.04	1º	Estoques - Imobilizado	(I)
1.2.3.04.01	2º	Estoques - Imobilizado	(I)
1.2.3.04.01.001	3º	Estoques - Bens em Operação	(I)
1.2.3.04.01.002	3º	Estoques - Imobilizações em Andamento	(I)
1.2.3.99	1º	(-) Depreciação Acumulada e Perda por Redução ao Valor de Mercado	(A)
1.2.3.99.01	2º	(-) Bens em Operação	
1.2.3.99.01.001	3º	(-) Edificações e Melhoramentos	
1.2.3.99.01.002	3º	(-) Instalações	
1.2.3.99.01.003	3º	(-) Veículos de Passageiros	
1.2.3.99.01.004	3º	(-) Veículos de Carga	
1.2.3.99.01.005	3º	(-) Veículos de Apoio	
1.2.3.99.01.006	3º	(-) Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
1.2.3.99.01.007	3º	(-) Ferramentas Duráveis	
1.2.3.99.01.008	3º	(-) Equipamentos de Processamento de Dados	
1.2.3.99.01.009	3º	(-) Softwares	(D)
1.2.3.99.01.010	3º	(-) Móveis e Utensílios	
1.2.3.99.01.011	3º	(-) Embarcações	
1.2.3.99.01.012	3º	(-) Aeronaves	
1.2.3.99.01.013	3º	(-) Benfeitorias em Bens de Terceiros	
1.2.3.99.02	2º	(-) Bens em Operação - Reavaliados	
1.2.3.99.02.001	3º	(-) Edificações e Melhoramentos - Reavaliados	
1.2.3.99.02.002	3º	(-) Instalações - Reavaliados	
1.2.3.99.02.003	3º	(-) Veículos de Passageiros - Reavaliados	
1.2.3.99.02.004	3º	(-) Veículos de Carga - Reavaliados	
1.2.3.99.02.005	3º	(-) Veículos de Apoio - Reavaliados	
1.2.3.99.02.006	3º	(-) Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - Reavaliados	
1.2.3.99.02.007	3º	(-) Ferramentas Duráveis - Reavaliados	
1.2.3.99.02.008	3º	(-) Equipamentos de Proc. de Dados - Reavaliados	
1.2.3.99.02.009	3º	(-) Softwares - Reavaliados	(D)
1.2.3.99.02.010	3º	(-) Móveis e Utensílios - Reavaliados	
1.2.3.99.02.011	3º	(-) Embarcações - Reavaliados	
1.2.3.99.02.012	3º	(-) Aeronaves - Reavaliados	
1.2.3.99.02.013	3º	(-) Benfeitorias em Bens de Terceiros - Reavaliados	
1.2.3.99.03	2º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.3.99.03.001	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.4		Intangível	(A)
1.2.4.01	1º	Ativo Intangível	

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.4.01.01	2º	Ativo Intangível	
1.2.4.01.01.001	3º	Direitos de Uso (Inclusive Concessões de Linhas)	
1.2.4.01.01.002	3º	Marcas e Patentes	
1.2.4.01.01.003	3º	Software	(I)
1.2.4.01.01.004	3º	Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	(I)
1.2.4.01.01.999	3º	Outros Ativos Intangíveis	(I)
1.2.4.02	1º	Ativo Intangível – Reavaliados	
1.2.4.02.01	2º	Ativo Intangível – Reavaliados	
1.2.4.02.01.001	3º	Direitos de Uso - Reavaliados	
1.2.4.02.01.002	3º	Marcas e Patentes - Reavaliados	
1.2.4.02.01.003	3º	Software	(I)
1.2.4.99	1º	(-) Amortização Acumulada e Perda por Redução ao Valor de Mercado - Ativo Intangível	(A)
1.2.4.99.01	2º	(-) Amortização Acumulada Ativo Intangível	
1.2.4.99.01.001	3º	(-) Direitos de Uso (Inclusive Concessões de Linhas)	
1.2.4.99.01.002	3º	(-) Marcas e Patentes	
1.2.4.99.01.003	3º	(-) Software	(I)
1.2.4.99.01.004	3º	(-) Amortização Ágio	(I)
1.2.4.99.01.999	3º	(-) Outros Ativos Intangíveis	(I)
1.2.4.99.02	2º	(-) Amortização Acumulada Ativo Intangível - Reavaliados	
1.2.4.99.02.001	3º	(-) Direitos de Uso - Reavaliados	
1.2.4.99.02.002	3º	(-) Marcas e Patentes - Reavaliados	
1.2.4.99.02.003	3º	(-) Software	(I)
1.2.4.99.03	2º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.4.99.03.001	3º	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
1.2.5		Diferido	(A)
1.2.5.01	1º	Despesas de Organização e Reorganização	
1.2.5.01.01	2º	Despesas de Organização e Reorganização	
1.2.5.01.01.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
1.2.5.01.01.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
1.2.5.99	1º	(-) Amortização Acumulada	
1.2.5.99.01	2º	(-) Despesas de Organização e Reorganização	
1.2.5.99.01.001	3º	(-) Gastos Pré-Operacionais	
1.2.5.99.01.002	3º	(-) Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
1.2.6		Ativos Não Circulante Mantidos para Venda	(I)
1.2.6.01	1º	Ativos Não Circulante Mantidos para Venda	(I)
1.2.6.01.01	2º	Ativos Não Circulante Mantidos para Venda	(I)
1.2.6.01.01.001	3º	Ativos Não Circulante Mantidos para Venda	(I)
1.2.6.01.01.998	3º	(-) Ajuste ao Valor Líquido de Realização	(I)
1.2.6.01.01.999	3º	Outros ativos mantidos para venda	(I)
1.2.6.01.99	2º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
1.2.6.01.99.001	3º	(-) Redução ao Valor Recuperável	(I)
2		Passivo	
2.1		Passivo Circulante	
2.1.1		Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	
2.1.1.01	1º	Empréstimos e Financiamentos	
2.1.1.01.01	2º	Empréstimos e Financiamentos	
2.1.1.01.01.001	3º	Empréstimos no País para Capital de Giro	
2.1.1.01.01.002	3º	Empréstimos no Exterior para Capital de Giro	
2.1.1.01.01.003	3º	Financiamentos no País para Ativo Fixo	
2.1.1.01.01.004	3º	Financiamentos no Exterior para Ativo Fixo	
2.1.1.01.01.997	3º	(-) Custos de Transação a amortizar	(I)
2.1.1.01.01.998	3º	(-) Custos Encargos Financeiros a amortizar	(I)
2.1.1.01.01.999	3º	Outros Empréstimos e Financiamentos	
2.1.1.02	1º	Obrigações com Outras Instituições	
2.1.1.02.01	2º	Obrigações com Outras Instituições	
2.1.1.02.01.001	3º	Credores por Consorcio	
2.1.1.02.01.002	3º	Arrendamento Mercantil Financeiro	(A)
2.1.1.02.01.003	3º	Debêntures	
2.1.1.02.01.998	3º	(-) Custos de Transação a amortizar	(I)
2.1.1.02.01.999	3º	(-) Custos Encargos Financeiros a amortizar	(I)
2.1.2		Fornecedores	
2.1.2.01	1º	Fornecedores	
2.1.2.01.01	2º	Fornecedores	
2.1.2.01.01.001	3º	Fornecedores Nacionais	
2.1.2.01.01.002	3º	Fornecedores Estrangeiros	
2.1.2.02	1º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.1.2.02.01	2º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.1.2.02.01.001	3º	(-) Por Natureza	(I)
2.1.3		Obrigações Fiscais	
2.1.3.01	1º	Tributos Federais e Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher	
2.1.3.01.01	2º	Tributos Federais	
2.1.3.01.01.001	3º	PIS a Recolher	
2.1.3.01.01.002	3º	COFINS a Recolher	
2.1.3.01.01.003	3º	IRPJ a Recolher	
2.1.3.01.01.004	3º	CSLL a Recolher	
2.1.3.01.01.005	3º	Provisão para IOF	
2.1.3.01.02	2º	Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher	

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.1.3.01.02.001	3º	IRRF a Recolher	
2.1.3.01.02.002	3º	CSLL, COFINS e PIS na Fonte a Recolher	
2.1.3.01.02.003	3º	ISS Terceiros	(A)
2.1.3.01.02.004	3º	INSS Retido Sobre Serviços Prestados por Terceiros	
2.1.3.02	1º	Tributos Estaduais	
2.1.3.02.01	2º	Tributos Estaduais	
2.1.3.02.01.001	3º	ICMS a Recolher	
2.1.3.02.01.002	3º	IPVA / DPVAT a Recolher	
2.1.3.03	1º	Tributos Municipais	
2.1.3.03.01	2º	Tributos Municipais	
2.1.3.03.01.001	3º	ISS a Recolher	(A)
2.1.3.03.01.002	3º	IPTU, ITU e IPU a Recolher	
2.1.3.04	1º	Programas de Refinanciamentos Fiscais e Previdenciários	
2.1.3.04.01	2º	Programas de Refinanciamentos Fiscais e Previdenciários	
2.1.3.04.01.001	3º	Refinanciamentos Fiscais	
2.1.3.04.01.002	3º	Refinanciamentos Previdenciários	
2.1.3.05	1º	Outros Impostos e Taxas a Recolher	
2.1.3.05.01	2º	Outros Impostos e Taxas a Recolher	
2.1.3.05.01.999	3º	Outros Impostos e Taxas a Recolher	
2.1.4		Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	
2.1.4.01	1º	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	
2.1.4.01.01	2º	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	
2.1.4.01.01.001	3º	Salários, Pró-Labore e Gratificações a Pagar	
2.1.4.01.01.002	3º	INSS a Recolher	
2.1.4.01.01.003	3º	FGTS a Recolher	
2.1.4.01.01.004	3º	Contribuições Sindical, Confederativa e Assistencial a Pagar	
2.1.4.01.01.005	3º	Previdência Privada – Parte Empregado	
2.1.4.01.01.006	3º	Previdência Privada - Parte Empresa	
2.1.4.01.01.007	3º	Honorários da Diretoria a Pagar	(I)
2.1.4.01.01.008	3º	Honorários do Conselho de Administração a Pagar	(I)
2.1.4.01.01.009	3º	Honorários do Conselho Fiscal a Pagar	(I)
2.1.5		Outras Obrigações	
2.1.5.01	1º	Recebimentos Antecipados	
2.1.5.01.01	2º	Recebimentos Antecipados	(A)
2.1.5.01.01.001	3º	Adiantamentos de Clientes	
2.1.5.01.01.002	3º	Recebimentos de Linhas Internacionais	
2.1.5.01.01.003	3º	Recebimentos de Linhas Interestaduais	
2.1.5.01.01.004	3º	Recebimentos de Linhas Interestaduais Semiurbano	(A)

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.1.5.01.01.005	3º	Recebimentos de Linhas Intermunicipais	
2.1.5.01.01.006	3º	Recebimentos de Linhas Intermunicipais Semiurbano	(A)
2.1.5.01.01.007	3º	Recebimentos de Linhas Municipais	
2.1.5.02	1º	Contas a Pagar	
2.1.5.02.01	2º	Contas a Pagar	
2.1.5.02.01.001	3º	Contas a Pagar	
2.1.5.03	1º	Comissões de Terceiros a Pagar	
2.1.5.03.01	2º	Comissões de Terceiros a Pagar	
2.1.5.03.01.001	3º	Comissões de Terceiros a Pagar	
2.1.5.04	1º	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente	
2.1.5.04.01	2º	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente	
2.1.5.04.01.001	3º	Taxa de Fiscalização	
2.1.5.04.01.002	3º	Multas por Infrações Regulamentares	
2.1.5.04.01.003	3º	Multas do Poder Permitente – Esfera Federal	
2.1.5.04.01.004	3º	Multas do Poder Permitente – Esfera Estadual	
2.1.5.04.01.005	3º	Multas do Poder Permitente – Esfera Municipal	
2.1.5.04.01.006	3º	Outorgas	
2.1.5.05	1º	Cheques a Compensar	
2.1.5.05.01	2º	Cheques a Compensar	
2.1.5.05.01.001	3º	Cheques a Compensar	
2.1.5.06	1º	Retenções Contratuais a Pagar	
2.1.5.06.01	2º	Retenções Contratuais a Pagar	
2.1.5.06.01.001	3º	Retenções Contratuais a Pagar	
2.1.5.07	1º	Arrendamento Mercantil Operacional	(I)
2.1.5.07.01	2º	Arrendamento Mercantil Operacional	(I)
2.1.5.07.01.001	3º	Arrendamento Mercantil Operacional	(I)
2.1.5.08	1º	Outras Obrigações	(I)
2.1.5.08.01	2º	Outras Obrigações	(I)
2.1.5.08.01.001	3º	Estoque de Terceiros em Nosso Poder	(I)
2.1.5.09	1º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
2.1.5.09.01	2º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
2.1.5.09.01.001	3º	Por tipo de Instrumento	(I)
2.1.5.10	1º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.1.5.10.01	2º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.1.5.10.01.001	3º	(-) Por Natureza	(I)
2.1.6		Obrigações a Pagar a Acionista/Quotista/Administração	
2.1.6.01	1º	Obrigações a Pagar a Acionista/Quotista/Administração	
2.1.6.01.01	2º	Dividendos e Distribuição de Lucros a Pagar / Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	
2.1.6.01.01.001	3º	Dividendos e Distribuição de Lucros a Pagar	
2.1.6.01.01.002	3º	Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.1.7		Transações com Partes Relacionadas	
2.1.7.01	1º	Transações com Partes Relacionadas	
2.1.7.01.01	2º	Transações com Coligadas, Controladas, Ligadas e Outras Obrigações	
2.1.7.01.01.001	3º	Transações com Coligadas e Controladas	
2.1.7.01.01.002	3º	Transações com Empresas Ligadas	
2.1.7.01.01.003	3º	Transações com Sócios e Quotistas	
2.1.7.01.01.004	3º	Transações com Administradores	
2.1.8		Provisões	
2.1.8.01	1º	Provisões	
2.1.8.01.01	2º	Provisões	
2.1.8.01.01.001	3º	Provisão de Férias e seus Encargos	
2.1.8.01.01.002	3º	Provisão de 13º Salário e seus Encargos	
2.1.8.01.01.003	3º	Gratificações e Participações a Empregados	
2.1.8.01.01.004	3º	Gratificações e Participações a Administradores	
2.1.9		Valores de Terceiros Arrecadados	
2.1.9.01	1º	Valores de Terceiros Arrecadados	
2.1.9.01.01	2º	Valores de Terceiros Arrecadados	
2.1.9.01.01.001	3º	Taxa de Embarque	(D)
2.1.9.01.01.002	3º	Pedágio	(D)
2.1.9.01.01.003	3º	Seguro Facultativo	(D)
2.1.9.01.02	2º	Taxa de Embarque	(I)
2.1.9.01.02.001	3º	Serviços Internacionais	(I)
2.1.9.01.02.002	3º	Serviços Interestaduais	(I)
2.1.9.01.02.003	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
2.1.9.01.02.004	3º	Serviços Municipais	(I)
2.1.9.01.03	2º	Pedágio	(I)
2.1.9.01.03.001	3º	Serviços Internacionais	(I)
2.1.9.01.03.002	3º	Serviços Interestaduais	(I)
2.1.9.01.03.003	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
2.1.9.01.03.004	3º	Serviços Municipais	(I)
2.1.9.01.04	2º	Seguro Facultativo	(I)
2.1.9.01.04.001	3º	Serviços Internacionais	(I)
2.1.9.01.04.002	3º	Serviços Interestaduais	(I)
2.1.9.01.04.003	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
2.1.9.01.04.004	3º	Serviços Municipais	(I)
2.2		Passivo Não Circulante	
2.2.1		Passivo Não Circulante	(A)

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.2.1.01	1º	Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	
2.2.1.01.01	2º	Empréstimos e Financiamentos	
2.2.1.01.01.001	3º	Empréstimos no País para Capital de Giro	
2.2.1.01.01.002	3º	Empréstimos no Exterior para Capital de Giro	
2.2.1.01.01.003	3º	Financiamentos no País para Ativo Fixo	
2.2.1.01.01.004	3º	Financiamentos no Exterior para Ativo Fixo	
2.2.1.01.01.997	3º	(-) Custos de Transação a amortizar	(I)
2.2.1.01.01.998	3º	(-) Outros Encargos Financeiros a amortizar	(I)
2.2.1.01.01.999	3º	Outros Empréstimos e Financiamentos	
2.2.1.01.02	2º	Obrigações com Outras Instituições	
2.2.1.01.02.001	3º	Credores por Consórcio	
2.2.1.01.02.002	3º	Arrendamento Mercantil Financeiro	(A)
2.2.1.01.02.003	3º	Debêntures	
2.2.1.01.02.998	3º	(-) Custos de Transação a amortizar	(I)
2.2.1.01.02.999	3º	(-) Outros Encargos Financeiros a amortizar	(I)
2.2.1.02	1º	Fornecedores	
2.2.1.02.01	2º	Fornecedores	
2.2.1.02.01.001	3º	Fornecedores Nacionais	
2.2.1.02.01.002	3º	Fornecedores Estrangeiros	
2.2.1.03	1º	Transações com Partes Relacionadas	
2.2.1.03.01	2º	Transações com Coligadas, Controladas, Ligadas e Outras Obrigações	
2.2.1.03.01.001	3º	Transações com Coligadas e Controladas	
2.2.1.03.01.002	3º	Transações com Empresas Ligadas	
2.2.1.03.01.003	3º	Transações com Sócios e Quotistas	
2.2.1.03.01.004	3º	Transações com Administradores	
2.2.1.04	1º	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias	
2.2.1.04.01	2º	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias	
2.2.1.04.01.001	3º	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias Parceladas	
2.2.1.04.01.002	3º	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias Sub-Judice	
2.2.1.05	1º	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente	
2.2.1.05.01	2º	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente	
2.2.1.05.01.001	3º	Outorgas	
2.2.1.05.01.002	3º	Obrigações Sub-Judice	
2.2.1.06	1º	Outras Exigibilidades	
2.2.1.06.01	2º	Retenções Contratuais	
2.2.1.06.01.001	3º	Retenções Contratuais	
2.2.1.06.01.002	3º	Arrendamento Operacional	(I)
2.2.1.07	1º	Provisões de Longo Prazo	
2.2.1.07.01	2º	Provisões para Impostos Diferidos	
2.2.1.07.01.001	3º	Imposto de Renda Diferido	
2.2.1.07.01.002	3º	Contribuição Social Diferida	
2.2.1.07.02	2º	Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes	
2.2.1.07.02.001	3º	Contingências com Agência Reguladora	
2.2.1.07.02.002	3º	Causas Cíveis	

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.2.1.07.02.003	3º	Causas Fiscais	
2.2.1.07.02.004	3º	Causas Trabalhistas	
2.2.1.08	1º	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.2.1.08.01	2º	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.2.1.08.01.001	3º	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.2.1.09	1º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
2.2.1.09.01	2º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
2.2.1.09.01.001	3º	Instrumentos Financeiros Derivativos	(I)
2.2.1.10	1º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.2.1.10.01	2º	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer	(I)
2.2.1.10.01.001	3º	(-) Por Natureza	(I)
2.3		Resultado de Exercícios Futuros	(D)
2.3.1		Resultado de Exercícios Futuros	(D)
2.3.1.01	1º	Resultado de Exercícios Futuros	(D)
2.3.1.01.01	2º	Resultado de Exercícios Futuros	(D)
2.3.1.01.01.001	3º	Receita de Exercícios Futuros	(D)
2.3.1.01.01.002	3º	Custos e Despesas Correspondentes as Receitas	(D)
2.4		Patrimônio Líquido	
2.4.1		Capital Social	
2.4.1.01	1º	Capital Social	
2.4.1.01.01	2º	Capital Social	
2.4.1.01.01.001	3º	Capital Social Subscrito	
2.4.1.01.01.002	3º	(-) Capital Social a Integralizar	
2.4.1.01.01.003	3º	(-) Ações ou Quotas em Tesouraria	
2.4.1.01.02	2º	(-) Gastos com Emissão de Ações	(I)
2.4.1.01.02.001	3º	(-) Gastos com Emissão de Ações	(I)
2.4.2		Reservas de Capital	
2.4.2.01	1º	Reservas de Capital	
2.4.2.01.01	2º	Reservas de Capital	
2.4.2.01.01.001	3º	Correção Monetária do Capital Integralizado	
2.4.2.01.01.002	3º	Ágio na Emissão de Ações ou Quotas	
2.4.2.01.01.003	3º	Doações e Subvenções para Investimentos	
2.4.2.01.01.004	3º	Prêmio na Emissão de Debêntures	
2.4.2.01.01.005	3º	Prêmio de Opção de Ações	(I)
2.4.2.01.01.999	3º	Outras Reservas de Capital	
2.4.3		Reservas de Reavaliação	(D)
2.4.3.01	1º	Reservas de Reavaliação	(D)

Código	Grau	Descrição	Legenda
2.4.3.01.01	2º	Reservas de Reavaliação	(D)
2.4.3.01.01.001	3º	Reavaliação de Ativos Próprios	(D)
2.4.3.01.01.002	3º	Reavaliação de Ativos em Investimentos Avaliados pelo MEP	(D)
2.4.4		Reservas de Lucros	
2.4.4.01	1º	Reservas de Lucros	
2.4.4.01.01	2º	Reservas de Lucros	
2.4.4.01.01.001	3º	Reserva Legal	
2.4.4.01.01.002	3º	Reserva Estatutária	
2.4.4.01.01.003	3º	Reserva para Contingências	
2.4.4.01.01.004	3º	Reserva de Lucros a Realizar	
2.4.4.01.01.005	3º	Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	
2.4.4.01.01.006	3º	Outras Reservas de Lucros	(I)
2.4.5		Prejuízos Acumulados	(A)
2.4.5.01	1º	Prejuízos Acumulados	(A)
2.4.5.01.01	2º	Prejuízos Acumulados	(A)
2.4.5.01.01.001	3º	Prejuízos de Exercícios Anteriores	(D)
2.4.5.01.01.002	3º	Resultado do Exercício	
2.4.5.01.01.003	3º	(-) Distribuição Antecipada de Lucros	
2.4.6		Ajustes de Avaliação Patrimonial	(I)
2.4.6.01	1º	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(I)
2.4.6.01.01	2º	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(I)
2.4.6.01.01.001	3º	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(I)
2.4.6.01.02	2º	Reservas de Reavaliação	(I)
2.4.6.01.02.001	3º	Reavaliação de Ativos Próprios	(I)
2.4.6.01.02.002	3º	Reavaliação de Ativos em Investimentos Avaliados pelo MEP	(I)
2.4.7		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(I)
2.4.7.01	1º	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(I)
2.4.7.01.01	2º	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(I)
2.4.7.01.01.001	3º	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(I)
3		Receita Líquida dos Serviços Prestados	(A)
3.1		Receita Bruta de Serviços Prestados	
3.1.1		Receita de Transporte de Passageiros	

Código	Grau	Descrição	Legenda
3.1.1.01	1º	Receita Transporte de Passageiros Internacional	
3.1.1.01.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Internacional	
3.1.1.01.01.001	3º	Convencional - Transporte de Passageiros Internacional	
3.1.1.01.01.999	3º	Outras Receitas - Transporte de Passageiros Internacional	
3.1.1.02	1º	Receita Transporte de Passageiros Interestadual	
3.1.1.02.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Interestadual	
3.1.1.02.01.001	3º	Convencional - Transporte de Passageiros Interestadual	
3.1.1.02.01.999	3º	Outras Receitas - Transporte de Passageiros Interestadual	
3.1.1.03	1º	Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano	(A)
3.1.1.03.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano	(A)
3.1.1.03.01.001	3º	Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano	(A)
3.1.1.04	1º	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal	
3.1.1.04.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal	
3.1.1.04.01.001	3º	Convencional - Transporte de Passageiros Intermunicipal	
3.1.1.04.01.999	3º	Outras - Transporte de Passageiros Intermunicipal	
3.1.1.05	1º	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semiurbano	(A)
3.1.1.05.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semiurbano	(A)
3.1.1.05.01.001	3º	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semiurbano	(A)
3.1.1.06	1º	Receita Transporte de Passageiros Municipal	
3.1.1.06.01	2º	Receita Transporte de Passageiros Municipal	
3.1.1.06.01.001	3º	Receita Transporte de Passageiros Municipal	
3.1.2		Receita de Outras Atividades	
3.1.2.01	1º	Fretamento Contínuo	
3.1.2.01.01	2º	Fretamento Contínuo	
3.1.2.01.01.001	3º	Serviço Internacional	
3.1.2.01.01.002	3º	Serviço Interestadual	
3.1.2.01.01.003	3º	Serviço Intermunicipal	
3.1.2.01.01.004	3º	Serviço Municipal	
3.1.2.01.01.999	3º	Outros	
3.1.2.02	1º	Fretamento Turismo	
3.1.2.02.01	2º	Fretamento Turismo	
3.1.2.02.01.001	3º	Serviço Internacional	
3.1.2.02.01.002	3º	Serviço Interestadual	

Código	Grau	Descrição	Legenda
3.1.2.02.01.003	3º	Serviço Intermunicipal	
3.1.2.02.01.004	3º	Serviço Municipal	
3.1.2.02.01.999	3º	Outros	
3.1.2.03	1º	Transporte de Encomendas	
3.1.2.03.01	2º	Transporte de Encomendas	
3.1.2.03.01.001	3º	Transporte de Encomendas	(D)
3.1.2.03.01.002	3º	Serviços Internacionais	(I)
3.1.2.03.01.003	3º	Serviços Interestaduais	(I)
3.1.2.03.01.004	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
3.1.2.03.01.005	3º	Serviços Municipais	(I)
3.1.2.04	1º	Excesso de Bagagem	
3.1.2.04.01	2º	Excesso de Bagagem	
3.1.2.04.01.001	3º	Excesso de Bagagem	(D)
3.1.2.04.01.002	3º	Serviços Internacionais	(I)
3.1.2.04.01.003	3º	Serviços Interestaduais	(I)
3.1.2.04.01.004	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
3.1.2.04.01.005	3º	Serviços Municipais	(I)
3.1.2.05	1º	Transporte de Cargas	
3.1.2.05.01	2º	Transporte de Cargas	
3.1.2.05.01.001	3º	Transporte de Cargas	
3.1.2.06	1º	Administração de Terminais	
3.1.2.06.01	2º	Administração de Terminais	
3.1.2.06.01.001	3º	Administração de Terminais	
3.1.2.07	1º	Publicidade em Veículos	(I)
3.1.2.07.01	2º	Publicidade em Veículos	(I)
3.1.2.07.01.001	3º	Serviços Internacionais	(I)
3.1.2.07.01.002	3º	Serviços Interestaduais	(I)
3.1.2.07.01.003	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
3.1.2.07.01.004	3º	Serviços Municipais	(I)
3.1.2.08	1º	Outras Receitas Vinculadas à Exploração dos Serviços	(I)
3.1.2.08.01	2º	Outras Receitas Vinculadas à Exploração dos Serviços	(I)
3.1.2.08.01.001	3º	Serviços Internacionais	(I)
3.1.2.08.01.002	3º	Serviços Interestaduais	(I)
3.1.2.08.01.003	3º	Serviços Intermunicipais	(I)
3.1.2.08.01.004	3º	Serviços Municipais	(I)
3.1.3		(-) Ajuste a Valor Presente Receitas	(I)
3.1.3.01	1º	(-) Ajuste a Valor Presente Receitas	(I)
3.1.3.01.01	2º	(-) Ajuste a Valor Presente Receitas	(I)
3.1.3.01.01.001	3º	Por natureza	(I)
3.2		(-) Deduções da Receita Bruta	
3.2.1		(-) Devoluções	

Código	Grau	Descrição	Legenda
3.2.1.01	1º	(-) Devoluções	
3.2.1.01.01	2º	(-) Devoluções	
3.2.1.01.01.001	3º	(-) Passagens Devolvidas	
3.2.1.01.01.002	3º	(-) Devoluções de Receitas de Bagagens e ou Encomendas	
3.2.1.01.01.003	3º	(-) Devoluções de Receitas de Cargas	
3.2.1.01.01.004	3º	(-) Abatimentos ou Descontos Incondicionais	
3.2.2		(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços	
3.2.2.01	1º	(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços	
3.2.2.01.01	2º	(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços	
3.2.2.01.01.001	3º	(-) PIS	
3.2.2.01.01.002	3º	(-) COFINS	
3.2.2.01.01.003	3º	(-) Simples	
3.2.2.01.01.004	3º	(-) ICMS	
3.2.2.01.01.005	3º	(-) ISS	(A)
3.2.2.01.01.006	3º	(-) Taxas Estaduais sobre a Prestação de Serviço	
4		Custos	
4.1		Custo de Tráfego e Operação	
4.1.1		Transporte Internacional de Passageiros	
4.1.1.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	(A)
4.1.1.01.01	2º	Remunerações	
4.1.1.01.01.001	3º	Salários	
4.1.1.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.1.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.1.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.1.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.1.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.1.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.1.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.1.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.1.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.1.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.1.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.1.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.1.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.1.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.1.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.1.01.02.001	3º	FGTS Sobre Folha de Pagamento	
4.1.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.1.01.03	2º	Benefícios	
4.1.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.1.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.1.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.1.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.1.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Internacional exceto Motorista)	
4.1.1.02.01	2º	Remunerações	
4.1.1.02.01.001	3º	Salários	
4.1.1.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.1.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.1.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.1.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.1.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.1.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.1.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.1.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.1.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.1.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.1.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.1.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.1.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.1.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.1.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.1.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.1.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.1.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.1.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.1.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.1.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.1.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.1.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.1.02.03	2º	Benefícios	
4.1.1.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.1.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.1.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.1.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.1.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.1.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.1.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.1.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.1.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.1.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.1.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.1.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.1.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.1.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.1.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.1.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.1.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.1.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.1.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.1.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.1.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.1.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.1.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.1.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.1.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.1.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.1.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.1.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.1.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.1.03.04.001	3º	IPVA - Imposto Sobre Veículos Automotores	
4.1.1.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.1.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.1.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.1.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.1.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.1.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	
4.1.1.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
4.1.1.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamento	
4.1.1.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.1.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.1.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.1.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.1.04.01.999	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.1.04.02	2º	Locações	
4.1.1.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.1.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.1.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.1.05.01	2º	Custos com Acidentes	(A)
4.1.1.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.1.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.1.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.1.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.1.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.1.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.1.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.1.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.1.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.1.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	(A)
4.1.1.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.1.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.1.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.1.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	(A)
4.1.1.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.1.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.1.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.1.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.1.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.1.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.1.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.1.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.1.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.1.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.1.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.1.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.1.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.1.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.1.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.1.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.1.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.1.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.1.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.1.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.1.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.1.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.2		Transporte Interestadual de Passageiros	
4.1.2.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.2.01.01	2º	Remunerações	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.2.01.01.001	3º	Salários	
4.1.2.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.2.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.2.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.2.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.2.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.2.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.2.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.2.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.2.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.2.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.2.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.2.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.2.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.2.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.2.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.2.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.2.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.2.01.02.001	3º	FGTS Sobre Folha de Pagamento	
4.1.2.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.2.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.2.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.2.01.02.005	3º	INSS E FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.2.01.02.006	3º	INSS E FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.2.01.03	2º	Benefícios	
4.1.2.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.2.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.2.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.2.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.2.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.2.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.2.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.2.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.2.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.2.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.2.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.2.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.2.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.2.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.2.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.2.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Interestadual exceto Motorista)	
4.1.2.02.01	2º	Remunerações	
4.1.2.02.01.001	3º	Salários	
4.1.2.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.2.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.2.02.01.004	3º	Abono Salarial	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.2.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.2.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.2.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.2.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.2.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.2.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.2.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.2.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.2.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.2.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.2.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.2.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.2.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.2.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.2.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.2.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.2.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.2.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.2.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.2.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.2.02.03	2º	Benefícios	
4.1.2.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.2.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.2.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.2.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.2.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.2.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.2.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.2.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.2.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.2.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.2.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.2.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.2.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.2.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.2.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.2.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.2.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.2.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.2.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.2.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.2.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.2.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.2.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.2.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.2.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.2.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.2.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.2.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.2.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.2.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.2.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.2.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.2.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.2.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.2.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.2.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	
4.1.2.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
4.1.2.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.2.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.2.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.2.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.2.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.2.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.2.04.02	2º	Locações	(A)
4.1.2.04.02.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos	(D)
4.1.2.04.02.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	(D)
4.1.2.04.02.003	3º	Locação de Bens Imóveis	(I)
4.1.2.04.02.004	3º	Locação de Bens Móveis	(I)
4.1.2.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.2.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.2.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.2.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.2.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.2.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.2.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.2.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.2.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.2.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.2.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.2.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.2.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.2.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.2.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.2.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.2.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.2.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.2.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.2.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.2.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.2.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.2.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.2.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.2.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.2.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.2.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.2.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.2.06.01.011	3º	Veiculos de carga	(I)
4.1.2.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.2.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.2.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.2.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.2.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.2.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.2.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.2.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.2.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.3		Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	(A)
4.1.3.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.3.01.01	2º	Remunerações	
4.1.3.01.01.001	3º	Salários	
4.1.3.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.3.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.3.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.3.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.3.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.3.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.3.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.3.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.3.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.3.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.3.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.3.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.3.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.3.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.3.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.3.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.3.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.3.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.3.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.3.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.3.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.3.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.3.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.3.01.03	2º	Benefícios	
4.1.3.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.3.01.03.002	3º	Refeitório	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.3.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.3.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.3.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.3.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.3.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.3.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.3.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.3.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.3.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.3.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.3.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.3.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.3.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.3.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Interestadual Semiurbano exceto Motorista)	(A)
4.1.3.02.01	2º	Remunerações	
4.1.3.02.01.001	3º	Salários	
4.1.3.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.3.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.3.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.3.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.3.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.3.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.3.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.3.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.3.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.3.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.3.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.3.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.3.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.3.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.3.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.3.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.3.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.3.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.3.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.3.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.3.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.3.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.3.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.3.02.03	2º	Benefícios	
4.1.3.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.3.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.3.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.3.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.3.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.3.02.03.006	3º	Vale Transporte	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.3.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.3.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.3.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.3.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.3.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.3.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.3.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.3.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.3.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.3.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.3.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.3.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.3.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.3.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.3.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.3.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.3.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.3.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.3.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.3.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.3.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.3.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.3.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.3.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.3.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.3.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.3.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.3.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.3.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.3.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	
4.1.3.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
4.1.3.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.3.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.3.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.3.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.3.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.3.04.01.999	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.3.04.02	2º	Locações	
4.1.3.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.3.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.3.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.3.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.3.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.3.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.3.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.3.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.3.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.3.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.3.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.3.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.3.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.3.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.3.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.3.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.3.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.3.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.3.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.3.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.3.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.3.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.3.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.3.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.3.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.3.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.3.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.3.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.3.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.3.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.3.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.3.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.3.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.3.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.3.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.3.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.3.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.3.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.3.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.3.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.4		Transporte Intermunicipal de Passageiros	
4.1.4.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.4.01.01	2º	Remunerações	
4.1.4.01.01.001	3º	Salários	
4.1.4.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.4.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.4.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.4.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.4.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.4.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.4.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.4.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.4.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.4.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.4.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.4.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.4.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.4.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.4.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.4.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.4.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.4.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.4.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.4.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.4.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.4.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.4.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.4.01.03	2º	Benefícios	
4.1.4.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.4.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.4.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.4.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.4.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.4.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.4.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.4.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.4.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.4.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.4.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.4.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.4.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.4.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.4.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.4.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Intermunicipal exceto Motorista)	
4.1.4.02.01	2º	Remunerações	
4.1.4.02.01.001	3º	Salários	
4.1.4.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.4.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.4.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.4.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.4.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.4.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.4.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.4.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.4.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.4.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.4.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.4.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.4.02.01.014	3º	Provisão Para 13º Salário	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.4.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.4.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.4.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.4.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.4.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.4.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.4.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.4.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.4.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.4.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.4.02.03	2º	Benefícios	
4.1.4.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.4.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.4.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.4.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.4.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.4.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.4.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.4.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.4.02.03.999	3º	Outros Benefícios e Funcionários	
4.1.4.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.4.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.4.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.4.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.4.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.4.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.4.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.4.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.4.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.4.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.4.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.4.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.4.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.4.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.4.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.4.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.4.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.4.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.4.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.4.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.4.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.4.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.4.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.4.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.4.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.4.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.4.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.4.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
4.1.4.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.4.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.4.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.4.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.4.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.4.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.4.04.02	2º	Locações	
4.1.4.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.4.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.4.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.4.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.4.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.4.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.4.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.4.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.4.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.4.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.4.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.4.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.4.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.4.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.4.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.4.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.4.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.4.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.4.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.4.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.4.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.4.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.4.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.4.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.4.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.4.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.4.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.4.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.4.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.4.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.4.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.4.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.4.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.4.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.4.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.4.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.4.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.4.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.4.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.4.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.5		Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	(A)
4.1.5.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.5.01.01	2º	Remunerações	
4.1.5.01.01.001	3º	Salários	
4.1.5.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.5.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.5.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.5.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.5.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.5.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.5.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.5.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.5.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.5.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.5.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.5.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.5.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.5.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.5.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.5.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.5.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.5.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.5.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.5.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.5.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.5.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.5.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.5.01.03	2º	Benefícios	
4.1.5.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.5.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.5.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.5.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.5.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.5.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.5.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.5.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.5.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.5.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.5.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.5.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.5.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.5.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.5.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.5.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Intermunicipal Semiurbano exceto Motorista)	(A)
4.1.5.02.01	2º	Remunerações	
4.1.5.02.01.001	3º	Salários	
4.1.5.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.5.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.5.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.5.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.5.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.5.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.5.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.5.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.5.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.5.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.5.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.5.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.5.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.5.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.5.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.5.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.5.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.5.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.5.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.5.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.5.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.5.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.5.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.5.02.03	2º	Benefícios	
4.1.5.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.5.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.5.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.5.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.5.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.5.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.5.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.5.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.5.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.5.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.5.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.5.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.5.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.5.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.5.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.5.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.5.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.5.03.01.001	3º	Óleo Diesel	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.5.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.5.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.5.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.5.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.5.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.5.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.5.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.5.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.5.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.5.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.5.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.5.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.5.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.5.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.5.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.5.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.5.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.5.03.05.002	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.5.03.05.003	3º	Gabinete Sanitário	(I)
4.1.5.03.05.004	3º	Suprimentos de Bordo	(I)
4.1.5.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.5.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.5.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.5.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.5.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.5.04.02	2º	Locações	
4.1.5.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.5.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.5.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.5.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.5.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.5.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.5.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.5.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.5.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.5.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.5.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.5.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.5.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.5.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.5.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.5.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.5.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.5.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.5.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.5.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.5.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.5.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.5.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.5.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.5.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.5.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.5.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.5.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.5.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.5.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.5.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.5.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.5.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.5.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.5.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.5.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.5.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.5.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.5.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.5.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	

4.1.6

Transporte Municipal de Passageiros

4.1.6.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.6.01.01	2º	Remunerações	
4.1.6.01.01.001	3º	Salários	
4.1.6.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.6.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.6.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.6.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.6.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.6.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.6.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.6.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.6.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.6.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.6.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.6.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.6.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.6.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.6.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.6.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.6.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.6.01.02.001	3º	FGTS Sobre Folha de Pagamento	
4.1.6.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.6.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.6.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.6.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.6.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.6.01.03	2º	Benefícios	
4.1.6.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.6.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.6.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.6.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.6.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.6.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.6.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.6.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.6.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.6.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.6.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.6.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.6.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.6.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.6.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.6.02	1º	Custos com Pessoal (Op. Municipal exceto Motorista)	
4.1.6.02.01	2º	Remunerações	
4.1.6.02.01.001	3º	Salários	
4.1.6.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.6.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.6.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.6.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.6.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.6.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.6.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.6.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.6.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.6.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.6.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.6.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.6.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.6.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.6.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.6.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.6.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.6.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.6.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.6.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.6.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.6.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.6.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.6.02.03	2º	Benefícios	
4.1.6.02.03.001	3º	Vale Refeição	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.6.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.6.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.6.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.6.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.6.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.6.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.6.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.6.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.6.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.6.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.6.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.6.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.6.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.6.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.6.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.6.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.6.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.6.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.6.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.6.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.6.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.6.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.6.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.6.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.6.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.6.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.6.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.6.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.6.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.6.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.6.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.6.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.6.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.6.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.6.03.05.002	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.6.03.05.003	3º	Gabinete Sanitário	(I)
4.1.6.03.05.004	3º	Suprimentos de Bordo	(I)
4.1.6.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.6.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.6.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.6.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.6.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.6.04.02	2º	Locações	
4.1.6.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.6.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.6.05	1º	Outros Custos Operacionais	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.6.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.6.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.6.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.6.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.6.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.6.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.6.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.6.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.6.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.6.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.6.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.6.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.6.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.6.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.6.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.6.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.6.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.6.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.6.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.6.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.6.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.6.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.6.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.6.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.6.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.6.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.6.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.6.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.6.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.6.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.6.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.6.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.6.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.6.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.6.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.6.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.6.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.7		Custo com Fretamento	
4.1.7.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.7.01.01	2º	Remunerações	
4.1.7.01.01.001	3º	Salários	
4.1.7.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.7.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.7.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.7.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.7.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.7.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.7.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.7.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.7.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.7.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.7.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.7.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.7.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.7.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.7.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.7.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.7.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.7.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.7.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.7.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.7.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.7.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.7.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.7.01.03	2º	Benefícios	
4.1.7.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.7.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.7.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.7.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.7.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.7.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.7.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.7.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.7.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.7.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.7.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.7.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.7.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.7.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.7.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.7.02	1º	Custos com Pessoal (Op. de Fretamento exceto Motorista)	
4.1.7.02.01	2º	Remunerações	
4.1.7.02.01.001	3º	Salários	
4.1.7.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.7.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.7.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.7.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.7.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.7.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.7.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.7.02.01.009	3º	Adicional Noturno	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.7.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.7.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.7.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.7.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.7.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.7.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.7.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.7.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.7.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.7.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.7.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.7.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.7.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.7.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.7.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.7.02.03	2º	Benefícios	
4.1.7.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.7.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.7.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.7.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.7.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.7.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.7.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.7.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.7.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.7.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.7.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.7.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.7.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.7.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.7.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.7.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.7.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.7.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.7.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.7.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.7.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.7.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.7.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.7.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.7.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.7.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.7.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
4.1.7.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.7.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.7.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.7.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.7.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.7.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.7.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.7.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.7.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	
4.1.7.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
4.1.7.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.7.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.7.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.7.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.7.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.7.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.7.04.02	2º	Locações	
4.1.7.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.7.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.7.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.7.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.7.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.7.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.7.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.7.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.7.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.7.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.7.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.7.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.7.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.1.7.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.1.7.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.7.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.7.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.7.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.7.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.7.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.7.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.7.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.7.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.7.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.7.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.7.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.7.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.7.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.7.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.7.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.7.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.7.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.7.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.7.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.7.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.7.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.7.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.7.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.7.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.7.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.1.8		Custo com Transporte de Cargas e Encomendas	
4.1.8.01	1º	Custos com Pessoal (Motoristas)	
4.1.8.01.01	2º	Remunerações	
4.1.8.01.01.001	3º	Salários	
4.1.8.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.8.01.01.003	3º	Anuênios	
4.1.8.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.8.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.8.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.8.01.01.007	3º	Prêmios	
4.1.8.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.8.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.8.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.8.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.8.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.8.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.8.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.8.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.8.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.8.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.8.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.8.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.8.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.8.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.8.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.8.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.8.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.8.01.03	2º	Benefícios	
4.1.8.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.8.01.03.002	3º	Refeitório	
4.1.8.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.8.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.8.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.8.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.8.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.8.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.1.8.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.8.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.8.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.8.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.8.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.1.8.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.8.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.8.02	1º	Custos com Pessoal (Op. de Transporte de Cargas e Encomendas exceto Motorista)	
4.1.8.02.01	2º	Remunerações	
4.1.8.02.01.001	3º	Salários	
4.1.8.02.01.002	3º	Horas Extras	
4.1.8.02.01.003	3º	Anuênios	
4.1.8.02.01.004	3º	Abono Salarial	
4.1.8.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.1.8.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.1.8.02.01.007	3º	Prêmios	
4.1.8.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.1.8.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.1.8.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.1.8.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.1.8.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.1.8.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.1.8.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.1.8.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.1.8.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.1.8.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.1.8.02.02	2º	Encargos Sociais	
4.1.8.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.1.8.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.1.8.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.1.8.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.1.8.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.1.8.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.1.8.02.03	2º	Benefícios	
4.1.8.02.03.001	3º	Vale Refeição	
4.1.8.02.03.002	3º	Refeitório	
4.1.8.02.03.003	3º	Assistência Médica	
4.1.8.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.1.8.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.1.8.02.03.006	3º	Vale Transporte	
4.1.8.02.03.007	3º	Cesta Básica	
4.1.8.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.1.8.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.1.8.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.1.8.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.1.8.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.1.8.02.04.003	3º	Estagiários	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.8.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.1.8.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.1.8.03	1º	Custos com Veículos	
4.1.8.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.1.8.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
4.1.8.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
4.1.8.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
4.1.8.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
4.1.8.03.02.001	3º	Pneus Novos	
4.1.8.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
4.1.8.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
4.1.8.03.03	2º	Materiais e Serviços para Conservação	
4.1.8.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
4.1.8.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia dos Veículos	
4.1.8.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
4.1.8.03.04	2º	Legalização de Veículos	
4.1.8.03.04.001	3º	IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores	
4.1.8.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
4.1.8.03.04.003	3º	Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras	
4.1.8.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
4.1.8.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
4.1.8.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
4.1.8.03.05.002	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamentos	
4.1.8.03.05.003	3º	Gabinete Sanitário	(I)
4.1.8.03.05.004	3º	Suprimentos de Bordo	(I)
4.1.8.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
4.1.8.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.1.8.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.1.8.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros	
4.1.8.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.1.8.04.02	2º	Locações	
4.1.8.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.1.8.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.1.8.05	1º	Outros Custos Operacionais	
4.1.8.05.01	2º	Custos com Acidentes	
4.1.8.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
4.1.8.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
4.1.8.05.01.003	3º	Indenizações de Cargas	
4.1.8.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
4.1.8.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.1.8.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.1.8.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.1.8.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.1.8.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.1.8.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.1.8.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.1.8.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.1.8.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.1.8.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.1.8.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.1.8.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.1.8.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
4.1.8.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.1.8.06.01.002	3º	Instalações	
4.1.8.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
4.1.8.06.01.004	3º	Veículos de Apoio da Operação	
4.1.8.06.01.005	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.1.8.06.01.006	3º	Ferramentas Duráveis	
4.1.8.06.01.007	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.1.8.06.01.008	3º	Softwares	(D)
4.1.8.06.01.009	3º	Móveis e Utensílios	
4.1.8.06.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.1.8.06.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.1.8.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.1.8.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.1.8.06.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.1.8.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.1.8.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.1.8.06.02.003	3º	Softwares	(I)
4.1.8.06.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.1.8.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.1.8.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.2		Custo de Manutenção	
4.2.1		Transporte Internacional de Passageiros	
4.2.1.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.1.01.01	2º	Remunerações	
4.2.1.01.01.001	3º	Salários	
4.2.1.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.1.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.1.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.1.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.1.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.1.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.1.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.1.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.1.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.1.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.1.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.1.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.1.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.1.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.1.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.2.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.1.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.1.01.03	2º	Benefícios	
4.2.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.1.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.1.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.1.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.1.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.1.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.1.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.1.02.02	2º	Rodagem	
4.2.1.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.1.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.1.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.1.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.1.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.1.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.1.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.1.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.1.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.1.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.1.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.1.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.1.03.02	2º	Locações	
4.2.1.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.1.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.1.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.1.04.01	2º	Custos com Acidentes	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.1.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.1.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.1.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.1.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.1.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.1.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.1.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.2.1.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.1.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.1.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.1.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.1.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.1.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.1.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.1.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.1.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.1.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.1.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.1.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.1.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.1.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.1.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.1.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.1.05.01.010	3º	Veiculos de Passageiros	(I)
4.2.1.05.01.010	3º	Veiculos de carga	(I)
4.2.1.05.01.011	3º	Embarcações	(I)
4.2.1.05.01.012	3º	Aeronaves	(I)
4.2.1.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.2.1.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.1.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.1.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.1.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.1.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.1.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.2.2		Transporte Interestadual de Passageiros	
4.2.2.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.2.01.01	2º	Remunerações	
4.2.2.01.01.001	3º	Salários	
4.2.2.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.2.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.2.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.2.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.2.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.2.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.2.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.2.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.2.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.2.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.2.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.2.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.2.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.2.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.2.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.2.2.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.2.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.2.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.2.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.2.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.2.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.2.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.2.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.2.01.03	2º	Benefícios	
4.2.2.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.2.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.2.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.2.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.2.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.2.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.2.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.2.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.2.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.2.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.2.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.2.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.2.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.2.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.2.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.2.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.2.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.2.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.2.02.02	2º	Rodagem	
4.2.2.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.2.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.2.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.2.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.2.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.2.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.2.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.2.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.2.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.2.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.2.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.2.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.2.03.02	2º	Locações	
4.2.2.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.2.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.2.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.2.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.2.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.2.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.2.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.2.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.2.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.2.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.2.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.2.2.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.2.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.2.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.2.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.2.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.2.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.2.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.2.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.2.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.2.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.2.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.2.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.2.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.2.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.2.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.2.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.2.05.01.010	3º	Veículos de Passageiros	(I)
4.2.2.05.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.2.2.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.2.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.2.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.2.2.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.2.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.2.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.2.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.2.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.2.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.2.3		Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	(A)
4.2.3.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.3.01.01	2º	Remunerações	
4.2.3.01.01.001	3º	Salários	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.3.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.3.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.3.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.3.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.3.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.3.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.3.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.3.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.3.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.3.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.3.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.3.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.3.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.3.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.3.01.01.016	3º	Participação Nos Resultados	
4.2.3.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.3.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.3.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.3.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.3.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.3.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.3.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.3.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.3.01.03	2º	Benefícios	
4.2.3.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.3.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.3.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.3.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.3.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.3.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.3.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.3.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.3.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.3.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.3.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.3.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.3.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.3.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.3.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.3.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.3.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.3.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.3.02.02	2º	Rodagem	
4.2.3.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.3.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.3.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.3.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.3.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.3.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.3.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.3.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.3.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.3.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.3.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.3.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.3.03.02	2º	Locações	
4.2.3.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.3.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.3.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.3.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.3.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.3.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.3.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.3.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.3.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.3.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.3.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.2.3.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.3.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.3.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.3.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.3.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.3.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.3.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.3.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.3.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.3.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.3.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.3.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.3.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.3.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.3.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.3.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.3.05.01.010	3º	Veículos de Passageiros	(I)
4.2.3.05.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.2.3.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.3.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.3.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.2.3.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.3.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.3.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.3.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.3.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.3.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.4		Transporte Intermunicipal de Passageiros	
4.2.4.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.4.01.01	2º	Remunerações	
4.2.4.01.01.001	3º	Salários	
4.2.4.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.4.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.4.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.4.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.4.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.4.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.4.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.4.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.4.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.4.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.4.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.4.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.4.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.4.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.4.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.2.4.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.4.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.4.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.4.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.4.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.4.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.4.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.4.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.4.01.03	2º	Benefícios	
4.2.4.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.4.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.4.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.4.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.4.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.4.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.4.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.4.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.4.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.4.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.4.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.4.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.4.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.4.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.4.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.4.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.4.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.4.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.4.02.02	2º	Rodagem	
4.2.4.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.4.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.4.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.4.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.4.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.4.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.4.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.4.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.4.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.4.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.4.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.4.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.4.03.02	2º	Locações	
4.2.4.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.4.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.4.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.4.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.4.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.4.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.4.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.4.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.4.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.4.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.4.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.2.4.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.4.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.4.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.4.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.4.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.4.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.4.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.4.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.4.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.4.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.4.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.4.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.4.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.4.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.4.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.4.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.4.05.01.010	3º	Veículos de Passageiros	(I)
4.2.4.05.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.2.4.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.4.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.4.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.4.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.4.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.4.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.4.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.4.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.4.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.2.5		Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	(A)
4.2.5.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.5.01.01	2º	Remunerações	
4.2.5.01.01.001	3º	Salários	
4.2.5.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.5.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.5.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.5.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.5.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.5.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.5.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.5.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.5.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.5.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.5.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.5.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.5.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.5.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.5.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.2.5.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.5.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.5.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.5.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.5.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.5.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.5.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.5.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.5.01.03	2º	Benefícios	
4.2.5.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.5.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.5.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.5.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.5.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.5.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.5.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.5.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.5.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.5.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.5.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.5.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.5.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.5.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.5.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.5.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.5.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.5.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.5.02.02	2º	Rodagem	
4.2.5.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.5.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.5.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.5.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.5.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.5.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.5.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.5.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.5.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.5.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.5.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.5.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.5.03.02	2º	Locações	
4.2.5.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.5.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.5.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.5.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.5.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.5.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.5.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.5.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.5.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.5.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.5.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.2.5.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.5.04.02.007	3º	Materiais de Expediente E Informática	
4.2.5.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.5.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.5.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.5.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.5.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.5.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.5.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.5.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.5.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.5.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.5.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.5.05.01.007	3º	Softwares	(D)

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.5.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.5.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.5.05.01.010	3º	Veiculos de Passageiros	(I)
4.2.5.05.01.011	3º	Veiculos de carga	(I)
4.2.5.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.5.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.5.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.2.5.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.5.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.5.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.5.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.5.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.5.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	

4.2.6

Transporte Municipal de Passageiros

4.2.6.01	1º	Custos com Pessoal
4.2.6.01.01	2º	Remunerações
4.2.6.01.01.001	3º	Salários
4.2.6.01.01.002	3º	Horas Extras
4.2.6.01.01.003	3º	Anuênios
4.2.6.01.01.004	3º	Abono Salarial
4.2.6.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado
4.2.6.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações
4.2.6.01.01.007	3º	Prêmios
4.2.6.01.01.008	3º	Ajuda de Custo
4.2.6.01.01.009	3º	Adicional Noturno
4.2.6.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade
4.2.6.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado
4.2.6.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias
4.2.6.01.01.013	3º	Provisão de Férias
4.2.6.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário
4.2.6.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas
4.2.6.01.01.016	3º	Participação nos Resultados
4.2.6.01.01.999	3º	Outras Remunerações
4.2.6.01.02	2º	Encargos Sociais
4.2.6.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento
4.2.6.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)
4.2.6.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore
4.2.6.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas
4.2.6.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias
4.2.6.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º
4.2.6.01.03	2º	Benefícios
4.2.6.01.03.001	3º	Vale Refeição
4.2.6.01.03.002	3º	Refeitório
4.2.6.01.03.003	3º	Assistência Médica
4.2.6.01.03.004	3º	Assistência Odontológica

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.6.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.6.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.6.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.6.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.6.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.6.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.6.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.6.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.6.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.6.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.6.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.6.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.6.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.6.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.6.02.02	2º	Rodagem	
4.2.6.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.6.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.6.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.6.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.6.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.6.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.6.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.6.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.6.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.6.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.6.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.6.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.6.03.02	2º	Locações	
4.2.6.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.6.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.6.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.6.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.6.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.6.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.6.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.6.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.6.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.6.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.6.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.2.6.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.6.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.6.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.6.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.6.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.6.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.6.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.6.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.6.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.6.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.6.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.6.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.6.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.6.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.6.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.6.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.6.05.01.010	3º	Veiculos de Passageiros	(I)
4.2.6.05.01.011	3º	Veiculos de carga	(I)
4.2.6.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.6.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.6.05.02	2º	Custos com Amortização - Intangível	
4.2.6.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.6.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.6.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.6.05.03	2º	Custos com Amortização - Diferido	
4.2.6.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.6.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	

4.2.7

Custo com Fretamento

4.2.7.01

1º

Custos com Pessoal

4.2.7.01.01	2º	Remunerações	
4.2.7.01.01.001	3º	Salários	
4.2.7.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.7.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.7.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.7.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.7.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.7.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.7.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.7.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.7.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.7.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.7.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.7.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.7.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.7.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.7.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.2.7.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.7.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.7.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.7.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.7.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.7.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.7.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.7.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.7.01.03	2º	Benefícios	
4.2.7.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.7.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.7.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.7.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.7.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.7.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.7.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.7.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.7.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.7.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.7.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.7.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.7.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.7.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.7.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.7.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.7.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.7.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.7.02.02	2º	Rodagem	
4.2.7.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.7.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.7.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.7.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.7.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.7.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.7.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.7.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.7.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.7.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.7.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.7.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.7.03.02	2º	Locações	
4.2.7.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.7.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.7.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.7.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.7.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.7.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.2.7.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.7.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.7.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.7.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.7.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.2.7.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.7.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.7.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.7.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.7.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.7.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.7.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.7.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.7.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.7.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.7.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.7.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.7.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.7.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.7.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.7.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.7.05.01.010	3º	Veiculos de Passageiros	(I)
4.2.7.05.01.011	3º	Veiculos de carga	(I)
4.2.7.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.7.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.7.05.02	2º	Custos com Amortização – Intangível	
4.2.7.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.7.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.7.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.7.05.03	2º	Custos com Amortização – Diferido	
4.2.7.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.7.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.2.8		Custo com Transporte de Cargas e Encomendas	
4.2.8.01	1º	Custos com Pessoal	
4.2.8.01.01	2º	Remunerações	
4.2.8.01.01.001	3º	Salários	
4.2.8.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.2.8.01.01.003	3º	Anuênios	
4.2.8.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.2.8.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.2.8.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.2.8.01.01.007	3º	Prêmios	
4.2.8.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.2.8.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.2.8.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.2.8.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.2.8.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.2.8.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.2.8.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.2.8.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.2.8.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.8.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.2.8.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.2.8.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.2.8.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.2.8.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.2.8.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.2.8.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.2.8.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.2.8.01.03	2º	Benefícios	
4.2.8.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.2.8.01.03.002	3º	Refeitório	
4.2.8.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.2.8.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.2.8.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.2.8.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.2.8.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.2.8.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
4.2.8.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.2.8.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.2.8.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.2.8.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.2.8.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
4.2.8.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
4.2.8.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
4.2.8.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.2.8.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.8.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.2.8.02.02	2º	Rodagem	
4.2.8.02.02.001	3º	Rodagem	
4.2.8.02.03	2º	Manutenção de Veículos	
4.2.8.02.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
4.2.8.02.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
4.2.8.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.2.8.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.2.8.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.8.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
4.2.8.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.2.8.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.2.8.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.2.8.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.2.8.03.02	2º	Locações	
4.2.8.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.2.8.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.2.8.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.2.8.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.2.8.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.2.8.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.2.8.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.2.8.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.2.8.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.2.8.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.2.8.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
4.2.8.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.2.8.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.2.8.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.2.8.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.2.8.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.2.8.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.2.8.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
4.2.8.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.2.8.05.01.002	3º	Instalações	
4.2.8.05.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
4.2.8.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.2.8.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.2.8.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.2.8.05.01.007	3º	Softwares	(D)
4.2.8.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.2.8.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.2.8.05.01.010	3º	Veículos de Passageiros	(I)
4.2.8.05.01.011	3º	Veículos de carga	(I)
4.2.8.05.01.012	3º	Embarcações	(I)
4.2.8.05.01.013	3º	Aeronaves	(I)
4.2.8.05.02	2º	Custos com Amortização – Intangível	
4.2.8.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.2.8.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.2.8.05.02.003	3º	Softwares	(I)
4.2.8.05.03	2º	Custos com Amortização – Diferido	
4.2.8.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
4.2.8.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
4.3		Custo com Administração de Terminais	
4.3.1		Custo com Administração de Terminais	
4.3.1.01	1º	Custos com Pessoal	
4.3.1.01.01	2º	Remunerações	
4.3.1.01.01.001	3º	Salários	
4.3.1.01.01.002	3º	Horas Extras	
4.3.1.01.01.003	3º	Anuênios	
4.3.1.01.01.004	3º	Abono Salarial	
4.3.1.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
4.3.1.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
4.3.1.01.01.007	3º	Prêmios	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.3.1.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
4.3.1.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
4.3.1.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
4.3.1.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
4.3.1.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
4.3.1.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
4.3.1.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
4.3.1.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
4.3.1.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
4.3.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
4.3.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
4.3.1.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
4.3.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
4.3.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
4.3.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
4.3.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
4.3.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
4.3.1.01.03	2º	Benefícios	
4.3.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
4.3.1.01.03.002	3º	Refeitório	
4.3.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
4.3.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
4.3.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
4.3.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
4.3.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	
4.3.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
4.3.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
4.3.1.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
4.3.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
4.3.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
4.3.1.01.04.003	3º	Estagiários	
4.3.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	
4.3.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	
4.3.1.02	1º	Custos com Veículos de Apoio	
4.3.1.02.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.3.1.02.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
4.3.1.02.02	2º	Rodagem	
4.3.1.02.02.001	3º	Rodagem	
4.3.1.02.03	2º	Manutenção de Veículos de Apoio	
4.3.1.02.03.001	3º	Manutenção de Veículos de Apoio	
4.3.1.02.04	2º	Legalização de Veículos	
4.3.1.02.04.001	3º	Legalização de Veículos	
4.3.1.02.05	2º	Outras Custos com Veículos	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.3.1.02.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	
4.3.1.03	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
4.3.1.03.01	2º	Arrendamento Mercantil	
4.3.1.03.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio	
4.3.1.03.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
4.3.1.03.02	2º	Locações	
4.3.1.03.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
4.3.1.03.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
4.3.1.04	1º	Outros Custos Operacionais	
4.3.1.04.01	2º	Custos com Acidentes	
4.3.1.04.01.001	3º	Custos com Acidentes	
4.3.1.04.02	2º	Outros Custos Operacionais	
4.3.1.04.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
4.3.1.04.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
4.3.1.04.02.003	3º	Energia Elétrica	
4.3.1.04.02.004	3º	Água e Esgoto	
4.3.1.04.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
4.3.1.04.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
4.3.1.04.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
4.3.1.04.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
4.3.1.04.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
4.3.1.04.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
4.3.1.05	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
4.3.1.05.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Administração de Terminais	
4.3.1.05.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
4.3.1.05.01.002	3º	Instalações	
4.3.1.05.01.003	3º	Veículos de Apoio da Administração de Terminais	
4.3.1.05.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
4.3.1.05.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
4.3.1.05.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
4.3.1.05.01.007	3º	Softwares	
4.3.1.05.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
4.3.1.05.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
4.3.1.05.01.010	3º	Veículos de carga	
4.3.1.05.01.011	3º	Embarcações	
4.3.1.05.01.012	3º	Aeronaves	
4.3.1.05.02	2º	Custos com Amortização – Intangível	
4.3.1.05.02.001	3º	Direitos de Uso	
4.3.1.05.02.002	3º	Marcas e Patentes	
4.3.1.05.02.003	3º	Softwares	
4.3.1.05.03	2º	Custos com Amortização – Diferido	
4.3.1.05.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	

Código	Grau	Descrição	Legenda
4.3.1.05.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
5		Despesas e Demais Resultados	
5.1		Despesas Operacionais	
5.1.1		Despesas Comerciais	
5.1.1.01	1º	Despesas com Pessoal	
5.1.1.01.01	2º	Remunerações	
5.1.1.01.01.001	3º	Pró-Labore e Honorários da Diretoria	
5.1.1.01.01.002	3º	Salários	
5.1.1.01.01.003	3º	Horas Extras	
5.1.1.01.01.004	3º	Anuênios	
5.1.1.01.01.005	3º	Abono Salarial	
5.1.1.01.01.006	3º	Descanso Semanal Remunerado	
5.1.1.01.01.007	3º	Comissões e Gratificações	
5.1.1.01.01.008	3º	Prêmios	
5.1.1.01.01.009	3º	Ajuda de Custo	
5.1.1.01.01.010	3º	Adicional Noturno	
5.1.1.01.01.011	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
5.1.1.01.01.012	3º	Aviso Prévio Indenizado	
5.1.1.01.01.013	3º	Abono Pecuniário de Férias	
5.1.1.01.01.014	3º	Provisão de Férias	
5.1.1.01.01.015	3º	Provisão para 13º Salário	
5.1.1.01.01.016	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
5.1.1.01.01.017	3º	Participação nos Resultados	
5.1.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
5.1.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
5.1.1.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
5.1.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
5.1.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
5.1.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
5.1.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
5.1.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
5.1.1.01.03	2º	Benefícios	
5.1.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
5.1.1.01.03.002	3º	Refeitório	
5.1.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
5.1.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
5.1.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
5.1.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
5.1.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
5.1.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
5.1.1.01.04	2º	Outras Despesas com Pessoal	
5.1.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
5.1.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
5.1.1.01.04.003	3º	Estagiários	
5.1.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	
5.1.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	
5.1.1.02	1º	Despesas com Vendas de Passagens e Agências	
5.1.1.02.01	2º	Despesas com Vendas de Passagens e Agências	
5.1.1.02.01.001	3º	Comissões a Terceiros - Pessoa Física	
5.1.1.02.01.002	3º	Comissões a Terceiros - Pessoa Jurídica	
5.1.1.02.01.003	3º	Comissões e Despesas com Cartão de Crédito	
5.1.1.02.01.004	3º	Entregas em Domicílio	
5.1.1.02.01.005	3º	Transporte de Valores	
5.1.1.02.01.006	3º	Energia Elétrica de Agências	
5.1.1.02.01.007	3º	Água e Esgoto de Agências	
5.1.1.02.01.008	3º	Telefone e Outros Meios de comunicação	
5.1.1.02.01.009	3º	Impressos Fiscais	
5.1.1.02.01.010	3º	Materiais de Expediente e Informática	
5.1.1.02.01.011	3º	Aluguel de Imóveis	
5.1.1.03	1º	Despesas com Conservação de Bens e Instalações	
5.1.1.03.01	2º	Despesas com Conservação de Bens e Instalações	
5.1.1.03.01.001	3º	Conservação de Imóveis	
5.1.1.03.01.002	3º	Conservação de Instalações	
5.1.1.03.01.003	3º	Manutenção e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	
5.1.1.04	1º	Despesas com Veículos de Apoio comercial	
5.1.1.04.01	2º	Despesas com Veículos de Apoio	
5.1.1.04.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
5.1.1.04.01.002	3º	Rodagem	
5.1.1.04.01.003	3º	Manutenção de Veículos de Apoio	
5.1.1.04.01.004	3º	Legalização de Veículos	
5.1.1.04.01.999	3º	Outras Despesas com Veículos	
5.1.1.05	1º	Serviços de Terceiros	
5.1.1.05.01	2º	Serviços de Terceiros	
5.1.1.05.01.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
5.1.1.05.01.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
5.1.1.05.01.003	3º	Serviços de Manutenção e Consultoria de Softwares	
5.1.1.05.01.004	3º	Serviços de Manutenção Contratados com Terceiros	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.1.05.01.999	3º	Outros Serviços de Terceiros	
5.1.1.06	1º	Utilidades e Serviços Públicos	
5.1.1.06.01	2º	Utilidades e Serviços Públicos	
5.1.1.06.01.001	3º	Energia Elétrica	
5.1.1.06.01.002	3º	Água e Esgoto	
5.1.1.06.01.003	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
5.1.1.06.01.004	3º	Reprodução de Cópias	
5.1.1.06.01.005	3º	Seguros	
5.1.1.07	1º	Despesas Gerais	
5.1.1.07.01	2º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
5.1.1.07.01.001	3º	Arrendamento Mercantil	
5.1.1.07.01.002	3º	Locação de Bens Imóveis	
5.1.1.07.01.003	3º	Locação de Bens Móveis	
5.1.1.07.02	2º	Propaganda e Publicidade	
5.1.1.07.02.001	3º	Anúncios e Publicações	
5.1.1.07.02.002	3º	Folhetos	
5.1.1.07.02.003	3º	Telemarketing	
5.1.1.07.03	2º	Demais Despesas Comerciais	
5.1.1.07.03.001	3º	Fretes e Carretos	
5.1.1.07.03.002	3º	Material de Expediente e Informática	
5.1.1.07.03.003	3º	Viagens e Conduções	
5.1.1.07.03.004	3º	Lanches e Refeições	
5.1.1.07.03.005	3º	Despesas Legais e Judiciais	
5.1.1.07.03.006	3º	Entidades e Órgãos de Classe	
5.1.1.07.03.007	3º	Assinaturas de Jornais, Revistas e Informativos	
5.1.1.07.03.008	3º	Contribuições, Brindes e Doações	
5.1.1.07.03.009	3º	Contribuições e Donativos Dedutíveis	
5.1.1.07.03.010	3º	Registros	
5.1.1.07.03.011	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
5.1.1.07.03.012	3º	Despesas Eventuais	
5.1.1.07.03.013	3º	Indenizações de Bagagens e Encomendas	
5.1.1.07.03.014	3º	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	
5.1.1.08	1º	Despesas com Depreciação e Amortização	
5.1.1.08.01	2º	Depreciação de Bens de Uso	
5.1.1.08.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
5.1.1.08.01.002	3º	Instalações	
5.1.1.08.01.003	3º	Veículos de Apoio comerciais	
5.1.1.08.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
5.1.1.08.01.005	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
5.1.1.08.01.006	3º	Softwares	
5.1.1.08.01.007	3º	Móveis e Utensílios	
5.1.1.08.01.008	3º	Embarcações	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.1.08.01.009	3º	Aeronaves	
5.1.1.08.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
5.1.1.08.01.011	3º	Veiculos de Passageiros	
5.1.1.08.01.012	3º	Veiculos de carga	
5.1.1.08.01.013	3º	Ferramentas Duráveis	
5.1.1.08.02	2º	Despesas com Amortização - Intangível	
5.1.1.08.02.001	3º	Direitos de Uso	
5.1.1.08.02.002	3º	Marcas e Patentes	
5.1.1.08.02.003	3º	Softwares	
5.1.1.08.03	2º	Despesas com Amortização - Diferido	
5.1.1.08.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
5.1.1.08.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	

5.1.2

Despesas Administrativas

5.1.2.01	1º	Despesas com Pessoal
5.1.2.01.01	2º	Remunerações
5.1.2.01.01.001	3º	Pró-Labore e Honorários da Diretoria
5.1.2.01.01.002	3º	Salários
5.1.2.01.01.003	3º	Horas Extras
5.1.2.01.01.004	3º	Anuênios
5.1.2.01.01.005	3º	Abono Salarial
5.1.2.01.01.006	3º	Descanso Semanal Remunerado
5.1.2.01.01.007	3º	Comissões e Gratificações
5.1.2.01.01.008	3º	Prêmios
5.1.2.01.01.009	3º	Ajuda de Custo
5.1.2.01.01.010	3º	Adicional Noturno
5.1.2.01.01.011	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade
5.1.2.01.01.012	3º	Aviso Prévio Indenizado
5.1.2.01.01.013	3º	Abono Pecuniário de Férias
5.1.2.01.01.014	3º	Provisão de Férias
5.1.2.01.01.015	3º	Provisão para 13º Salário
5.1.2.01.01.016	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas
5.1.2.01.01.017	3º	Participação nos Resultados
5.1.2.01.01.999	3º	Outras Remunerações
5.1.2.01.02	2º	Encargos Sociais
5.1.2.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento
5.1.2.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)
5.1.2.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore
5.1.2.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas
5.1.2.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias
5.1.2.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º
5.1.2.01.03	2º	Benefícios

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.2.01.03.001	3º	Vale Refeição	
5.1.2.01.03.002	3º	Refeitório	
5.1.2.01.03.003	3º	Assistência Médica	
5.1.2.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
5.1.2.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
5.1.2.01.03.006	3º	Vale Transporte	
5.1.2.01.03.007	3º	Cesta Básica	
5.1.2.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
5.1.2.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
5.1.2.01.04	2º	Outras Despesas com Pessoal	
5.1.2.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
5.1.2.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
5.1.2.01.04.003	3º	Estagiários	
5.1.2.01.04.004	3º	INSS Estagiários	
5.1.2.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	
5.1.2.02	1º	Despesas com Vendas de Passagens e Agências	
5.1.2.02.01	2º	Despesas com Vendas de Passagens e Agências	
5.1.2.02.01.001	3º	Despesas com Vendas de Passagens e Agências	
5.1.2.03	1º	Despesas com Conservação de Bens e Instalações	
5.1.2.03.01	2º	Despesas com Conservação de Bens e Instalações	
5.1.2.03.01.001	3º	Conservação de Imóveis	
5.1.2.03.01.002	3º	Conservação de Instalações	
5.1.2.03.01.003	3º	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	
5.1.2.04	1º	Despesas com Veículos de Apoio Administrativo	
5.1.2.04.01	2º	Despesas com Veículos de Apoio	
5.1.2.04.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
5.1.2.04.01.002	3º	Rodagem	
5.1.2.04.01.003	3º	Manutenção de Veículos de Apoio	
5.1.2.04.01.004	3º	Legalização de Veículos	
5.1.2.04.01.999	3º	Outras Despesas com Veículos	
5.1.2.05	1º	Serviços de Terceiros	
5.1.2.05.01	2º	Serviços de Terceiros	
5.1.2.05.01.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
5.1.2.05.01.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
5.1.2.05.01.003	3º	Serviços de Manutenção e Consultoria de Softwares	
5.1.2.05.01.004	3º	Serviços de Manutenção Contratados com Terceiros	
5.1.2.05.01.999	3º	Outros Serviços de Terceiros	
5.1.2.06	1º	Utilidades e Serviços Públicos	
5.1.2.06.01	2º	Utilidades e Serviços Públicos	
5.1.2.06.01.001	3º	Energia Elétrica	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.2.06.01.002	3º	Água e Esgoto	
5.1.2.06.01.003	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
5.1.2.06.01.004	3º	Reprodução de Cópias	
5.1.2.06.01.005	3º	Seguros	
5.1.2.07	1º	Despesas Gerais	
5.1.2.07.01	2º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
5.1.2.07.01.001	3º	Arrendamento Mercantil	
5.1.2.07.01.002	3º	Locação de Bens Imóveis	
5.1.2.07.01.003	3º	Locação de Bens Móveis	
5.1.2.07.02	2º	Propaganda e Publicidade	
5.1.2.07.02.001	3º	Anúncios e Publicações	
5.1.2.07.02.002	3º	Folhetos	
5.1.2.07.02.003	3º	Telemarketing	
5.1.2.07.03	2º	Demais Despesas Administrativas	
5.1.2.07.03.001	3º	Fretes e Carretos	
5.1.2.07.03.002	3º	Material de Expediente e Informática	
5.1.2.07.03.003	3º	Viagens e Conduções	
5.1.2.07.03.004	3º	Lanches e Refeições	
5.1.2.07.03.005	3º	Despesas Legais e Judiciais	
5.1.2.07.03.006	3º	Entidades e Órgãos de Classe	
5.1.2.07.03.007	3º	Assinaturas de Jornais, Revistas e Informativos	
5.1.2.07.03.008	3º	Contribuições, Brindes e Doações	
5.1.2.07.03.009	3º	Contribuições e Donativos Dedutíveis	
5.1.2.07.03.010	3º	Registros e Publicações	
5.1.2.07.03.011	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
5.1.2.07.03.012	3º	Despesas Eventuais	
5.1.2.08	1º	Despesas com Depreciação e Amortização	
5.1.2.08.01	2º	Depreciação de Bens de Uso	
5.1.2.08.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
5.1.2.08.01.002	3º	Instalações	
5.1.2.08.01.003	3º	Veículos de Apoio Administrativos	
5.1.2.08.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
5.1.2.08.01.005	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
5.1.2.08.01.006	3º	Softwares	(D)
5.1.2.08.01.007	3º	Móveis e Utensílios	
5.1.2.08.01.008	3º	Embarcações	
5.1.2.08.01.009	3º	Aeronaves	
5.1.2.08.01.010	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
5.1.2.08.02	2º	Amortização - Intangível	
5.1.2.08.02.001	3º	Direitos de Uso	
5.1.2.08.02.002	3º	Marcas e Patentes	
5.1.2.08.02.003	3º	Softwares	(I)
5.1.2.08.03	2º	Amortização - Diferido	
5.1.2.08.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
5.1.2.08.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
5.1.3		Outras Receitas e Despesas Operacionais	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.3.01	1º	Outras Receitas Operacionais	
5.1.3.01.01	2º	Outras Receitas Operacionais	
5.1.3.01.01.001	3º	Ganhos com Equivalência Patrimonial	
5.1.3.01.01.002	3º	Renda com Aluguéis de Imóveis	
5.1.3.01.01.003	3º	Vendas de Sucatas e Mercadorias Avariadas	
5.1.3.01.01.004	3º	Dividendos Recebidos s/ Investimento Avaliado ao Custo	
5.1.3.01.01.005	3º	Recuperação de Indenizações	
5.1.3.01.01.006	3º	Recuperação de Sinistros	
5.1.3.01.01.007	3º	Reversão da Provisão com Riscos e Contingências	
5.1.3.01.01.999	3º	Outras Receitas ou Recuperações Eventuais	
5.1.3.02	1º	Outras Despesas Operacionais	
5.1.3.02.01	2º	Despesas Tributárias	
5.1.3.02.01.001	3º	PIS sobre Outras Receitas	
5.1.3.02.01.002	3º	COFINS sobre Outras Receitas	
5.1.3.02.01.003	3º	ICMS	
5.1.3.02.01.004	3º	IPTU, ITU e IPU	
5.1.3.02.01.005	3º	CPMF	
5.1.3.02.01.999	3º	Outros Tributos	
5.1.3.02.02	2º	Demais Despesas Operacionais	
5.1.3.02.02.001	3º	Multas Fiscais e Compensatórias	
5.1.3.02.02.002	3º	Provisão para Furtos e Roubos	
5.1.3.02.02.003	3º	Contribuição Sindical Patronal	
5.1.3.02.02.004	3º	Taxas de Licença e Funcionamento	
5.1.3.02.02.005	3º	Taxas de Fiscalização Agência Reguladora	
5.1.3.02.02.999	3º	Outras Despesas Operacionais	
5.1.3.02.03	2º	Despesas Operacionais - Indedutíveis	
5.1.3.02.03.001	3º	Amortização de Ágio de Investimentos	(D)
5.1.3.02.03.002	3º	Provisão para Equivalência Patrimonial	
5.1.3.02.03.003	3º	Provisão para Contingências Passivas	
5.1.3.02.03.004	3º	Provisão para Perdas em Ativos não Permanentes	
5.1.3.02.03.005	3º	Multas e Infrações de Trânsito	
5.1.3.02.03.006	3º	Multas por Infrações Regulamentares	
5.1.3.02.03.007	3º	Multas do Poder Concedente – Esfera Federal	
5.1.3.02.03.008	3º	Multas do Poder Concedente – Esfera Estadual	
5.1.3.02.03.009	3º	Multas do Poder Concedente – Esfera Municipal	
5.1.3.02.03.999	3º	Outras Despesas Operacionais - Indedutíveis	
5.1.3.02.04	2º	Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes	(I)
5.1.3.02.04.001	3º	Ganhos/Provisão para Venda de Investimentos	(I)
5.1.3.02.04.002	3º	Provisão para Perda na Realização de Investimentos	(I)
5.1.3.02.04.003	3º	Resultado não Operacional em Investimentos Avaliados pelo MEP	(I)
5.1.3.02.05	2º	Ganhos/Perdas de Capital no Imobilizado	(I)
5.1.3.02.05.001	3º	Venda de Imobilizado	(I)

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.1.3.02.05.002	3º	Valor Líquido de Bens Baixados	(I)
5.1.3.02.06	2º	Baixa de Ativos Diferidos	(I)
5.1.3.02.06.001	3º	Baixa de Ativos Diferidos	(I)
5.1.3.02.07	2º	Pesquisa & Desenvolvimento	(I)
5.1.3.02.07.001	3º	Pesquisa & Desenvolvimento	(I)
5.1.3.02.08	2º	Gastos com Ações Sociais	(I)
5.1.3.02.08.001	3º	Gastos com Ações Sociais	(I)
5.1.3.02.09	2º	Outras	(I)
5.1.3.02.09.001	3º	Outras	(I)
5.1.3.03	1º	Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
5.1.3.03.01	2º	Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
5.1.3.03.01.001	3º	Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(I)
5.2		Resultados Financeiros Líquidos	
5.2.1		Receitas e Despesas Financeiras	
5.2.1.01	1º	Receitas Financeiras	
5.2.1.01.01	2º	Receitas Financeiras	
5.2.1.01.01.001	3º	Receitas de Aplicações Financeiras	
5.2.1.01.01.002	3º	Juros Ativos	
5.2.1.01.01.003	3º	Descontos Obtidos	
5.2.1.01.01.004	3º	Juros sobre Capital Próprio	
5.2.1.01.01.005	3º	Ajuste Positivo de Marcação a Mercado de Títulos	(I)
5.2.1.01.01.006	3º	Rendimento de Instrumento Financeiro Mantido até o Vencimento	(I)
5.2.1.01.01.007	3º	Receita Financeira - AVP	(I)
5.2.1.01.01.999	3º	Outras Receitas Financeiras	
5.2.1.02	1º	Despesas Financeiras	
5.2.1.02.01	2º	Despesas Financeiras	
5.2.1.02.01.001	3º	IOF	
5.2.1.02.01.002	3º	Juros Passivos	
5.2.1.02.01.003	3º	Multas sobre Títulos	
5.2.1.02.01.004	3º	Descontos Concedidos	
5.2.1.02.01.005	3º	Despesas Bancárias	
5.2.1.02.01.006	3º	Juros sobre Capital Próprio	
5.2.1.02.01.007	3º	Juros sobre Debêntures	
5.2.1.02.01.008	3º	Despesa de Instrumento Financeiro Mantido até o Vencimento	(I)
5.2.1.02.01.009	3º	Encargos Financeiros - AVP	(I)
5.2.1.02.01.010	3º	Encargos Financeiros Relativos a Arrendamento Mercantil Financeiro	(I)
5.2.1.02.01.999	3º	Outras Despesas Financeiras	
5.2.2		Variações Monetárias e Cambiais	
5.2.2.01	1º	Variações Monetárias	
5.2.2.01.01	2º	Variações Monetárias Ativas	

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.2.2.01.01.001	3º	Variações de Obrigações	
5.2.2.01.01.002	3º	Variações de Créditos	
5.2.2.01.02	2º	Variações Monetárias Passivas	
5.2.2.01.02.001	3º	Variações de Obrigações	
5.2.2.01.02.002	3º	Variações de Créditos	
5.2.2.02	1º	Variações Cambiais	
5.2.2.02.01	2º	Variações Cambiais Ativas	
5.2.2.02.01.001	3º	Variações de Obrigações	
5.2.2.02.01.002	3º	Variações de Créditos	
5.2.2.02.02	2º	Variações Cambiais Passivas	
5.2.2.02.02.001	3º	Variações de Obrigações	
5.2.2.02.02.002	3º	Variações de Créditos	
5.3		Resultado Não Operacional	(D)
5.3.1		Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes	(D)
5.3.1.01	1º	Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes	(D)
5.3.1.01.01	2º	Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes	(D)
5.3.1.01.01.001	3º	Ganhos/Provisão para Venda de Investimentos	(D)
5.3.1.01.01.002	3º	Provisão para Perda na Realização de Investimentos	(D)
5.3.1.01.01.003	3º	Resultado não Operacional em Investimentos Avaliados pelo MEP	(D)
5.3.2		Ganhos/Perdas de Capital no Imobilizado	(D)
5.3.2.01	1º	Ganhos/Perdas de Capital no Imobilizado	(D)
5.3.2.01.01	2º	Ganhos/Perdas de Capital no Imobilizado	(D)
5.3.2.01.01.001	3º	Venda de Imobilizado	(D)
5.3.2.01.01.002	3º	Valor Líquido de Bens Baixados	(D)
5.3.3		Ganhos/Perdas de Capital no Ativo Diferido	(D)
5.3.3.01	1º	Baixa de Ativos Diferidos	(D)
5.3.3.01.01	2º	Baixa de Ativos Diferidos	(D)
5.3.3.01.01.001	3º	Baixa de Ativos Diferidos	(D)
5.3.4		Outras Receitas/Despesas Não Operacionais	(D)
5.3.4.01	1º	Outras Receitas/Despesas não Operacionais	(D)
5.3.4.01.01	2º	Outras Receitas/Despesas não Operacionais	(D)
5.3.4.01.01.998	3º	Outras Receitas não Operacionais	(D)
5.3.4.01.01.999	3º	Outras Despesas não Operacionais	(D)

Código	Grau	Descrição	Legenda
5.4		Provisões de IRPJ e CSLL	
5.4.1		Provisões de IRPJ e CSLL	
5.4.1.01	1º	Provisões de IRPJ e CSLL	
5.4.1.01.01	2º	Provisões de IRPJ e CSLL Correntes	(A)
5.4.1.01.01.001	3º	Provisão de IRPJ sobre o Lucro	
5.4.1.01.01.002	3º	Provisão de CSLL	
5.4.1.01.02	2º	Provisões de IRPJ e CSLL Diferidos	(I)
5.4.1.01.02.001	3º	Provisão de IRPJ Diferido	(I)
5.4.1.01.02.002	3º	Provisão de CSLL Diferida	(I)
6		Custo Total dos Serviços Prestados	
6.1		Custo de Tráfego e Operação	
6.1.1		Custo de Tráfego e Operação	
6.1.1.01	1º	Custos com Pessoal (Motorista)	
6.1.1.01.01	2º	Remunerações	
6.1.1.01.01.001	3º	Salários	
6.1.1.01.01.002	3º	Horas Extras	
6.1.1.01.01.003	3º	Anuênios	
6.1.1.01.01.004	3º	Abono Salarial	
6.1.1.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
6.1.1.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
6.1.1.01.01.007	3º	Prêmios	
6.1.1.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
6.1.1.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
6.1.1.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
6.1.1.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
6.1.1.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
6.1.1.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
6.1.1.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
6.1.1.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
6.1.1.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
6.1.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
6.1.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
6.1.1.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
6.1.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
6.1.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
6.1.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
6.1.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
6.1.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
6.1.1.01.03	2º	Benefícios	
6.1.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
6.1.1.01.03.002	3º	Refeitório	

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.1.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
6.1.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
6.1.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
6.1.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
6.1.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	
6.1.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
6.1.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
6.1.1.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
6.1.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
6.1.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
6.1.1.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
6.1.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
6.1.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
6.1.1.02	1º	Custos com Pessoal (Exceto Motorista)	
6.1.1.02.01	2º	Remunerações	
6.1.1.02.01.001	3º	Salários	
6.1.1.02.01.002	3º	Horas Extras	
6.1.1.02.01.003	3º	Anuênios	
6.1.1.02.01.004	3º	Abono Salarial	
6.1.1.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
6.1.1.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
6.1.1.02.01.007	3º	Prêmios	
6.1.1.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	
6.1.1.02.01.009	3º	Adicional Noturno	
6.1.1.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
6.1.1.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
6.1.1.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
6.1.1.02.01.013	3º	Provisão de Férias	
6.1.1.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
6.1.1.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
6.1.1.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	
6.1.1.02.01.999	3º	Outras Remunerações	
6.1.1.02.02	2º	Encargos Sociais	
6.1.1.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
6.1.1.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
6.1.1.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
6.1.1.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
6.1.1.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
6.1.1.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
6.1.1.02.03	2º	Benefícios	
6.1.1.02.03.001	3º	Vale Refeição	
6.1.1.02.03.002	3º	Refeitório	
6.1.1.02.03.003	3º	Assistência Médica	
6.1.1.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	
6.1.1.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
6.1.1.02.03.006	3º	Vale Transporte	
6.1.1.02.03.007	3º	Cesta Básica	

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.1.1.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	
6.1.1.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
6.1.1.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
6.1.1.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
6.1.1.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
6.1.1.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
6.1.1.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
6.1.1.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
6.1.1.03	1º	Custos com Veículos	
6.1.1.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
6.1.1.03.01.001	3º	Óleo Diesel	
6.1.1.03.01.002	3º	Graxas e Lubrificantes	
6.1.1.03.01.003	3º	Outros Combustíveis	
6.1.1.03.02	2º	Pneus e Materiais de Rodagem	
6.1.1.03.02.001	3º	Pneus Novos	
6.1.1.03.02.002	3º	Pneus Recapados	
6.1.1.03.02.003	3º	Câmaras e Acessórios	
6.1.1.03.03	2º	Materiais e Serviços para Manutenção e Conservação	
6.1.1.03.03.001	3º	Material de Carrocerias	
6.1.1.03.03.002	3º	Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus	
6.1.1.03.03.003	3º	Peças, Componentes e Acessórios	
6.1.1.03.04	2º	Legalização de Veículos	
6.1.1.03.04.001	3º	IPVA - Imposto sobre Veículos Automotores	
6.1.1.03.04.002	3º	Seguro Obrigatório	
6.1.1.03.04.003	3º	Taxas de Licenciamento, de Vistoria e Outras	
6.1.1.03.04.004	3º	Seguro não Obrigatório de Veículos	
6.1.1.03.05	2º	Outros Custos com Veículos	
6.1.1.03.05.001	3º	Recarga de Extintores	
6.1.1.03.05.002	3º	Gabinete Sanitário	
6.1.1.03.05.003	3º	Suprimentos de Bordo	
6.1.1.03.05.004	3º	Pedágios, Balsas e Estacionamento	
6.1.1.03.05.999	3º	Outros Custos com Veículos	
6.1.1.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
6.1.1.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
6.1.1.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos	
6.1.1.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
6.1.1.04.02	2º	Locações	
6.1.1.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
6.1.1.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
6.1.1.05	1º	Outros Custos Operacionais	
6.1.1.05.01	2º	Custos com Acidentes	
6.1.1.05.01.001	3º	Custas Judiciais e Advocatícias com Acidentes	
6.1.1.05.01.002	3º	Indenizações com Acidentes Pessoais	
6.1.1.05.01.999	3º	Outras Custos com Acidentes	(A)
6.1.1.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
6.1.1.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.1.1.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
6.1.1.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
6.1.1.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
6.1.1.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
6.1.1.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
6.1.1.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e de Informática	
6.1.1.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
6.1.1.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
6.1.1.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
6.1.1.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
6.1.1.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso da Operação	
6.1.1.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
6.1.1.06.01.002	3º	Instalações	
6.1.1.06.01.003	3º	Veículos de Passageiros	
6.1.1.06.01.004	3º	Veículos de Carga	
6.1.1.06.01.005	3º	Veículos de Apoio da Operação	
6.1.1.06.01.006	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
6.1.1.06.01.007	3º	Ferramentas Duráveis	
6.1.1.06.01.008	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
6.1.1.06.01.009	3º	Softwares	(D)
6.1.1.06.01.010	3º	Móveis e Utensílios	
6.1.1.06.01.011	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
6.1.1.06.01.012	3º	Embarcações	(I)
6.1.1.06.01.013	3º	Aeronaves	(I)
6.1.1.06.02	2º	Amortização - Intangível	
6.1.1.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
6.1.1.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
6.1.1.06.02.003	3º	Softwares	(I)
6.1.1.06.03	2º	Amortização - Diferido	
6.1.1.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
6.1.1.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
6.1.9		Apropriação dos Custos	
6.1.9.99	1º	Custos Apropriados	
6.1.9.99.01	2º	Custos Apropriados	
6.1.9.99.01.001	3º	Custos Apropriados	
6.2		Custo de Manutenção	
6.2.1		Custo de Manutenção	
6.2.1.01	1º	Custos com Pessoal	(A)
6.2.1.01.01	2º	Remunerações	
6.2.1.01.01.001	3º	Salários	
6.2.1.01.01.002	3º	Horas Extras	
6.2.1.01.01.003	3º	Anuênios	

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.2.1.01.01.004	3º	Abono Salarial	
6.2.1.01.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	
6.2.1.01.01.006	3º	Comissões e Gratificações	
6.2.1.01.01.007	3º	Prêmios	
6.2.1.01.01.008	3º	Ajuda de Custo	
6.2.1.01.01.009	3º	Adicional Noturno	
6.2.1.01.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	
6.2.1.01.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	
6.2.1.01.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	
6.2.1.01.01.013	3º	Provisão de Férias	
6.2.1.01.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	
6.2.1.01.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	
6.2.1.01.01.016	3º	Participação nos Resultados	
6.2.1.01.01.999	3º	Outras Remunerações	
6.2.1.01.02	2º	Encargos Sociais	
6.2.1.01.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	
6.2.1.01.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	
6.2.1.01.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	
6.2.1.01.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	
6.2.1.01.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	
6.2.1.01.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	
6.2.1.01.03	2º	Benefícios	
6.2.1.01.03.001	3º	Vale Refeição	
6.2.1.01.03.002	3º	Refeitório	
6.2.1.01.03.003	3º	Assistência Médica	
6.2.1.01.03.004	3º	Assistência Odontológica	
6.2.1.01.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	
6.2.1.01.03.006	3º	Vale Transporte	
6.2.1.01.03.007	3º	Cesta Básica	
6.2.1.01.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(A)
6.2.1.01.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	
6.2.1.01.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
6.2.1.01.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
6.2.1.01.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
6.2.1.01.04.003	3º	Estagiários	(I)
6.2.1.01.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
6.2.1.01.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
6.2.1.02	1º	Custos com Pessoal (Exceto Motorista)	(D)
6.2.1.02.01	2º	Remunerações	(D)
6.2.1.02.01.001	3º	Salários	(D)
6.2.1.02.01.002	3º	Horas Extras	(D)
6.2.1.02.01.003	3º	Anuênios	(D)
6.2.1.02.01.004	3º	Abono Salarial	(D)
6.2.1.02.01.005	3º	Descanso Semanal Remunerado	(D)
6.2.1.02.01.006	3º	Comissões e Gratificações	(D)
6.2.1.02.01.007	3º	Prêmios	(D)
6.2.1.02.01.008	3º	Ajuda de Custo	(D)

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.2.1.02.01.009	3º	Adicional Noturno	(D)
6.2.1.02.01.010	3º	Adicional de Insalubridade e Periculosidade	(D)
6.2.1.02.01.011	3º	Aviso Prévio Indenizado	(D)
6.2.1.02.01.012	3º	Abono Pecuniário de Férias	(D)
6.2.1.02.01.013	3º	Provisão de Férias	(D)
6.2.1.02.01.014	3º	Provisão para 13º Salário	(D)
6.2.1.02.01.015	3º	Indenizações/Acordos Trabalhistas	(D)
6.2.1.02.01.016	3º	Participação nos Resultados	(D)
6.2.1.02.01.999	3º	Outras Remunerações	(D)
6.2.1.02.02	2º	Encargos Sociais	(D)
6.2.1.02.02.001	3º	FGTS sobre Folha de Pagamento	(D)
6.2.1.02.02.002	3º	Indenização FGTS (Multa Rescisória)	(D)
6.2.1.02.02.003	3º	INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore	(D)
6.2.1.02.02.004	3º	Encargos sobre Indenizações Trabalhistas	(D)
6.2.1.02.02.005	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de Férias	(D)
6.2.1.02.02.006	3º	INSS e FGTS sobre Provisão de 13º	(D)
6.2.1.02.03	2º	Benefícios	(D)
6.2.1.02.03.001	3º	Vale Refeição	(D)
6.2.1.02.03.002	3º	Refeitório	(D)
6.2.1.02.03.003	3º	Assistência Médica	(D)
6.2.1.02.03.004	3º	Assistência Odontológica	(D)
6.2.1.02.03.005	3º	Seguro de Vida em Grupo	(D)
6.2.1.02.03.006	3º	Vale Transporte	(D)
6.2.1.02.03.007	3º	Gesta Básica	(D)
6.2.1.02.03.008	3º	Bolsa de Estudo	(D)
6.2.1.02.03.999	3º	Outros Benefícios a Funcionários	(D)
6.2.1.02.04	2º	Outros Custos com Pessoal	
6.2.1.02.04.001	3º	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
6.2.1.02.04.002	3º	Cursos/Treinamentos	
6.2.1.02.04.003	3º	Estagiários	(I)
6.2.1.02.04.004	3º	INSS Estagiários	(I)
6.2.1.02.04.005	3º	Menores Aprendizizes	(I)
6.2.1.03	1º	Custos com Veículos de Apoio	
6.2.1.03.01	2º	Combustíveis e Lubrificantes	
6.2.1.03.01.001	3º	Combustíveis e Lubrificantes	
6.2.1.03.02	2º	Rodagem	
6.2.1.03.02.001	3º	Rodagem	
6.2.1.03.03	2º	Manutenção de Veículos de Apoio	
6.2.1.03.03.001	3º	Materiais e Conserto de Pneus	
6.2.1.03.03.002	3º	Serviços de Manutenção	
6.2.1.03.04	2º	Legalização de Veículos	
6.2.1.03.04.001	3º	Legalização de Veículos	
6.2.1.03.05	2º	Outras Custos com Veículos	(A)
6.2.1.03.05.999	3º	Outras Custos com Veículos	(A)
6.2.1.04	1º	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens	
6.2.1.04.01	2º	Arrendamento Mercantil	
6.2.1.04.01.001	3º	Arrendamento Mercantil de Veículos	

Código	Grau	Descrição	Legenda
6.2.1.04.01.002	3º	Arrendamento Mercantil de Outros Bens	
6.2.1.04.02	2º	Locações	
6.2.1.04.02.001	3º	Locação de Bens Imóveis	
6.2.1.04.02.002	3º	Locação de Bens Móveis	
6.2.1.05	1º	Outros Custos de Manutenção	
6.2.1.05.01	2º	Custos com Acidentes	
6.2.1.05.01.001	3º	Custos com Acidentes	
6.2.1.05.02	2º	Outros Custos Operacionais	
6.2.1.05.02.001	3º	Serviços Contratados P. Física	
6.2.1.05.02.002	3º	Serviços Contratados P. Jurídica	
6.2.1.05.02.003	3º	Energia Elétrica	
6.2.1.05.02.004	3º	Água e Esgoto	
6.2.1.05.02.005	3º	Telefone e Outros Meios de Comunicação	
6.2.1.05.02.006	3º	Viagens, Refeições e Representações	
6.2.1.05.02.007	3º	Materiais de Expediente e Informática	
6.2.1.05.02.008	3º	Conservação de Bens e Instalações	
6.2.1.05.02.009	3º	Bens de Uso Permanente não Ativados	
6.2.1.05.02.010	3º	Custos não Dedutíveis	
6.2.1.06	1º	Custos com Depreciação e Amortização	
6.2.1.06.01	2º	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção	
6.2.1.06.01.001	3º	Edificações e Melhoramentos	
6.2.1.06.01.002	3º	Instalações	
6.2.1.06.01.003	3º	Veículos de Apoio de Manutenção	
6.2.1.06.01.004	3º	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	
6.2.1.06.01.005	3º	Ferramentas Duráveis	
6.2.1.06.01.006	3º	Equipamentos de Processamento de Dados	
6.2.1.06.01.007	3º	Softwares	(D)
6.2.1.06.01.008	3º	Móveis e Utensílios	
6.2.1.06.01.009	3º	Benfeitorias em Bens de Terceiros	
6.2.1.06.01.010	3º	veiculos de carga	(I)
6.2.1.06.01.011	3º	Embarcações	(I)
6.2.1.06.01.012	3º	Aeronaves	(I)
6.2.1.06.02	2º	Amortização - Intangível	
6.2.1.06.02.001	3º	Direitos de Uso	
6.2.1.06.02.002	3º	Marcas e Patentes	
6.2.1.06.02.003	3º	Softwares	(I)
6.2.1.06.03	2º	Amortização – Diferido	
6.2.1.06.03.001	3º	Gastos Pré-Operacionais	
6.2.1.06.03.002	3º	Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos	
6.2.9		Apropriação dos Custos	
6.2.9.99	1º	Custos Apropriados	
6.2.9.99.01	2º	Custos Apropriados	
6.2.9.99.01.001	3º	Custos Apropriados	

6.2 Técnicas de funcionamento

As Notas ao final de cada tópico abaixo constituem em resumos, com foco em itens da norma contábil que mais se relacionam aos respectivos tópicos, portanto, não substituem a análise da íntegra das respectivas normas.

6.2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema :	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa
Grupo de Contas:	1.1.1.01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Função

Destina-se à contabilização:

. das entradas e das saídas de numerários, de depósitos e dos saques bancários à vista, das ordens de pagamentos emitidas e dos fundos de caixa, representados por dinheiro e/ou cheques;

. do numerário em trânsito como objeto de transferências feitas para ou pela Permissionária a tais como: remessas para filiais, depósitos ou semelhantes por meio de cheques, ordens de pagamento, ou ainda, qualquer recebimento de clientes ou terceiros, quando conhecidos, até a data do balanço. Incluirá os valores recebidos por instituições financeiras, na qualidade de agentes arrecadadores, ainda não transferidos para a conta de livre movimentação e aplicação nas operações da Concessionária rodoviária, para os quais não haja restrição do uso imediato; e

. das aplicações financeiras de curto prazo, e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas são efetuadas com a finalidade de evitar ociosidade temporária de fundos disponíveis nas contas bancárias.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total do numerário disponível em dinheiro e/ou cheques, em moeda nacional e o equivalente em moeda estrangeira em poder da Permissionária, ou em movimentação no exterior.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

. pela constituição do fundo de caixa, lançando-se na Subconta 1.1.1.01.01 – Numerário em Caixa; em contrapartida a crédito da Subconta 1.1.1.01.03 - Banco Conta Movimento;

. pela reposição do fundo de caixa; lançando-se na Subconta 1.1.1.01.01 – Numerário em Caixa; em contrapartida a crédito da Subconta 1.1.1.01.03 - Banco Conta Movimento;

- . pela variação cambial ativa de valores em moeda estrangeira, lançando-se em contrapartida a crédito na Subconta 5.2.2.02.01 – Variações Cambiais Ativas;
- . pela transferência de numerário em trânsito, lançando-se a crédito na Subconta 1.1.1.01.03 – Banco Conta Movimento;
- . pelos depósitos efetuados em contas bancárias, lançando-se a crédito no Subconta 1.1.1.01.01 – Numerário em Caixa;
- . pela entrada de moeda estrangeira para ser utilizada por terceiros no exterior;
- . pelo depósito em moeda estrangeira em contas bancárias mantidas no exterior;
- . pela aplicação de recursos financeiros em investimentos temporários caracterizados como equivalentes de caixa;
- . por ocasião do cancelamento do cheque próprio ou da autorização para o cancelamento, na Subconta 1.1.1.01.03 – Banco Conta Movimento;
- . pelo rendimento da aplicação (juros e atualização), quando este se incorporar ao valor da aplicação, lançando-se em contrapartida a crédito da subconta adequada, no grupo de contas 5.2.1.01 – Receitas Financeiras;
- . pela captação de empréstimos com crédito em conta corrente;
- . pelo recebimento das vendas à vista;
- . pela entrada de outros recursos financeiros não discriminados acima; e
- . pela movimentação entre suas subcontas.

Credita-se:

- . pela diminuição ou extinção do fundo de caixa;
- . pela utilização do numerário do fundo de caixa;
- . pela utilização dos recursos conforme autorização da permissionária;
- . pela variação cambial passiva de valores em moeda estrangeira, lançando-se em contrapartida a débito da Subconta 5.2.2.02.02 – Variações Cambiais Passivas;
- . pela disponibilização de moeda estrangeira para ser utilizada por terceiros no exterior;
- . pela emissão do cheque ou autorização de pagamentos eletrônicos, lançando-se em contrapartida na Subconta 1.1.1.01.03 – Banco Conta Movimento;
- . pelo Imposto de Renda Retido na Fonte, no caso do registro do rendimento financeiro;
- . pela realização do pagamento autorizado, com base na prestação de contas feita pelo agente pagador, lançando-se a débito da conta apropriada ao pagamento efetuado;

- . por ocasião do cancelamento de cheque recebido ou autorização já contabilizadas;
- . pela utilização recursos financeiros em situações não discriminadas acima; e
- . pela movimentação entre suas subcontas.

Notas

- 1) Os depósitos nas contas bancárias à vista deverão ser efetuados em dois (02) dias úteis, no máximo, contados da data de recebimento do respectivo numerário.
- 2) Os registros pertinentes às compras e às vendas de moedas estrangeiras deverão ser efetuados com base nas taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas da compra e venda, respectivamente.
- 3) A contabilização da variação cambial dos saldos em moeda estrangeira deverá ser feita baseada nas taxas de câmbio vigentes para a compra, pelos bancos (no caso, venda para a permissionária).
- 4) Na Subconta 1.1.1.01.02 - Numerário em Trânsito, serão contabilizados os cheques emitidos e não entregues imediatamente ao favorecido, bem como das autorizações enviadas ao banco ainda não compensadas.
- 5) Os pagamentos deverão ser efetuados, exclusivamente, a crédito das Subcontas 1.1.1.01.01 - Numerário em Caixa; 1.1.1.01.02 - Numerário em Trânsito e 1.1.1.01.03 - Banco Conta Movimento.
- 6) A Subconta 1.1.1.01.03 – Banco Conta Movimento deverá ser controlada por banco (e por conta bancária, no caso de existir mais de uma conta corrente no mesmo banco), por meio de registro suplementar.
- 7) A Subconta 1.1.1.01.01 - Numerário em Caixa, deverá ser controlado, por meio de registro suplementar.
- 8) O Sistema de Fundo de Caixa deverá ser utilizado dentro de normas preestabelecidas formalmente pela Permissionária, nas quais constará que a reposição do numerário utilizado deverá ser feita, obrigatoriamente, em até 5 dias úteis e suas prestações de conta com a maior frequência possível.
- 9) A Permissionária, a seu critério, controlará as transferências do numerário em trânsito por meio de controle suplementar.
- 10) As transferências internas, inclusive as de fundos bancários, para estabelecimentos localizados a curta distância e que disponham de meios de transporte e comunicação rápidos e eficientes, poderão, a critério da Permissionária, não transitar pela Subconta 1.1.1.01.02 – Numerário em Trânsito.
- 11) Os cheques destinados a pagamentos diversos devem ser contabilizados por sua emissão quando isso ocorrer próximo à data de entrega aos beneficiários, ou seja, aqueles emitidos até a data do balanço estarão deduzidos dos saldos bancários. Entretanto, nos casos em que tais cheques ainda não tenham sido entregues aos favorecidos, eles deverão ser adicionados aos saldos bancários e às contas correspondentes do passivo circulante, desde que representem valores relevantes.

12) Os lançamentos nas contas bancárias, efetuados pelos próprios bancos depositários e referentes à cobrança de créditos da permissionária e a pagamentos efetuados ou despesas debitadas, por sua conta e ordem, corresponderão, respectivamente, a depósitos e saques nas contas apropriadas.

6.2.2 Clientes e Operações a Receber

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.2 – Clientes e Operações a Receber
Grupo de Contas:	1.1.2.01 – Clientes
Grupo de Contas:	1.1.2.02 – Operações a Receber
Grupo de Contas:	1.1.2.99 – (-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável

Função

Destina-se à contabilização:

. dos créditos a receber em curto prazo, provenientes de venda de passagens de transporte de passageiros internacional, interestadual, interestadual semi urbano, intermunicipal e municipal. Incluirá a contabilização dos créditos a receber provenientes de aluguéis de bens, outros serviços de transporte, fretamento e encomenda; e

. da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, do Ajuste a Valor Presente e da Redução ao Valor Recuperável, contas redutoras do ativo.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total a receber dos créditos supracitados, pelas Permissionárias.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pelos valores a receber derivados dos títulos e duplicatas de clientes;
- . pelos valores derivados de cartões de crédito;
- . pelos valores a receber de cheques pré-datados;
- . pelos valores a receber referentes aos contratos firmados com órgãos públicos;
- . pelos valores a receber referentes aos contratos firmados com as agências de passagens;
- . pelos valores a receber de contratos de aluguéis de bens;
- . pelos valores a receber para administração de terminais;
- . pelos valores a receber resultantes da alienação de bens;
- . pelos valores a receber resultantes de títulos a receber;
- . pelos valores a receber referente a cheques devolvidos;
- . pelos valores a receber em geral, não enquadrados em subconta específica;

- . pela apropriação do resultado financeiro com o decorrer do tempo, tendo como contrapartida a Subconta 5.2.1.01.01.007 – Receitas Financeiras – AVP;
- . pela baixa do desconto bancário; e
- . pela reversão do saldo de PCLD.

Credita-se:

- . pelo recebimento do numerário correspondente;
- . pelo valor de descontos bancários sobre o contas a receber;
- . pela constituição da provisão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD a débito da conta 5.1.1.07.03.014 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD;
- . pela constituição do ajuste a valor presente, lançando-se em contrapartida a débito da Subconta 3.1.3.01 – Ajuste a Valor Presente Receitas; e
- . pela constituição da provisão para Redução ao Valor Recuperável.

Notas

- 1) Para facilitar o controle e a elaboração de conciliações periódicas é recomendável utilizar registros individuais por cliente, por meio de registros suplementares ou sistemas auxiliares.
- 2) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos e a quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial *pro rata*, a partir da origem de cada transação.
- 3) As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da transação específica na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essas taxas, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

6.2.3 Adiantamentos a Terceiros e Funcionários

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.3 – Outros Créditos
Grupo de Contas:	1.1.3.01 – Adiantamentos a Terceiros
Grupo de Contas:	1.1.3.02 – Adiantamentos a Funcionários

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos valores referentes a adiantamentos a fornecedores, prestadores de serviços e outros adiantamentos a terceiros; e
- . dos adiantamentos à funcionários (salário, férias, 13º salário e); como adiantamento quinzenal, extraordinários de salários, férias, 13º salário, PIS-abono, viagens e convênios a descontar.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos adiantamentos supracitados.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pelo adiantamento a fornecedores e prestadores de serviços;
- . pelo adiantamento a terceiros;
- . pelo adiantamento de salário, férias e 13º salário aos funcionários;
- . pelo adiantamento de Pis-abono;
- . pelo adiantamento para viagem de funcionários;
- . pelo adiantamento com convênios a descontar, como por exemplo, farmácias; e
- . por outros adiantamentos.

Credita-se:

- . pelo acerto de contas dos funcionários;
- . pela devolução total ou parcial do adiantamento aos fornecedores;
- . pela entrega do produto ou serviço anteriormente adiantado;
- . pela compensação do adiantamento de Pis-abono;
- . pela prestação de contas da viagem do funcionário;

- . pelo pagamento do convênio a descontar; e
- . pelo recebimento do fator que gerou o adiantamento.

Notas

- 1) Os adiantamentos a fornecedores de material e serviços destinados ao imobilizado em curso, deverão ser registrados na respectiva subconta 1.2.3.03.01.001 – Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado dentro de Imobilizações em Andamento.
- 2) Os adiantamentos a fornecedores de material destinados ao estoque, deverão ser registrados na respectiva conta 1.1.5.02.01.001 – Adiantamentos a Fornecedores para Estoques.

6.2.4 Impostos e Contribuições a Recuperar

Sistema: 1 – Ativo
Grupo do Sistema: 1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema: 1.1.3 – Outros Créditos

Grupo de Contas: 1.1.3.03 – Impostos e Contribuições a Recuperar

Função

Destina-se à contabilização dos valores recolhidos e/ou retidos na fonte referentes a tributos e contribuições previdenciárias, além dos créditos aproveitáveis nos tributos não cumulativos, que posteriormente poderão ser compensados com os débitos tributários existentes.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total que poderá ser compensado e/ou descontado com os tributos devidos, no caso de suas apurações.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . por transferência do Grupo de Contas 1.2.1.02 – Impostos e Contribuições a Recuperar, quando os créditos se tornarem a curto prazo;
- . pelo recolhimento mensal do IRPJ e da CSLL devidos com base na estimativa mensal ou pela sistemática dos balancetes de suspensão e redução, a débito das subcontas 1.1.3.03.01.01 – IRPJ Antecipação – Estimativa e 1.1.3.03.02.01 – CSLL Antecipação – Estimativa, respectivamente, e em contrapartida a crédito da conta Caixa e Bancos, ou pela compensação, a crédito com outros tributos federais com saldo a compensar (IRPJ, PIS, COFINS, CSLL);
- . pelo recolhimento a maior de tributos, que poderão ser utilizados para a compensação de outros tributos da mesma espécie, segundo os procedimentos e regulamentos específicos para tanto;
- . pela retenção de tributos em nome da pessoa jurídica, em aplicações financeiras, operações de mútuo ou pela prestação de serviços em que haja tal previsão;
- . pelo reconhecimento de créditos de tributos não cumulativos, que poderão ser descontados com os débitos existentes destes tributos; e
- . pelo pagamento a maior ou retenções na fonte por terceiros em nome da pessoa jurídica referentes a contribuição previdenciária para o INSS.

Credita-se:

- . pelo reconhecimento do IRPJ e da CSLL efetivamente devidos pela sistemática do lucro real no final do período de apuração, no ajuste anual;
- . pela compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com as apurações do IRPJ e CSLL, respectivamente;
- . pela compensação das retenções sofridas com os tributos devidos; e
- . pela compensação dos créditos de tributos não cumulativos com os respectivos débitos.

Notas

- 1) A apuração dos créditos fiscais será baseada nos registros efetuados nos livros fiscais da Permissionária.
- 2) A compensação de tributos a recuperar e as retenções na fonte deverão seguir legislação específica.

6.2.5 Bens destinados à venda, valores e créditos vinculados e créditos de participações societárias

Sistema:	1 – Ativo
Grupo do Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.3 – Outros Créditos
Grupo de Contas:	1.1.3.04 – Bens Destinados à Venda
Grupo de Contas:	1.1.3.05 – Valores e Créditos Vinculados
Grupo de Contas:	1.1.3.06 – Créditos de Participações Societárias

Função

Destina-se à contabilização:

- . de bens destinados à venda; e
- . valores e créditos vinculados e créditos de participações societárias.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos supracitados.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pelos valores dos bens disponíveis para venda;
- . pelos valores dados como garantia de contratos diversos;
- . pelos valores a receber referente a participações em outras sociedades;
- . pelos valores que já tenham divulgado a parcela de dividendos a distribuir;
- . pelo valor de Juros sobre Capital Próprio a receber; e
- . pelo conhecimento de outros créditos não discriminados acima.

Credita-se:

- . pelo recebimento da venda do bem disponibilizado;
- . pelo encerramento ou rescisão dos contratos sobre os quais foram vinculados os valores e créditos;
- . pelo recebimento dos dividendos;
- . pelo recebimento dos Juros sobre Capital Próprio; e
- . pelo recebimento de outros créditos.

Notas

- 1) Para qualquer dessas operações de valores e créditos vinculados, a classificação nessa conta deve abranger somente os valores a serem recuperados no curto prazo, pois os de realização superior a um ano da data do balanço devem figurar em conta similar no Realizável a Longo Prazo.

- 2) A empresa com participação em outras sociedades deve verificar os dividendos propostos já contabilizados nos balanços dessas empresas, devendo registrar a receita de dividendos proporcionais naquele mesmo período, debitando o seu contas a receber e creditando o resultado. Havendo dúvidas quanto à distribuição ou impossibilidade de obtenção da informação dos dividendos propostos pelas empresas investidas, a contabilização deverá ser realizada apenas quando o dividendo for efetivamente recebido.

6.2.6 Transações com Partes Relacionadas

Sistema: 1 – Ativo
Grupo do Sistema: 1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema: 1.1.3 – Outros Créditos

Grupo de Contas: 1.1.3.07 – Transações com Partes Relacionadas

Função

Destina-se à contabilização dos créditos com partes relacionadas, a vencer no período de doze meses, apenas quando constituírem-se negócios usuais na exploração do objeto da empresa.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela venda de produtos e/ou serviços;
- . alienação ou transferência de bens do ativo fixo;
- . saldos decorrentes de operações e quaisquer outros saldos a receber;
- . prestação de serviços administrativos e/ou qualquer forma de utilização da estrutura física ou de pessoal de partes relacionadas, com ou sem contraprestação;
- . locação ou comodato de bens móveis ou imóveis de qualquer natureza; e
- . pelas execução de outras operações que gerem saldos a receber desta espécie.

Credita-se:

- . pelo recebimento de recursos;
- . pela novação, pelo perdão ou pelas outras formas pouco usuais de cancelamento de dívidas; e
- . pela transferência de saldos para o ativo não circulante.

Notas

- 1) O fato de duas entidades serem partes relacionadas não implica necessariamente que as negociações entre elas provoquem qualquer condição de favorecimento, mas sim a necessidade de evidenciação.
- 2) A administração da permissionária é responsável pela identificação e divulgação das partes relacionadas e das transações com tais partes. Essa responsabilidade exige que a administração implante sistemas contábeis e de controle interno adequados, para assegurar que essas transações possam ser identificadas nos registros contábeis ou extracontábeis e apropriadamente divulgadas nas demonstrações contábeis e em outras informações contábeis elaboradas para quaisquer fins.
- 3) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário. Também deverá constar da aludida escrituração, a quantidade do padrão referenciado equivalente ao valor em moeda nacional lançado, caso esteja previsto no contrato de atualização monetária nessa base.
- 4) O Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.224/2009 que aprova a NBC TA 550, da a definição de partes relacionadas da seguinte forma:
 - (i) uma pessoa ou outra entidade que tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, sobre a entidade que reporta;
 - (ii) outra entidade sobre a qual a entidade que reporta tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários; ou
 - (iii) outra entidade que está sob controle comum juntamente com a entidade que reporta, por ter:
 - a. controlador comum;
 - b. proprietários que são parentes próximos; ou
 - c. administração-chave comum.

6.2.7 (-) AVP – Encargos Financeiros a Transcorrer e Redução ao Valor Recuperável de outros créditos

Sistema: 1 – Ativo
Grupo do Sistema: 1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema: 1.1.3 – Outros Créditos

Grupo de Contas: 1.1.3.99 – (-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao valor Recuperável

Função

Destina-se à contabilização:

- . de ajuste a valor presente para os saldos de contas de outros créditos;
- . da provisão para redução ao valor recuperável

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total de receita financeira a apropriar e provisão para redução ao valor recuperável.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela apropriação do resultado financeiro com o decorrer do tempo, tendo como contrapartida a Subconta 5.2.1.01.01.007 – Receitas Financeiras – AVP; e
- . pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável anteriormente constituída.

Credita-se:

- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito dos Grupos de Contas 3.1.2.07.01 – (-) Ajuste a Valor Presente Receitas;
- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito do Subgrupo do sistema 1.1.3 – Outros Créditos, no caso do reconhecimento no momento inicial da transação; e
- . pelo reconhecimento da provisão, tendo como contrapartida o Grupo de Contas 5.1.1.09 – Provisão para Redução a Valor Recuperável.

Notas

- 1) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos e a quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial *pro rata*, a partir da data de origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

2) As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da transação específica na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essas taxas, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

3) A entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a redução ao valor recuperável de seus ativos.

6.2.8 Estoques

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.5 – Estoques
Grupo de Contas:	1.1.5.01 – Almoxarifado
Grupo de Contas:	1.1.5.02 – Adiantamentos a Fornecedores para Estoques
Grupo de Contas:	1.1.5.03 – Estoque/Materiais em Poder de Terceiros
Grupo de Contas:	1.1.5.05 – (-) Ajuste a Valor Presente em Estoques
Grupo de Contas:	1.1.5.06 – (-) Provisão para Perda e Redução ao Valor de Mercado dos Estoques

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos valores referentes à aquisição de peças, acessórios, materiais de carrocerias, combustíveis, lubrificantes, ferramentas, pneus e câmaras, material de expediente e informática e outros materiais de almoxarifado;
- . do Ajustes a Valor Presente dos estoques; e
- . das Provisões para Perda e para Redução ao Valor de Mercado dos Estoques.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos estoques.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela apropriação do resultado financeiro com AVP no decorrer do tempo, tendo como contrapartida ao Grupo de Contas 5.2.1.01 – Receitas Financeiras;
- . pela aquisição de peças, acessórios e materiais de carrocerias para operação e manutenção dos veículos da permissionária;
- . pela aquisição de combustíveis e lubrificantes;
- . pela aquisição de ferramentas não classificáveis no Ativo Imobilizado;
- . pela aquisição de pneus e câmaras;
- . pela aquisição de materiais diversos;
- . pela reversão da Provisão para Perdas em Estoque;
- . pela reversão da Provisão para Redução ao Valor de Mercado dos Estoques;
- . pela reversão da Provisão para Ajuste a Valor de Mercado;
- . pelo adiantamento a fornecedores de mercadorias que serão classificadas no Estoque; e

- . pelo retorno dos estoque/materiais próprios que estavam em poder de terceiros.

Credita-se:

- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito nos Grupos de Contas 3.1.2.07 – (-) Ajuste a Valor Presente;
- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito do Subgrupo do sistema 1.1.5 – Estoques, no caso do reconhecimento no momento inicial da transação;
- . pelo consumo de peças, acessórios e materiais de carrocerias para operação e manutenção dos veículos da permissionária;
- . pelo consumo de combustíveis e lubrificantes;
- . pelo consumo de pneus e câmaras;
- . pelo consumo de materiais diversos;
- . pela constituição da Provisão para Perdas em Estoque;
- . pela constituição da Provisão para Redução ao Valor de Mercado dos Estoques;
- . pela constituição da Provisão para Ajuste a Valor de Mercado; e
- . pela transferência de Adiantamentos a Fornecedores para Estoques em contrapartida a conta específica dentro de Estoques.

Notas

- 1) Na Subconta 1.1.5.01.01 - Almoxarifado, será contabilizado o material disponível, específico do consumo das atividades da Permissionária. Abrangerá artigo como peças, acessórios, materiais de carrocerias, combustíveis, lubrificantes, ferramentas, pneus e câmaras, material de expediente e informática e outros materiais de almoxarifado.
- 2) O controle da movimentação do estoque será realizado em controles auxiliares, onde constará: saldo inicial, data da compra, data do consumo e estoque final, sempre respeitando o regime de competência.
- 3) As provisões para perdas são constituídas com base em estimativas de seus prováveis valores de realizações.
- 4) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos e a quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial *pro rata*, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

5) As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da transação específica na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essas taxas, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

6.2.9 Despesas Antecipadas

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.6 – Despesas Antecipadas
Grupo de Contas:	1.1.6.01 – Despesas Antecipadas

Função

Destina-se à contabilização das aplicações de recursos em despesas ainda não incorridas e cujos benefícios ou prestação dos serviços fluirão à permissionária se fará em até doze meses do encerramento do período contábil, incluído:

- a) os pagamentos antecipados de prêmios de seguros (de veículos, materiais e equipamentos e seguro de vida para funcionários);
- b) encargos bancários; e
- c) outras despesas antecipadas.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total das despesas antecipadas.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelo pagamento antecipado da despesa a incorrer; e
- . por transferência do ativo não circulante, quando a despesa antecipada tornar-se realizável no curto prazo.

Credita-se:

- . pela apropriação mensal da despesa, nas respectivas subcontas apropriadas.

Notas

- 1) Serão contabilizados nessa conta somente os pagamentos antecipados cuja apropriação final seja o resultado do exercício.
- 2) Nessa Subconta será contabilizada somente a parcela do pagamento correspondente ao prêmio de seguros. A despesa de emissão da apólice e os impostos serão debitados no Sistema 4 - Custos, Grupos de Contas e Subcontas apropriadas, ou 5 - Despesas e Demais Resultados, Grupo de Contas e Subcontas apropriadas; e
- 3) Os gastos com emissão de debêntures referem-se à contratação de instituição financeira para coordenar o processo de divulgação e captação dos recursos. Esses gastos serão apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de vencimento das debêntures.

6.2.10 Instrumentos Financeiros

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.1 – Ativo Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.1.7 – Ativos Financeiros
Grupo de Contas:	1.1.7.01 – Ativos Financeiros

Função

Destina-se à contabilização de ativos financeiros com vencimento em até doze meses do encerramento contábil e provisão para redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela aquisição de novos instrumentos financeiros, classificados pela administração como mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- . pela aquisição de novos contratos de derivativos;
- . pela valorização dos contratos de derivativos;
- . pela aquisição de novos instrumentos financeiros, classificados pela administração como disponível para vendas;
- . pela aquisição de novos instrumentos financeiros, classificados pela administração como mantidos até o vencimento, quando comprovadas as condições de mantê-los até o vencimento;
- . pela apropriação do rendimento pela curva dos títulos, tendo como contrapartida a Subconta 5.2.1.01.01.006 – Rendimento de Instrumento Financeiro Mantido até o Vencimento;
- . pelo ajuste positivo a valor recuperável dos títulos classificados como Disponíveis para venda, onde a contrapartida é o Grupo de Contas 2.4.6.01 – Ajustes de Avaliação Patrimonial; e
- . pela reversão da provisão para redução ao valor de mercado.

Credita-se:

- . pelo vencimento dos contratos de derivativos;
- . pela desvalorização dos contratos de derivativos;
- . pelo ajuste negativo a valor de mercado dos títulos classificados como Disponíveis para venda, onde a contrapartida é o Grupo de Contas 2.4.6.01 – Ajuste de Avaliação Patrimonial;
- . pelo vencimento do título, excepcionalmente;
- . pelos resgates de valores das aplicações em instrumentos financeiros ou pela liquidação da operação;
- . pela constituição de provisão para redução ao valor de mercado, tendo como contrapartida o subgrupo de contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras; e
- . pelo ajuste ao valor de mercado.

Notas

- 1) Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.
- 2) Um ativo financeiro é um ativo com as seguintes características:
 - a. caixa;
 - b. um instrumento patrimonial de outra entidade (participação no patrimônio líquido de outra entidade, como ações, quotas, bônus de subscrição etc.);
 - c. um direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis; e
 - d. um contrato que pode ser liquidado em títulos patrimoniais da própria entidade.
- 3) O CPC PME determina que os seguintes instrumentos financeiros foram excluídos: disponível para venda, mantido até o vencimento e opção por valor justo. Para as empresas que optarem por aplicá-lo, os instrumentos financeiros serão mensurados pelo custo ou custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

6.2.11 Clientes e Operações a Receber – Não Circulante

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.01 – Clientes e Operações a Receber

Função

Destina-se à contabilização:

. dos créditos a longo prazo, provenientes de venda de passagens de transporte de passageiros internacional, interestadual, interestadual semiurbano, intermunicipal e municipal. Incluirá a contabilização entre outros, dos créditos provenientes de aluguéis de bens, outros serviços de transporte, fretamento e encomenda.. das Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total a receber das contas supracitadas, com exceção do Subgrupo de Desconto Bancário e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, pois a natureza da conta é credora, “retificadora” dos saldos de contas a receber.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela constituição de ativos com vencimento de longo prazo; e
- . pela reversão do saldo de PCLD.

Credita-se:

- . pelo recebimento dos valores antes do tempo previsto;
- . pela transferência para o Grupo de Contas 1.1.2.01 - Clientes e 1.1.2.02 - Operações a Receber das parcelas a vencer em período inferior a 12 (doze) meses;
- . pelo valor de descontos bancários incididos sobre o contas a receber; e
- . pela constituição mensal da provisão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD a débito da conta 5.1.1.07.03.014 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD.

Notas

- 1) O controle extracontábil do Grupo 1.2.1.01.01 - Clientes deverá ser realizado por meio de registros complementares, como, por exemplo, sistema de cobrança.
- 2) Os valores recebidos referentes a juros, multas e taxas de administração, será contabilizado pelo regime de competência.

6.2.12 Impostos e Contribuições a Recuperar – Não Circulante

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.02 – Impostos e Contribuições a Recuperar

Função

Destina-se à contabilização da parcela dos créditos tributários cujo prazo de realização seja superior ao 12º mês.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos supracitados, para o aproveitamento com débitos tributários futuros.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pelo reconhecimento da parte dos valores retidos, pagos ou compensáveis cujo prazo de realização destes créditos seja superior ao 12º mês.
- . pelo reconhecimento de diferenças intertemporais dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, adicionadas na apuração do IRPJ e da CSLL pelo lucro real, cujo prazo de realização seja superior ao 12º mês, valores possíveis de serem ativados desde que suportados por estudo técnico de viabilidade de geração de resultados tributáveis positivos futuros.
- . pela existência de outros créditos tributários em nome da permissionária, como, por exemplo, pela aquisição de ativo permanente que gerem direito ao aproveitamento de créditos de ICMS, conforme artigo 20 da Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, obedecidos os procedimentos previstos na legislação do ICMS de cada Estado-membro e do DF.
- . por eventuais reversões de ajustes por impairment feitos anteriormente no saldo.

Credita-se:

- . pela transferência dos créditos tributários de longo prazo para o ativo circulante, à medida de sua realização ao longo do tempo;
- . por eventuais ajustes na provisão; e
- . por eventuais complementos ou ajustes para impairment já realizados.

Notas

1) O registro de créditos fiscais somente serão constituídas nos casos em que sua recuperação futura seja efetivamente estimada com segurança. Normalmente, as provisões ativas para créditos fiscais podem ser constituídas sobre certas condições e com certas exceções, com relação as seguintes bases:

- a. Diferenças temporárias ocorridas na base de cálculo dos tributos devidos (não dedutíveis no período corrente, porém possivelmente dedutíveis em períodos futuros);
 - b. Prejuízos Fiscais - Imposto de Renda; e
 - c. Base Negativa do cálculo da Contribuição Social.
- 2) A apuração dos créditos fiscais será baseada nos registros efetuados nos livros fiscais da Concessionária.

6.2.13 Aplicações em Incentivos Fiscais

Sistema: 1 – Ativo
Grupo de Sistema: 1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema: 1.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Grupo de Contas: 1.2.1.03 – Aplicações em Incentivos Fiscais

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos recursos aplicados em incentivos fiscais; e
- . da provisão para perdas.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total de aplicações para investimentos em incentivos fiscais.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela aplicação de recursos em incentivos fiscais; e
- . pela reversão da provisão para perdas.

Credita-se:

- . pela baixa de incentivos fiscais; e
- . pela constituição da provisão para perdas.

Nota

1) O controle operacional dos incentivos fiscais deverá ser realizado em registros suplementares.

6.2.14 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.04 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos depósitos judiciais provenientes de causas cíveis, fiscais ou trabalhistas, por determinação judicial, ficando a respectiva importância à disposição do juízo até o final da ação; e
- . dos bloqueios judiciais e depósitos caucionados.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará dos depósitos judiciais e valores bloqueados supracitados.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela atualização monetária do depósito, com contrapartida a crédito na Subconta 5.2.2.01.01 – Variações Monetárias Ativas;
- . pela aplicação dos recursos em depósitos judiciais;
- . pelos bloqueios judiciais; e
- . depósitos caucionados.

Credita-se:

- . pelo retorno do recurso à permissionária em caso de decisão judicial favorável;
- . pela decisão contrária à permissionária, em contrapartida ao Sistema de despesas; e
- . pela liberação do bloqueio judicial ou depósito caucionado favorável à permissionária.

Notas

- 1) A atualização monetária deverá ser acompanhada com base nos extratos judiciais do processo.
- 2) O controle extracontábil será realizado mensalmente por meio de registros auxiliares.

6.2.15 Transações com Partes Relacionadas – Não Circulante

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.05 – Transações com Partes Relacionadas

Função

Destina-se à contabilização da parcela dos créditos com partes relacionadas cujo prazo de realização vence no período superior a doze meses.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela venda de produtos e/ou serviços que constituem o objeto social da empresa;
- . alienação ou transferência de bens do ativo (inclusive, adotando-se preços de transferência nas transações entre partes relacionadas, faz-se necessária à divulgação do critério adotado em seu cálculo);
- . alienação ou transferência de direitos de propriedade industrial;
- . saldos decorrentes de operações e quaisquer outros saldos a receber;
- . prestação de serviços administrativos e/ou qualquer forma de utilização da estrutura física ou de pessoal de uma empresa pela outra, com ou sem contraprestação;
- . empréstimos e adiantamentos concedidos, com ou sem encargos financeiros, ou a taxas favorecidas;
- . locação ou comodato de bens móveis ou imóveis de qualquer natureza; e
- . pela execução de outras operações que gerem saldos a receber desta espécie.

Credita-se:

- . pelo recebimento de recursos;
- . por novação, perdão ou outras formas pouco usuais de cancelamento de dívidas; e
- . pela transferência para o ativo circulante.

Notas

- 1) O fato de duas entidades serem partes relacionadas não implica necessariamente que as negociações entre elas provoquem qualquer condição de favorecimento. Mas o fato de serem relacionadas implica a necessidade de evidenciação.
- 2) A administração da permissionária é responsável pela identificação e divulgação das partes relacionadas e das transações com tais partes. Essa responsabilidade exige que a administração implante sistemas contábeis e de controle interno adequados, para assegurar que as transações com partes relacionadas possam ser identificadas nos registros contábeis ou extra-contábeis e apropriadamente divulgadas nas Demonstrações Contábeis e em outras informações contábeis elaboradas para quaisquer fins.
- 3) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário. Também deverá constar da aludida escrituração, a quantidade do padrão referenciado equivalente ao valor em moeda nacional lançado, caso esteja previsto no contrato atualização monetária nessa base.
- 4) O Conselho Federal de de Contabilidade através da resolução nº 1.224/2009 que aprova a NBC TA 550, da a definição de partes relacionadas da seguinte forma:
 - (i) uma pessoa ou outra entidade que tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, sobre a entidade que reporta;
 - (ii) outra entidade sobre a qual a entidade que reporta tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários; ou
 - (iii) outra entidade que está sob controle comum juntamente com a entidade que reporta, por ter:
 - a. controlador comum;
 - b. proprietários que são parentes próximos; ou
 - c. administração-chave comum.

6.2.16 Adiantamento para Futuro Investimento

Sistema: 1 – Ativo
Grupo de Sistema: 1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema: 1.2.1 – Realizável a Longo Prazo

Grupo de Contas: 1.2.1.06 – Adiantamento para Futuro Investimento

Função

Destina-se à contabilização de valores referentes a adiantamentos a outras sociedades, com a intenção de serem utilizados como futuro aporte de capital.

Terá saldo devedor, o qual representará o correspondente ao valor dos adiantamentos.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pelos valores correspondentes aos adiantamentos concedidos às sociedades.

Credita-se:

. pela transferência dos valores à conta específica de Investimentos, quando o recurso for efetivamente integralizado no patrimônio das sociedades que receberam os adiantamentos; e

. pela devolução dos recursos objetos de adiantamento.

Notas

1) Serão parte integrante do Realizável a Longo Prazo da empresa, os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da empresa, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da empresa.

2) As informações sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital realizados pela empresa devem ser prestadas, até a conversão desse adiantamento em aumento de capital ou, eventualmente, até a devolução dos recursos.

6.2.17 Créditos de Consórcios e Arrendamento Mercantil

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.07 – Créditos de Consórcios e Arrendamento Mercantil

Função

Destina-se à contabilização:

- . de créditos de consórcios ainda não contemplados; e
- . das parcelas do Valor Residual Garantido pago de forma diluída nos contratos de arrendamento mercantil.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelo pagamento de consórcios que não foram contemplados; e
- . pelo valor residual de arrendamento mercantil.

Credita-se:

- . pela contemplação do consórcio; e
- . pela baixa do valor residual de arrendamento mercantil.

Nota

- 1) O controle operacional deverá ser realizado em registros suplementares.

6.2.18 Outros Créditos – Não Circulante

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.08 – Outros Créditos

Função

Destina-se à contabilização:

- . de valores e créditos vinculados;
- . de títulos de capitalização;
- . de participações não permanentes em empresas;
- . da provisão para redução a valor de mercado; e
- . da provisão para perdas.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total dos créditos da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelos valores das garantias contratuais, legais ou judiciais recebidas;
- . pelos valores aplicados em títulos de capitalização;
- . pelos valores referentes ao investimento não permanente realizado em outras empresas;
- . pela reversão da provisão, quando o valor de mercado se tornar maior que o custo de aquisição de seus créditos; e
- . pela reversão da Provisão para Perdas em valores e créditos vinculados.

Credita-se:

- . pelo encerramento ou rescisão dos contratos os quais as garantias correspondem;
- . pelos valores resgatados dos títulos de capitalização;
- . pela venda dos investimentos não permanentes em outras empresas a terceiros;
- . pela constituição da provisão, quando o valor de mercado for menor que o custo de aquisição de seus créditos;
- . pela constituição da Provisão para Perdas em valores e créditos vinculados;
- . pela baixa dos investimentos; e

. pela transferência para o ativo circulante.

Notas

1) O capital de resgate do título de capitalização será sempre inferior ao capital constituído por aplicações idênticas na caderneta de poupança, já que, dos pagamentos efetuados num título, desconta-se uma parte para custear as despesas administrativas das sociedades de capitalização e, quando há sorteios, uma parcela para custear as premiações.

2) Caso a participação não permanente em outras empresas seja em grande volume, de forma a caracterizar uma relação de coligada ou controlada entre as partes, esse fato não altera a intenção de venda a terceiros de tal investimento e permanece a sua classificação no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, de acordo com a sua expectativa de realização.

6.2.19 Despesas Antecipadas – Não Circulante

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.09 – Despesas Antecipadas

Função

Destina-se à contabilização das aplicações a apropriar de recursos em despesas ainda não incorridas e cujos benefícios ou prestação dos serviços à Permissionária se farão após doze meses após o encerramento do período contábil, incluindo os pagamentos antecipados de prêmios de seguros (de veículos, materiais e equipamentos e seguro de vida para funcionários), até a efetiva realização dessas despesas pelo regime de competência.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total das despesas antecipadas.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . por transferência, quando a despesa antecipada abranger mais de um exercício social.

Credita-se:

- . por transferência, quando a despesa antecipada se tornar curto prazo.

Notas

- 1) Serão contabilizados nessa conta somente os pagamentos antecipados cuja apropriação final seja o resultado de exercício(s) posterior(es).
- 2) O controle extracontábil deverá ser realizado mensalmente por meio de registros suplementares.

6.2.20 Instrumentos Financeiros Derivativos

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2. – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.10 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Função

Destina-se a contabilização de instrumentos financeiros derivativos se o período remanescente para o vencimento do item for superior a 12 meses.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela aquisição de novos contratos de derivativos; e
- . pela valorização dos contratos de derivativos.

Credita-se:

- . pelo vencimento dos contratos de derivativos;
- . pela transferência para o ativo circulante;
- . pela desvalorização dos contratos de derivativos; e
- . pela venda.

Nota

1) Conforme Pronunciamento técnico CPC 38 os instrumentos financeiros derivativos atendem os seguintes requisitos:

- a) O seu valor altera-se em resposta à variação na taxa de juros especificada, no preço de instrumento financeiro, no preço de mercadoria, na taxa de câmbio, no índice de preços ou de taxas, na avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira, esta não seja específica de uma parte do contrato (às vezes denominada – subjacente);
- b) Não é necessário qualquer investimento líquido inicial ou que seja inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; e
- c) É liquidado em data futura.

6.2.21 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2. – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.11 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Função

Destina-se a contabilização de Ativos financeiros Disponíveis para Venda se o período remanescente para o vencimento do item for superior a 12 meses.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela aquisição de novos instrumentos financeiros que a administração decida classificá-los em Disponível para Vendas; e
- . pelo ajuste positivo a valor de mercado (marcação a mercado), onde a contrapartida é o Subgrupo do Sistema 2.4.6 – Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Credita-se:

- . pelo ajuste negativo ao valor de mercado (marcação a mercado), onde a contrapartida é o Subgrupo do Sistema: 2.4.6 – Ajuste de Avaliação Patrimonial;
- . pelo vencimento do título, excepcionalmente;
- . pela transferência para o ativo circulante; e
- . pela venda do título.

Notas

1) Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

- a) empréstimos e contas a receber;
- b) investimentos mantidos até o vencimento; ou
- c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

São instrumentos financeiros que não se enquadram nas outras categorias e para os quais a entidade tem discricionariedade de negociar ou não antes do vencimento.

2) A classificação dos instrumentos financeiros leva em conta a intenção da Concessionária ao adquiri-lo, que tem efeitos na contabilização subsequente.

3) A permissionária deve avaliar pelo menos ao fim de cada exercício social se existe alguma indicação de que um ativo tenha perdido valor, ou seja se o ativo está reconhecido no contábil por valor acima do recuperável.

Caso seja constatado que os ativos tenham perdido valor de mercado, deverá ser mensurada essa diferença entre o valor recuperável do ativo e o valor contábil, para a constituição da provisão para redução ao valor recuperável.

4) O CPC PME determina que os seguintes instrumentos financeiros foram excluídos: disponível para venda, mantido até o vencimento e opção por valor justo. Para as empresas que optarem por aplicá-lo, os instrumentos financeiros serão mensurados pelo custo ou custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

6.2.22 Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2. – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.12 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Função

Destina-se à contabilização de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento se o período remanescente para o vencimento do item for superior a 12 meses.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela aquisição de novos instrumentos financeiros, que a administração decida classificá-los em Disponível para Vendas e tenha condições comprovadas de mantê-los até o vencimento; e
- . pela apropriação do rendimento pela curva do título, onde a contrapartida é a Subconta 5.2.1.01.01.06 – Rendimento de Títulos Mantido até o Vencimento.

Credita-se:

- . pela transferência para o ativo circulante;
- . pelo vencimento do título, excepcionalmente; e
- . pela venda do título.

Notas

- 1) Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:
 - a) Os que a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
 - b) Os que a entidade designa como disponível para venda; e
 - c) Os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.
- 2) A classificação dos instrumentos financeiros leva em conta a intenção da Permissionária ao adquiri-los, que tem efeitos na contabilização subsequente.
- 3) Para que um investimento seja classificado como mantido até o vencimento a concessionária deve ter intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. A entidade não tem a intenção de manter um investimento até o vencimento em ativo financeiro fixo se:

- a) a entidade pretende manter o ativo financeiro por período indeterminado;
- b) a entidade estiver pronta para vender o ativo financeiro (exceto se uma situação que não seja recorrente surja e que não possa ter sido razoavelmente prevista pela entidade) em resposta a alterações nas taxas de juros de mercado ou nos riscos, a necessidades de liquidez, a alterações na disponibilidade e no rendimento de investimentos alternativos, a alterações nas fontes e condições de financiamento ou a alterações no risco cambial; ou
- c) o emissor tiver o direito de liquidar o ativo financeiro por valor significativamente abaixo do seu custo amortizado.

A entidade não tem capacidade demonstrada para manter um investimento até o vencimento em ativo financeiro com vencimento fixo se:

- a) não tiver os recursos financeiros disponíveis para continuar a financiar o investimento até o vencimento; ou
- b) estiver sujeita a uma restrição legal ou outra existente que frustre a sua intenção de manter o ativo financeiro até o vencimento.

4) A Permissionária não deve classificar nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se a entidade tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento (mais do que insignificante em relação à quantia total dos investimentos mantidos até o vencimento), que não seja por vendas ou reclassificações que:

. estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro (por exemplo, menos de três meses antes do vencimento) que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro;

. ocorram depois de a entidade ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou

. sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto por ela.

5) Sempre que vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições do parágrafo anterior, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

6) A Permissionária deve avaliar pelo menos ao fim de cada exercício social se existe alguma indicação de que um ativo tenha perdido valor, ou seja se o ativo está reconhecido no contábil por valor acima do recuperável. Caso seja constatado que os ativos tenham perdido valor de mercado, deverá ser mensurada essa diferença entre o valor recuperável do ativo e o valor contábil, para a constituição da provisão para redução ao valor recuperável.

7) O CPC PME determina que os seguintes instrumentos financeiros foram excluídos: disponível para venda, mantido até o vencimento e opção por valor justo. Para as empresas que optarem por aplicá-lo, os instrumentos financeiros serão mensurados pelo custo ou custo amortizado ou valor justo por meio do resultado."

6.2.23 (-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável

Sistema:	1- Ativo
Grupo do Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo do Sistema:	1.2.1 – Realizável a Longo Prazo
Grupo de Contas:	1.2.1.99 – (-) Ajuste a Valor Presente e Redução ao Valor Recuperável

Função

Destina-se à contabilização:

- . de ajuste a valor presente para os saldos de contas realizáveis em longo prazo; e
- . da Provisão para Redução ao Valor Recuperável.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total de receita financeira a apropriar e ajustes para redução ao valor recuperável.

Técnica de Funcionamento

Débita-se:

- . pela apropriação do resultado financeiro com o decorrer do tempo, tendo como contrapartida o Subconta 5.2.1.01.01– Receitas Financeiras; e
- . pela indicação de que perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo tenha diminuído ou não exista mais.

Credita-se:

- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito dos Grupos de Contas 3.1.2.07– (-)(-) Ajuste a Valor Presente Receitas;
- . pela constituição do Ajuste a Valor Presente, lançando-se em contrapartida a débito do Subgrupo do sistema 1.2.1 – Realizável a Longo Prazo, no caso do reconhecimento no momento inicial da transação; e
- . pela constituição da Provisão para Redução ao Valor Recuperável, tendo como contrapartida o Grupo de Contas 6.2.1.07 – Provisão para Redução ao Valor Recuperável.

Notas

- 1) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos e a quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial *pro rata*, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

2) As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da transação específica na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essas taxas, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

3) A entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a possível desvalorização dos ativos

6.2.24 Investimentos

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.2 – Investimentos
Grupo de Contas:	1.2.2.01 – Participações Societárias
Grupo de Contas:	1.2.2.02 – Incentivos Fiscais
Grupo de Contas:	1.2.2.03 – Outros Investimentos Permanentes

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos investimentos feitos em caráter permanente, sob a forma de ações ou quotas de capital de sociedades coligadas e controladas, participações em outras empresas, ágio ou deságio nos investimentos;
- . da provisão para redução ao valor recuperável de investimentos permanentes; e
- . dos incentivos fiscais permanentes, sendo reduzidos pela provisão para perdas permanentes, e outros investimentos permanentes, tais como obras de arte e propriedade para investimento.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos investimentos supracitados.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelo custo de aquisição ou subscrição de participações em empresas;
- . pelo ganho do valor do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial;
- . pelo acréscimo decorrente da alteração de porcentagem na participação acionária;
- . pelo ágio apurado na compra do investimento;
- . pela amortização do deságio;
- . pela aplicação em incentivos fiscais;
- . pela aquisição de outros investimentos permanentes; e
- . pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável.

Credita-se:

- . pela perda do valor do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial;
- . pela baixa decorrente da alteração de porcentagem na participação acionária;
- . pela alienação do investimento;

- . pelo deságio apurado na compra do investimento;
- . pela amortização do ágio;
- . pela constituição da provisão para redução ao valor recuperável; e
- . pela depreciação mensal de propriedade para investimentos.

Notas

- 1) Os investimentos em outras empresas podem ser avaliados pelo:
 - a) Método de equivalência patrimonial: nos investimentos realizados em coligadas ou controladas, considerando ainda outras empresas pertencentes ao grupo ou que estejam sob controle comum; e
 - b) Método de custo: investimento em outras empresas que não façam parte e/ou não estejam sob influência do grupo.

Na inexistência de cotação de preços a valor de mercado ou na impossibilidade de mensurá-lo fielmente pelo seu valor justo, deve-se utilizar o método de custo.

- 2) As participações são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, Método de Custo e Valor Justo e Propriedades para investimentos são avaliadas pelo valor justo e pelo custo.
- 3) No caso das Propriedades para investimentos, também devem ser incluídos aos custos os gastos de transação da operação.
- 4) Após a aquisição os bens de propriedade para investimento, podem continuar a ser avaliados pelo custo, ou então, passarem a ser avaliados pelo valor justo, sendo que devem ser formalizadas as justificativas da mudança.
- 5) Na hipótese de transferência de bens do ativo imobilizado para bens de Propriedade para investimento avaliados pelo valor justo, considera-se o custo como o da data efetiva de realização da operação.
- 6) Imóveis registrados com propriedade para investimentos não podem ser destinados ao uso da empresa em suas atividades operacionais. Propriedade para investimento obrigatoriamente deve ser imóvel e tem que ser mantido para dele se obter receita de aluguel ou valorização do capital ou ambas. As Propriedades para investimentos são avaliadas pelo Valor Justo e pelo Custo.
- 7) Os dividendos recebidos de participações em investidas que são reconhecidas pelo método de custo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
- 8) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME e que não são regidas pela Lei das S/A, há a opção de se avaliar os investimentos em coligadas pelo método de custo, desde que não haja uma cotação de preço publicada.
- 9) A mensuração de propriedade para investimentos em empresas que optarem aplicar o CPC PME é definida pelas circunstâncias, ou seja, não é permitido se escolher entre o método de custo ou de valor justo. Visto isso, o valor justo pode ser utilizado somente quando este pode ser obtido sem custo e esforço excessivo.

6.2.25 Imobilizado

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.3 – Imobilizado
Grupo de Contas:	1.2.3.01 – Bens em Operação
Grupo de Contas:	1.2.3.02 – Bens em Operação – Reavaliados
Grupo de Contas:	1.2.3.03 – Imobilizações em Andamento
Grupo de Contas:	1.2.3.04 – Estoques – Imobilizado
Grupo de Contas:	1.2.3.99 – (-) Depreciação Acumulada e Perda por Redução ao Valor de Mercado

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos bens em operação, como bens imóveis, veículos e outros bens destinados aos objetivos da permissionária na prestação de serviço de transporte;
- . dos bens em operação reavaliados;
- . das imobilizações em andamento;
- . dos estoques contidos no imobilizado, como peças de reposição aos itens contidos no imobilizado da permissionária;
- . da depreciação acumulada dos bens em operação e reavaliados; e
- . da provisão para redução a o valor recuperável.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total das imobilizações supracitadas.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela aquisição de bens móveis e imóveis, destinados à execução das atividades da empresa e gastos com benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados;
- . pelo recebimento de qualquer bem utilizado para a operação da entidade em forma de doação;
- . pelo recebimento em forma de transferência do imobilizado antes registrado em Imobilizado em Andamento;
- . pela contabilização dos gastos realizados em ativo de futura utilização (Imobilizado em Andamento);
- . pelos juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do Ativo Imobilizado ou para produção de estoques de longa maturação, devem ser registrados em conta destacada, que evidenciem a sua natureza, e classificados no mesmo Grupo do ativo que lhe deu origem. Esses juros serão registrados nesse Grupo somente quando o bem ainda estiver na condição de Imobilizado em Andamento;
- . pelo adiantamento a fornecedores de bens destinados ao Ativo Imobilizado;
- . pela reforma que aumente a vida útil ou capacidade do imobilizado adquirido; e
- . pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável.

Credita-se:

- . pela venda, doação ou transferência a terceiros do Imobilizado;
- . pela depreciação mensal dos bens;
- . pela transferência ao Subgrupo 1.1.3.04.01 - Bens Destinados à Venda;
- . pela baixa e transferência ao Imobilizado, quando o bem estiver em condições de uso; e
- . pela inexistência de benefícios econômicos futuros, suportado por laudo técnico, em contrapartida em conta de resultado (impairment).

Notas

- 1) Os bens incorporados ao ativo são valorados pelo preço de compra ou custo de produção. Será incorporado ao valor dos bens de ativo correspondente a importância dos investimentos adicionais ou complementares realizados, sendo estes valorados de acordo com os critérios estabelecidos no parágrafo.
- 2) O preço de aquisição inclui, além da importância faturada pelo vendedor, todos os gastos adicionais produzidos até sua colocação em condições de exploração: gastos de terraplenagem e derrubada, transporte, direitos alfandegários, seguros, montagem, entre outros.
- 3) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.
- 4) É permitida a inclusão de gastos financeiros no preço de aquisição sempre que obtidos antes da colocação em andamento do ativo e tenham sido gerados pelo fornecedor ou provenham de empréstimos ou outro tipo de financiamento alheio, destinado a financiar o investimento.
- 5) O gasto incorrido com reparos, consertos ou reformas, quando representarem um aumento da eficiência ou produtividade ou da vida útil do bem, podem ser acrescidos ao Imobilizado.
- 6) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, a revisão da vida útil, valor residual e método de depreciação do ativo imobilizado apenas se torna obrigatória caso exista indicador de que as condições destes se alteraram significativamente durante o ano.

6.2.26 Ativo Intangível

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.4 – Intangível
Grupo de Contas:	1.2.4.01 – Ativo Intangível
Grupo de Contas:	1.2.4.02 – Ativo Intangível – Reavaliados
Grupo de Contas:	1.2.4.99 – Amortização Acumulada e Perda por Redução ao Valor Recuperável - Ativo Intangível

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos ativos intangíveis, constituídos por ativos não monetários identificáveis sem substância física, mantidos para uso na produção do fornecimento de bens e serviços e para fins administrativos. Bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido;
- . dos ativos intangíveis reavaliados;
- . da amortização acumulada; e
- . da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total dos ativos intangíveis supracitados.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelos valores representantes dos bens intangíveis da empresa;
- . pela reversão da amortização, no caso da baixa dos ativos intangíveis; e
- . pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável.

Credita-se:

- . pela constituição da amortização acumulada sobre os ativos intangíveis;
- . pela baixa dos ativos intangíveis;
- . pelo provisão para redução ao valor recuperável, tendo como contrapartida o Grupo de Contas 5.1.1.09 – Provisão para Redução ao Valor Recuperável; e
- . pela baixa dos ativos intangíveis.

Notas

- 1) A entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil. A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.
 - a) O valor amortizável de um ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada; e
 - b) Um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.
- 2) A Permissionária deverá efetuar teste de recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil, anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica.
- 3) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, o valor residual, a vida útil e o método de amortização necessitam ser revistos apenas quando existir uma indicação relevante dessa alteração, ou seja, não é preciso revisá-los anualmente, conforme definido no IFRS full.
- 4) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, todos os intangíveis precisam ser amortizados. Inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Na ausência de critério para essa definição, deve-se admitir o período de 10 anos.

6.2.27 Diferido

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.5 – Diferido
Grupo de Contas:	1.2.5.01 – Despesas de Organização e Reorganização
Grupo de Contas:	1.2.5.99 – (-) Amortização Acumulada

Função

Destina-se à contabilização do saldo remanescente de aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações da Sociedade.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela amortização mensal;
- . pela constituição da provisão para redução ao valor recuperável; e
- . pela alocação dos saldos em contas em outro grupo de contas quando aplicável.

Notas

- 1) A ordem de despesa pré-operacional, que autorizou o empreendimento, deverá ser controlada por meio de registro suplementar ou sistemas auxiliares, para efeito de controle da respectiva amortização.
- 2) O saldo não amortizado deverá constituir perda de capital se, antes da sua amortização integral, for abandonado o empreendimento a que se destinaram os recursos aplicados.
- 3) A partir dos exercícios encerrados após 31/12/2008 não são admitidas adições a esse grupo de contas e os gastos anteriormente elegíveis para capitalização nesse subgrupo do sistema devem ser registrados diretamente no período em que incorrerem.
- 4) O saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, sendo submetido ao menos uma vez a cada exercício a análise de recuperabilidade.

6.2.28 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda

Sistema:	1 – Ativo
Grupo de Sistema:	1.2 – Ativo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	1.2.6 – Ativos Não Circulante Mantidos para Venda
Grupo de Contas:	1.2.6.01 – Ativos Não Circulante Mantidos para Venda

Função

Destina-se à contabilização:

- . de ativos que serão recuperados por meio de uma transação de venda, em vez do seu uso contínuo; e
- . da redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes mantidos para venda.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela transferência de ativo imobilizado ou intangível destinado a venda;
- . pela reversão da Provisão para Redução ao Valor Recuperável; e
- . pela aquisição de um ativo ou grupo de ativos que se enquadrem na definição de ativos não circulantes mantidos para venda.

Credita-se:

- . pela alienação de ativo imobilizado ou intangível destinado a venda; e
- . pela constituição da Provisão para Redução ao Valor Recuperável, tendo como contrapartida o Grupo de contas 5.1.1.09 – Provisão para Redução a Valor Recuperável.

Notas

- 1) Será ativo não circulante mantido para venda aquele cujo valor contábil será recuperado principalmente por meio de uma transação de venda em vez de geração de caixa derivada do seu uso contínuo, em montantes que se espera recuperar em mais de dozes meses após a data do balanço, devendo estar em imediata condição de venda, e que esta venda seja altamente provável.

2) No caso de a entidade adquirir um ativo não circulante exclusivamente com o objetivo de posterior alienação, este ativo só poderá ser classificado como mantido para venda na data de aquisição se o requisito de um ano for satisfeito e se for altamente provável que qualquer critério para classificação como tal, que não esteja satisfeito nessa data, esteja satisfeito em curto prazo após a aquisição (até três meses).

6.2.29 Empréstimos, Financiamentos e Obrigações com Outras Instituições

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.1 – Obrigações por Empréstimos e Financiamentos
Grupo de Contas:	2.1.1.01 – Empréstimos e Financiamentos
Grupo de Contas:	2.1.1.02 – Obrigações com Outras Instituições

Função

Destina-se à contabilização:

- . de dívidas em moedas nacional e estrangeira, a vencer no período de doze meses, cujos recursos podem estar destinados para financiar imobilizações, capital de giro e outros;
- . do valor dos arrendamentos mercantis financeiros a pagar no período de até 12 (doze) meses do encerramento do período contábil; e
- . dos custos das transações e encargos financeiros a serem amortizados no prazo de vigência do título.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total a pagar dos empréstimos e financiamentos.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela transferência do Subgrupo 2.2.1.01.01 – Empréstimos e Financiamentos do passivo não circulante;
- . pela obtenção de recursos para empréstimos ou financiamentos;
- . pelo valor do contrato de arrendamento mercantil financeiro a pagar;
- . pelas variações monetária ou cambial passivas, lançando-se em contrapartida a débito de conta própria do Subgrupo do Sistema 5.2.2 Variações Monetárias e Cambiais;
- . pela apropriação de juros sobre financiamentos, em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.02 - Despesas Financeiras;
- . pela incorporação de juros sobre financiamento para construção/recuperação de bens integrantes do ativo imobilizado;
- . pela emissão de debêntures;

- . pela variação monetária das debêntures;
- . pela provisão de juros sobre debêntures;
- . pelo deságio na emissão de debêntures;
- . pela apropriação de juros sobre os contratos de arrendamento mercantil financeiro, em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras;
- . pela incidência de multas e/ou juros sobre eventuais pagamentos em atraso em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas financeiras;
- . pela incorporação de juros sobre financiamento para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, em contrapartida a débito do Subgrupo de Sistema 1.2.3 – Imobilizado;
- . pela apropriação mensal dos custos financeiros das transações de captação de empréstimos e financiamentos em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras; e
- . pelo registro inicial dos custos e encargos financeiros a serem amortizados ao longo do período dos contratos de empréstimos e financiamentos, tendo como contrapartida conta retificadora deste mesmo subgrupo de sistema.

Debita-se:

- . pela amortização dos saldos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil financeiro;
- . pelas variações monetária ou cambial ativas, lançando-se em contrapartida a crédito de conta própria do Subgrupo 5.2.2 - Variações Monetárias e Cambiais.
- . pelo pagamento dos encargos financeiros; e
- . pelo registro inicial dos custos e encargos financeiros a serem amortizados, referente aos contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil financeiro.

Notas

- 1) A obrigação por empréstimos e financiamentos deve ser reconhecida quando ocorrer o efetivo ingresso de recursos em moeda estrangeira ou nacional.

- 2) Os empréstimos pagáveis em moeda estrangeira devem ser atualizados pela variação cambial apurada entre o saldo contábil do empréstimo contabilizado à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo em moeda estrangeira convertido para moeda nacional à taxa cambial vigente na data das Demonstrações Contábeis.
- 3) No caso de empréstimos que possam ser diretamente atribuídos ao financiamento de projetos, como a construção de bens integrantes do ativo imobilizado ou intangível, os juros e encargos correspondentes serão capitalizados, devendo ser registrados em Subconta destacada, na qual que evidenciada sua natureza, classificando-os no mesmo Grupo de Contas do Ativo que lhes deu origem.
- 4) Os juros devem ser contabilizados pelo regime de competência, ou seja, pelo tempo transcorrido. Quando a empresa tiver encargos financeiros já transcorridos, mas pagáveis posteriormente à data do balanço, tais juros e outros encargos eventuais na mesma situação devem ser provisionados.
- 5) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário. Também deverá constar da aludida escrituração a quantidade do padrão referenciado equivalente ao valor em moeda nacional lançado, quando o contrato previr atualização monetária nessa base.
- 6) Nos casos de repactuação dos contratos de empréstimos, as taxas de repactuação e os novos juros dos contratos devem ser considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e diferidos ao longo do período do contrato.
- 7) Quando a entidade não cumprir um compromisso segundo acordo de empréstimo de longo prazo até a data do balanço, com o efeito de o passivo se tornar vencido e pagável à ordem do credor, o passivo é classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.
- 8) O valor e sua quantidade em padrão referenciado, este quando existente, não serão alterados em decorrência de transferências mencionadas na Técnica de Funcionamento.
- 9) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, todos os custos dos empréstimos devem ser reconhecidos no resultado quando incorrerem e não serão capitalizados.

6.2.30 Fornecedores

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.2 – Fornecedores
Grupo de Contas:	2.1.2.01 – Fornecedores
Grupo de Contas:	2.1.2.02 – (-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Função

Destina-se à contabilização:

- . das obrigações perante fornecedores no País e no exterior, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de doze meses; e
- . da parcela não realizada do ajuste a valor presente dos passivos sujeitos ao referido ajuste. Tais saldos devem ser amortizados através da apropriação ao resultado com o decorrer do tempo.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . por transferência do Grupo de Contas 2.2.1.02 – Fornecedores do passivo não circulante, quando o vencimento das obrigações se tornar de curto prazo;
- . pelo valor a pagar referente à compra a prazo de peças e materiais utilizados para a manutenção dos veículos, aquisição de combustíveis, óleos e lubrificantes;
- . pelo valor a pagar pela alimentação dos refeitórios e doação de cesta básica aos funcionários da permissionária;
- . pelo valor a pagar com treinamento de funcionários (cursos e seminários para funcionários, assim como honorários, locomoções, refeições, passagens e diárias de hotéis para instrutores);
- . pelo valor a pagar de serviços de terceiros ou entrega de mercadorias por terceiros;
- . pelo valor a pagar pelo recebimento de material destinado ao imobilizado em andamento;
- . pelo valor a pagar referente aos encargos financeiros decorrentes de atraso de pagamento;
- . pelo valor a pagar referente às variações monetária ou cambial passiva; e
- . pela apropriação dos encargos financeiros inclusos nas compras e contratações efetuadas com base no vencimento dos títulos, tendo como contrapartida a Subconta 5.2.1.02.01.009 – Encargos financeiros AVP.

Debita-se:

- . pelo pagamento correspondente;
- . pelas variações monetária ou cambial ativa;
- . pela retenção dos impostos referente a prestação de serviços, em contrapartida a crédito da respectiva na Subconta 2.1.3.01.02 – Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher; e
- . pelo reconhecimento inicial do ajuste a valor presente, lançamento como conta redutora da contrapartida do lançamento inicial da obrigação (custos, despesas ou estoques).

Notas

- 1) A contabilização das compras e o registro no passivo devem ser feitos de acordo com a data da transmissão do direito de propriedade, que usualmente, corresponde à data do recebimento da mercadoria. Há situações, porém, em que, apesar de a mercadoria não ter sido ainda recebida pela empresa, esta já adquiriu o direito sobre ela. Nesse caso, estoque e o passivo correspondente devem ser contabilizados pelo valor constante das notas fiscais ou faturas.
- 2) Os serviços executados por fornecedores no exterior, ou mesmo no País, para pagamento em moeda estrangeira, serão valorizados e contabilizados inicialmente pela taxa de câmbio vigente à data de competência da execução do respectivo serviço. No encerramento do exercício, a obrigação deve ser valorizada à taxa de câmbio da data do fechamento.
- 3) O desconto pela antecipação de pagamento, multa e outras compensações exigidas de fornecedores, empreiteiros e outros, pelo não-atendimento das condições prefixadas de fornecimento de material, serviços, etc. e os juros de mora, multa e outros encargos exigidos da permissionária, serão classificados nas contas adequadas de receita e despesa, conforme o caso, no Grupo de Contas 5.2.1.01 – Receitas Financeiras e no Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras, não devendo, portanto, afetar o custo do material ou serviço.
- 4) Para facilitar o controle e a elaboração de conciliações periódicas, é recomendável utilizar registros individuais por fornecedor, por meio de registros suplementares ou sistemas auxiliares.
- 5) Quando o imposto de renda na fonte for por conta da permissionária, o ônus será debitado na mesma conta que contabilizará o serviço prestado e seu valor será segregado no Subgrupo 2.1.3.01.02 – Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher.
- 6) A contabilização dos serviços e materiais devem ser contabilizado segundo sua natureza, de acordo com a descrição das notas fiscais.
- 7) Para realização de ajuste a valor presente deve-se mensurar confiavelmente o valor da obrigação, a taxa de desconto embutida na transação e o prazo de liquidação.

6.2.31 Obrigações Fiscais

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.3 – Obrigações Fiscais
Grupo de Contas:	2.1.3.01 – Tributos Federais e Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher
Grupo de Contas:	2.1.3.02 – Tributos Estaduais
Grupo de Contas:	2.1.3.03 – Tributos Municipais
Grupo de Contas:	2.1.3.04 – Programas de Refinanciamentos Fiscais e Previdenciários
Grupo de Contas:	2.1.3.05 – Outros Impostos e Taxas a Recolher

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos valores a recolher dos tributos federais, estaduais e municipais que estão a cargo da empresa, nos termos da legislação tributária vigente; e
- . dos valores devidos a título de enquadramento de programas de refinanciamento de dívidas fiscais porventura aplicáveis às empresas.

Terá sempre saldo credor, indicando o total dos tributos e obrigações a recolher acumulados até o período de competência.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela apuração dos tributos devidos no exercício no Grupo de Contas 2.1.3.01 – Tributos Federais e Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher;
- . pela apuração dos tributos devidos no exercício no Grupo de Contas 2.1.3.02 – Tributos Estaduais;
- . pela apuração dos tributos devidos no exercício no Grupo de Contas 2.1.3.03 – Tributos Municipais;
- . pela apuração dos tributos devido no exercício no Grupo de Contas 2.1.3.04 – Programas de Refinanciamentos Fiscais e Previdenciários;
- . pela obrigatoriedade de recolhimento de retenção tributária sobre os serviços contratados pela empresa ou por sua folha de pagamento;
- . pelo valor devido referente a eventual enquadramento em programa de refinanciamento de débitos fiscais e/ou previdenciários;
- . pela ocorrência do fato gerador que motivou a transferência de valores advindos das contas tributárias de longo prazo, em contrapartida a débito dos Subgrupos de provisões para impostos diferidos; e

pelas multas decorrentes de atraso de pagamento, em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras.

Debita-se:

- . pelo pagamento ou compensação das referidas obrigações tributárias, no fim de cada período de apuração, segundo as datas definidas pela legislação tributária para recolhimento de tributos; e
- . pelos eventuais ajustes nas provisões mensais, no caso do IRPJ e da CSLL.

Notas

- 1) O saldo da conta Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher representa a obrigação da empresa relativa a valores de funcionários e terceiros a título de Imposto de renda sobre rendimentos pagos a eles; ou, no caso de CSLL, PIS e COFINS, e INSS sobre os serviços contratados pela pessoa jurídica em que exista a obrigatoriedade pela retenção pela pessoa jurídica contratante, nos termos da legislação aplicável.
- 2) O saldo da conta CSLL, COFINS e PIS na fonte a recolher, pode também referir-se à retenção de 1% de PIS sobre o valor pago às pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cooperativas, nos termos da legislação aplicável.
- 3) A Subconta ISS de Terceiros está prevista no artigo 6º da Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, possibilitando a atribuição da responsabilidade do crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.
- 4) Quando o ônus ou a retenção na fonte do imposto ou contribuição for por conta da permissionária, o valor será debitado na mesma conta que contabilizará o serviço prestado.

6.2.32 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.4 – Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias
Grupo de Contas:	2.1.4.01 – Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Função

Destina-se à contabilização:

- . dos Encargos Sociais devidos pela Permissionária, por força da legislação vigente;
- . dos Encargos Sociais retidos na fonte, sobre o pagamento efetuado ao trabalhadores autônomos;
- . das obrigações perante empregados, diretores e conselheiros, referentes à folha de pagamento mensal e os descontos efetuados na folha a favor de terceiros;
- . das obrigações perante empregados, decorrentes da extinção do contrato de trabalho;
- . incluirá, além da remuneração a cargo da Permissionária, o Salário-Família, Salário-Maternidade, Auxílio Natalidade e demais benefícios por conta e ordem da Previdência Social; os valores relativos a abonos e rendimentos do PIS/PASEP, assim como quaisquer outros pagamentos por conta de terceiros; e
- . da estimativa dos Encargos Sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas provisionadas.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações supracitadas.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela obrigatoriedade de recolhimento de retenção tributária sobre os serviços contratados pela empresa ou por sua Folha de Pagamento;
- . pela retenção dos encargos, por dedução no crédito ou pagamento ao beneficiário do pagamento, em contrapartida do débito à Subconta adequada do Grupo de Sistema 2.1 – Passivo Circulante;
- . pela incidência de multas e/ou juros, quando aplicável;
- . mensalmente, pela remuneração bruta do mês dos empregados, lançando-se em contrapartida de acordo com o emprego da mão-de-obra, a débito nas contas dos Sistemas do Custo e Despesas Operacionais com a natureza de Despesas Com Pessoal, ou quando for o caso, nos Grupos de Sistema 1.1 - Ativo Circulante e 1.2 - Ativo Não Circulante;

. pelo adiantamento do abono pecuniário de férias, em contrapartida a débito da Subconta 1.1.3.02 - Adiantamentos a Funcionários;

. a conta 2.1.4.01.01.001 – Salários, Pró-labore e Gratificações a Pagar, pela remuneração bruta do mês, horas brutas adicionais, adicional noturno incorrido no mês, ajuda de custo, comissões na folha de pagamento, DSR (Descanso Semanal Remunerado), anuênio e adicional de insalubridade, periculosidade, pró-labore, gratificações a pagar e outras remunerações pagas aos funcionários discriminadas na folha de pagamento, inclusive rescisão de contrato;

. a conta 2.1.4.01.01.002 – INSS a Recolher, pela provisão de INSS devido pela empresa e retido de funcionários e pela provisão de contribuições a terceiros (SESC, SESI, SENAI, etc.) sobre folha de pagamento do mês;

. a conta 2.1.4.01.01.003 – FGTS a Recolher, pela provisão de FGTS sobre folha de pagamento do mês e pela multa de FGTS pela rescisão de contrato de trabalho; e

. a conta 2.1.4.01.01.004 – Contribuição Sindical, Confederativa e Assistencial a Pagar, pelas contribuições incidentes.

Debita-se:

. pelos respectivos pagamentos e recolhimentos efetuados;

. pelo desconto em favor da Permissionária, na contrapartida a crédito da Subconta 1.1.3.02 - Adiantamentos a Funcionários;

. pela baixa das provisões de férias e 13º salário, em contrapartida a crédito do Grupo de Contas 1.1.1.01 – Caixa e equivalentes de caixa;

. pela transferência para obrigações fiscais e previdenciárias no Exigível a Longo Prazo, em casos de renegociação da dívida; e

. no caso da eventual reversão da provisão, parcial ou total, lançando-se em contrapartida a crédito da Subconta debitada por ocasião da estimativa.

Notas

1) Na hipótese da permissionária assumir o ônus do imposto, o crédito correspondente ao valor a ser recolhido será contabilizado neste Grupo de Contas.

2) Recomenda-se que sejam elaboradas Folhas de Pagamentos distintas para empregados e diretores/conselheiros, em face das características especiais de que se reveste a remuneração destes últimos. Salienta-se, igualmente, que não poderão ser incluídos na Folha de Pagamento os valores (adicionais, gratificações, etc.) devidos a empregados requisitados de outras empresas, Permissionárias evitando quaisquer dúvidas quanto à forma de contratação.

3) Não poderão ser incluídos na Folha de Pagamento os valores de adicionais, gratificações e outros devidos a empregados requisitados de outras empresas, evitando quaisquer dúvidas quanto à forma de contratação.

- 4) Os salários e ordenados, quando pagos no mês seguinte ao qual forem incorridos, devem ser provisionados. Essa provisão deve incluir todos os benefícios aos quais o empregado tenha direito, como horas extras adicionais, prêmios, etc., e a contabilização deve ser feita com base na folha de pagamento do mês.
- 5) Os registros de todos os passivos deste grupo de contas devem ser feitos no mês de competência.
- 6) No regime de competência, as férias transcorridas e ainda não gozadas e 13º salário devem ser provisionados mensalmente, permitindo melhor apuração do resultado.

6.2.33 Outras Obrigações

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.5 – Outras Obrigações
Grupo de Contas:	2.1.5.01 – Recebimentos Antecipados
Grupo de Contas:	2.1.5.02 – Contas a Pagar
Grupo de Contas:	2.1.5.03 – Comissões de Terceiros a Pagar
Grupo de Contas:	2.1.5.04 – Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente
Grupo de Contas:	2.1.5.05 – Cheques a Compensar
Grupo de Contas:	2.1.5.06 – Retenções Contratuais a Pagar
Grupo de Contas:	2.1.5.07 – Arrendamento Mercantil Operacional
Grupo de Contas:	2.1.5.08 – Outras Obrigações
Grupo de Contas:	2.1.5.09 – Instrumentos Financeiros Derivativos
Grupo de Contas:	2.1.5.10 – (-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Função

Destina-se à contabilização das obrigações da empresa com recebimentos antecipados, contas a pagar, comissões de terceiros a pagar, obrigações com a agência reguladora e o poder permitente, cheques a compensar (conta para auxiliar na conciliação bancária), retenções contratuais e contratos de arrendamento mercantil operacional, do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela, além de outras obrigações definidas com terceiros, não inclusas nos subsistemas anteriores no período de doze meses.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações citadas anteriormente.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelo recebimento antecipado de venda de passagens em conta específica;
- . pela provisão das contas a pagar não classificadas nos fornecedores em conta específica;
- . pela provisão das comissões de terceiros a pagar;
- . pela provisão com obrigação a pagar com a Agência Reguladora e o Poder Concedente;
- . pela conciliação bancária referente os cheques a compensar;
- . pela retenção contratual de um percentual das faturas apresentadas como garantia da empresa;
- . pela contratação de um arrendamento mercantil operacional;
- . pela identificação de outras obrigações;

- . pela alteração da variável atrelada ao contrato que resulte no acréscimo do saldo a pagar por parte da permissionária; e
- . pela apropriação dos encargos financeiros inclusos nas compras e contratações efetuadas com base no vencimento dos títulos, tendo como contrapartida a Subconta 5.2.1.02.01.009 – Encargos financeiros AVP.

Debita-se:

- . pela prestação de serviço referente ao recebimento antecipado de passagens;
- . pelo pagamento das obrigações assumidas pelas permissionárias;
- . pelo pagamento das obrigações com a Agência Reguladora e o Poder Concedente;
- . pela compensação do cheque e baixa na conciliação bancária;
- . pela retenção contratual, no final da prestação de serviço;
- . pelo pagamento do arrendamento mercantil operacional;
- . pela alteração da variável atrelada ao contrato que resulte no decréscimo do saldo a pagar por parte da permissionária;
- . pela liquidação do contrato de derivativos; e
- . pelo reconhecimento inicial do ajuste a valor presente, lançamento como conta redutora da contrapartida do lançamento inicial da obrigação (custos, despesas ou estoques).

Notas

- 1) O Grupo de Contas 2.1.5.02 – Contas a Pagar acima corresponde a gasto da empresa referente a vale refeição dos funcionários, contrato de prestação de serviço de assistência médica e odontológica, vale transporte dos funcionários, provisão da apólice de seguro de vida em grupo, os valores relativos a abonos e rendimentos do PIS/PASEP e demais operações.
- 2) As antecipações recebidas de clientes devem ser registradas como um passivo classificado nessa conta, representando a obrigação contratual da prestação de serviços. Poderá ocorrer a situação de tal obrigação ser um exigível com prazo maior, sendo classificada em Passivo Não Circulante.
- 3) Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com o objetivo de proteger a Permissionária de algum risco, seja ele de câmbio, preço, taxa de juros e outros riscos.
- 4) Para realização de ajuste a valor presente deve-se mensurar confiavelmente o valor da obrigação, a taxa de desconto embutida na transação e o prazo de liquidação.
- 5) A mensuração valor contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos.
- 6) As transações realizadas entre partes relacionadas não estão sujeitos à ajuste a valor presente pela incerteza do prazo de liquidação.

7) Segundo o IAS 12 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são passíveis de ajuste a valor presente.

8) Estão sujeitos ao Ajuste a Valor Presente não somente as obrigações em aberto na data-base das Demonstrações Financeiras e sim todas as transações ocorridas no decorrer do exercício.

6.2.34 Obrigações a Pagar a Acionista/Administração

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.6 – Obrigações a Pagar a Acionista/Quotista/Administração
Grupo de Contas:	2.1.6.01 – Obrigações a Pagar a Acionista/Quotista/Administração

Função

Destina-se à contabilização:

- . das obrigações da empresa para com dividendos, distribuição de lucros atribuídos aos acionistas/quotistas, bem como valores relativos à remuneração do capital próprio, conforme legislação vigente; e
- . das participações do exercício atribuída a debenturistas, empregados e administradores.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total a pagar das obrigações supracitadas.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelo dividendo proposto ou a pagar, distribuição de lucros e pelos juros calculados sobre o capital próprio;
- . pela participação a pagar aos empregados, administradores e debenturistas;
- . eventualmente, pela variação monetária; e
- . excepcionalmente, na contrapartida de qualquer reserva de capital e/ou de lucro, conforme previsto na legislação vigente e estabelecido em Assembleia Geral.

Debita-se:

- . pelo pagamento correspondente.

Notas

- 1) Para fins de publicação deverá ser procedida a reversão dos Juros sobre o Capital Próprio na Demonstração do Resultado do Exercício, na linha logo após o "Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio".

- 2) De acordo com a Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, artigo 202, § 2º, com a redação dada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo para introduzir a sua forma de cálculo, o dividendo não pode ser fixado em percentual inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, I.
- 3) Os Juros sobre Capital Próprio ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, na data do pagamento ou crédito. Entende-se por crédito a data do registro contábil.
- 4) A participação dos empregados nos lucros ou resultados está prevista no artigo 7º, inciso XI, da Constituição, e regulamentada pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

6.2.35 Transações com Partes Relacionadas

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.7 – Transações com Partes Relacionadas
Grupo de Contas:	2.1.7.01 – Transações com Partes Relacionadas

Função

Destina-se à contabilização das obrigações com partes relacionadas a vencerem em período não superior a 12 (doze) meses, por contratos de mútuo e/ou aquisições de bens e serviços.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total das obrigações da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela transferência do Passivo Não Circulante, Grupo de Contas 2.2.1.03 - Transações com Partes Relacionadas, quando os vencimentos das parcelas tornarem vencíveis a curto prazo;
- . por haver contraído a obrigação por meio de compra de bens ou serviços prestados;
- . por haver contraído a obrigação por meio do contrato de mútuo;
- . pela incidência de juros sobre o contrato de mútuo;
- . pela incidência de multas e/ou juros sobre eventuais atrasos em pagamentos;
- . pela variação monetária e/ou cambial, na contrapartida a débito nas Subcontas 5.2.2.01.02 - Variações Monetárias Passivas e 5.2.2.02.02 – Variações Cambiais Passivas;
- . pela empréstimos e adiantamentos, com ou sem encargos financeiros, ou a taxas favorecidas; e
- . pela locação ou comodato de bens móveis ou imóveis de qualquer natureza.

Debita-se:

- . pela liquidação, total ou parcial da obrigação;
- . pela transferência de eventuais saldos a receber de empresas ligadas, lançando-se a contrapartida a crédito no Grupo de Contas 2.1.7.01 – Transações com Partes Relacionadas; e
- . pela Variação Monetária e/ou Cambial, na contrapartida a crédito na Subconta 5.2.2.01.01 - Variações Monetárias Ativas e 5.2.2.02.01 – Variações Cambiais Ativas.

Notas

- 1) O fato de duas entidades serem partes relacionadas, não implica necessariamente que as negociações entre elas provoquem qualquer condição de favorecimento, mas sim a necessidade de evidenciação.
- 2) A administração da Permissionária é responsável pela identificação e divulgação das partes relacionadas e das transações com tais partes. Essa responsabilidade exige que a administração implante sistemas contábeis e de controle interno adequados, para assegurar que essas transações possam ser identificadas nos registros contábeis ou extra-contábeis e apropriadamente divulgadas nas Demonstrações Contábeis e em outras informações contábeis elaboradas para quaisquer fins.
- 3) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário. Também deverá constar da aludida escrituração, a quantidade do padrão referenciado equivalente ao valor em moeda nacional lançado, caso esteja previsto no contrato atualização monetária nessa base.
- 4) O Conselho Federal de de Contabilidade através da resolução nº 1.224/2009 que aprova a NBC TA 550, da a definição de partes relacionadas da seguinte forma:
 - (i) uma pessoa ou outra entidade que tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, sobre a entidade que reporta;
 - (ii) outra entidade sobre a qual a entidade que reporta tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários; ou
 - (iii) outra entidade que está sob controle comum juntamente com a entidade que reporta, por ter:
 - a. controlador comum;
 - b. proprietários que são parentes próximos; ou
 - c. administração-chave comum.

6.2.36 Outras Provisões

Sistema: 2 – Passivo
Grupo de Sistema: 2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema: 2.1.8 – Provisões

Grupo de Contas: 2.1.8.01 – Provisões

Função

Destina-se à contabilização das provisões devidas aos empregados, referente à Folha de Pagamento mensal, tais como Provisão de Férias e seus Encargos, Provisão do 13º Salário e seus Encargos, Gratificações e Participações a Empregados e Gratificações e Participações a Administradores.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total de provisões de acordo com os conceitos supramencionados.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela provisão de férias mensal e seus encargos sobre Folha de Pagamento no mês;
- . pela provisão do 13º salário e seus encargos sobre Folha de Pagamento no mês;
- . pela remuneração dos prêmios e gratificações a empregados; e
- . pela remuneração dos prêmios e gratificações a administradores.

Debita-se:

- . pela baixa ou reversão das provisões;
- . pelo destaque dos impostos retidos da folha quando o valor dos salários é lançado bruto como crédito nas contas de provisão; e
- . pelo pagamento da obrigação.

Notas

- 1) Os registros de todos os passivos desta conta devem ser feitos no mês de competência.
- 2) No regime de competência, as férias transcorridas e ainda não gozadas devem ser provisionadas contabilmente, permitindo melhor apuração do resultado.

6.2.37 Valores de Terceiros Arrecadados

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.1 – Passivo Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.1.9 – Valores de Terceiros Arrecadados
Grupo de Contas:	2.1.9.01 – Valores de Terceiros Arrecadados

Função

Destina-se à contabilização dos Valores de Terceiros Arrecadados, referentes à Taxa de Embarque, Pedágio e Seguro Facultativo.

Terá saldo acumulado credor, evidenciando as obrigações da Permissionária junto a terceiros, decorrente de valores por elas arrecadados.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelo recebimento de valores por conta de terceiros.

Debita-se:

- . pelos pagamentos das respectivas obrigações.

Nota

1) A Permissionária deverá manter controles e realizar conciliações mensais na abertura correspondente à natureza das contas, em registro auxiliar de dados, com identificação dos valores recebidos e pagos a cada um dos respectivos credores.

6.2.38 Obrigações por Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.01 – Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Função

Destina-se à contabilização:

- . de dívidas em moeda nacional e estrangeira, a vencer em período superior a doze meses, cujos recursos podem estar destinados tanto para financiar immobilizações como para Capital de Giro;
- . do valor dos arrendamentos mercantis financeiros a pagar no período superior a 12 (doze) meses do encerramento do período contábil; e
- . dos custos das transações e encargos financeiros a serem amortizados no prazo de vigência do título.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total a pagar dos empréstimos e financiamentos.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela apropriação de juros sobre os contratos de arrendamento mercantil financeiro, em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.01 – Despesas Financeiras;
- . pela apropriação de juros sobre empréstimos e financiamentos, em contrapartida a débito no Grupo de Contas 5.2.1.01 – Despesas Financeiras;
- . pela incorporação de juros sobre financiamento para construção de bens integrantes do Ativo Imobilizado, em contrapartida a débito do Subgrupo de Sistema 1.2.3 – Imobilizado;
- . pela apropriação mensal dos custos financeiros das transações de captação de empréstimos e financiamentos em contrapartida a débito do Grupo de Contas 5.2.1.01 – Despesas Financeiras;
- . pelo registro inicial dos custos e encargos financeiros a serem amortizados ao longo do período dos contratos de empréstimos e financiamentos, tendo como contrapartida conta retificadora deste mesmo subgrupo de sistema pela obtenção de recursos para empréstimos ou financiamento;
- . pela contratação de um arrendamento mercantil financeiro;
- . pelas variações monetária ou cambial passivas;

- . pela emissão de debêntures;
- . pela variação monetária das debêntures;
- . pela provisão de juros e participações sobre debêntures; e
- . pelo deságio na emissão de debêntures (conta retificadora).

Debita-se:

- . pelo pagamento antecipado dos saldos de empréstimos e financiamentos;
- . pelo registro inicial dos custos e encargos financeiros a serem amortizados, referente aos contratos de empréstimos e financiamentos;
- . pela variação monetária ou cambial ativa, lançando-se em contrapartida a crédito no Subgrupo de Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais; e
- . pela transferência da dívida para o Grupo de Contas 2.1.1.01 – Empréstimos e Financiamentos, no passivo circulante.

Notas

- 1) Reconhecer o passivo quando ocorre o recebimento de recursos em moeda estrangeira ou nacional.
- 2) Os empréstimos pagáveis em moeda estrangeira devem ser atualizados pela variação cambial apurada entre o saldo contábil do empréstimo contabilizado à taxa cambial anterior e o saldo do mesmo empréstimo em moeda estrangeira convertido para moeda nacional à taxa cambial vigente no encerramento de cada balancete mensal.
- 3) No caso de empréstimos que possam ser diretamente atribuídos ao financiamento de projetos, como a construção de bens integrantes do Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, os juros e encargos correspondentes serão capitalizados, devendo ser registrados em Subconta destacada, onde fique evidenciada sua natureza, classificando-os no mesmo grupo do Ativo que lhes deu origem.
- 4) Os juros devem ser contabilizados pelo regime de competência, ou seja, pelo tempo transcorrido. Quando a empresa tiver encargos financeiros já transcorridos, mas pagáveis posteriormente à data do balanço, tais juros e outros encargos eventuais na mesma situação devem ser provisionados.
- 5) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário.
- 6) Nos casos de repactuação dos contratos de empréstimos, as taxas de repactuação e os novos juros dos contratos devem ser considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e diferidos ao longo do período do contrato.

7) Quando a entidade não cumprir um compromisso segundo acordo de empréstimo de longo prazo até a data do balanço, com o efeito de o passivo se tornar vencido e pagável à ordem do credor, o passivo é classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

8) Os empréstimos e financiamentos devem ser reconhecidos inicialmente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento ou, quando apropriado, o período mais curto na quantia escriturada líquida do ativo financeiro ou do passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a entidade deve estimar os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, pagamento antecipado, opções de compra e semelhantes), o cálculo deve considerar também todos os pagamentos de taxas e encargos.

6.2.39 Fornecedores – Não Circulante

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.02 – Fornecedores

Função

Destina-se à contabilização:

. das obrigações perante fornecedores no País e no exterior, relacionadas com compras de mercadorias (veículos, material, combustível, etc.) e de serviços recebidos a vencer no período superior a doze meses; e

. das obrigações perante fornecedores no País e no exterior derivadas das retenções contratuais a longo prazo, quando aplicável.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pela aquisição de peças e materiais utilizados para a manutenção dos veículos, aquisição de combustíveis, óleos e lubrificantes;

. pelo serviço de fornecimento de alimentação nos refeitórios e fornecimento de cesta básica aos funcionários da permissionária;

. pelo valor a pagar com treinamento de funcionários (cursos e seminários para funcionários, assim como honorários, locomoções, refeições, passagens e diárias de hotéis para instrutores);

. pelo valor a pagar de serviços de terceiros ou pela entrega de outras mercadorias por terceiros;

. pela variação monetária ou cambial passiva, lançando-se em contrapartida a crédito no Subgrupo de Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais;

. pelo recebimento de material destinado ao imobilizado em andamento; e

. pelos encargos financeiros decorrentes de atraso de pagamento.

Debita-se:

. pela transferência para o passivo circulante;

. pelo pagamento antecipado;

. pela variação monetária ou cambial ativa, lançando-se em contrapartida a crédito no Subgrupo de Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais; e

. pela retenção dos impostos referentes à prestação de serviços, em contrapartida a crédito da respectiva conta do Subgrupo 2.1.3.01.02 – Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher.

Notas

1) A contabilização das compras e os registros do passivo devem ser feitos em função da data da transmissão do direito de propriedade, que, usualmente, corresponde à data do recebimento da mercadoria. Há situações, porém, em que, apesar de a mercadoria não ter sido ainda recebida pela empresa, esta já adquiriu o direito sobre elas. Neste caso, deve-se contabilizar o estoque e o passivo correspondente pelo valor constante das notas fiscais ou faturas.

2) Os serviços executados por fornecedores no exterior, ou mesmo no País, para pagamento em moeda estrangeira, serão valorizados e contabilizados pela taxa de câmbio vigente à data de competência da execução do respectivo serviço.

3) O desconto pela antecipação de pagamento, multa e outras compensações exigidas de fornecedores, empreiteiros e outros, pelo não-atendimento das condições prefixadas de fornecimento de material, serviços, etc. e os juros de mora, multa e outros encargos exigidos da permissionária, serão classificados nas contas adequadas de receita e despesa.

4) Para facilitar o controle e a elaboração de conciliações periódicas, é recomendável utilizar registros individuais por fornecedor, através de registros suplementares ou sistemas auxiliares.

6.2.40 Transações com Partes Relacionadas – Não Circulante

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.03 – Transações com Partes Relacionadas

Função

Destina-se à contabilização das obrigações com partes relacionadas a vencer em período superior a doze meses.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total das obrigações da permissionária.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . por haver contraído a obrigação mediante compra de bens ou serviços prestados;
- . por haver contraído a obrigação por meio de empréstimos; (Contratos de Mútuo);
- . pela incidência de juros sobre os empréstimos; (Contratos de Mútuo);
- . pela incidência de multas e/ou juros sobre eventuais atrasos em pagamentos; e
- . pela variação monetária e/ou cambial passiva, na contrapartida a débito no Subgrupo do Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais.

Debita-se:

- . pela transferência para o passivo circulante, lançando-se a crédito do Grupo de Contas 2.1.2.12 – Contas a Pagar com Partes Relacionadas;
- . pela transferência de eventuais saldos a receber de empresas ligadas, lançando-se a contrapartida a crédito no Grupo de Contas 1.1.3.07 – Transações com Partes Relacionadas;
- . pelas variações monetárias e cambiais ativas, com contrapartida a crédito no Subgrupo do Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais;
- . pelo pagamento antecipado da obrigação; e
- . por novação, perdão ou outras formas pouco usuais de cancelamento de dívidas.

Notas

- 1) O fato de duas entidades serem partes relacionadas não implica necessariamente que as negociações entre elas provoquem qualquer condição de favorecimento. Mas o fato de serem relacionadas implica a necessidade de evidenciação.
- 2) A administração da Permissionária é responsável pela identificação e divulgação das partes relacionadas e das transações com tais partes. Essa responsabilidade exige que a administração implante Sistemas contábeis e de controle interno adequados, para assegurar que as transações com partes relacionadas possam ser identificadas nos registros contábeis ou extra-contábeis e apropriadamente divulgadas nas Demonstrações Contábeis e em outras informações contábeis elaboradas para quaisquer fins.
- 3) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário. Também deverá constar da aludida escrituração, a quantidade do padrão referenciado equivalente ao valor em moeda nacional lançado, caso esteja previsto no contrato atualização monetária nessa base.
- 4) O Conselho Federal de de Contabilidade, por meio da resolução nº 1.224/2009 que aprova a NBC TA 550, dá a definição de partes relacionadas da seguinte forma:
 - (i) uma pessoa ou outra entidade que tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, sobre a entidade que reporta;
 - (ii) outra entidade sobre a qual a entidade que reporta tem controle ou influência significativa, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários; ou
 - (iii) outra entidade que está sob controle comum com a entidade que reporta, por ter:
 - a. controlador comum;
 - b. proprietários que são parentes próximos; ou
 - c. administração-chave comum.

6.2.41 Obrigações Fiscais ou Previdenciárias – Não Circulante

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.04 – Obrigações Fiscais ou Previdenciárias

Função

Destina-se à contabilização das obrigações das permissionárias referente a obrigações fiscais ou previdenciárias parceladas ou sub judice, com vencimento superior a doze meses.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações citadas acima.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelas obrigações fiscais ou previdenciárias parceladas, não registradas no passivo circulante; e
- . pela provisão de obrigações fiscais ou previdenciárias sub judice.

Debita-se:

- . pelo pagamento das obrigações quando ocorrer de forma antecipada;
- . pela transferência para o passivo circulante; e
- . pela reversão, no caso de êxito em ação judicial.

Nota

- 1) Recomenda-se demonstrativos extracontábeis para controle das contas contábeis.

6.2.42 Obrigações com a Agência Reguladora e o Poder Permitente

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.05 – Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente

Função

Destina-se à contabilização das obrigações das permissionárias com a Agência Reguladora ou com o Poder Concedente, com vencimento em prazo superior a doze meses.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações citadas acima.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela provisão de outorgas;
- . pela provisão de valores que estão sub judice; e
- . pela identificação de outras obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente.

Debita-se:

- . pelo pagamento antecipado das obrigações; e
- . pela transferência para o curto prazo.

Notas

- 1) As outorgas referem-se a valores pagos pelas permissionárias à Agência Reguladora ou Poder Concedente, para explorar as linhas.
- 2) As obrigações com o Poder Concedente deverão ser registradas de acordo com a esfera do poder: Federal, Estadual ou Municipal.

6.2.43 Outras Exigibilidades

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.06 – Outras Exigibilidades

Função

Destina-se à contabilização:

- . das obrigações da empresa com retenções contratuais; e
- . dos arrendamentos mercantis operacionais com vencimento em prazo superior a doze meses.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das obrigações citadas acima.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela retenção contratual de um percentual das faturas apresentadas como garantia da empresa; e
- . pela contratação de um arrendamento mercantil operacional.

Debita-se:

- . pelo término da obra em andamento, em contrapartida a crédito no Grupo de Contas 1.1.1.01 – Caixa e Bancos; e
- . pela transferência para o passivo circulante.

Nota

- 1) A retenção contratual representa uma garantia da empresa e só é paga no término da obra ou na entrega do bem e respectiva aprovação.

6.2.44 Provisões de Longo Prazo

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.07 – Provisões de Longo Prazo

Função

Destina-se à contabilização:

. de passivos contingentes decorrentes de eventos passados, que desencadearão em desembolsos prováveis ou possíveis, cuja exigência será confirmada somente por decisões futuras que não estejam totalmente sob controle da Permissionária. É um risco já conhecido pela entidade e sua provisão tem o objetivo de estimar perdas. As provisões podem ser de natureza trabalhista, cível ou fiscal; e

. da provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total de provisões de acordo com os conceitos supramencionados.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pela provisão de contingências com o Poder Concedente;

. pela constituição de provisão de causa judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas e fiscais;

. pela constituição dos Tributos Diferidos sobre as Reservas de Reavaliação, em contrapartida a débito das contas retificadoras de Reserva de Reavaliação; e

. pela constituição da provisão ou eventual ajuste das diferenças intertemporais tributáveis em períodos futuros para fins de IRPJ e CSLL.

Debita-se:

. pela transferência para o passivo circulante ou outro Subgrupo do passivo não circulante;

. pela reversão da provisão, quando não ocorrência do fato provisionado; e

. pelo pagamento das contingências provisionadas.

Notas

1) Na constituição de Provisões para Contingências, devem ser observados os principais procedimentos:

(a) deve ser feita uma análise criteriosa das chances de êxito das permissionárias envolvendo processos cíveis, trabalhistas e fiscais, com o objetivo de embasar o julgamento adequado quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências devem ser determinadas com base em julgamento da administração, considerando:

. histórico de Provisão para processos de mesma natureza;

. eventos subsequentes à data de encerramento do exercício e/ou períodos menores (trimestrais), quando aplicável, ocorridos até a data de divulgação das Demonstrações Contábeis;

. expectativa de êxito de cada processo. Essa informação deverá ser obtida, individualizada por processo, com os consultores jurídicos responsáveis por eles, discriminando, ainda, o objeto da causa, o montante envolvido (se não for possível determinar seu valor real, deve-se considerar a melhor estimativa possível deste valor), a situação atualizada do andamento do processo e a fundamentação da opinião do consultor.

(b) considerando as informações acima mencionadas, as permissionárias devem adotar os seguintes procedimentos:

. constituir e registrar provisão para as causas cujo desfecho negativo para as permissionárias seja classificado como "provável" e que seja praticável determinar o respectivo montante envolvido;

. divulgar em Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis as causas cujos desfechos negativos para as permissionárias sejam classificados como "possível"; e

. divulgar, a critério da administração, em Nota Explicativa as causas cujos desfechos negativos para as permissionárias sejam considerados "remotos".

(c) em Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis, devem ser apresentadas as informações e os valores das causas que geraram registro de provisões para contingências, por natureza (trabalhistas, cíveis, fiscais e outras), indicando os montantes totais e os provisionados (no exercício e acumulados), os valores dos depósitos judiciais efetuados, caso aplicável, e os fatores de incerteza que possam afetar as posições patrimonial e financeira e os resultados futuros das Permissionárias.

2) As informações sobre as contingências devem ser tabuladas da seguinte forma:

<u>Contingência</u>	<u>Natureza (a)</u>	<u>Esfera (b)</u>	<u>Situação (c)</u>	<u>Valor - R\$ (d)</u>	<u>Risco (e)</u>
---------------------	---------------------	-------------------	---------------------	------------------------	------------------

(a) previdenciária, trabalhista, cível, fiscal ou administrativa;

(b) judicial ou administrativa;

(c) jurisprudências sobre a matéria, decisões proferidas, instâncias judiciais, doutrina, analogia etc.;

(d) valor efetivo ou estimado; e

(e) a possibilidade de materialização da contingência, considerando a seguinte classificação:

- . Provável - quando as possibilidades de perda forem grandes;
- . Possível - quando as possibilidades de perda forem médias; e
- . Remota - quando as possibilidades de perda forem pequenas.

3) Os ganhos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis (como contas a receber e receita), a menos que haja evidências concretas e incontestáveis quanto à sua realização, por exemplo: casos envolvendo processos judiciais, já julgados, não cabendo contestação quanto ao mérito. A possível existência de tais ganhos contingentes deverá ser divulgada em nota explicativa às demonstrações contábeis.

4) Provisão para Impostos Diferidos é formada por valores que compõem as receitas, mas que não são relativas ao período de competência apurado, mas sim a um período futuro. São aplicáveis apenas para as empresas que apurem o IRPJ e a CSLL pela sistemática do Lucro Real. Entre as possibilidades de diferimento para o IRPJ estão: os contratos a longo prazo de construção por empreitada ou de fornecimento de bens ou serviços na parte da receita já contabilizada, mas não recebida, quando contratados com empresas do governo ou com ele próprio; vendas com recebimento a longo prazo; depreciação acelerada, etc.

5) No caso da CSLL diferida, aplica-se, via de regra, nos mesmos casos do IRPJ diferido, a menos que haja previsão legal em contrário.

6) Sobre a forma de contabilização referente aos Tributos Diferidos sobre Reservas de Reavaliação, ver a nota técnica 6.2.43.

7) Consultar o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como referência técnica adicional.

8) O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documentais, testemunhais - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato.

Por sua vez, se o prognóstico for possível de perda, ela pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação, ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Adicionalmente, é importante notar que as decisões judiciais favoráveis de primeiro ou de segundo grau podem não ser tão importantes quando há desfecho (julgamento final) desfavorável em tribunal superior ou de última instância. Também, a menos que do ponto de vista processual já exista problema que possa acarretar determinado desfecho, no prognóstico não devem ser levados em conta essas eventuais circunstâncias, tais como eventuais perdas de prazos, etc. a que estão sujeitos quaisquer processos.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

6.2.45 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.08 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Função

Destina-se à contabilização dos adiantamentos recebidos, pela permissionária, de seus acionistas, para serem utilizados para futuro aumento do Capital Social.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total de capital recebido para as disposições supracitadas.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelo recebimento de recursos pela empresa de seus acionistas ou quotistas destinados para aumento de capital;
- . pela atualização monetária em conformidade com as cláusulas contratuais, em contrapartida a débito ao Subgrupo de Sistema 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais; e
- . pelos encargos financeiros estabelecidos contratualmente, em contrapartida à Subconta adequada do Grupo de Contas 5.2.1.02 – Despesas Financeiras.

Debita-se:

- . pela formalização do aumento de capital; e
- . pela devolução do recurso para o acionista ou cotista.

Notas

1) Os recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC serão registrados no passivo não circulante exceto quando atenderem às três condições seguinte. Quando estas forem atendidas, os recursos deverão ser registrados no patrimônio líquido.

- a) sua conversão deve ser irrevogável e irretroatável;
- b) o adiantamento deve estar na moeda funcional da entidade e não pode prever indexação; e
- c) a quantidade de ações no adiantamento deve ser fixa.

6.2.46 Instrumentos Financeiros Derivativos

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.09 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Função

Destina-se à contabilização do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Permissionária vencíveis em um prazo superior a doze meses da data do encerramento das demonstrações contábeis.

Os instrumentos financeiros derivativos são normalmente contratados com o objetivo de proteger a Permissionária de algum risco, seja ele de câmbio, preço, taxa de juros e outros.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pela alteração da variável atrelada ao contrato que resulte no acréscimo do saldo a pagar por parte da Permissionária.

Debita-se:

. pela alteração da variável atrelada ao contrato que resulte no decréscimo do saldo a pagar por parte da Permissionária;

. pela liquidação antecipada do contrato de derivativos; e

. pela transferência para o passivo circulante.

Notas

1) Os contratos deverão ser controlados individualmente, por meio de registro suplementar que demonstre as mutações no saldo dos contratos em relação às das oscilações das variáveis às quais ele está atrelado. O código atribuído a cada contrato será indicado, obrigatoriamente, nos lançamentos escriturados no Livro Diário.

2) A princípio os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o correspondente contrato de derivativo é celebrado. Subsequentemente eles são remensurados pelo valor justo. O reconhecimento do ganho ou da perda resultante da remensuração é feito no resultado, na mesma linha que é afetada pela transação que o derivativo visa proteger.

3) Conforme o Pronunciamento técnico CPC 38 os instrumentos financeiros derivativos atendem aos seguintes requisitos:

- a) O seu valor altera-se em resposta à alteração na taxa de juros especificada, no preço de instrumento financeiro, no preço de mercadoria, na taxa de câmbio, no índice de preços ou de taxas, na avaliação ou no índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato (às vezes denominada —subjacente);
- b) Não é necessário nenhum investimento líquido inicial ou que seja inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem resposta semelhante às alterações nos fatores de mercado; e
- c) É liquidado em data futura.

4) O Manual não prevê a figura do Hedge Accounting, portanto, caso a Concessionária celebre algum contrato dessa natureza, deve submeter a apreciação da ANTT antes, para que seja determinada a contabilização do instrumento conforme a sua característica.

6.2.47 AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.2 – Passivo Não Circulante
Subgrupo de Sistema:	2.2.1 – Passivo Não Circulante
Grupo de Contas:	2.2.1.10 – (-) AVP – Encargos Financeiros a Transcorrer

Função

Destina-se à contabilização da parcela não realizada do ajuste a valor presente dos passivos sujeitos ao referido ajuste. Tais saldos devem ser amortizados por meio da apropriação ao resultado com o decorrer do tempo.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o montante ainda não apropriado ao resultado.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pela transferência para o passivo circulante.

Debita-se:

. pelo reconhecimento inicial do ajuste a valor presente, lançamento como conta redutora da contrapartida que do lançamento inicial da obrigação (custos, despesas ou estoques).

Notas

- 1) Para realização de ajuste a valor presente deve-se mensurar confiavelmente o valor da obrigação, a taxa de desconto embutida na transação e o prazo de liquidação.
- 2) As transações realizadas entre partes relacionadas não estão sujeitos à ajuste a valor presente por causa da incerteza do prazo de liquidação.
- 3) Segundo o IAS 12 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são passíveis de ajuste a valor presente.
- 4) Estão sujeitos ao Ajuste a Valor Presente não somente as obrigações em aberto na data-base das Demonstrações Financeiras e sim todas as transações ocorridas no decorrer do exercício.

6.2.48 Capital Social

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.1 – Capital Social
Grupo de Contas:	2.4.1.01 – Capital Social

Função

Destina-se à contabilização:

- . das ações subscritas, das ações não integralizadas na constituição da Permissionária e nos aumentos de capital subsequentes, bem como das ações derivadas da incorporação de Reservas, incorporação de parte do Lucro do exercício e das conversões de Debêntures;
- . das compras de ações próprias feitas com recursos derivados das Reservas de Capital e de Lucros, exceto a Legal;
- . de recursos recebidos pela entidade a serem destinados para aumento de Capital;
- . das ações ou quotas subscritas;
- . das ações ou quotas não integralizadas na constituição da permissionária e nos aumentos de capital subsequentes;
- . das ações ou quotas derivadas da incorporação de reservas e lucros acumulados, bem como das compras de ações próprias feitas com recursos derivados das Reservas de Capital e de Lucros, exceto a Reserva Legal (ações ou quotas em tesouraria);
- . dos gastos com a emissão de ações; e
- . dos custos de transações incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela subscrição de ações ou quotas;
- . pela incorporação de reservas;
- . pela incorporação dos Lucros Acumulados;
- . pelo uso dos recursos anteriormente destinados ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital;
- . pela realização do Capital Subscrito;
- . pelo uso da reserva para aquisição de ações próprias;

- . pela venda ou cancelamento das ações ou quotas em tesouraria; e
- . pela geração de prêmio de subscrição.

Debita-se:

- . pela redução do capital;
- . pela liquidação da permissionária;
- . pelos gastos com a colocação de ações no mercado;
- . pela aquisição de ações próprias;
- . pela parcela do capital social subscrito e não integralizado; e
- . pelo reconhecimento dos custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais.

Notas

- 1) A parcela da subscrição correspondente ao ágio será creditada no Grupo 2.4.2.01.01.002 - Ágio na Emissão de Ações ou Quotas.
- 2) No caso da permissionária ter capital autorizado expresso em moeda nacional, efetuará controle por meio de registros auxiliares suplementares à diferença entre o capital subscrito e ao capital autorizado, constante em seu estatuto social. Na medida em que as ações forem subscritas, o valor correspondente será baixado, o qual deverá ser informado em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.
- 3) Deverão ser divulgados o número, espécies e classes das ações que compõem o Capital Social, e, para cada espécie e classe, a respectiva quantidade e, se houver o valor nominal. Deverão ser divulgadas, também, as vantagens e preferências conferidas às diversas classes de ações, conforme norma estatutária. Se a permissionária possuir capital autorizado, porém expresso em número de ações, deverá informar em Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis.
- 4) Ações ou Quotas em Tesouraria - A contrapartida nessa conta incluirá os valores efetivamente desembolsados na aquisição do título, ou seja, o preço de compra, adicionadas as comissões, emolumentos, etc; incidentes na compra ou venda.
- 5) Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos devem ser reconhecidos em conta de reserva de capital.
- 6) Se a operação de captação de recursos via emissão de títulos patrimoniais gerar prêmio de subscrição, os custos de transação devem ser absorvidos pelo valor do referido prêmio, considerando o limite do saldo deste. O saldo da conta retificadora do capital social referente aos custos de transação poderá ser utilizado para redução do capital social ou ser absorvido por reservas de capital.

- 7) O Grupo de contas 2.4.1.01 – Capital Social terá saldo sempre credor, o qual indicará o total de capital integralizado.
- 8) A subconta 2.4.1.01.01.003 – Ações ou Quotas em Tesouraria terá saldo sempre devedor, pois é uma conta retificadora do Patrimônio Líquido. Esse saldo devedor indicará o total das ações próprias em tesouraria adquiridas.
- 9) Os custos incorridos na emissão de títulos deverão ser contabilizados, de forma destacada, após o capital social, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.
- 10) Devem ser deduzidos o valor do capital social a ser integralizado, as ações da empresa adquiridas pela própria sociedade e os gastos com a emissão de ações.
- 11) Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total de capital integralizado.

6.2.49 Reservas de Capital

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.2 – Reservas de Capital
Grupo de Contas:	2.4.2.01 – Reservas de Capital

Função

Destina-se à contabilização:

. de valores recebidos pela permissionária que não transitam pelo resultado, sem serem contrapartidas de nenhum esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços; e

. do valor destinado à opção de compras de ações por parte de empregados.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total da reserva supracitada.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. 2.4.2.01.01.002 – Ágio na Emissão de Ações ou Quotas, pelo ágio verificado na conversão, no caso de debêntures;

. pela apropriação das opções de compras de ações pelos empregados;

. pelo prêmio na recebido na emissão de Ações; e

. 2.4.2.01.01.003 – Doações e Subvenções para Investimentos, pela destinação da parcela do resultado do exercício decorrente das doações e subvenções recebidas.

Debita-se:

. 2.4.2.01.01.002 – Ágio na Emissão de Ações ou Quotas, pela utilização do ágio, nos casos previstos na legislação vigente;

. pela transferência para o Grupo de contas 2.4.1.01 – Capital Social, quando os empregados exercerem seu direito de opção de compra de ações;

. 2.4.2.01.01.003 – Doações e Subvenções para Investimentos, pela utilização da reserva, nos casos previstos na legislação vigente; e

. pela incorporação ou transferência do capital.

Notas

1) As doações e subvenções recebidas devem transitar pelo resultado do exercício, ficando a critério da permissionária constituir reserva de capital com a parcela referente a tais operações.

2) Normalmente deve constar como Reservas de Capital, o ágio na emissão de ações ou quotas, a alienação de partes beneficiárias, de bônus de subscrição e as doações, estas desde que tenham as seguintes características: valores recebidos para expansão da empresa, que não tenham qualquer utilização para cobertura de quaisquer despesas, encargos ou prejuízos e que não tenham perante o doador quaisquer obrigações futuras.

As Reservas de Capital somente poderão ser utilizadas para:

- . Absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- . Resgate, reembolso ou compra de ações;
- . Resgate de partes beneficiárias;
- . Incorporação ao Capital Social; e
- . Pagamento de dividendo a Ações Preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

6.2.50 Reservas de Lucros

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.4 – Reservas de Lucros
Grupo de Contas:	2.4.4.01 – Reservas de Lucros

Função

Destina-se à contabilização das reservas constituídas pela apropriação dos lucros auferidos pela permissionária, que poderão estar disponíveis para a distribuição futura na forma de dividendos, capitalização ou mesmo para outras destinações. São constituídas por valores apropriados dos lucros da empresa, nos termos da legislação societária e do Estatuto Social da empresa.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total da reserva.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. 2.4.4.01.01.001 - Reserva Legal - no encerramento do exercício, pela quota anual, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.002 Resultado do Exercício;

. 2.4.4.01.01.002 - Reservas Estatutárias - no encerramento do exercício, pela parcela anual do Lucro Líquido destinada à formação das Reservas Estatutárias, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.01.002 Resultado do Exercício;

. 2.4.4.01.01.003 - Reservas para Contingências - no encerramento do exercício, pela parcela anual do Lucro Líquido destinada à formação da Reserva, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.01.002 Resultado do Exercício;

. 2.4.4.01.01.004 - Reservas de Lucros a Realizar - no encerramento do exercício, pela parcela do Lucro do Exercício a Realizar, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.01.002 Resultado do Exercício; e

. 2.4.4.01.01.005 – Reserva Especial para Dividendos Não-Distribuídos - no encerramento do exercício, pela parcela anual do Lucro Líquido destinada ao dividendo anual obrigatório, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.01.002 Resultado do Exercício;.

. 2.4.4.01.01.006 - Reservas de Incentivos Fiscais - no encerramento do exercício, pela parcela anual do Lucro Líquido destinada à formação das Reservas de Incentivos Fiscais, lançando-se em contrapartida a débito na Subconta 2.4.5.01.01.002 Resultado do Exercício.

Debita-se:

. 2.4.4.01.01.001 - Reserva Legal, no caso da compensação de prejuízos, lançando-se em contrapartida a crédito do Grupo de Contas 2.4.5.01 – Prejuízos Acumulados;

- . 2.4.4.01.01.001 - Reserva Legal, no caso da eventual incorporação ao Capital Social, em contrapartida a crédito do Grupo de Contas 2.4.1.01 - Capital Social;
- . 2.4.4.01.01.002 - Reservas Estatutárias, pela utilização da reserva na finalidade indicada no Estatuto, sendo a contrapartida a crédito do Grupo de Contas 2.4.1.01 - Capital Social, quando se destinar ao aumento do Capital Social;
- . 2.4.4.01.01.002 - Reservas Estatutárias, pelo ágio verificado na conversão, em contrapartida a crédito na Subconta 2.4.2.01.01.002 - Ágio na Emissão de Ações ou Quotas;
- . 2.4.4.01.01.002 - Reservas Estatutárias, pela variação cambial de participação no lucro atribuída as debêntures em moeda estrangeira;
- . 2.4.4.01.01.003 - Reservas para Contingências, pela reversão da reserva ao Grupo de Contas 2.4.5.01 - Prejuízos Acumulados, no exercício em que se verificar a perda ou deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição;
- . 2.4.4.01.01.004 - Reserva de Lucros a Realizar , pela reversão (parcial ou total) da reserva ao Grupo de Contas 2.4.5.01 - Prejuízos Acumulados, no exercício em que se verificar a realização financeira do lucro; e
- . 2.4.4.01.01.005 – Reserva Especial para Dividendos Não-Distribuídos, por transferência, a crédito do Grupo de Contas 2.4.5.01 - Prejuízos Acumulados para absorção de prejuízos, eventualmente verificados antes da distribuição.

Notas

- 1) Serão classificadas como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da permissionária.
- 2) A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
- 3) O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:
 - a) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;
 - b) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e
 - c) estabeleça o limite máximo da reserva.
- 4) A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- 5) A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.
- 6) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

6.2.51 Prejuízos Acumulados

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.5 – Prejuízos Acumulados
Grupo de Contas:	2.4.5.01 – Prejuízos Acumulados

Função

Destina-se à contabilização:

- . do prejuízo acumulado da permissionária;
- . das antecipações de lucro efetuadas aos sócios ou acionistas; e
- . do valor resultante da apuração de receitas, custos e despesas, no final do exercício social.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela transferência do resultado do exercício para a Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do exercício;
- . por ajustes de exercícios anteriores;
- . pela redução de Capital Social, para absorção de Prejuízos Acumulados; e
- . pela absorção (parcial ou total) do Prejuízo Acumulado.

Debita-se:

- . pela transferência do resultado do exercício para a Subconta 2.4.5.01.02 – Resultado do exercício;
- . pela absorção do resultado negativo de exercícios anteriores;
- . pela distribuição de lucros anteriores;
- . pela constituição de Reservas de Lucros;
- . pela transferência por aumento do Capital Social; e
- . por ajustes de exercícios anteriores.

Notas

1) A subconta 2.4.5.01.01 – Prejuízos Acumulados representa o saldo remanescente dos Prejuízos Líquidos das apropriações para Reservas de Lucros e dos dividendos distribuídos, saldo esse que faz parte do Patrimônio Líquido na data do Balanço.

2) Para lucros não distribuídos no exercício, atendidos os preceitos dispostos na legislação societária, deverão ser transferidos para a Subconta de Reserva de Lucros. Assim, não deverá haver saldo na Subconta de Lucros Acumulados, exceto em casos excepcionais que deverão ser devidamente fundamentados e com prévia anuência do Poder Concedente.

Como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício será utilizada apenas para o encerramento das contas de resultado tendo seu saldo integralmente destinado quando este for credor, quando devedor permanecerá nesta subconta.

6.2.52 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.6 – Ajustes de Avaliação Patrimonial
Grupo de Contas:	2.4.6.01 – Ajustes de Avaliação Patrimonial

Função

Destina-se à contabilização das contrapartidas de aumentos ou diminuições de ativos e passivos em decorrência de sua avaliação ao valor justo, nos casos previstos na Lei nº 6.404/76 ou em pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pela contrapartida da avaliação a valor justo de ativos e passivos;
- . pela transferência dos saldos de Reservas de Reavaliação;
- . pela parcela de natureza patrimonial de debenturas conversíveis em ações.

Debita-se:

- . pela contrapartida da avaliação a valor justo de ativos e passivos; e
- . pela amortização dos saldos de Reservas de Reavaliação.

Notas

- 1) Os saldos de reserva de reavaliação devem ser registrados dentro do Subgrupo de sistema 2.4.6 – Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- 2) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, o conceito relativo à reavaliação não é aplicável a entidades de pequeno e médio porte, pois a reavaliação de ativos não é permitida para tais tipos de empresa, com exceção da adoção inicial do Pronunciamento Técnico PME, quando a entidade pode utilizar a reavaliação como custo atribuído de alguns ativos.

6.2.53 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Sistema:	2 – Passivo
Grupo de Sistema:	2.4 – Patrimônio Líquido
Subgrupo de Sistema:	2.4.7 – Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
Grupo de Contas:	2.4.7.01 – Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Função

Destina-se à contabilização dos adiantamentos recebidos, pela empresa, de seus acionistas, para serem utilizados a longo prazo na integralização de futuro aumento do Capital Social.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total de capital recebido para as disposições supracitadas.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pelo recebimento de recursos pela empresa de seus acionistas ou cotistas destinados a serem utilizados no aumento do Capital Social.

Debita-se:

. pela formalização do aumento do Capital Social.

Notas

1) Os recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC serão registrados no patrimônio líquido apenas quando atenderem as três condições abaixo:

- a) Sua conversão deve ser irrevogável e irretroatável;
- b) O adiantamento deve estar na moeda funcional da entidade e não pode prever indexação; e
- c) A quantidade de ações do adiantamento deve ser fixa.

2) Os demais casos serão classificados como instrumentos financeiros e serão registrados no passivo não circulante no grupo de contas 2.2.1.08 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

6.2.54 Receita de Transporte de Passageiros

Sistema:	3 - Receita Líquida dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	3.1 – Receita Bruta dos Serviços Prestados
Subgrupo de Sistema:	3.1.1 – Receita de Transporte de Passageiros
Grupos de Contas:	3.1.1.01 – Receita Transporte de Passageiros Internacional
	3.1.1.02 – Receita Transporte de Passageiros Interestadual
	3.1.1.03 – Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semi Urbano
	3.1.1.04 – Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal
	3.1.1.05 – Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semi Urbano
	3.1.1.06 – Receita Transporte de Passageiros Municipal

Função

Destina-se à contabilização da receita derivada de serviços convencionais e outros de transporte internacional de passageiros.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total da receita supracitada, auferida no exercício.

Técnica de funcionamento

Credita-se:

- . pela prestação do serviço de transporte de passageiros; e
- . pela prestação do serviço de transporte de cargas e encomendas.

Debita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício.

Notas

- 1) As tabelas de serviços internacionais, interestaduais e interestaduais semiurbano, contendo as tarifas são fornecidas pela ANTT.
- 2) As tabelas de serviços intermunicipais e intermunicipais semiurbano, contendo as tarifas são fornecidas pelas agências estaduais.
- 3) As tabelas de serviços municipais contendo as tarifas são fornecidas pela secretaria de transporte.

- 4) Os serviços prestados pelos permissionários no transporte internacional, interestadual, interestadual semiurbano de passageiros são regulados pelo Poder Concedente Federal.
- 5) Os serviços prestados pelos permissionários no transporte intermunicipal, intermunicipal semiurbano de passageiros são regulados pelo Poder Concedente Estadual.
- 6) Os serviços prestados pelos permissionários no transporte municipal de passageiros são regulados pelo Poder Concedente Municipal.

6.2.55 Receita de Outras Atividades

Sistema:	3 - Receita Líquida dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	3.1 – Receita Bruta dos Serviços Prestados
Subgrupo de Sistema:	3.1.2 – Receita de Outras Atividades
Grupos de Contas:	3.1.2.01 – Fretamento Contínuo
	3.1.2.02 – Fretamento Turismo
	3.1.2.03 – Transporte de Encomendas
	3.1.2.04 – Excesso de Bagagem
	3.1.2.05 – Transporte de Cargas
	3.1.2.06 – Administração de Terminais
	3.1.2.07 – Publicidade em Veículos
	3.1.2.08 – Outras Receitas Acessórias Autorizadas

Função

Destina-se à contabilização:

- . das receitas derivadas de serviços de fretamento contínuo prestados pelas permissionárias;
- . da receita derivada de serviços de fretamento eventual turístico prestados pelas permissionárias;
- . da receita derivada de serviços de transporte de encomendas;
- . da receita com excesso de bagagem no transporte de passageiro;
- . da receita derivada de serviços de transporte de cargas;
- . da receita derivada de administração de terminais; e
- . das demais receitas acessórias autorizadas pelo poder concedentes.

Terá saldo acumulado, sempre credor, o qual indicará o total da receita supracitada, auferida no exercício.

Técnica de funcionamento

Credita-se:

- . pela receita de prestação de serviço de fretamento contínuo;
- . pela receita de prestação de serviço de fretamento eventual turístico;
- . pela receita de prestação de serviço de transporte de encomendas;
- . pela receita de excesso de bagagem;
- . pela receita com transporte de cargas;

- . pela receita com administração de terminais; e
- . pelas demais receitas acessórias auferidas pela permissionária.

Debita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) A contabilização do serviço de fretamento será efetuada de acordo com a sua natureza, podendo ser internacional, interestadual, intermunicipal, municipal e outros.
- 2) A prestação de serviço de fretamento internacional e interestadual é regulada pelo Poder Concedente Federal.
- 3) A prestação de serviço de fretamento intermunicipal é regulada pelo Poder Concedente Estadual.
- 4) A prestação de serviço de fretamento municipal é regulada pelo Poder Concedente Municipal.
- 5) A contabilização do serviço de turismo será efetuado de acordo com a sua natureza, podendo ser internacional, interestadual, intermunicipal, municipal e outros.
- 6) A prestação de serviço de fretamento eventual turístico internacional e interestadual é regulada pelo Poder Concedente Federal.
- 7) A prestação de serviço de fretamento eventual turístico intermunicipal é regulada pelo Poder Concedente Estadual.
- 8) A prestação de serviço de fretamento eventual turístico municipal é regulada pelo Poder Concedente Municipal.
- 9) Os serviços prestados pelo permissionário referente serviço de transporte de encomendas são regulados pelo Poder Concedente Federal.
- 10) Os serviços de Transporte de cargas e Administração de Terminais prestados pelas permissionárias não são regulados pelo Poder Concedente Federal.
- 11) As receitas extraordinárias deverão ser expressamente autorizadas previamente pelo Poder Concedente.

6.2.56 Ajuste a Valor Presente Receitas

Sistema:	3 - Receita Líquida dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	3.1 – Receita Bruta dos Serviços Prestados
Subgrupo de Sistema:	3.1.3 – Receita de Outras Atividades
Grupo de Contas:	3.1.3.01 – (-) Ajuste a Valor Presente Receitas

Função

Destina-se a contabilização do ajuste a valor presente das receitas de transporte de passageiros e de outras atividades.

Terá saldo devedor, o qual indicará o total de encargos financeiros incluídos no total das receitas.

Técnica de funcionamento

Credita-se:

. no encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício, quando o saldo acumulado for devedor.

Debita-se:

. pelo registro do ajuste a valor presente das receitas de transporte de passageiros e de outras atividades.

Notas

1) A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos e a quantificação do ajuste a valor presente deve ser realizada em base exponencial *pro rata*, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

2) As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da transação específica na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essas taxas, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

6.2.57 (-) Devoluções

Sistema:	3 - Receita Líquida Operacional dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	3.2 – (-) Deduções da Receita Bruta
Subgrupo de Sistema:	3.2.1 – (-) Devoluções
Grupo de Contas:	3.2.1.01 – (-) Devoluções

Função

Destina-se à contabilização do valor referente devolução de passagem ou outro documento fiscal derivado de serviços prestados pelas permissionárias.

Terá saldo acumulado, sempre devedor, o qual indicará o total das devoluções da receita supracitada, auferida no exercício.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela devolução de passagens;
- . pela devolução de receita de bagagem e encomendas;
- . pela devolução de receita de cargas; e
- . pelo abatimento ou pelos descontos incondicionais.

Credita-se:

- . no encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício, quando o saldo acumulado for devedor.

Nota

- 1) As devoluções de receitas devem ser controlados por meio de registros suplementares.

6.2.58 (-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços

Sistema:	3 - Receita Líquida Operacional dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	3.2 – (-) Deduções da Receita Bruta
Subgrupo de Sistema:	3.2.2 – (-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços
Grupo de Contas:	3.2.2.01 – (-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços

Função

Destina-se à contabilização dos tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços de transporte de passageiros e receitas de outras atividades.

Terá sempre saldo devedor, por se tratar de uma conta retificadora, a qual indicará o total dos tributos no exercício incidentes sobre as receitas.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pela apuração dos tributos incidentes sobre as receitas de serviços.

Credita-se:

. no encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício, quando o saldo acumulado for devedor.

Nota

1) As contabilizações nesse grupo independe da forma de tributação da permissionária. No entanto, refere-se tão-somente aos encargos tributários decorrentes do faturamento, da realização da atividade vinculada ao objeto social da empresa, que são redutores da receita bruta contábil. Os tributos referentes às demais receitas auferidas pela empresa (Receitas Financeiras, de Aluguéis, Eventuais, Doações, etc) deverão ser contabilizados na Subconta 5.1.3.02.01 – Despesas Tributárias.

6.2.59 Custos com Pessoal

Sistema:	4 – Custos
Grupo de Sistema:	4.1 – Custo de Tráfego e Operação 4.2 – Custo de Manutenção 4.3 – Custo com Administração de Terminais
Subgrupos de Sistema:	4.1.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.1.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.1.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.1.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.1.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.1.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.1.7 – Custo com Fretamento 4.1.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.2.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.2.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.2.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.2.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.2.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.2.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.2.7 – Custo com Fretamento 4.2.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.3.1 – Custo com Administração de Terminais
Grupos de Contas:	4.1.X.01 – Custos com Pessoal (Motoristas) 4.1.X.02 – Custos com Pessoal (Exceto Motorista) 4.2.X.01 – Custos com Pessoal 4.3.1.01 – Custos com Pessoal

Função

Destina-se à contabilização dos custos com os empregados das permissionárias relacionados transporte de cargas e passageiros, manutenção e administração de terminais, abrangendo: (i) as contas de remuneração, (ii) encargos sociais, benefícios e (iii) outros custos com pessoal; previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e nos acordos coletivos de trabalho devidamente homologados.

A conta terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total das despesas supracitadas, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela remuneração bruta do mês;
- . pelas horas brutas adicionais incorridas no mês;
- . pelo adicional noturno incidente sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela provisão de férias e 13º salário mensal sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor da ajuda de custo na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor das comissões na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração dos prêmios aos funcionários na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor do descanso semanal remunerado na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração aos funcionários referente a gratificações;
- . pela remuneração de adicional de periculosidade e/ou insalubridade na Folha de Pagamento do mês;
- . pela provisão de fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, calculado sobre a Folha de Pagamento do mês;
- . pela multa do FGTS decorrente da rescisão de contrato de trabalho;
- . pela provisão do INSS devido pela empresa sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela provisão de terceiros (SEST, SENAT, SESC, SENAI, SESI, etc) sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela despesa da empresa referente ao vale refeição e fornecimento de alimentação aos funcionários;
- . pelo serviço de fornecimento de alimentação;
- . pelo contrato de prestação de serviço e medicamentos de assistência médica e odontológica;
- . pelos gastos com cursos e seminários realizados para os funcionários da permissionária, bem como as despesas com táxi, refeições, passagens e diárias de hotéis incorridas pelos instrutores para aplicação do curso/seminário;
- . pela provisão da apólice de seguro de vida em grupo;
- . pelo valor devido da empresa referente ao vale transporte;

- . pelo fornecimento de cesta básica aos funcionários da permissionária;
- . pela apropriação dos custos transferidos do Sistema 6 – Custo Total dos Serviços Prestados; e
- . pela apropriação da despesa com uniforme e vestimentas.

Credita-se:

- . por eventuais estornos de provisões realizadas; e
- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício.

Notas

- 1) O custo com Remuneração compreenderá: salários, horas extras, adicional noturno, férias, 13º salário, ajuda de custo, comissões, prêmios, DSR, gratificações, anuênio, adicional de periculosidade e insalubridade, bem como quaisquer outros rendimentos que decorrerem do contrato de trabalho em vigência, e ainda, outros valores pagos ou creditados ao empregado em decorrência da legislação social em vigor.
- 2) Os custos com Encargos Sociais compreenderão todas as contribuições e encargos incidentes sobre a Folha de Pagamento dos empregados das permissionárias, tais como: FGTS, indenização FGTS (40%), INSS (empresa, empregado e terceiros Sistema “S”).
- 3) Os custos com Benefícios compreenderão todas as concessões que promovam o bem estar e a assistência dos empregados e seus dependentes, por iniciativa ou concordância da permissionária, tais como: vale refeição, refeitório, assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida em grupo, vale transporte, Previdência Privada e cesta básica e uniformes.
- 4) Os custos considerados como Outros Custos com Pessoal compreenderão gastos que não se enquadram como remuneração, encargos sociais ou benefícios, tais como: uniformes, equipamentos de proteção individual e cursos ou treinamentos de funcionários.
- 5) Nessa natureza de gasto não serão contabilizados quaisquer valores que se relacionem com contratados, estagiários, bolsas de iniciação ao trabalho etc., razão pela qual, se recomenda que da Folha de Pagamento conste somente aqueles com vínculo empregatício com a permissionária.
- 6) No caso de serem estipuladas gratificações por exercício de cargo de confiança ou por outras razões a pessoas que não sejam empregadas da permissionária, esses valores deverão ser debitados no Grupo 4.3.1.04 – Outros Custos Operacionais.
- 7) A permissionária deverá manter controle do seguro de acidentes de trabalho, em registro suplementar, de forma que atenda às exigências legais.
- 8) Os gastos citados na função dessa natureza de gasto deverão ser controlados por meio de registros suplementares ou sistemas auxiliares.

6.2.60 Custos com Veículos

Sistema:	4 – Custos
Grupo de Sistema:	4.1 – Custo de Tráfego e Operação 4.2 – Custo de Manutenção 4.3 – Custo com Administração de Terminais
Subgrupos de Sistema:	4.1.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.1.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.1.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.1.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.1.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.1.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.1.7 – Custo com Fretamento 4.1.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.2.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.2.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.2.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.2.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.2.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.2.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.2.7 – Custo com Fretamento 4.2.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.3.1 – Custo com Administração de Terminais
Grupos de Contas:	4.1.X.03 – Custos com Veiculos 4.2.X.02 – Custos Veiculos de Apoio 4.3.1.02 – Custos Veiculos de Apoio

Função

Destina-se à contabilização dos custos com veículos utilizados na realização do serviço de transporte de cargas e passageiros, nas atividades de manutenção e na administração dos terminais rodoviários.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- pelo consumo dos combustíveis e lubrificantes utilizados pelos veículos;

- . pelo custo com rodagem, como por exemplo, consumo de pneus, e outros custos relacionada com rodagem;
- . pelo gasto com peças e materiais utilizados para a manutenção dos veículos;
- . pelo gastos com legalização dos veículos;
- . pela apropriação mensal dos seguros de veículos;
- . pela apropriação dos custos transferidos do Sistema 6 – Custo Total dos Serviços Prestados; e
- . por outros custos com veículos.

Credita-se:

- . no encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) Para contabilização dos custos nos Grupos do Sistema 4.1 – Custo de Tráfego e Operação e 4.2 – Custo de Manutenção as permissionárias utilizarão os critérios de alocação de custos estabelecidos no item 5.4 deste Manual.
- 2) A alocação dos valores, objeto de rateio no Subgrupo de Sistema 4.1 e 4.2, deverão obedecer à natureza das contas e subcontas de origem do Subgrupo de Sistema 6.1 e 6.2.
- 3) O Grupo de Contas 4.3.1.02 – Custos com Veículos de Apoio não será objeto de rateio, a alocação de custos é direta.
- 4) Os valores registrados no Grupo de Contas 4.1.X.03 – Custos com Veículos possuem abertura analítica devido a sua relevância em relação aos grupos de contas 4.2.X.02 – Custos com Veículos de Apoio 4.3.1.02 – Custos com Veículos de Apoio.

6.2.61 Arrendamento Mercantil e Locação de Bens

Sistema:	4 – Custos
Grupo de Sistema:	4.1 – Custo de Tráfego e Operação 4.2 – Custo de Manutenção 4.3 – Custo com Administração de Terminais
Subgrupos de Sistema:	4.1.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.1.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.1.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.1.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.1.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.1.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.1.7 – Custo com Fretamento 4.1.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.2.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.2.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.2.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.2.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.2.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.2.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.2.7 – Custo com Fretamento 4.2.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.3.1 – Custo com Administração de Terminais
Grupos de Contas:	4.1.X.04 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens 4.2.X.03 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens 4.3.1.03 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens

Função

Destina-se à contabilização dos custos com arrendamento mercantil operacional ou locação de bens que utilizados nas atividades de transporte de carga e passageiros, de manutenção e na administração de terminais rodoviários.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos custos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pelas despesas geradas pelos contratos de arrendamento mercantil operacional;

- . pela apropriação dos custos transferidos do Sistema 6 - Custo Total dos Serviços Prestados; e
- . pelo gasto com locação de bens móveis e imóveis.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) Arrendamento mercantil operacional é aquele em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.
- 2) Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, não é exigido que o arrendatário reconheça numa base linear os pagamentos sob os contratos de arrendamento operacional, se esses são estruturados de modo a aumentar de acordo com a inflação esperada.

6.2.62 Outros Custos Operacionais

Sistema:	4 – Custos
Grupo de Sistema:	4.1 – Custo de Tráfego e Operação 4.2 – Custo de Manutenção 4.3 – Custo com Administração de Terminais
Subgrupos de Sistema:	4.1.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.1.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.1.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.1.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.1.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.1.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.1.7 – Custo com Fretamento 4.1.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.2.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.2.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.2.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.2.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.2.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.2.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.2.7 – Custo com Fretamento 4.2.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.3.1 – Custo com Administração de Terminais
Grupos de Contas:	4.1.X.05 – Outros Custos Operacionais 4.2.X.04 – Outros Custos Operacionais 4.3.X.04 – Outros Custos Operacionais

Função

Destina-se à contabilização dos custos com acidentes e demais custos não classificados demais grupos de contas.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos custos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelo gasto com serviços contratados;
- . pelos gastos com energia elétrica, água, esgoto e comunicações;

- . pelos gastos com viagens;
- . pelos gastos com alimentação;
- . pelos gastos com representações;
- . pelo consumo de material de expediente e informática;
- . pelos gastos com conservação de bens e instalações;
- . pelo gasto com ativos permanentes de pequeno valor não ativados, conforme legislação específica;
- . pelos custos incorridos pela ocorrência de acidentes – indenizações, custas judiciais, advocácias e outras;
- . pela apropriação dos custos transferidos do Sistema 6 – Custo Total dos Serviços Prestados; e
- . pela apuração de outros custos e custos não dedutíveis.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício.

6.2.63 Custos com Depreciação e Amortização

Sistema:	4 – Custos
Grupo de Sistema:	4.1 – Custo de Tráfego e Operação 4.2 – Custo de Manutenção 4.3 – Custo com Administração de Terminais
Subgrupos de Sistema:	4.1.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.1.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.1.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.1.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.1.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.1.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.1.7 – Custo com Fretamento 4.1.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.2.1 – Transporte Internacional de Passageiros 4.2.2 – Transporte Interestadual de Passageiros 4.2.3 – Transporte Interestadual Semi Urbano de Passageiros 4.2.4 – Transporte Intermunicipal de Passageiros 4.2.5 – Transporte Intermunicipal Semi Urbano de Passageiros 4.2.6 – Transporte Municipal de Passageiros 4.2.7 – Custo com Fretamento 4.2.8 – Custo com Transporte de Cargas e Encomendas 4.3.1 – Custo com Administração de Terminais
Grupos de Contas:	4.1.X.06 – Custos com Depreciação e Amortização 4.2.X.05 – Custos com Depreciação e Amortização 4.3.X.04 – Custos com Depreciação e Amortização

Função

Destina-se à contabilização:

. das quotas de depreciação dos valores originais dos bens registrados no Subgrupo do Sistema 1.2.3 – Imobilizado, inclusive aqueles reavaliados;

. das quotas de amortização dos direitos registrados no Subgrupo do Sistema 1.2.4 – Intangível; e

. das quotas de amortização dos gastos registrados no Subgrupo do Sistema 1.2.5 – Diferido.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o valor de depreciação e amortização incorridas no período.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela quota mensal de depreciação dos bens do imobilizado;
- . pela quota mensal de amortização dos gastos registrados no diferido;
- . pela quota mensal de amortização dos itens do intangível; e
- . pela apropriação dos custos transferidos do Sistema 6 – Custo Total dos Serviços Prestados.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) O controle extra-contábil da depreciação dos bens do imobilizado, deverá ser realizado por meio software específico ou de relatório operacional, no qual constará: data de aquisição e descrição do bem, valor do custo, data de início de uso do bem, percentual da depreciação, valor da depreciação e saldo final mensal, conforme previsto na legislação vigente.
- 2) No caso de reavaliação de bens do imobilizado, o controle extra-contábil deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data inicial e final da reavaliação, valor reavaliado, percentual de depreciação conforme laudo técnico, valor da quota mensal da depreciação e o saldo final no mês, conforme previsto na legislação vigente.
- 3) O controle extra-contábil da amortização dos gastos registrados no ativo intangível e diferido, deverá ser realizado por meio de software específico ou relatório operacional, no qual constará: data de pagamento do diferido, valor do gasto, percentual de amortização, valor da amortização e o saldo final mensal.

6.2.64 Despesas com Pessoal

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema:	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais 5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupos de Conta:	5.1.X.01 – Despesas com Pessoal

Função

Destina-se à contabilização das despesas com os empregados das permissionárias relacionados ao objeto da permissão, abrangendo: as contas de Remuneração, Encargos Sociais e Benefícios; previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e nos Acordos Coletivos de Trabalho devidamente homologados.

A conta terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total das despesas supracitadas, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela remuneração bruta do mês;
- . pelas horas brutas adicionais incorridas no mês;
- . pelo adicional noturno incidente sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela provisão de férias e 13º salário mensal sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor da ajuda de custo na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor das comissões na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração dos sócios;
- . pela remuneração dos honorários da diretoria;
- . pela remuneração dos prêmios aos funcionários na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor do descanso semanal remunerado na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração aos funcionários referente a gratificações;
- . pela remuneração de adicional de periculosidade e/ou insalubridade na Folha de Pagamento do mês;

- . pela provisão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, calculado sobre a Folha de Pagamento do mês;
- . pela multa de FGTS decorrente da rescisão de contrato de trabalho;
- . pela provisão do INSS devido pela empresa sobre a Folha de Pagamento no mês e pró-labore;
- . pela provisão de terceiros (SEST, SENAT, SESC, SENAI, SESI, etc) sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela despesa da empresa referente ao vale refeição e fornecimento de alimentação aos funcionários;
- . pelo serviço de fornecimento de alimentação;
- . pelo contrato de prestação de serviço e medicamentos de assistência médica;
- . pelos gastos com cursos e seminários realizados para os funcionários da permissionária, bem como as despesas com táxi, refeições, passagens e diárias de hotéis incorridas pelos instrutores para aplicação do curso/seminário;
- . pela provisão da apólice de seguro de vida em grupo;
- . pelo valor devido da empresa referente ao vale transporte;
- . pelo fornecimento de cesta básica aos funcionários da permissionária; e
- . pela apropriação da despesa com uniforme e vestimentas.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) As despesas com Salários e Remuneração compreenderá: Salários, Horas Extras, Adicional Noturno, Férias, 13º salário, Ajuda de Custo, Comissões, Pró-Labore, Honorários da Diretoria, Prêmios, DSR, Gratificações, Anuênio, Adicional de Periculosidade e Insalubridade, bem como quaisquer outros rendimentos que decorrerem do contrato de trabalho em vigência, e ainda, outros valores pagos ou creditados ao funcionário em decorrência da legislação em vigor.
- 2) As despesas com Encargos Sociais compreenderão todas as contribuições e encargos incidentes sobre a Folha de Pagamento dos empregados das permissionárias, tais como: FGTS, indenização FGTS (40%), INSS (empresa, empregado e terceiros Sistema “S”).
- 3) As despesas com Benefícios compreenderão todas as concessões que promovam o bem-estar e a assistência dos funcionários e seus dependentes, por iniciativa ou concordância da Permissionária, como: Vale Refeição, Refeitório, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida em Grupo, Vale Transporte, Cesta Básica e Uniforme.

- 4) Nessa natureza de gasto não serão contabilizados quaisquer valores que se relacionem com contratados, estagiários, bolsas de iniciação ao trabalho etc., razão pela qual, se recomenda que da Folha de Pagamento conste somente aqueles com vínculo empregatício com a permissionária.
- 5) No caso de serem estipuladas gratificações por exercício de cargo de confiança ou por outras razões a pessoas que não sejam empregadas da permissionária, esses valores deverão ser debitados no Grupo 5.1.1.05 / 5.1.2.05 - Serviços de Terceiros.
- 6) A permissionária deverá manter controle do seguro de acidentes de trabalho, em registro suplementar, de forma que atenda às exigências legais.
- 7) Os gastos citados na função dessa natureza de gasto deverão ser controlados por meio de registros suplementares ou sistemas auxiliares.
- 8) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados às despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.65 Despesas com Vendas de Passagens e Agências

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema:	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 - Despesas Comerciais
Grupo de Contas:	5.1.1.02 – Despesas com Vendas de Passagens e Agências

Função

Destina-se à contabilização das despesas comissões sobre vendas, bem como de todos os gastos com a manutenção da operação das agências de vendas.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total das despesas supracitadas.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela despesa com comissão de venda de passagens;
- . pelo gasto com entregas em domicílio;
- . pela remuneração de serviços de segurança e transporte de valores utilizados pelas agências;
- . pelo consumo de energia elétrica, água e esgoto nas agências de vendas;
- . pelos gastos com telefone, internet e outros meios de comunicação das agências de vendas;
- . pelo gasto com impressos fiscais das agências de vendas;
- . pelo consumo de material de expediente e informática das agências de vendas;
- e
- . pelo gasto mensal com aluguel de imóveis das agências de vendas.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Nota

- 1) O controle referente comissões de vendas de passagens será elaborado mensalmente pelo departamento comercial individualizado por agente.

6.2.66 Despesas com Conservação de Bens e Instalações

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais
	5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupo de Contas:	5.1.X.03 – Despesas com Conservação de Bens e Instalações

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com a conservação de bens móveis e imóveis e instalações.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pela remuneração de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e instalações.

Credita-se:

. pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) Não devem ser lançados como despesas os valores registrados no Ativo Imobilizado.
- 2) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados a despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.67 Veículos de Apoio

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais
	5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupos de Contas:	5.1.1.04 – Despesas com Veículos de Apoio Comercial
	5.1.2.04 – Despesas com Veículos de Apoio Administrativas

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com veículos que auxiliam na manutenção das operações comerciais e administrativas.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pelo gasto com IPVA, DPVAT e licenciamento dos veículos de apoio;
- . pelo gasto com peças e materiais utilizados para a manutenção dos veículos de apoio;
- . pela apropriação mensal dos seguros de veículos de apoio;
- . pelo gasto com combustíveis e lubrificantes utilizados pelos veículos de apoio; e
- . por outras despesas com veículos de apoio.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) Os gastos com veículos utilizados na operação da permissionária, ou seja, no transporte de passageiros e cargas, no apoio do controle operacional e da manutenção devem ser alocados nas respectivas contas de custo.

2) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados às despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.68 Serviços de Terceiros

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais
	5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupo de Contas:	5.1.X.05 – Serviços de Terceiros

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, em função da operação, conservação e administração da permissão, tais como: mão-de-obra contratada, manutenção e conservação dos bens e instalações, etc.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

. pela remuneração de serviços: contábeis, financeiros, advocatícios, auditoria, conservação e limpeza, despachante, engenharia, estagiários, manutenção de equipamentos, recursos humanos, segurança e transporte de valores, gráficos e outros serviços.

Credita-se:

. pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) O custo do serviço contratado compreenderá a remuneração e os encargos e, quando for o caso, o reembolso de despesas e quaisquer outros gastos efetuados pelo prestador do serviço.
- 2) A mão-de-obra caracteriza-se pelos serviços de terceiros realizados por pessoa física ou jurídica contratada.
- 3) Nessa natureza de gastos serão registrados os gastos de manutenção e conservação de edificações, serviço de limpeza, segurança, etc.
- 4) Nessa natureza de gastos, serão contabilizados os valores relativos a serviços prestados para a permissionária.

5) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados a despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.69 Utilidades e Serviços Públicos

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais
	5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupo de Contas:	5.1.X.06 – Utilidades e Serviços Públicos

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com serviços públicos e outros serviços, como telefonia, comunicações e seguros, gerados por locais diferentes das agências de venda.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pela remuneração de serviços de água, esgoto, telefonia, comunicação, energia elétrica, seguros, reprodução de cópias e outros.

Credita-se:

. pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) As despesas devem ser registradas obedecendo ao princípio da competência.
- 2) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados a despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.70 Despesas Gerais

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais
	5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupo de Contas:	5.1.X.07 – Despesas Gerais

Função

Destina-se à contabilização dos gastos gerais para a manutenção das operações comerciais e administrativas.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela remuneração do arrendamento mercantil de bens relacionados às funções comerciais e administrativas;
- . pelo gasto mensal com aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, ou outros bens móveis;
- . pelo gasto com anúncios, publicações, folhetos e serviços de telemarketing;
- . pelo gasto com serviços de fretes e carretos;
- . pelo consumo de material de expediente e informática das agências de venda;
- . pelo gasto com viagens e condução;
- . pelo gasto com lanches e refeições;
- . pelo gasto com despesas legais e judiciais;
- . pelo gasto com órgãos de classe;
- . pelo gasto com assinatura de jornais, revistas e informativos;
- . pelo gasto com contribuições, brindes e doações;
- . pelo gasto com registros de documentos, brindes e doações;
- . pelo gasto com ativos permanentes de pequeno valor não ativados, conforme legislação específica;
- . pela provisão de créditos de liquidação duvidosa; e

. por outros gastos ou provisões.

Credita-se:

. pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) As despesas devem ser registradas obedecendo ao princípio da competência.
- 2) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados a despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.71 Despesas com Depreciação e Amortização

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.1 – Despesas Comerciais 5.1.2 – Despesas Administrativas
Grupo de Contas:	5.1.X.08 – Despesas com Depreciação e Amortização
Subgrupo:	5.1.X.08.01 – Despesas com Depreciação e Amortização

Função

Destina-se à contabilização das quotas de depreciação dos valores originais dos bens registrados no Subgrupo de Sistema 1.2.3 - Imobilizado, inclusive aqueles reavaliados, tais como: Móveis e Utensílios; Máquinas e Equipamentos; Ferramentas e Aparelhos; Prédios e Benfeitorias; Instalações; Computadores, Periféricos e *Softwares*.

Destina-se, também, à contabilização das quotas de amortização dos direitos registrados no Subgrupo de Sistema 1.2.4 - Intangível e 1.2.5 –Diferido, conforme a legislação pertinente.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o valor de depreciação e amortização no período.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela quota mensal de depreciação dos bens; e
- . pela quota mensal de amortização do Intangível e Diferido.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício.

Notas

- 1) O controle extra-contábil da depreciação dos bens do Imobilizado, deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data de aquisição e descrição do bem, valor do custo, data de início de uso do bem, percentual da depreciação, valor da depreciação e saldo final mensal, conforme previsto na legislação vigente.

- 2) No caso de reavaliação de bens do Imobilizado, o controle extra-contábil deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data inicial e final da reavaliação, valor reavaliado, percentual de depreciação conforme laudo técnico, valor da quota mensal da depreciação e o saldo final no mês, conforme previsto na legislação vigente.
- 3) O controle extra-contábil da amortização dos gastos registrados no Ativo Intangível e Diferido, deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data de pagamento do diferido, valor do gasto, percentual de amortização, valor da amortização e o saldo final mensal, conforme previsto na legislação vigente.
- 4) Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.1 – Despesas Comerciais devem estar relacionados a despesas incorridas para a promoção, colocação e distribuição dos serviços da permissionária, bem como os riscos assumidos pela venda. Os valores registrados no Subgrupo de Sistema 5.1.2 – Despesas Administrativas devem estar relacionadas aos gastos incorridos para a direção ou gestão da empresa, e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

6.2.72 Outras Receitas Operacionais

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.3 – Outras Receitas e Despesas Operacionais
Grupo de Contas:	5.1.3.01 – Outras Receitas Operacionais

Função

Destina-se à contabilização de receitas de equivalência patrimonial, dividendos recebidos, aluguéis de imóveis, recuperações, reversões e outras.

Terá saldo acumulado sempre credor, o qual indicará o total das receitas supracitadas, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

- . pelo resultado positivo de equivalência patrimonial;
- . pelas receitas obtidas com aluguéis de imóveis;
- . pelas vendas de sucatas e mercadorias avariadas;
- . pelos dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo;
- . pelo valor recuperado de indenizações e sinistros;
- . pela reversão da provisão com riscos e contingências; e
- . pela apropriação de outras receitas e recuperações eventuais.

Debita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Nota

- 1) Na Subconta 5.1.3.01.01.999 – Outras Receitas ou Recuperações Eventuais devem ser lançadas receitas de pequeno valor e eventuais que não estejam contempladas no elenco de contas.

6.2.73 Outras Despesas Operacionais

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.3 – Outras Receitas e Despesas Operacionais
Grupo de Contas:	5.1.3.02 – Outras Despesas Operacionais

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com impostos, taxas e contribuições, dos resultados negativos de equivalência patrimonial, provisões e outras despesas.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela apuração do PIS e da COFINS sobre as outras receitas que não as decorrentes da atividade de compra e venda de bens e serviços, relacionadas na Subconta 3.2.2.01.01 – Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços;
- . pela apuração de outras despesas tributárias não relacionadas nas subcontas anteriores;
- . pelos gastos com multas e taxas;
- . pelos resultados negativos de equivalência patrimonial;
- . pelas Provisão para furtos e roubos;
- . pelos gastos com contribuições sindicais patronais;
- . pela provisão de Provisão para ativos não permanentes;
- . pelas perdas apuradas na realização de investimentos;
- . pela perda na venda de itens do ativo fixo;
- . pela baixa do valor liquidados dos ativos alienados;
- . pela baixa do Diferido;
- . pelo despesa em projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- . pelos gastos com ações sociais
- . pela provisão de contingências; e

. pela ocorrência de outras despesas sem subconta específica no plano de contas.

Credita-se:

. pela ocorrência de créditos compensáveis com a base de cálculo do PIS não-cumulativo;

. pela ocorrência de créditos compensáveis com a base de cálculo da COFINS não-cumulativa; e

. pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

1) As subcontas 5.1.3.02.01.001 – PIS sobre Outras Receitas e 5.1.3.02.01.002 – COFINS sobre Outras Receitas referem-se aos tributos devidos sobre as demais receitas – independentemente do regime de apuração a que esteja sujeita a empresa (cumulativo ou não cumulativo) – que fazem parte do conceito fiscal de Receita Bruta, que não as decorrentes da compra e venda de mercadorias e serviços, cujas despesas são evidenciadas nas subcontas 3.2.2.01.01.001 – Pis e 3.2.2.01.01.002 – COFINS, respectivamente.

2) Os créditos de PIS e COFINS não-cumulativos somente são aplicáveis às empresas sujeitas à sistemática da não-cumulatividade destas contribuições. Referem-se às despesas e gastos incorridos pela empresa que geram direito a crédito, podendo ser descontadas sobre os débitos existentes destes tributos, indicados nas subcontas 3.2.2.01.01.001 – Pis e 5.1.3.02.01.001 – PIS sobre Outras Receitas; e 3.2.2.01.01.002 – COFINS e 5.1.3.02.01.002 – COFINS sobre Outras Receitas, respectivamente. Na hipótese da empresa possuir apenas parte de suas receitas sujeitas ao regime da não-cumulatividade, os créditos devem ser apurados, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a estas receitas.

3) A subconta 5.1.3.02.01.999 – Outros Tributos refere-se ao reconhecimento de outras despesas tributárias não mencionadas em rubricas anteriores (IPTU, TLP, ITCMD, ITBI, IPU, ITU etc), incluindo-se os débitos em eventuais programas de refinanciamento de dívidas tributárias e o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de aplicações financeiras, quando não for possível a sua compensação.

4) A subconta 5.1.3.02.02.001 – Multas Fiscais e Compensatórias refere-se ao registro das despesas com multas fiscais punitivas e/ou compensatórias devidas pela empresa, nos casos permitidos pela Legislação Fiscal (pelo não-pagamento pela empresa de determinado tributo a que esteja obrigada; pelo pagamento de determinado tributo em mora; pela não-apresentação de livros e/ou documentos fiscais às autoridades, etc)., Nos casos em que a multa for indedutível para efeito do imposto de renda, o registro será na Subconta 5.1.3.02.03.

5) Os valores registrados na subconta 5.1.3.02.03 – Despesas Operacionais – Indedutíveis deverão seguir a Legislação Fiscal específica.

6.2.74 Provisão para Redução a Valor Recuperável

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema :	5.1 – Despesas Operacionais
Subgrupo de Sistema:	5.1.3 – Despesas Comerciais
Grupo de Contas:	5.1.3.03 – Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Função

Destina-se à contabilização de provisão para redução ao valor recuperável de ativos da Permissionária bem como da sua reversão quando aplicável.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela constituição da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos; e
- . pelo encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Credita-se:

- . pela reversão da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos; e
- . pelo encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) A constituição da Provisão para a Redução ao Valor Recuperável tem a função de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da Permissionária ou em sua possível venda após a dedução dos gastos necessários para realização da venda.
- 2) Caso a perda no valor recuperável tenha valor relevante nas demonstrações financeiras deverá ser constituída a provisão, reduzindo o valor recuperável do ativo.
- 3) A entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos imobilizados porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houver indicação, a entidade deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente a possível desvalorização dos ativos. Para os demais itens do ativo deverá ser feita anualmente a análise das perdas de valor recuperável.

6.2.75 Receitas Financeiras

Sistema: 5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema : 5.2 – Resultados Financeiros Líquidos
Subgrupo de Sistema: 5.2.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Grupo de Contas: 5.2.1.01 – Receitas Financeiras

Função

Destina-se à contabilização das Receitas Financeiras auferidas pela Permissionária, decorrente de aplicações financeiras, juros e multas sobre direitos a receber, descontos obtidos, rendimentos de instrumentos financeiros mantidos até o Vencimento, ajuste de marcação a mercado de títulos e apropriação das receitas financeiras decorrentes dos ajustes a valor presente.

Terá saldo sempre credor, o qual indicará o total das receitas supracitadas.

Técnica de funcionamento

Credita-se:

- . pelo registro das receitas com aplicações financeiras;
- . pelo registro das receitas com juros recebidos nas operações comerciais;
- . pela apropriação do ajuste a valor presente dos ativos;
- . pelo ajuste positivo de marcação a mercado de instrumentos financeiros;
- . pelo rendimentos financeiros auferidos com instrumentos financeiros;
- . pelo registro das receitas com descontos obtidos nas operações comerciais;
- . pelo registro dos Juros sobre Capital Próprio auferidos; e
- . pelo registro de outras receitas financeiras.

Debita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Nota

- 1) As receitas devem ser reconhecidas obedecendo o regime de competência.

6.2.76 Despesas Financeiras

Sistema: 5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema : 5.2 – Resultados Financeiros Líquidos
Subgrupo de Sistema: 5.2.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Grupo de Contas: 5.2.1.02 – Despesas Financeiras

Função

Destina-se à contabilização, segundo o regime de competência, do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, juros sobre financiamentos, multa sobre títulos, descontos concedidos, despesas bancárias, juros sobre capital próprio e sobre debêntures, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, encargos financeiros de ajuste a valor presente e relativos a arrendamento mercantil financeiro e e outras despesas de natureza financeira.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o total das despesas supracitadas.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela incidência do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF;
- . pela incorporação de juros sobre financiamentos, debêntures ou outros passivos;
- . pelo valor de multas sobre títulos vencidos;
- . pela apropriação do ajuste a valor presente dos passivos;
- . pelos encargos financeiros de arrendamentos mercantis financeiros;
- . pelo desconto concedido aos clientes;
- . pelas de taxas de administração e de abertura de crédito, cobradas pelos bancos e demais instituições financeiras por serviços prestados; e
- . pela identificação de outras despesas financeiras.

Credita-se:

- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Notas

- 1) O controle extracontábil da despesa com Impostos sobre Operações Financeiras – IOF deverá ser realizado mensalmente, com a conciliação bancária.

2) O controle extra-contábil dos juros sobre financiamento deverá ser realizado mensalmente, contemplando: valor principal, data de pagamento, valor dos juros pagos e saldo final no mês.

6.2.77 Variações Monetárias

Sistema: 5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema : 5.2 – Resultados Financeiros Líquidos
Subgrupo de Sistema: 5.2.2 – Variações Monetárias e Cambiais

Grupo de Contas: 5.2.2.01 – Variações Monetárias

Grupo de Contas: 5.2.2.02 – Variações Cambiais

Função

Destina-se à contabilização das variações monetárias e Cambiais Ativas ou Passivas.

Terá saldo devedor ou credor, o qual indicará o total do resultado supracitado.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela variação monetária passiva;
- . pela variação cambial passiva; e
- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002 – Resultado do Exercício.

Credita-se:

- . pela variação monetária ativa;
- . pela variação cambial ativa; e
- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Nota

- 1) As variações monetárias e cambiais devem ser reconhecidas obedecendo ao regime de competência.

6.2.78 Provisões de IRPJ e CSLL

Sistema:	5 – Despesas e Demais Resultados
Grupo de Sistema:	5.4 – Provisões de IRPJ e CSLL
Subgrupo de Sistema:	5.4.1 – Provisões de IRPJ e CSLL
Grupo de Contas:	5.4.1.01 – Provisões de IRPJ e CSLL

Função

Destina-se à contabilização das provisões para fazer face aos tributos sobre o resultado apurado, ajustado nos termos da legislação.

Terá saldo acumulado devedor ou credor, o qual indicará o resultado das provisões do exercício.

Técnica de funcionamento

Debita-se:

- . pela apuração ou estimativa do IRPJ ou CSLL devidos, sejam para recolhimento corrente ou diferido, nos termos da legislação fiscal aplicável;
- . por ajustes das provisões de IRPJ ou CSLL; e
- . pelo encerramento do exercício no valor total acumulado, por transferência à Subconta 2.4.5.01.01.002– Resultado do Exercício.

Credita-se:

- . pelo Imposto de Renda e Contribuição Social a ser compensado, calculados sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social respectivamente e demais créditos controlados na parte "B" do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real, desde que haja garantia de suas realizações, lançando-se em contrapartida a débito da Subconta 1.1.6.03.02 – Impostos e Contribuições Diferidos;
- . por ajustes das provisões de IRPJ ou CSLL Diferidos;
- . por eventuais ajustes da Provisão do IRPJ e CSLL Correntes, em contrapartida a débito das contas supracitadas respectivas para fins de compatibilização com o valor a ser pago; e
- . no encerramento do exercício às Subcontas, por transferência à Subconta 2.4.5.01.02 - Resultdo do exercício, quando o saldo acumulado for devedor.

Notas

- 1) As Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda deverão ser contabilizadas ainda que o resultado contábil seja negativo (prejuízo).

2) A apuração do lucro real trimestral ou do lucro presumido ocorrerá trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro), ao passo que a apuração do lucro real anual, é feita mensalmente, para fins de cálculo das antecipações devidas, e o ajuste anual é realizado em 31 de dezembro de cada exercício social.

6.2.79 Custo Total dos Serviços Prestados – Custos com Pessoal

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação
	6.2 – Custo de Manutenção
Subgrupo de Sistema:	6.1.1 – Custo de Tráfego e Operação
	6.2.1 – Custo de Manutenção
Grupo de Contas:	6.1.1.01 – Custos com Pessoal (Motorista)
	6.1.1.02 – Custos com Pessoal (Exceto Motorista)
	6.2.1.01.01 – Custos com Pessoal

Função

Destina-se à contabilização dos custos com os empregados das permissionárias relacionados ao objeto da permissão, abrangendo: Remuneração, Encargos Sociais e Benefícios; previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e nos Acordos Coletivos de Trabalho devidamente homologados.

A conta terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos custos supracitados diretamente relacionados com a operação das permissionárias no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pela remuneração bruta do mês;
- . pelas horas extras adicionais incorridas no mês;
- . pelo adicional noturno incidente sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pela provisão de férias e 13º salário mensal sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor da ajuda de custo na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor das comissões e gratificações na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração dos prêmios aos funcionários na Folha de Pagamento no mês;
- . pelo valor do descanso semanal remunerado na Folha de Pagamento do mês;
- . pela remuneração de adicional de periculosidade e/ou insalubridade na Folha de Pagamento do mês;
- . pela provisão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, calculado sobre a Folha de Pagamento do mês;
- . pela multa de FGTS decorrente da rescisão imotivada de contrato de trabalho;

- . pela provisão do INSS devido pela empresa sobre a Folha de Pagamento no mês e pró-labore;
- . pela provisão de terceiros (SEST, SENAT, SESC, SENAI, SESI, etc) sobre a Folha de Pagamento no mês;
- . pelo gasto da empresa referente ao vale refeição e fornecimento de alimentação aos funcionários;
- . pelo serviço de fornecimento de alimentação;
- . pelo contrato de prestação de serviços de assistência médica e odontológica e medicamentos;
- . pelos gastos com cursos e seminários realizados para os funcionários da permissionária, bem como as despesas com táxi, refeições, passagens e diárias de hotéis incorridas pelos instrutores para aplicação do curso/seminário;
- . pelo gasto com seguro de vida em grupo;
- . pelo gasto referente ao vale transporte;
- . pelo fornecimento de cesta básica aos funcionários da permissionária; e
- . pelo gasto com uniformes e equipamentos de proteção individual.

Notas

- 1) O custo com Salários e Remuneração compreenderá: Salários, Horas Extras, Adicional Noturno, Férias, 13º salário, Ajuda de Custo, Comissões, Pró-Labore, Honorários da Diretoria, Prêmios, DSR, Gratificações, Anuênio, Adicional de Periculosidade e Insalubridade, bem como quaisquer outros rendimentos que decorrerem do contrato de trabalho em vigência, e ainda, outros valores pagos ou creditados ao funcionário em decorrência da legislação em vigor.
- 2) Os custos com Encargos Sociais compreenderão todas as contribuições e encargos incidentes sobre a Folha de Pagamento dos empregados das permissionárias, tais como: FGTS, indenização FGTS (40%), INSS (empresa, empregado e terceiros Sistema "S").
- 3) Os custos com Benefícios compreenderão todas as concessões que promovam o bem-estar e a assistência dos funcionários e seus dependentes, por iniciativa ou concordância da Concessionária, tais como: Vale Refeição, Refeitório, Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida em Grupo, Vale Transporte, Cesta Básica e Uniforme.
- 4) Os gastos considerados como Outros Custos com Pessoal compreenderão gastos que não se enquadram como remuneração, encargos sociais ou benefícios, tais como: uniformes, equipamentos de proteção individual e cursos ou treinamentos de funcionários.
- 5) A permissionária deverá manter controle do seguro de acidentes de trabalho, em registro suplementar, de forma que atenda às exigências legais.

6) Os gastos citados na função dessa natureza de gasto deverão ser controlados por meio de registros suplementares ou sistemas auxiliares.

7) Os valores registrados nos Grupos de Contas 6.1.1.01 e 6.1.1.02 – Custo com Pessoal devem estar relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade diretamente utilizados para a prestação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

8) Os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.01 – Custo com Pessoal devem estar relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade diretamente, com pessoal utilizado nas manutenções necessárias para a continuidade dos serviços prestados.

6.2.80 Custos com Veículos

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupo do Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação 6.2 – Custo de Manutenção
Subgrupos do Sistema:	6.1.1 – Custo de Tráfego e Operação/Custo de Manutenção 6.2.1 – Custo de Manutenção
Grupo de Contas:	6.1.1.03 – Custos com Veículos

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com veículos utilizados na operação ou na manutenção das permissionárias, relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade claramente identificável.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelos combustíveis utilizados;
- . pelo gasto com óleos e lubrificantes;
- . pelo gasto com pneus e materiais de rodagem;
- . pelo gasto com peças e materiais utilizados para a manutenção e conservação dos veículos;
- . pelo gasto com legalização de veículos;
- . pela apropriação mensal dos seguros de veículos; e
- . por outros custos com veículos.

Credita-se:

- . pela transferência dos custos incorridos para cada tipo de transporte oferecido, divididos nos grupos de sistema 4.1 – Custo de Tráfego e Operação e 4.2 – Custo de Manutenção.

Notas

- 1) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.03 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.1.X.03 – Custos com Veículos, conforme os critérios de alocação de custos definidos no item 5.4 deste Manual de Contabilidade.
- 2) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.03 devem ser transferidos para o Grupo de Sistema 4.2.X.02 – Custos com Veículos de Apoio, conforme os critérios de alocação de custos definidos no item 5.4 deste Manual de Contabilidade.
- 3) O Grupo de Contas 6.1.1.03 – Custos com Veículos possuem abertura analítica, devido a sua relevância em relação ao Grupo de Contas 6.2.1.03 – Custos com Veículos de Apoio.

Os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.03 – Custo com Veículos devem estar relacionados aos gastos com veículos de transporte utilizados na prestação dos serviços rodoviários de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

Os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.03 – Custo com Veículos devem estar relacionados aos gastos com veículos de apoio utilizados nas manutenções necessárias para a continuidade dos serviços rodoviários de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

6.2.81 Arrendamento Mercantil e Locação de Bens

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação/ 6.2 - Custo de Manutenção
Subgrupo de Sistema:	6.1.1 – Custo de Tráfego e Operação 6.2.1 - Custo de Manutenção
Grupo de Contas:	6.X.1.04 – Arrendamento Mercantil Locação de Bens

Função

Destina-se à contabilização dos gastos com arrendamento mercantil ou locação de bens utilizados diretamente na manutenção das operações das permissionárias.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos gastos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelo gasto com os contratos de arrendamento mercantil; e
- . pelo gasto mensal com aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos utilizados diretamente nas operações da permissionária.

Credita-se:

- . pela transferência dos custos incorridos para cada tipo de transporte oferecido, divididos nos Grupos de Sistema 4.1 – Custo de Tráfego e Operação e 4.2 – Custo de Manutenção.

Notas

- 1) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.04 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.1.X.04 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens, conforme os critérios de alocação de custos definidos no item 5.4 deste Manual de Contabilidade; e
- 2) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.04 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.2.X.03 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens, conforme os critérios de alocação de custos definidos no capítulo 5.4 deste Manual de Contabilidade.
- 3) Os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.04 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens devem estar relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade claramente identificável utilizados para a prestação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

4) Os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.04 – Arrendamento Mercantil e Locação de Bens devem estar relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade claramente identificável, utilizado nas manutenções necessárias para a continuidade dos serviços prestados.

6.2.82 Outros Custos Operacionais

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação/ 6.2 – Custo de Manutenção
Subgrupo de Sistema:	6.1.1 – Custo de Tráfego e Operação 6.2.1 – Custo de Manutenção
Grupo de Contas:	6.1.1.05 – Outros Custos Operacionais
Grupo de Contas:	6.2.1.05 – Outros Custos de Manutenção

Função

Destina-se à contabilização dos gastos gerais utilizados na manutenção das operações das permissionárias, relacionados a custos indiretos, ou seja, aqueles que não permite ser alocado a uma atividade claramente identificável.

Terá saldo acumulado sempre devedor, o qual indicará o total dos custos supracitados, no exercício.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

- . pelos custos incorridos pela ocorrência de acidentes – indenizações, custas judiciais, advocacias e outras;
- . pelo gasto com serviços contratados;
- . pelos gastos com energia elétrica, água, esgoto e comunicações;
- . pelos gastos com viagens;
- . pelos gastos com alimentação;
- . pelos gastos com representações;
- . pelo consumo de material de expediente e informática;
- . pelos gastos com conservação de bens e instalações;
- . pelo gasto com ativos permanentes de pequeno valor não ativados, conforme legislação específica; e
- . pela apuração de outros custos não dedutíveis.

Credita-se:

- . pela transferência dos custos incorridos para cada tipo de transporte oferecido, divididos nos subsistemas 4.1 – Custo de Tráfego e Operação e 4.2 – Custo de Manutenção.

Notas

1) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Sistema 6.1.1.05 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.1.X.05 – Outros Custos Operacionais, conforme os critérios de alocação de custos definidos no capítulo 5.4 deste Manual de Contabilidade.

2) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Sistema 6.2.1.05 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.2.X.04 – Outros Custos Operacionais, conforme os critérios de alocação de custos definidos no capítulo 5.4 deste Manual de Contabilidade.

Os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.05 – Outros Custos Operacionais devem estar relacionados aos gastos com outros custos operacionais utilizados na prestação dos serviços rodoviários de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

Os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.05 – Outros Custos de Manutenção devem estar relacionados aos gastos com outros custos de manutenção utilizados nas manutenções necessárias para a continuidade dos serviços rodoviários de passageiros, encomendas e cargas oferecidos pela permissionária.

6.2.83 Custos com Depreciação e Amortização

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupo de Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação/ 6.2 – Custo de Manutenção
Subgrupo de Sistema:	6.1.1 – Custo de Tráfego e Operação 6.2.1 – Custo de Manutenção
Grupo de Contas:	6.1.1.06 – Custos com Depreciação e Amortização 6.2.1.05 – Custos com Depreciação e Amortização

Função

Destina-se à contabilização:

. das quotas de depreciação dos valores originais dos bens registrados no Subgrupo de Sistema 1.2.3 - Imobilizado, inclusive aqueles reavaliados, tais como: veículos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, ferramentas e aparelhos, prédios e benfeitorias, instalações, computadores, periféricos e *softwares*, nos termos da legislação vigente; e

. das quotas de amortização dos direitos registrados no Subgrupo de Sistema 1.2.4 – Intangível e 1.2.5 –Diferido, conforme a legislação pertinente.

Terá saldo sempre devedor, o qual indicará o valor de depreciação no período das imobilizações utilizadas diretamente na manutenção das operações das permissionárias.

Técnica de Funcionamento

Debita-se:

. pela quota mensal de depreciação dos bens; e

. quota mensal de amortização dos gastos ativados como ativo intangível e diferido.

Notas

1) O controle extracontábil da depreciação dos bens do imobilizado, deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data de aquisição e descrição do bem, valor do custo, data de início de uso do bem, percentual da depreciação, valor da depreciação e saldo final mensal, conforme previsto na legislação vigente.

2) No caso de reavaliação de bens do imobilizado, o controle extracontábil deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data inicial e final da reavaliação, valor reavaliado, percentual de depreciação conforme laudo técnico, valor da quota mensal da depreciação e o saldo final no mês, conforme previsto na legislação vigente.

- 3) O controle extracontábil da amortização dos gastos registrados no intangível e diferido, deverá ser realizado por meio de relatório operacional, no qual constará: data de pagamento do diferido, valor do gasto, percentual de amortização, valor da amortização e o saldo final mensal, conforme previsto na legislação vigente.
- 4) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.1.1.06 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.1.X.06 – Custos com Depreciação e Amortização, conforme os critérios de alocação de custos definidos no capítulo 5.4 deste Manual de Contabilidade; e
- 5) Ao final de cada mês os valores registrados no Grupo de Contas 6.2.1.06 devem ser transferidos para o Grupo de Contas 4.2.X.05 – Custos com Depreciação e Amortização, conforme os critérios de alocação de custos definidos no capítulo 5.4 deste Manual de Contabilidade.

6.2.84 Custos Apropriados

Sistema:	6 – Custo Total dos Serviços Prestados
Grupos de Sistema:	6.1 – Custo de Tráfego e Operação 6.2 – Custo de Manutenção
Subgrupos do Sistema:	6.X.9 – Apropriação dos Custos
Grupos de Contas:	6.X.9.99 – Custos Apropriados

Função

Destina-se ao encerramento das contas transitórias e contabilização nas contas específicas do Sistema 4.

Terá saldo sempre nulo.

Técnica de Funcionamento

Credita-se:

. pela transferência para o Sistema 4, conforme critério de rateio definido.

Notas

- 1) O critério de rateio para transferência ao Sistema 4 foi definido no capítulo 5.4.
- 2) A finalidade desse sistema é ser usado como sistema de compensação para a transferência dos saldos das contas dos Grupos do Sistema 6.1 e 6.2 para as contas do Sistema 4.
- 3) A transferência dos saldos das contas do Sistema 6 às respectivas contas do Sistema 4 devera ser feita mensalmente.

7. TAXAS DE DEPRECIAÇÃO e AMORTIZAÇÃO

Depreciação e amortização consistem na alocação sistemática do valor consumido de um ativo ao longo de sua vida útil.

A depreciação e a amortização do ativo iniciam-se quando este fica disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

As imobilizações tangíveis serão reintegradas por meio de quota de depreciação, ao passo que as intangíveis o serão por intermédio de quota de amortização, e apropriadas nas respectivas contas de custo ou despesa.

Para fins contábeis, anualmente, deve-se fazer uma análise criteriosa dos ativos da Permissionária e estimar sua vida útil econômica, considerando suas características técnicas e condições gerais de uso entre outros que podem influenciar em sua vida útil. Em caso de mudança de taxa, os ajustes serão reconhecidos de forma prospectiva. A análise não precisa ser feita no fim de cada exercício, podendo ser feita durante cada exercício, porém é importante que seja sempre feita na mesma data.

Para avaliação da vida útil dos ativos, a Permissionária deve definir uma equipe responsável pela elaboração dos laudos e/ou estudo técnico dos bens. Essas equipes podem ser compostas de profissionais da Permissionária (internos) desde que tenham competência comprovada para realizar os trabalhos, ou com auxílio de peritos independentes (empresas terceirizadas especializadas na realização desses trabalhos).

No caso da contratação de peritos terceirizados deve-se constar claramente na contratação o escopo de seus trabalhos (metodologia, realização de inventários físicos, definições das vidas úteis e valores residuais, mensuração dos ajustes, alteração de registro, etc). Ainda que a Permissionária utilize peritos especializados para realizar os trabalhos, os técnicos internos devem ser envolvidos pois os resultados obtidos, mesmo que em laudo de terceiros, são de total responsabilidade da administração.

O método de depreciação/amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Esse método aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao fim de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança.

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil:

- a) Depreciação linear: a depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere;
- b) Método dos saldos decrescentes: o método dos saldos decrescentes resulta em despesa decrescente durante a vida útil;
- c) Método de unidades produzidas: o método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou na produção esperados.

Não será admitido o cálculo da depreciação acelerada, exceto quando se tratar de depreciação acelerada incentivada, cujos procedimentos e controles são estabelecidos na legislação fiscal, que não afeta, portanto, o resultado contábil. Serão admitidas taxas diferenciadas daquelas a serem fixadas, para cada tipo de imobilizado, em que haja situações especiais devidamente comprovadas, amparada por laudo técnico emitido por peritos devidamente habilitados, desde que submetidas e aprovadas pela ANTT.

As taxas de depreciação e amortização para os ativos regulatórios ou não regulatórios, que sejam ou não reversíveis, poderão ser avaliadas e estabelecidas pela ANTT.

Em caso de reconhecimento de perdas do valor recuperável, ou *impairment*, a despesa de depreciação, amortização e exaustão dos ativos desvalorizados deve ser calculada em períodos futuros pelo novo valor contábil apurado, ajustado ao período de sua vida útil remanescente.

8. MANUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, ECONÔMICO-FINANCEIRAS, SOCIAIS e RELATÓRIOS AUXILIARES

8.1 Orientações Gerais

8.1.1 Introdução

1. Apresentação

Este Manual foi desenvolvido com o objetivo de apresentar orientações para a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis, suplementares e informações econômico financeiras e sociais pelas Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Assim, o Manual está estruturado considerando-se os seguintes aspectos:

- (a) Consolidação, em único documento, de normas e procedimentos técnicos relevantes, relacionados à elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis e informações complementares relativas a aspectos contábeis, administrativos, econômicos, financeiros, gerenciais, sociais, ambientais e outros, que envolvam as Concessionárias que exploram as atividades inerentes à permissão do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;
- (b) Na elaboração desse documento foram consideradas as seguintes fontes de consulta:
 - Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações - e alterações dos aspectos contábeis e de divulgação, não conflitantes com as disposições da referida lei em vigência;
 - Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007 - que altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis;
 - Dispositivos de caráter normativo e regulatório estabelecidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
 - Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC;
 - Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON;
 - Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;
 - Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB ;

- Comissão de Corporações Transacionais da ONU (Organização das Nações Unidas); e
 - Literatura técnica produzida por entidades e autores conceituados nos meios acadêmicos, profissionais e na sociedade.
- (c) Este Manual deve ser utilizado como material de consulta permanente pelos contadores e outros profissionais que tenham envolvimento com o Setor de Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e como ferramenta auxiliar para treinamento dos funcionários das áreas contábil, administrativa e financeira das Companhias desse setor;
- (d) Diante da necessidade de evolução do nível de transparência na divulgação de dados e informações por parte das empresas e Companhias em geral, o presente Manual procura abordar vários enfoques de divulgações específicas e gerais, para alcançar as expectativas de usuários com características e interesses distintos, tais como órgãos reguladores, acionistas, investidores, analistas de investimentos, mercado de capitais, instituições financeiras, credores, instituições de classe, usuários e público em geral;
- (e) Em virtude de algumas características inerentes às atividades das Companhias que atuam como Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, por meio de permissão regulada pelo Poder Público Federal, o presente Manual contempla divulgações complementares específicas requeridas pela ANTT, em consonância com as disposições contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros (Manual);
- (f) Este Manual não contempla procedimentos e informações relativas à elaboração e apresentação de informações complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante (correção monetária integral). Não obstante, a ANTT não faz objeções quanto à apresentação dessas demonstrações em caráter facultativo. Dessa forma, a ANTT orienta que as Permissionárias que optarem pela apresentação dessas informações complementares, adotem os conceitos, critérios e procedimentos técnicos emitidos pela CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- (g) Este Manual não tem, entretanto, o propósito de esgotar ou limitar as possibilidades de divulgação de informações que se façam necessárias ao adequado entendimento das Demonstrações Contábeis e atendimento aos dispositivos de caráter legal e normativos em vigência, e nem restringir a divulgação de outras informações que venham a ser consideradas necessárias para atender a interesses específicos da administração ou em decorrência de obrigações por ela firmada, desde que estas sejam incluídas em caráter de informações adicionais e/ou complementares, sem prejuízo das normas contidas neste Manual; e
- (h) Neste Manual são mencionados e referendados diversos instrumentos legais e normativos instituídos por órgãos reguladores, estando, portanto, passíveis de aprimoramentos, negociações e substituições.

Assim, sempre que situações como essas vierem a ocorrer, as modificações e/ou substituições devem ser incorporadas ao entendimento e à aplicação das normas contidas no presente Manual. Entretanto, caso essas modificações ou substituições de normas, ou até mesmo revogações, não atendam parcial ou plenamente às necessidades do órgão regulador, poderão ser emitidos instrumentos normativos pela ANTT para regulamentação complementar.

2. Características qualitativas das Demonstrações Contábeis e informações complementares

As características qualitativas são os atributos que tornam as Demonstrações Contábeis úteis para os usuários. As principais características qualitativas são as seguintes:

(a) Compreensibilidade

Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e da contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência. Todavia, informações sobre assuntos complexos que devam ser incluídas nas Demonstrações Contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem.

(b) Relevância

Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos interessados em suas tomadas de decisões. As informações são relevantes quando influenciam as decisões econômicas dos seus usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores.

As funções de previsão e confirmação das informações são inter-relacionadas. Por exemplo, as informações sobre o nível atual e a estrutura dos ativos têm valor para os usuários em seus esforços para prever a capacidade da empresa em aproveitar as oportunidades e de reagir a situações adversas. As mesmas informações confirmam as previsões passadas sobre, por exemplo, a maneira em que a empresa poderia estar estruturada ou o resultado de operações planejadas.

Informações sobre a posição financeira e o desempenho passado são freqüentemente utilizadas como base para projetar as futuras, assim como outros assuntos nos quais os seus usuários estejam diretamente interessados, como: pagamento de dividendos e salários, alterações no preço de títulos e a capacidade da permissionária em atender seus compromissos à medida que se tornem devidos. Para serem viáveis como fonte de previsão, as informações não precisam estar em forma de projeção explícita. A capacidade de fazer previsões com base nas demonstrações contábeis amplia-se, dependendo da forma em que as informações sobre transações e eventos anteriores são apresentadas. Por exemplo, a eficácia da Demonstração do Resultado como elemento de previsão destaca-se quando itens extraordinários, atípicos e esporádicos de receita ou despesa são apresentados em destaque.

(c) Materialidade

A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. Por exemplo, reportar uma nova atividade da permissionária poderá afetar a avaliação dos riscos e oportunidades com que ela se depara, independentemente do valor dos resultados atingidos pela nova atividade no período abrangido pelas demonstrações contábeis. Em outros casos, tanto a natureza quanto a materialidade são importantes como, por exemplo, os valores dos créditos a receber de usuários do serviço público de transporte.

As informações são relevantes se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos seus usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do volume quantitativo e qualitativo do item ou do erro, julgado em termos financeiros, nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção. Assim, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de "corte" ("cut-off"), em vez de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil.

(d) Confiabilidade

Para ser útil, a informação deve ser confiável. A informação tem a qualidade de confiabilidade quando está livre de erros relevantes e os seus usuários podem depositar confiança como representando fielmente aquilo que ela diz representar ou poderia razoavelmente esperar-se que represente.

A informação pode ser relevante, porém tão inconfiável em sua natureza ou representação que o seu reconhecimento pode ser um erro potencial. Por exemplo, se a validade e o valor de uma reclamação por danos em uma ação legal são questionáveis, poderia não ser adequado à permissionária reconhecer o valor total da reclamação no balanço, embora fosse apropriado divulgar o valor e as circunstâncias da reclamação.

(e) Representação adequada

Para ser confiável, a informação deve representar fielmente as transações e outros eventos que ela diz representar ou que pode razoavelmente esperar que ela represente. Assim, por exemplo, um Balanço Patrimonial deveria representar fielmente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e Patrimônio Líquido da permissionária na data do balanço que atendam aos critérios de reconhecimento.

A maioria das informações financeiras está sujeita a algum risco de não atingir plenamente a representação fiel daquilo que pretende retratar. Muito embora a administração deva envidar todos os esforços para que isso não aconteça (por exemplo, mantendo contato aberto e contínuo com os respectivos usuários), podem ocorrer, em virtude de dificuldades inerentes, falhas na identificação das transações ou outros eventos a serem dimensionados, ou na determinação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir informações que correspondam, com fidedignidade, a tais transações e eventos. Em certos casos, o dimensionamento dos efeitos financeiros dos itens poderia ser tão incerto que as permissionárias geralmente não os reconheceriam nas demonstrações contábeis; por exemplo, embora muitas empresas gerem "goodwill" internamente com o decurso do tempo, é usualmente difícil identificar ou medir esse "goodwill" com segurança. Em outros casos, entretanto, poderá ser importante reconhecer itens e divulgar o risco de erro envolvendo seu reconhecimento e dimensionamento.

(f) Essência sobre a forma

Em alguns casos, para que a informação represente fielmente as transações e outros eventos que ela se propõe, é necessário que essas transações e eventos sejam divulgados e apresentados de acordo com a sua essência ou substância e sua realidade econômica, e não meramente de acordo com sua forma legal, mesmo que o critério adotado para contabilização, em face da legislação de normas contábeis aplicáveis às circunstâncias, tenha sido diferente. A essência das transações ou outros eventos poderá nem sempre ser consistente com o que aparenta, tomando-se por base sua forma legal ou documentos formais. Por exemplo, uma permissionária poderia vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indicasse a transferência legal da propriedade a esse terceiro, o que poderia indicar a necessidade de registro contábil da venda nesse momento; entretanto, poderão existir acordos que assegurem que a empresa continuará a gozar dos futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo. Em tais circunstâncias seria, ao menos, adequado divulgar a operação considerando tanto os aspectos vistos pela sua forma como os acordos e efeitos sob o ponto de vista da essência da operação; reportar somente a venda poderia não representar fielmente a transação efetuada (se na verdade houve uma transação).

Nesse contexto, para qualquer registro contábil, de operações relevantes, nas quais prevaleça a forma sobre a essência, faz-se necessária a divulgação dos eventuais efeitos divergentes em ocorrência da análise da essência da operação.

(g) Neutralidade

Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, livre de preconceitos. As demonstrações contábeis não serão neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas influenciarem a tomada de decisão ou um julgamento a fim de atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

(h) Prudência

Aqueles que preparam as demonstrações contábeis, entretanto, freqüentemente têm que avaliar as incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de cobrança de contas a receber duvidosas, a vida útil provável dos equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ter sido dadas. Tais incertezas são reconhecidas considerando sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na elaboração das demonstrações contábeis. A prudência consiste na inclusão de certa dose de cautela na formulação dos julgamentos necessários à elaboração de estimativas em certas condições de incertezas, para que ativos ou receitas não sejam superestimados e passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas e a superestimação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não teriam a qualidade da confiabilidade.

(i) Integridade

Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa dentro dos limites da relevância e do custo. Uma omissão pode induzir a erro ou tornar a informação falsa e, portanto, não confiável e deficiente em termos de relevância.

(j) Comparabilidade

Os interessados devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma permissionária ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes permissionárias a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira. Conseqüentemente, a avaliação e apresentação dos efeitos financeiros de transações e outros eventos semelhantes devem ser feitas de modo consistente em todas as permissionárias, principalmente aquelas integrantes de um mesmo segmento de negócio e nos diversos períodos.

Uma importante implicação da característica qualitativa da comparabilidade é que os usuários devem ser informados das políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas políticas e dos efeitos de tais mudanças. Os interessados precisam estar em posição de identificar diferenças entre as políticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes, usadas pela mesma permissionária de um período a outro e por diferentes permissionárias. A observância das normas contábeis definidas neste Manual de Contabilidade, incluindo a divulgação das políticas contábeis aplicadas pela permissionária, contribui para comparabilidade das informações divulgadas.

A necessidade de comparabilidade não deve ser confundida com a mera uniformidade e não se deve permitir que se torne um empecilho à introdução de normas contábeis aperfeiçoadas. Não é apropriado que uma permissionária continue contabilizando da mesma maneira uma transação ou um evento, se a política adotada não está em conformidade com as características qualitativas de relevância e confiabilidade; entretanto, no que se refere às empresas reguladas, eventuais alterações devem ser precedidas de anuência da ANTT. É também inapropriado manter políticas contábeis intocáveis, quando existem alternativas mais confiáveis e adequadas, não devendo, entretanto, ser considerada a dispensa da anuência aqui mencionada.

Uma vez que os usuários desejam comparar a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira ao longo do tempo é importante que as demonstrações contábeis contenham as correspondentes informações de períodos anteriores.

3 Limitações sobre a relevância e a confiabilidade das informações

(a) Oportunidade das informações

Se houver demora indevida em reportar a informação, ela poderá perder a relevância. A administração poderá ter que estabelecer um equilíbrio entre reportar a informação na época oportuna e prover informações confiáveis. Para fornecer informações em datas oportunas, poderá ser necessário reportar a informação antes que todos os aspectos de uma transação ou outro evento sejam conhecidos, prejudicando assim a confiabilidade. Por outro lado, se para reportar a informação houver demora, até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação poderá ser altamente confiável, porém de pouca utilidade para os usuários que tenham tido necessidade de tomar decisões nesse ínterim. Para atingir um equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio prevalecente consiste em usar a melhor forma de atender às necessidades do processo econômico decisório dos usuários em sentido amplo, não devendo, para tanto, serem considerados apenas os interesses de parte desses usuários, como, por exemplo, os acionistas, ou apenas os da administração interna ou do grupo a qual pertença.

(b) Equilíbrio entre o benefício e o custo

O equilíbrio entre o benefício e o custo é uma limitação abrangente, em vez de uma característica qualitativa. Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos benefícios e custos é, entretanto, em sua essência, um exercício de julgamento. Além disso, os custos não devem necessariamente recair sobre aqueles usuários que gozarem do benefício. Os benefícios devem ser aproveitados por outros usuários, além daqueles para os quais as informações foram elaboradas; por exemplo, o fornecimento de informações mais detalhadas aos credores por empréstimos poderá reduzir os custos dos empréstimos de uma permissionária. Por essas razões, é difícil aplicar o teste de avaliação da relação custo- benefício em determinado caso. Apesar disso, os elaboradores e usuários das demonstrações contábeis devem estar conscientes dessa limitação.

(c) Equilíbrio entre características qualitativas

Na prática é necessário, às vezes, fazer um balanceamento ou uma acomodação entre as características qualitativas. Geralmente, o objetivo é atingir um equilíbrio apropriado entre as características a fim de satisfazer os objetivos das demonstrações contábeis. O valor relativo das características em diferentes casos é um assunto de julgamento profissional.

(d) Apresentação adequada

Frequentemente, dizemos que as demonstrações contábeis refletem adequadamente ou com propriedade, a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma permissionária. Embora essa estrutura não trate diretamente de tais conceitos, a aplicação das principais características qualitativas e das normas de contabilidade apropriadas normalmente resulta em demonstrações contábeis que retratam aquilo que geralmente se entende como apresentação adequada dessa informação.

(e) Acompanhamento

Este Manual foi estruturado, também, de forma que auxilie no acompanhamento do pleno atendimento às disposições nele contidas, no momento em que as respectivas demonstrações contábeis e demais informações para serem divulgadas estão sendo elaboradas, servindo assim, como instrumento de acompanhamento dos passos efetuados e aqueles a completar. Não obstante, sempre que qualquer informação deixar de ser elaborada de acordo com as normas definidas neste Manual, a administração deverá justificar tal fato em documento anexo a este Manual, mantendo à disposição da ANTT para eventuais esclarecimentos. Quando isso ocorrer para casos relevantes, a administração deverá encaminhar à ANTT as respectivas justificativas, independentemente de ter recebido solicitação específica para fazê-lo.

4 Diferenças na divulgação entre o conjunto CPC e o CPC PME

Para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME, existem algumas diferenças e/ou adaptações que devem ser consideradas para fim de apresentação das Demonstrações Contábeis. Considerando isso, são evidenciadas abaixo as principais diferenças e de que forma cada um dos elementos é aplicado.

(a) Demonstração da movimentação do patrimônio líquido

A entidade pode apresentar uma única demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados no lugar da demonstração do resultado abrangente e da demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(b) Demonstração do valor adicionado

A DVA não é demonstração obrigatória para as empresas que não são de capital aberto, ou seja, reguladas pela CVM. É considerada pelo CPC PME como demonstração adicional na hipótese de apresentação de eventos e condições específicas sobre a posição financeira e desempenho da entidade.

(c) Demonstrações contábeis consolidadas

A opção de consolidação proporcional foi excluída para os investimentos em entidades controladas conjuntamente (*jointly controlled entities*)

(d) Instrumentos financeiros

As categorias e formas de mensuração se dão de forma mais simplificada para as empresa que se enquadram nessas características em relação ao aplicado às empresas abertas pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros.

(e) Gestão de risco financeiro e qualidade do crédito de ativos financeiros

O modelo de Demonstrações contábeis para as empresas que optarem por aplicar o CPC PME não prevê a apresentação de informações relacionadas à gestão do risco financeiro do negócio (principalmente relacionado ao risco de mercado) e a qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos.

8.1.2 Divulgações Gerais

1. Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis devem incluir os seguintes componentes:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Demonstração do resultado do exercício – DRE;
- c) Demonstração do resultado abrangente – DRA;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido – DMPL;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa – DFC;
- f) Demonstração do valor adicionado – DVA, se companhia aberta; e
- g) Notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas claramente e destacadas de outras informações constantes do relatório anual, tal como o Relatório da Administração e quaisquer outras informações divulgadas em conjunto, como o Balanço Social, sendo cada componente das Demonstrações Contábeis claramente identificado.

2. Notas explicativas

As Notas explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir as seguintes principais informações elaboradas de forma sistemática, ordenada e uniforme:

- a) apresentar informações sobre a base de preparação das Demonstrações Contábeis e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- b) divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das Demonstrações Contábeis;
- c) fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias Demonstrações Contábeis e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;
- d) cada item relevante e que tenha uma nota correspondente nas demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas; e
- e) detalhes para o pleno entendimento dos valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, inclusive comparativamente ao exercício anterior.

As seguintes informações devem ser destacadas e repetidas sempre que necessário, para o correto entendimento das informações apresentadas:

- a) nome da Permissionária ou outras formas de identificação;

- b) se as demonstrações contábeis englobam outras empresas (por exemplo, consolidadas);
 - c) data do balanço ou o período abrangido pelas Demonstrações Contábeis; e
 - d) unidade monetária (moeda) das demonstrações contábeis e nível de precisão (por exemplo, milhares ou milhões de unidades da moeda).
- . quando as demonstrações contábeis forem apresentadas, exclusivamente a critério da administração, além da moeda nacional, também em outra moeda, divulgar a razão e os critérios de conversão adotados e as taxas de conversão utilizadas.

A Permissionária que apresentar Demonstrações Contábeis elaboradas com as aplicações de princípios e normas contábeis diferentes daquelas constantes do Manual, para exigências específicas e que não tenham caráter exclusivamente gerencial (por exemplo, obrigações legais por emissão de títulos ou para fins de consolidação por empresa relacionada sediada no exterior), deverá divulgar no Brasil, também, essas informações, incluídas em nota explicativa específica, podendo, entretanto, isso ser feito em forma resumida, desde que não prejudique o entendimento destas.

3. Relatório da Administração e de Responsabilidade Social

O Relatório da Administração, deverá conter as seguintes informações:

- a) atividades globais;
- b) cenário sócio-econômico e operacional;
- c) os negócios sociais;
- d) as informações detalhadas das atividades;
- e) análise dos resultados e da posição financeira;
- f) os principais fatos administrativos e de gestão do exercício;
- g) desempenho econômico-financeiro;
- h) tecnologia da informação; e
- i) estrutura do negócio, podendo incluir ainda o Balanço Social.

4. Demonstrações e informações comparativas

Todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício/período anterior (não há impedimento, caso seja necessário para o pleno entendimento das informações, à apresentação comparativa de mais de um exercício/período).

Devem ser comparativas, quando aplicável, também as informações contidas nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis, as informações complementares, as Demonstrações Contábeis, o Relatório da Administração ou outros quadros analíticos.

Divulgação da natureza, valor e razão de qualquer reclassificação dos valores comparativos.

5. Modelos

São parte integrante desse Manual, modelos de relatório da administração, de demonstrações contábeis e informações complementares, contendo informações mínimas, que devem ser elaboradas e divulgadas pelas permissionárias, (quando julgadas necessárias, para a facilidade de entendimento do usuário, as contas poderão conter segregação mais detalhadas que a constantes desses modelos).

8.1.3 Relatório da Administração

1 Introdução

As Demonstrações Contábeis devem admitir adequado entendimento e análise da situação patrimonial e financeira, incluindo os resultados das operações, e as mutações do patrimônio líquido da Permissionária. Tais Demonstrações Contábeis devem ser autossuficientes para atingir o objetivo anteriormente mencionado de entendimento e análise.

O Relatório da Administração representa um complemento às Demonstrações Contábeis publicadas por uma Permissionária, para permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários no julgamento e no processo de tomada de decisões.

É importante lembrar que os usuários objetivam avaliar a situação presente da Permissionária em relação às informações comparativas, fornecidas pelas Demonstrações Contábeis, que podem também, servir de elemento preditivo da evolução e dos resultados futuros para orientação de suas decisões no presente.

É, portanto, nesse aspecto que a Administração pode fornecer importante contribuição aos usuários, ao fazer análises do passado que sejam indicativas de tendências futuras e também elaborar de maneira orientada informações de projeções e operações previstas para o futuro.

Outra característica relevante a ser considerada é que o Relatório da Administração, por ser descritivo e menos técnico que as Demonstrações Contábeis, reúne condições de entendimento por um número bem maior de usuários.

O Relatório da Administração, por seu maior poder de comunicação, poderá fornecer informações claras e didáticas a um número maior de usuários.

Em linha com esse entendimento, o Balanço Social pode ser apresentado como parte integrante do Relatório da Administração, como informações complementares ou em notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Situação no Brasil

a) A Legislação no Brasil

Vimos que a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 133, determina que:

"Os Administradores devem comunicar [...] que se acham à disposição dos acionistas:

. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo."

Além da obrigatoriedade básica descrita, temos na citada lei as seguintes exigências de divulgação no Relatório de Administração:

- a) artigo 55, § 3º, I (aquisição de debêntures de emissão própria);
- b) artigo 118, § 5º (política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos, constantes de acordo de acionistas); e

- c) artigo 243 (modificações ocorridas no exercício nos investimentos em coligadas e controladas).

3. Elaboração

A Concessionária, deverá observar as seguintes principais premissas:

3.1. Conteúdo básico

Existe um consenso preliminar quanto à forma de apresentação do Relatório da Administração. Essa forma não significa uma padronização, para não prejudicar a flexibilidade que esse relatório deve apresentar, mas inclui os requisitos básicos a serem observados em sua elaboração. Assim devem incluir dentre outros a discussão e análise, realizadas pelos administradores, contemplando:

- . as atividades globais do grupo (análise corporativa);
- . informações mais detalhadas das atividades de ramos ou segmentos individuais (análise setorial); e
- . análise dos resultados e da posição financeira da Permissionária, assim como no contexto do grupo (análise financeira).

3.2. Análise corporativa

Deve focar e permitir uma visão das atividades da Permissionária, contemplando discussão e análise dos seguintes itens, quando apropriado:

- a) estratégias individual e corporativa, mudanças de estratégia e resultados globais;
- b) eventos externos incomuns que tenham afetado o desempenho e suas perspectivas;
- c) compras e/ou vendas de ativos significativas e seus reflexos no resultado e na situação financeira;
- d) recursos humanos, incluindo:
 - . informações sobre as estruturas organizacional e gerencial;
 - . informações sobre assuntos de trabalho e emprego, incluindo relações de trabalho, treinamento, bem-estar, segurança e demonstração do valor adicionado;
- e) responsabilidade social, com referências específicas sobre segurança do público usuário e da comunidade e proteção ambiental;
- f) atividades de pesquisa e desenvolvimento;
- g) programa de investimentos, incluindo a natureza, localização e magnitude dos investimentos de capital realizado e a realizar; e
- h) projeções futuras, contemplando eventos a partir do exercício encerrado apresentado.

Se uma introdução, declaração ou opinião do presidente da Permissionária for apresentada, deve servir como elemento adicional do Relatório da Administração.

3.3. Análise setorial

Essa parte do Relatório da Administração deve abranger a análise de Unidades Operativas, inclusive com mais detalhes e com dados consistentes com os analisados no contexto corporativo, bem como abranger operações por áreas geográficas e de permissão.

3.4. Análise financeira

Nessa parte, deve-se discutir e analisar:

- a) os resultados operacionais, inclusive quanto aos efeitos dos resultados das atividades no desempenho global e, também, a eventuais efeitos significativos ocasionados por fatores internos ou externos;
- b) a situação de liquidez e fontes de capital, inclusive a capacidade de atendimento de compromissos a curto e longo prazos;
- c) a avaliação dos ativos e o impacto de provável defasagem por conta de efeitos inflacionários em que for relevante o efeito nos resultados e posição financeira; e
- d) os efeitos das variações na taxa de câmbio em todos os aspectos da análise.

3.5. Outras informações

Além dos tópicos e itens especificamente mencionados por inclusão no Relatório da administração, devem ser considerados os seguintes itens adicionais:

- a) uma descrição das atividades do empreendimento, porte e distribuição geográfica das operações;
- b) uma demonstração resumo dos itens mais relevantes das Demonstrações Contábeis e estatísticas chave para o ano;
- c) informações sobre os diretores, incluindo responsabilidades e participações na Permissionária; e
- d) uma análise da posição acionária, incluindo informação dos acionistas principais.

8.1.4 Balanço Patrimonial

1. Divulgações gerais

Por meio da deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009, com as alterações introduzidas pela deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010, foi aprovada e tornada obrigatória para as companhias abertas a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 26, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como a Permissionária executa serviços em um ciclo operacional claramente identificável, a classificação separada de ativo e passivo circulante e não circulante no próprio balanço oferece informações úteis, distinguindo-se o ativo líquido, que está continuamente circulando como capital de giro, daqueles usados nas operações de longo prazo.

a) Ativo

Um ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Permissionária;
- ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- iii) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- iv) é caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não circulante.

O ativo não circulante deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, intangível, imobilizado e diferido.

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez.

b) Passivo

Um passivo deve ser classificado como circulante somente quando atender qualquer um dos seguintes critérios:

- i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- ii) esta mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- iii) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- iv) a Concessionária não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todas as demais obrigações devem ser classificadas como passivo não circulante.

A Permissionária deve classificar dívidas de longo prazo como passivo circulante, quando, por disposições contratuais ou renegociação, estiver obrigada a liquidá-la dentro de doze meses da data do balanço.

Esses casos, com informações que respaldem o procedimento adotado, devem ser divulgados em nota explicativa às Demonstrações Contábeis.

Alguns contratos de empréstimo incorporam cláusulas que têm o efeito de tornar a dívida, mesmo de longo prazo, pagável à vista, se certas condições, normalmente relacionadas à posição financeira do devedor, forem descumpridas. Observado esse descumprimento na data-base das Demonstrações Contábeis, ou antes, o passivo deve ser classificado como circulante, exceto se o credor tiver concordado formalmente, antes da autorização para conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis, em não exigir o pagamento imediato das parcelas a vencer como consequência do descumprimento de cláusula contratual.

c) Patrimônio Líquido

Constituído basicamente pelas seguintes contas:

. Capital Social: representado por valores recebidos de acionistas, ou por recursos por ela gerados, e que estão formalmente incorporados ao Capital;

. Reservas de Capital: representam valores recebidos que não transitam pelo resultado como receitas;

. Ajuste de Avaliação Patrimonial: representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de ativos ou passivos em decorrência da sua avaliação ao valor justo;

. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: representado pelos valores recebido dos acionistas para futura subscrição de capital;

. Reservas de Lucros: representam apropriação de lucros retidos com finalidade específica;

. Prejuízos Acumulados: representam prejuízos à espera de absorção por lucros futuros; e

. Ações em tesouraria: representam as ações próprias adquiridas pela Permissionária.

8.1.5 Demonstração do resultado do exercício

1. Critérios de apresentação

A composição da Demonstração do Resultado do Exercício discriminará, no mínimo, as seguintes rubricas:

- a) receitas;
- b) custos;
- c) lucro bruto;
- d) despesas com vendas, gerais, administrativas, outras despesas e outras receitas;
- e) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- g) despesas e receitas financeiras;
- h) resultado financeiro líquido;
- i) participação nos resultados de empresas coligadas;
- j) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- k) despesa com tributos sobre o lucro;
- l) resultado líquido das operações continuadas;
- m) resultado com operações descontinuadas; e
- n) resultado líquido do período.

Deverá ser apresentado o resultado do período por ação da Permissionária, bem como sua quantidade de ações. Essa informação pode ser apresentada em nota explicativa.

2. Divulgações analíticas

Os seguintes saldos da Demonstração do Resultado devem ser apresentados analiticamente, de acordo com o modelo de demonstrações integrante deste Manual:

- a) Receitas
- b) Custos;
- c) Receitas e Despesas Financeiras; e
- d) Outras receitas e despesas.

8.1.6 Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado do Exercício Abrangente discriminará, no mínimo, as seguintes rubricas:

- a) resultado líquido do período;
- b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item (c));
- c) parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- d) resultado abrangente do período.

8.1.7 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá contar com as seguintes informações:

- a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da Companhia controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
- b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e as correções de erros reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:
 - i) do resultado do período;
 - ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e
 - iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.
- d) A Permissionária deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido, ou nas notas explicativas, o montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante por ação.

8.1.8 Balanço social

1. Normas e procedimentos

Como parâmetro para elaboração dessa demonstração, a Permissionária deverá utilizar o modelo apresentado neste manual, adaptando, quando aplicável, os termos e especificações relacionados às Permissionárias do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Essa afirmação deve ser entendida a fim de que o modelo anteriormente mencionado seja utilizado como parâmetro mínimo para elaboração do relatório, isto é, como encorajamento da adoção de práticas e procedimentos que resultem na sua elaboração com nível mais elevado de detalhes e transparência.

8.1.9 Demonstração do Fluxo de Caixa

Para elaboração dessa demonstração, a Permissionária deverá adotar como parâmetro, as normas e os procedimentos definidos pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As informações sobre os fluxos de caixa de uma empresa são úteis para proporcionar aos usuários das Demonstrações Contábeis uma base para avaliar a capacidade de a empresa gerar caixa e valores equivalentes à caixa e as necessidades da empresa para utilizar esses fluxos de caixa.

8.1.10 Demonstração do valor adicionado - DVA

A elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e seus dados, os quais, em sua grande maioria, são obtidos principalmente com base na demonstração do resultado.

A Permissionária, se de capital aberto, deverá elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas Demonstrações Contábeis divulgadas ao fim de cada exercício social.

A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela Concessionária em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

8.1.11 Notas explicativas

Na elaboração das notas explicativas, a Permissionária deverá considerar, no mínimo, os aspectos a seguir descritos. Devem, também, ser divulgados em nota explicativa, quando implicarem informações importantes na análise do conjunto das Demonstrações Contábeis, eventuais valores e fatos relevantes que porventura não tenham sido previstos em normas legais e regulamentares aplicáveis.

Aspectos Gerais

1. Contexto operacional

Divulgar o objeto social da Permissionária, considerando:

- a) denominação da sociedade, seu capital social e patrimônio líquido;
- b) Permissionária de capital aberto ou fechado;
- c) contexto operacional;
- d) atividades reguladas e órgãos reguladores;
- e) estrutura operacional (quantidades de unidades operacionais);
- f) dados quantitativos operacionais (capacidade instalada, área atendida - quantidade de municípios, usuários, etc.);
- g) início, alterações e término de atividades (quando ocorrer este fato, dependendo da relevância do impacto sobre as posições financeira e patrimonial da Concessionária, deverá ser elaborada nota explicativa específica mensurando todos os detalhes inerentes);
- h) divulgação da informação requerida pelos pronunciamentos, orientações e interpretações que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis;
- i) provisão de informação adicional que não tenha sido apresentada nas Demonstrações Contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão;

2. Atividades não vinculadas à prestação do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros..

Com relação às atividades não vinculadas à Permissão do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, a Permissionária deverá elaborar nota explicativa específica, para cada atividade, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Descrição detalhada das operações, informando:
 - . objeto das operações;
 - . estrutura organizacional do negócio e da administração;
 - . número de funcionários alocados em tempo integral e parcial em cada operação; e

critério de identificação e segregação de custos das atividades não vinculadas à prestação do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros daqueles relacionados ao objeto da permissão, ou seja, demonstrar como são apurados e registrados os custos com funcionários, serviços e com outros gastos comuns (outras atividades de suporte) a mais de uma atividade.

b) Principais práticas contábeis

Descrever todas as principais práticas contábeis adotadas para registro das operações, quando forem diferentes daquelas relativas ao registro das operações objeto da Permissão (quando não houver diferenças, indicar em parágrafo específico).

c) Demonstrações Contábeis e informações complementares

Em caráter complementar, divulgar todos os valores relativos às atividades não vinculadas à Permissão que se encontrem incluídos nos saldos indicados nas Demonstrações Contábeis.

3. Análises econômico-financeiras

a) Informações globais

A Permissionária deverá divulgar as seguintes principais informações, contendo explicações para as variações relevantes identificadas em relação aos saldos na data do balanço e no exercício anterior:

Despesas com pessoal, incluindo número de funcionários e respectivos gastos por natureza (exemplos: remunerações, encargos sociais, convênio assistencial, etc.);

Despesas comerciais (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, marketing, pessoal, etc);

Despesas administrativas e gerais (exemplos: pessoal, material de escritório etc);

Outras despesas (exemplo: resultado na venda de bens do imobilizado); e

Receitas e despesas financeiras.

b) Investimentos

previsão para investimentos em ampliação e qualidade dos serviços e montante efetivo realizado no período; e

investimentos em preservação e/ou recuperação do meio ambiente.

c) Nível de endividamento e performance

Divulgar as projeções de resultado definidas no início do exercício, e comentar eventuais variações relevantes com o realizado;

Divulgar o perfil da dívida da Permissionária, considerando a evolução da taxa média de mercado de juros de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros, comentando eventuais variações relevantes; e

- . Demonstrar as projeções financeiras, para os próximos 5 anos após a data do balanço, indicando eventuais desequilíbrios, que poderão ter impactos em reajustes tarifários.

d) Aspectos regionais

Nesse tópico, deverão ser abordados assuntos sócio econômicos que afetem especificamente o desempenho e/ou resultado da Permissionária, relacionados exclusivamente à localização geográfica de sua área de negócio:

- . Índice de inflação regional;
- . Falta/excesso de mão-de-obra especializada e não especializada;
- . Incentivos tributários;
- . Perfil dos usuários;
- . Nível médio salarial; e
- . Aspectos políticos.

4 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Concessionária deverá divulgar as disposições legais e regulatórias que serviram de base para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Permissionária deve apresentar informações sobre a base de preparação das Demonstrações Contábeis e das práticas e políticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

Também deve a Permissionária prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas Demonstrações Contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

As notas explicativas devem seguir a ordem de inicialmente apresentar uma declaração de conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, resumo das políticas contábeis significativas aplicadas, informação suporte de itens apresentados nas Demonstrações Contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas e outras divulgações, podendo incluir passivos contingentes contratuais não reconhecidos e divulgações não financeiras.

5. Contas a Receber de Clientes

Divulgar a composição do saldo por classe e vencimento dos respectivos créditos.

Deverão ser divulgados, também, os critérios para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, devendo ser demonstrada a movimentação dessa conta no período. O saldo dessa provisão deverá ser apresentado separadamente por classe de serviços, de acordo com modelo integrante deste Manual.

6. Estoques

- a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a Permissionária;
- c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo;
- d) o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- e) o valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período de acordo;
- f) o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período;
- g) as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques; e
- h) o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

7. Investimentos

A Permissionária deverá divulgar as seguintes informações acerca de seus investimentos:

- a) sobre políticas e práticas contábeis relativas aos investimentos;
- b) sobre práticas contábeis adotadas no Brasil e que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- c) adicionais, não indicadas nas próprias demonstrações contábeis, e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;
- d) sobre os principais critérios de avaliação, incluindo as provisões;
- e) sobre ônus reais constituídos sobre os investimentos, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.

Os investimentos devem ser demonstrados conforme seu método de avaliação:

- a) Mensurados ao valor justo;
- b) Método de equivalência patrimonial; e
- c) Método de custo.

8. Imobilizado

As Demonstrações Contábeis devem divulgar, no mínimo, para cada classe de ativo imobilizado:

- a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- b) os métodos de depreciação utilizados;
- c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e
- e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:
 - i) adições;
 - ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda;
 - iii) aquisições por meio de combinações de negócios;
 - iv) aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - vi) reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - vii) depreciações;
 - viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das Demonstrações Contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da Permissionária; e
 - ix) outras alterações.

9. Intangível

A Permissionária deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre os gerados internamente e demais ativos intangíveis.

- a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
 - i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
 - ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;
 - iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
 - vi) qualquer amortização reconhecida no período;
 - vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das Demonstrações Contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da Permissionária; e
 - viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

A Permissionária deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Permissionária também deve divulgar:

- f) em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a Concessionária deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;
- g) uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as Demonstrações Contábeis da Concessionária;
- h) em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:
 - i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos; e
 - ii) o seu valor contábil.
- i) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações; e
- j) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

A Permissionária deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período. Os custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da permissão.

10. Arrendamento Mercantil

As Permissionárias devem divulgar, os arrendamentos mercantis segregando-os entre financeiros e operacionais

10.1 Arrendamento mercantil financeiro:

- a) para cada categoria de ativo, valor contábil líquido ao final do período;
- b) conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao fim do período e seu valor presente. Além disso, a Permissionária deve divulgar o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao fim do período, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:
 - i) até um ano;
 - ii) acima de um ano e até dois anos;
 - iii) acima de dois anos e até três anos;
 - iv) acima de três anos e até quatro anos;
 - v) acima de quatro anos e até cinco anos; e

- vi) mais de cinco anos.
- c) pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período;
- d) valor, no final do período, referente ao total dos futuros pagamentos mínimos de subarrendamento mercantil que se espera sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis;
- e) descrição geral dos acordos materiais de arrendamento mercantil do arrendatário incluindo, mas não se limitando, o seguinte:
 - i) base pela qual é determinado o pagamento contingente a efetuar
 - ii) existência e condições de opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento
 - iii) restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.

10.2 Arrendamento mercantil operacional

- a) total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:
 - i) até um ano;
 - ii) acima de um ano e até dois anos;
 - iii) acima de dois anos e até três anos;
 - iv) acima de três anos e até quatro anos;
 - v) acima de quatro anos e até cinco anos; e
 - vi) mais de cinco anos.
- b) total dos pagamentos mínimos futuros de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis ao final do período;
- c) pagamentos de arrendamento mercantil e de subarrendamento mercantil reconhecidos como despesa do período, com valores separados para pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, pagamentos contingentes e pagamentos de subarrendamento mercantil;
- d) descrição geral dos acordos de arrendamento mercantil significativos do arrendatário, incluindo, mas não se limitando, o seguinte:
 - i) base pela qual é determinado o pagamento contingente
 - ii) existência e termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de reajustamento
 - iii) restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.

11. Diferido

Os valores registrados no ativo diferido, se existir, devem ser apresentados por natureza nos moldes a seguir, devendo ser sempre divulgados detalhes dos projetos relevantes, bem como os critérios para amortização:

Natureza do gasto	Custo	Amortização		Taxa de amortização
		acumulada	20X1	
			20X0	

12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Permissionária deve divulgar as seguintes informações:

- a) O valor da perda (reversão de perda) com desvalorizações reconhecidas no período, e eventuais reflexos em reservas de reavaliações;
- b) Os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da desvalorização;
- c) A relação dos itens que compõem a unidade geradora de caixa e uma descrição das razões que justifiquem a maneira como esta foi identificada.
- d) Se o valor recuperável é o valor líquido de venda, divulgar a base usada para determiná-lo e, se o valor recuperável é o valor do ativo em uso, a taxa de desconto usada nessa estimativa.

Caso a perda com a redução de valor de um ativo individual, reconhecida ou revertida no período, for material para as Demonstrações Contábeis, é necessário divulgar:

- e) os principais tipos de ativos afetados pelas Provisão para a redução de valor (ou reversões de Provisão para a redução de valor);
- f) os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda para a redução de valor;
- g) valor da perda reconhecida ou revertida no exercício/período;
- h) a possibilidade de o valor recuperável corresponder ao preço de venda líquido ou ao seu valor de uso;
- i) a base utilizada para determinar esse preço (por exemplo, se foi determinado em referência a um mercado ativo ou qualquer outra forma), se o valor recuperável é o preço de venda líquido; e
- j) se o valor recuperável é o valor de uso, as taxas de desconto utilizadas na estimativa atual ou na anterior (se for o caso) do valor de uso.

13. Fornecedores

Segregar os fornecedores entre nacionais e estrangeiros.

14. Empréstimos e financiamentos

Divulgar todas as cláusulas de compromissos assumidos relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, como, as taxas de juros, as datas de vencimento e valores, as garantias, a moeda e a forma de atualização, incluindo possível não atendimento, parcial ou total, dessas cláusulas, indicando as penalidades inerentes e o estágio de discussão com os respectivos credores, quanto às respectivas implicações.

Informar eventuais relatórios elaborados para atendimento de disposições contratuais destinados às instituições financeiras credoras e, para os casos em que estes são auditados, descrever possíveis ressalvas indicadas pelos auditores independentes.

Informar também a existência de cláusulas contratuais não atendidas, as quais tornam os saldos de empréstimos exigíveis antecipadamente, divulgando às instituições financeiras e os montantes envolvidos.

15. Tributos e contribuições sociais

Ativos e passivos fiscais relevantes devem ser apresentados em separado de outros ativos e passivos no balanço patrimonial.

Ativos e passivos de tributos diferidos devem ser apresentados em separado de ativos e passivos fiscais correntes.

Os tributos diferidos não deverão ser apresentados no ativo circulante ou passivo circulante.

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

As Empresas que realizarem registro inicial de ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, bem como a manutenção deste registro, devem divulgar:

- a) estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido, discriminadas ano a ano para os primeiros cinco anos e, a partir daí, agrupadas em períodos máximos de três anos, inclusive para a parcela do ativo fiscal diferido não registrada que ultrapassar o prazo de realização de dez anos;
- b) efeitos decorrentes de eventual alteração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido e respectivos fundamentos; e
- c) no caso de empresas recém-constituídas, ou em processo de reestruturação operacional ou reorganização societária, descrição das ações administrativas que contribuirão para a realização futura do ativo fiscal diferido.

17. Provisões

Para cada classe de provisão, a Permissionária deve divulgar:

- a) o valor contábil no início e no fim do período;
- b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- d) valores não utilizados revertidos durante o período;
- e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
- f) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
- g) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a Concessionária deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros; e
- h) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

18. Patrimônio Líquido

Divulgar:

- a) composição acionária, por classe e número de ações e, se houver, o valor nominal.
- b) alterações ocorridas no exercício na composição acionária;
- c) direitos das ações;
- d) existência de eventuais acordos de acionistas e seus principais aspectos;
- e) abertura dos saldos das reservas e critérios de constituições;
- f) reconciliação entre o valor registrado no início e no final do período dos seguintes itens (destacando o movimento de cada um):
 - i. cada classe de título de capital
 - ii. ágio na emissão de ações
 - iii. ações em tesouraria
 - iv. Ajuste de Avaliação Patrimonial
 - v. reservas, segregadas individualmente por natureza, não se limitando apenas a grupo de reservas (por exemplo, de capital, de lucros, etc.)
 - vi. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC
 - vii. Prejuízos acumulados
- g) descrição da natureza e finalidade de cada reserva, inclusive prazo de realização;

- h) número de ações emitidas e integralizadas, e emitidas e não totalmente integralizadas:
 - i. valor nominal por ação, ou que as ações não têm valor nominal
 - ii. reconciliação do número de ações em circulação no início e no final do exercício
- i) direitos, preferências e restrições relativas a cada classe de ação, incluindo restrições à distribuição de dividendos e à restituição de capital;
- j) ações possuídas pela própria Permissionária;
- k) ações reservadas para emissão devido a contratos de opções e de venda, incluindo condições e quantidade;
- l) caso a Permissionária tenha adquirido ações de sua própria emissão, a nota explicativa deverá indicar:
 - i. o objetivo ao adquirir suas próprias ações.
 - ii. a quantidade de ações adquiridas ou alienadas no curso do exercício, destacando espécies e classes.
 - iii. o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos.
 - iv. o resultado líquido das alienações ocorridas no exercício.
 - v. o valor de mercado das espécies e classes das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação, em bolsa ou balcão, anterior à data de encerramento do exercício social.
- m) a Permissionária que possuir capital autorizado deverá divulgar esse fato especificando:
 - i. o limite de aumento autorizado, em valor do capital e em número de ações, e as espécies e classes que poderão ser emitidas;
 - ii. o órgão competente para deliberar sobre as emissões (Assembléia Geral ou Conselho de Administração);
 - iii. as condições a que estiverem sujeitas as emissões;
 - iv. os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência deste direito;
 - v. opção de compra de ações, se houver, aos administradores, empregados e outros;
 - vi. devem ser divulgadas as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício social;

- n) poderão ser divulgadas em quadro analítico as subdivisões das reservas, quando sua evidenciação na demonstração das mutações do patrimônio líquido se tornar muito extensa para efeito de publicação;
- o) demonstrar o cálculo da reserva de lucros a realizar, evidenciando o montante e a natureza dos valores constituídos, o montante realizado, os parâmetros utilizados e o efeito futuro nos dividendos; e
- p) obrigações assumidas em acordos de acionistas, que possam estar ou poderão afetar as informações contábeis atuais ou futuras.

19. Receitas

A Permissionária deve divulgar as políticas contábeis adotadas para o reconhecimento das receitas, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de execução de transações que envolvam a prestação de serviço:

- a) O montante de cada categoria significativa de receita reconhecida durante o período, incluindo as receitas provenientes de:
 - i) Receita Transporte de Passageiros Internacional.
 - ii) Receita Transporte de Passageiros Interestadual.
 - iii) Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano.
 - iv) Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal.
 - v) Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semiurbano.
 - vi) Receita Transporte de Passageiros Municipal.
 - vii) Transporte de Cargas e Encomendas.
- b) A conciliação entre a receita líquida divulgada na demonstração do resultado e a receita bruta com os tributos incidentes; e
- c) As premissas utilizadas para cálculo de ajuste a valor presente e o montante do ajuste.

20. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Divulgar detalhadamente os critérios utilizados para determinação dos juros e de sua contabilização e evidenciação, as políticas adotadas para sua distribuição, o montante do Imposto de Renda incidente e seus efeitos sobre os dividendos obrigatórios.

21. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstrar a conciliação entre a alíquota efetiva e a alíquota nominal aplicadas/decorrentes da apuração desses tributos, incluindo a conciliação entre os saldos de provisão (menos os adiantamentos efetuados) indicados no Balanço Patrimonial.

Não obstante, nessa demonstração não deverão ser considerados os valores que impactaram a base de cálculo, que se referem a adições e exclusões temporárias.

22. Participação nos resultados

Divulgar eventual política de participação dos empregados no lucro do exercício, bem como a participação dos empregados nos lucros.

23. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Como cada categoria de benefícios a empregados, tem diferentes características, trataremos separadamente cada uma delas para fins de divulgação:

Benefícios pós-emprego:

Para o plano de contribuição definida, a Permissionária deve divulgar o montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida.

Para o plano de benefício definido, a Empresa deve divulgar informações que permitam aos usuários das Demonstrações Contábeis avaliarem a natureza dos seus planos de benefício definido e os efeitos financeiros de alterações nesses planos durante o período. Elas devem divulgar:

- a) política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais;
- b) descrição geral das características do plano;
- c) conciliação dos saldos de abertura e de fechamento do valor presente da obrigação de benefício definido demonstrando, separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período;
- d) análise da obrigação atuarial de benefício definido, identificando os montantes relativos a planos de benefícios sem cobertura e a planos de benefícios parcial ou totalmente cobertos;
- e) conciliação dos saldos de abertura e de fechamento do valor justo dos ativos do plano e de quaisquer direitos de reembolso reconhecidos, demonstrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período;
- f) conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial;
- g) despesa total reconhecida no resultado e a linha do balanço patrimonial na qual os mesmos foram registrados;
- h) montante total reconhecido como outros resultados abrangentes;
- i) para Permissionárias que reconhecem ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes, o montante acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes;
- j) para cada categoria principal de ativos do plano, que devem incluir, entre outros, os instrumentos patrimoniais, instrumentos de dívida, propriedade e todos os outros ativos, a percentagem ou o montante que cada categoria representa do valor justo do total de ativos do plano;
- k) os montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano;

- l) descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada do retorno dos ativos, incluindo o efeito das principais categorias de ativos;
- m) retorno real dos ativos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo;
- n) as principais premissas atuariais adotadas na data a que se referem as Demonstrações Contábeis;
- o) o efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos;
- p) os montantes para o exercício corrente e para os quatro exercícios anteriores do:
 - i) valor presente da obrigação de benefícios definidos; o valor justo dos ativos do plano; e o superávit ou déficit do plano; e
 - ii) os ajustes de experiência resultantes de:
 - passivos do plano (valor presente da obrigação de benefícios pós-emprego do plano) expressos como (1) um montante ou (2) um percentual dos passivos do plano na data a que se referem as Demonstrações Contábeis; e
 - os ativos do plano expressos como (1) um montante ou (2) um percentual dos ativos do plano na data a que se referem as Demonstrações Contábeis.
- q) a melhor estimativa do empregador, assim que se possa razoavelmente determinar, sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício que se inicia, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Contábeis.

Benefícios por desligamento:

Quando existir incerteza acerca do número de empregados que aderirão ao plano de demissão voluntária, existe um passivo contingente.

A Empresa divulga a natureza e o montante da despesa, se esta for material. Os benefícios por desligamento podem resultar em despesa que exija divulgação.

A Permissionária deve divulgar as principais diferenças eventualmente existentes entre os métodos e premissas utilizados para definição dos valores do plano de benefício definido e os apresentados pela entidade que o administra (fundo de pensão ou equivalente).

As seguintes informações devem ser divulgadas nas Demonstrações Contábeis da Permissionária patrocinadora:

- a) descrição geral das características do plano;
- b) conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, demonstrando pelo menos o seguinte:
 - i) O Valor Presente, na data do balanço, das obrigações atuariais que estejam totalmente descobertas.

- ii) O Valor Presente, na data do balanço, das obrigações atuariais (antes de deduzir o valor justo dos ativos do plano) que estejam total ou parcialmente cobertas.
 - iii) O valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - iv) O valor líquido de ganhos ou perdas atuariais não reconhecido no balanço.
 - v) O valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço.
 - vi) Qualquer valor não reconhecido como ativo em decorrência da regra estabelecida no parágrafo 49.g do pronunciamento do IBRACON aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.
- c) demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período;
- d) total da despesa reconhecida na demonstração do resultado para cada um dos seguintes itens:
- i) O custo do serviço corrente.
 - ii) O custo dos juros.
 - iii) O rendimento efetivo e o esperado sobre os ativos do plano.
 - iv) As perdas e ganhos atuariais.
 - v) O custo do serviço passado amortizado.
 - vi) O efeito de qualquer aumento, ou redução ou liquidação antecipada do plano.
- e) as principais premissas atuariais utilizadas na data do balanço, incluindo, quando aplicável:
- i) As taxas utilizadas para o desconto a valor presente da obrigação atuarial.
 - ii) As taxas de rendimento esperadas sobre os ativos do plano.
 - iii) Os índices de aumentos salariais estimados.
 - iv) Qualquer outra premissa relevante utilizada.

Os valores dos ativos e passivos relacionados aos benefícios pós-emprego, a serem realizados ou liquidados nos próximos doze meses, devem ser classificados no curto prazo.

24. Transações com partes relacionadas

Os relacionamentos entre controladora e controladas devem ser divulgados independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas.

Numa estrutura societária com múltiplos níveis de participações, uma Permissionária deve divulgar o nome da entidade controladora direta e, se for diferente, da parte controladora final. Se a entidade controladora direta e a parte controladora final não elaborarem Demonstrações Contábeis disponíveis para uso público, o nome da controladora do nível seguinte, se houver, deve também ser divulgado.

A Permissionária deve divulgar a remuneração do pessoal chave da administração no total e para cada uma das seguintes categorias: benefícios de curto prazo a empregados e administradores, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Se tiver havido transações entre partes relacionadas, a Permissionária deve divulgar a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como informações sobre as transações e saldos existentes necessárias para a compreensão do potencial efeito desse relacionamento nas Demonstrações Contábeis. Esses requisitos de

divulgação são adicionais aos referidos no item acima para divulgar a remuneração do pessoal-chave da administração. Há um mínimo de divulgações a ser feito.

As divulgações de que as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes devem ser feitas apenas se esses termos puderem ser efetivamente comprovados.

Para quaisquer transações entre partes relacionadas, faz-se necessária a divulgação das condições em que as mesmas transações foram efetuadas.

Os itens de natureza semelhante podem ser divulgados de forma agregada exceto quando divulgações separadas forem necessárias para a compreensão dos efeitos das transações com partes relacionadas nas Demonstrações Contábeis da Permissionária.

25. Instrumentos financeiros derivativos

As Concessionárias devem divulgar informações qualitativas e quantitativas relativas aos instrumentos financeiros derivativos, destacados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) política de utilização;
- b) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente a política de proteção patrimonial (hedge);
- c) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos;
- d) o valor justo de todos os derivativos contratados, os critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas significativas aplicadas na apuração do valor justo;
- e) valores registrados em contas de ativo e passivo segregados, por categoria, risco e estratégia de atuação no mercado, aqueles com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) e aqueles com o propósito de negociação.
- f) Para as empresas que optarem aplicar o CPC PME, a contabilização de instrumentos de hedge foi simplificada, considerando apenas os tipos mais comuns (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de uma commodity, do risco de uma taxa de câmbio). Os critérios para avaliação sua efetividade são menos rígidos, devendo ser realizado uma avaliação a partir do final do período contábil em questão e não necessariamente a partir do momento em que ele é considerado ineficiente.;
- f) valores agrupados por ativo, indexador de referencia, contraparte, local de negociação (bolsa ou balcão) ou de registro e faixas de vencimento, destacados os valores de referencia, de custo, justo e risco de carteira;
- h) ganhos e perdas no período, agrupados pelas principais categorias de riscos assumidos, segregados aqueles registrados no resultado e no patrimônio líquido;
- i) valores e efeito no resultado do período de operações que deixaram de ser qualificadas para a contabilidade de operações de proteção patrimonial (hedge),

bem como aqueles montantes transferidos do patrimônio líquido em decorrência do reconhecimento contábil das perdas e dos ganhos no item objeto de hedge;

- j) principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial (hedge) de fluxo de caixa, destacados os prazos para o impacto financeiro previsto;
 - l) valor e tipo de margens dadas em garantia;
 - m) razões pormenorizadas de eventuais mudanças na classificação dos instrumentos financeiros; e
6. Seguros

Divulgar as seguintes informações:

- a) a importância segurada e o valor do prêmio dos principais ativos em serviço da Permissonária;
- b) a especificação por modalidade de risco e data de vigência;
- c) as justificativas da administração para casos de ativos sem cobertura de seguros e ativos com cobertura insuficiente; e
- d) suas políticas contábeis para contratos de seguro e ativos, passivos, receitas e despesas relacionados.

28. Eventos subsequentes

- a) quando os eventos ocorridos após a data do balanço não afetam a condição de ativo ou passivo nessa data, embora tenham tido tanta importância que o fato de não divulgá-los afeta a capacidade dos usuários das demonstrações contábeis de avaliarem e de tomarem decisões adequadas, divulgar:
 - i) a natureza dos eventos.
 - ii) uma estimativa do efeito financeiro ou a declaração de que tal estimativa não é possível.
- b) se existir uma alteração significativa nas taxas de câmbio após a data do balanço, os efeitos resultantes dessa alteração de taxas devem ser divulgados em nota explicativa;
- c) divulgar a descontinuação de operações se esse evento ocorrer após a data do balanço, mas antes da autorização de emissão das Demonstrações Contábeis; e
- d) divulgar o valor dos dividendos propostos ou declarados após a data do balanço, mas antes de a emissão das Demonstrações Contábeis ter sido autorizada.

8.2 Modelos

A seguir são apresentados modelos de Relatório da Administração, Balanço Social, Demonstrações Contábeis bem como suas notas explicativas e informações complementares.

As Permissionárias deverão seguir obrigatoriamente esses modelos, exceto quando alguma divulgação não prevista se fizer necessária.

Naturalmente, esses modelos não esgotam todas as situações que requerem divulgação, mas sim aquelas mais relevantes. Portanto, os modelos apresentados devem ser considerados como guias que servirão de subsídios para a elaboração das peças de divulgação acima referidas e devem ser adaptados às particularidades específicas de cada Permissionária.

Os modelos não contemplam Demonstrações Contábeis apresentadas em moeda de capacidade aquisitiva constante (correção monetária integral). Quando ocorrer tal situação, as Permissionárias deverão inserir os dados e as informações aplicáveis nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e nos demais relatórios complementares.

8.2.1 Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas/quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 20X1, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas do balanço social, demonstração do valor adicionado - DVA e demonstração do fluxo de caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da (nome da permissionária) para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Carta do Presidente

Cenário

A (nome da permissionária) atua no segmento de transporte de passageiros, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de XX anos de existência. A (permissionária) também está presente nos setores de cargas e encomendas.

O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no Brasil, é um serviço público essencial, responsável por uma movimentação superior a 140 milhões de usuários/ano. A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT é o órgão competente pela outorga de permissão e de autorização, para a operação desses serviços, no que tange ao transporte interestadual e internacional de passageiros. Existem ainda os órgãos municipais e estaduais que regulam os transportes municipais e intermunicipais de passageiros.

O grau de importância desse serviço, conforme informação extraída do sítio da ANTT na rede mundial de computadores, pode ser medido quando se observa que o transporte rodoviário por ônibus é a principal modalidade na movimentação coletiva de usuários, nas viagens de âmbito interestadual e internacional. O serviço interestadual, em especial, é responsável por quase 95% do total dos deslocamentos realizados no País. Sua participação na economia brasileira é expressiva, assumindo um faturamento anual superior a R\$ 2,5 bilhões na prestação dos serviços regulares prestados pelas empresas permissionárias, onde são utilizados 13.400 ônibus.

Para um País com uma malha rodoviária de aproximadamente 1,8 milhões de quilômetros, sendo 146 mil asfaltados (rodovias federais e estaduais), a existência de um sólido sistema de transporte rodoviário de passageiros é vital.

Serviços regulados pelo Poder Concedente

Para efeitos de regulamentação e fiscalização, o transporte de passageiros é tratado nas três esferas de governo:

- . As prefeituras municipais cuidam do transporte urbano (dentro da cidade);
- . Os governos estaduais respondem pelas linhas intermunicipais dentro de cada estado (ligando municípios de um mesmo estado);
- . O governo federal zela pelo transporte interestadual e internacional de passageiros (transporte de um estado para outro ou que transpõe fronteiras terrestres com outros países).

Atualmente, a exploração do Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros encontra-se sob a égide da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 (alterada pelas leis 11.526/07, 22.518/07, 11.314/06 e Medidas e Provisórias 369/07 e 353/07), no que couber da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e pelas normas aprovadas em Resoluções, pela Diretoria Colegiada da ANTT.

As ações de regulação e fiscalização do setor têm caráter permanente e objetivam a adequação das rotinas e procedimentos para a efetiva operacionalização da Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, que criou a ANTT, buscando a adequada prestação do serviço público.

Receita - A receita decorrente da prestação do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no exercício, líquida do ICMS/ISSQN, importou em R\$ XX milhões, conforme quadro a seguir:

Receita	Receita líquida em R\$ mil		
	20X1	20X0	%
Internacional			
Interestadual			
Interestadual semi- urbano			
Intermunicipal			
Intermunicipal Semiurbano			
Municipal			
Total			

Número de passageiros - O número de usuários que utilizaram o serviço de transporte de passageiro em 20X1 apresentou um crescimento de XX % sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Tipo de serviço	Número de usuários		
	20X1	20X0	%
Internacional			
Interestadual			
Interestadual semi- urbano			
Intermunicipal			
Intermunicipal Semiurbano			
Municipal			
Total			

Tarifas - A tarifa convencional em dezembro de 20X1, atingiu R\$ 0,00, com aumento de XX% com relação a dezembro de 20X0. Por meio da Resolução ANTT nº XX de XX/XX/XX, a permissionária foi autorizada a efetuar o reajuste da tarifa convencional.

Tipo de serviço	Tarifa em R\$
Internacional	
Interestadual	
Interestadual Semiurbano	
Intermunicipal	
Intermunicipal Semiurbano	
Municipal	

Modelo de reajuste utilizado pelo poder permitente federal.

Composição da tarifa	Unidade	Coefficiente Básico	Preço Unitário	Custo por km	% CQT
a) Custos variáveis com a km					
1. Combustível	Litros/km				
2. Lubrificantes	Litros/km				
3. Rodagem	Pneus/km				
b) Custos variáveis com a frota					
4. Pessoal de operação	H. mês / veículos ano				
5. Peças e acessórios	% veículo / veículos ano				
6. Pessoal manutenção	H. mês / veículos ano				
c) Depreciação					
7. Veículos	% veículo s/pneus / veículos ano				
8. Outros Ativos	% veículo s/pneus / veículos ano				
d) Administração					
9. Pessoal de vendas	H. mês / veículos ano				
10. Despesas Gerais	% veículo / veículos ano				
11. Serviço de terceiros	% veículo / veículos ano				
e) Remuneração					
12. Veículos	% veículo / veículos ano				
13. Outros Ativos	% veículo / veículos ano				
Subtotal – CQT					
Total	-	CQP	=		
$CQT \cdot (1 + PER/100) \cdot (1 - FRE/100)$					

Parâmetros Operacionais		Custo por Passageiro * km
PMA (Percurso médio anual)	133.673 km/veic. ano	CT = CQP / (LOT*IAP)
LOT (Lotação)	46 Lugares	PPF
IAP (Índice de aproveitamento de passageiro)	61% LOT	CC = CT + PPF
FRE (Fator redutor por encomenda)	1,16% CQT	Coeficiente Atual Vigente
PIS	0,65% CT	Reajuste Alinhamento:
SRC (Seguro de responsabilidade civil)	0,67% CT	Reajuste Aprovado:
COFINS	3% CT	Coeficiente Aprovado
PPF	$CT * ((100 / ((100 - (Pis + COFINS + SRC))) - 1))$	Defasagem
CC	Coeficiente Calculado	
Percurso Morto	0 % CQT	

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.).

Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a permissionária opera é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos usuários.

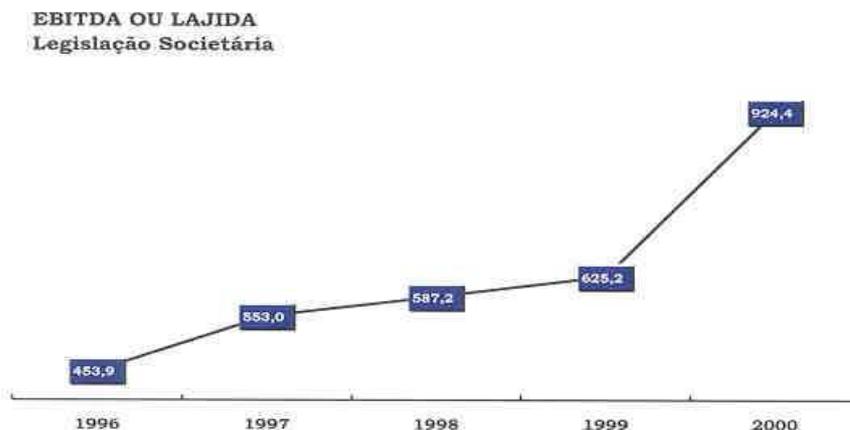
Para tanto, as permissionárias vêm adotando a estratégia para oferecer aos seus usuários mais alternativas de produtos e serviços, tais como serviços de transporte de encomenda e cargas. Graças a essa estratégia, estas permissionárias já podem ser consideradas empresas de multi-serviços.

Desempenho econômico-financeiro

Em 20X1, o Lucro Líquido foi de R\$ XX milhões, contra R\$ XX milhões em 20X0, um crescimento de XX%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ XX milhões, enquanto em 20X0 situou-se em R\$ XX milhões. Esse aumento de XX % resulta da evolução nas vendas de passagens para os usuários dos serviços de transporte em XX% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 20X1 foi de XX%.

Os Custos Operacionais totalizaram em 20X1 R\$ XX milhões, XX% superiores em relação a 20X0. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de XX% contra XX% em 20X0.

O EBITDA ou LAJIDA, Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização foi de R\$ XX milhões, superior em XX% a 20XX, que foi de R\$ XX milhões, conforme evolução abaixo:

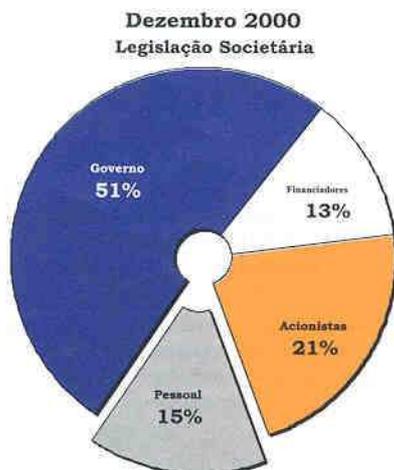


Investimentos: Em 20X1, os investimentos das permissionárias, importaram em R\$ XX milhões, XX% inferiores/superiores em relação a 20X0, conforme a seguir:

	Investimentos - R\$ milhões		
	20X1	20X0	%
Investimento em infra-estrutura Investimentos em ativos operacionais	_____	_____	_____
Total	_____	_____	_____

Captações de Recursos: Para viabilizar os investimentos e aquisição de ativos operacionais, a permissionária captou um total de R\$ XX milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas, e

Valor Adicionado: Em 20X1, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ XX milhões, representando XX% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Entretanto, a permissionária optou por pagar Juros sobre Capital Próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. No exercício de 20X1, a permissionária pagou a título de Juros sobre Capital Próprio o montante de R\$...... (R\$......em 20X0).

Gestão

Planejamento Empresarial: O êxito que as permissionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transporte se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos das permissionárias vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curtos e médios prazos.

Gestão pela Qualidade Total: Em 20X1, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, “5S” e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos: Em 20X1 a permissionária investiu R\$ XX milhões em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Permissionária em Números

Tabela 1 - Transporte Interestadual	
Dados anuais e por empresa	Unidade de medida ou comentário
Produção	
Número de passageiros por quilômetros transportados	
Número de assentos oferecidos por quilômetros	
Distância das estradas	Quilômetros
Congestionamento médio	Algum índice que indique se a estrada é urbana, suburbana ou interurbana
Fator trabalho	
Número de motoristas	
Número de funcionários da manutenção	
Despesas com motoristas	
Despesas com pessoal de manutenção	
Fator capital	
Despesas de depreciação	Regra de amortização empregada
Ativo líquido	
Ativo bruto	
Série histórica dos investimentos	Em unidades físicas e monetárias
Custo de oportunidade do capital	
Número de ônibus empregados	Por tamanho (capacidade de assentos)
Idade média dos ônibus	Por tamanho (capacidade de assentos)
Valor de substituição dos ativos	
Fatores intermediários	
Despesas em administração	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Materiais (pneus, lubrificantes etc.)	Em valores monetários
combustíveis	Em litros e em valores monetários
Despesas em manutenção	Em valores monetários

Balanço Social

	20x1			20x0		
1 - Base de cálculo						
Faturamento bruto						
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta(FPB)						
Folha de pagamento bruta - Total remunerações						
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços						
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e Saude no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento provissional						
Creches ou auxílio creche						
Participação os lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores sociais externos						
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total de contribuições à sociedade						
Tributos (Exceto encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						

4 - Indicadores ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da
Permissionária:

Investimentos em programas e/ou projetos externos:

Total de investimentos em meio ambiente

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar
resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar
a eficácia na utilização de recursos, a Permissionária:

- Não possui metas
- Cumpre de 0 a 50%
- Cumpre de 50 a 75%
- Cumpre de 75 a 100%

- Não possuía metas
- Cumpriu de 0 a 50%
- Cumpriu de 50 a 75%
- Cumpriu de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período

Tempo de serviço

% até seis meses

% até seis meses

% de seis meses a um ano

% de seis meses a um
ano

% entre um e dois anos

% entre um e dois anos

% Entre dois e cinco anos

% Entre dois e cinco anos

% mais de cinco anos

% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período

Nº de demissões durante o período

Nº de colaboradores terceirizados

Nº de estagiários (as)

Nº de colaboradores com até 18 anos

Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos

Nº de colaboradores acima de 45 anos

Nº de mulheres que trabalham na Permissionária

% de cargos gerenciais ocupados por mulheres

Remuneração paga a mulheres no período

Nº de negros (as) que trabalham na Permissionária

% de cargos gerenciais ocupados por negros

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais

Total de horas extras trabalhadas

Total de horas extras pagas

Total de INSS pagos

Total de FGTS pago

Total de Contribuição Sincidental paga

Total dos demais encargos sociais pagos

Total de ICMS recolhidos no período

Total de IR recolhido no período

Total de CSLL recolhido no período

Total de PIS recolhidos no período

Total de COFINS recolhidos no período

Total de outros tributos recolhidos no período

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Permissionária

Número total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Permissionária:

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Permissionária:

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

% de reclamações e críticas solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir

Distribuição do Valor Adicionado

- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- todos + CIPA
- não se envolve
- segue as normas da OIT
- incentiva as normas da OIT
- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- não são considerados
- são sugeridos
- são exigidos
- não se envolve
- apóia
- organiza e incentiva
- XX% na Permissionária
- XX% no PROCON
- XX% na Justiça

- XX% governo
- XX% acionistas
- XX% colaboradores
- XX% terceiros
- XX% retido

- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- todos + CIPA
- não se envolve
- segue as normas da OIT
- incentiva as normas da OIT
- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- direção
- direção e gerencias
- todos os colaboradores
- não são considerados
- são sugeridos
- são exigidos
- não se envolve
- ()
- apóia
- organiza e incentiva
- XX% na Permissionária
- XX% no PROCON
- XX% na Justiça

- XX% governo
- XX% acionistas
- XX% colaboradores
- XX% terceiros
- XX% retido

Demais assuntos

Além dos assuntos tratados anteriormente, a Permissionária poderá abordar outros no relatório da Administração, como:

- programas sociais apoiados pela Permissionária; e
- totais de gastos realizados com a recuperação e manutenção da frota.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Local, data.

A Administração.

8.2.2 Demonstrações Contábeis

8.2.2.1 Balanço Patrimonial

Nome da Permissionária
CNPJ nº 00.000.000/0000-00
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0

Ativo	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 8)				
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)				
Clientes e operações a receber (Nota 11)				
Estoques (Nota 12)				
Tributos a Recuperar				
Despesas antecipadas				
Adiantamentos				
Outros créditos				
Impostos a recuperar				
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda (Nota 13)				
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Clientes e operações a receber (Nota 12)				
Impostos diferidos				
Depósitos judiciais				
Despesas antecipadas				
Outros créditos e valores				
Instrumentos financeiros (Nota 5)				
Partes relacionadas (Nota 39)				
Investimentos (Nota 14)				
Intagível (Nota 15)				
Imobilizado (Nota 16)				
Diferido				

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

Observação: as subcontas que compõem cada rubrica do Balanço Patrimonial estão listadas no item 8.2.2.7 do Manual.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Nome da Permissionária
 CNPJ nº 00.000.000/000-00
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
 (valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores (Nota 17)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)				
Salários e encargos sociais				
Impostos a recolher				
Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 32)				
Verba de fiscalização				
Outros passivos				
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Não Circulante				
Fornecedores (Nota 17)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)				
Provisão para contingência (Nota 19)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)				
Obrigações e benefícios de aposentadoria (Nota 21)				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				
Outros passivos				
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 22)				
Reserva legal (Nota 22)				
Reserva de lucros (Nota 22)				
Ações em tesouraria				
Adiantamento para futuro Aumento de Capital				
Prejuízos acumulados				
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 23)				
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

 Assinatura do Contador (Nº CRC)

 Assinatura do Diretor Financeiro

Observação: as subcontas que compõem cada rubrica do Balanço Patrimonial estão listadas no item 8.2.2.7 do Manual.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8.2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Nome da Permissionária
CNPJ nº 00.000.000/0000-00
Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
(valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>	<u>20X1</u>	<u>20x0</u>
Operações				
Receitas (Nota 26)				
Custos (Nota 27)				
Lucro bruto				
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas				
Honorários dos administradores				
Outras receitas e despesas operacionais líquidas (Nota 29)				
Outros ganhos (perdas), líquidos (Nota 28)				
Participação nos lucros (prejuízos) de subsidiárias				
Lucro operacional				
Receitas financeiras (Nota 31)				
Despesas financeiras (Nota 31)				
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas (Nota 31)				
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social (Nota 32)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (Nota34)				

Assinatura do Contador (Nº do CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

Observação: as subcontas que compõem cada rubrica da Demonstração do Resultado do Exercício estão listadas no item 8.2.2.7 do Manual.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8.2.2.3 Demonstração do Resultado Abrangente

Nome da Permissionária
CNPJ nº 00.000.000/0000-00
Demonstração do Resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de
20X1 e 20X0
(valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Lucro líquido do exercício	_____	_____	_____	_____
Outros componentes do resultado abrangente				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Participação no resultado abrangente das coligadas				
Participação no resultado abrangente das subsidiárias				
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria				
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa				
<i>Hedge</i> de investimento líquido				
	_____	_____	_____	_____
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	_____	_____	_____	_____
Total do resultado abrangente do exercício	=====	=====	=====	=====
Atribuível				
Acionistas da Empresa				
Participação dos não controladores	_____	_____	_____	_____
	=====	=====	=====	=====

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados em Nota.

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8.2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nome da Permissionária
CNPJ nº 00.000.000/0000-00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
(valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
Em 31 de dezembro de 20X0								
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício								
Reflexos de subsidiárias e coligadas								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Compartilhamento de outros resultados abrangentes de coligadas								
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria								
Hedges de fluxo de caixa, líquidos dos impostos								
Hedge de investimento líquido								
Variação cambial de investidas localizadas no exterior								
Total do resultado abrangente do período								
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Plano de opção de ações dos empregados								
Valor dos serviços dos empregados								
Lucro das ações emitidas								
Crédito fiscal relativo aos planos de opção de ações								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos e juros sobre capital próprio								
Subscrição de capital								
Transferência entre reservas								
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Em 31 de dezembro de 20X1								

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

8.2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nome da Permissionária
 CNPJ nº 00.000.000/0000-00
 Demonstração dos fluxos de caixa
 em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
 (valores expressos em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e CSLL				
Ajustes por:				
Depreciação e Amortização				
Perda cambial				
Resultado de equivalência patrimonial				
Despesas de juros				
contas a receber de clientes e outros				
Aumento de tributos a recuperar				
Diminuição nos estoques				
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores				
Caixa gerado pelas operações	_____	_____	_____	_____
Juros pagos				
Imposto de renda e contribuição social pagos				
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos				
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>	_____	_____	_____	_____
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição				
Compra de ativo imobilizado				
Recebimento pela venda de equipamento				
Juros recebidos				
Dividendos recebidos				
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>	_____	_____	_____	_____
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimento pela emissão de ações				
Recebimento por empréstimos a longo prazo				
Pagamento de passivo por arrendamento				
Dividendos pagos				
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>	_____	_____	_____	_____
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	_____	_____	_____	_____
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	_____	_____	_____	_____
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	_____	_____	_____	_____

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto

	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes				
Pagamentos a fornecedores e empregados				
Caixa gerado pelas operações				
Resultado de equivalência patrimonial				
Juros pagos				
Imposto de renda e contribuição social pagos				
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos				
<i>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</i>	_____	_____	_____	_____
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição				
Compra de ativo imobilizado				
Recebimento pela venda de equipamento				
Juros recebidos				
Dividendos recebidos				
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</i>	_____	_____	_____	_____
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimento pela emissão de ações				
Recebimento por empréstimos a longo prazo				
Pagamento de passivo por arrendamento				
Dividendos pagos				
<i>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</i>	_____	_____	_____	_____
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	_____	_____	_____	_____
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	_____	_____	_____	_____
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	_____	_____	_____	_____

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8.2.2.6 Demonstrações do Valor Adicionado

Nome da Permissionária
CNPJ nº 00.000.000/0000-00
Demonstrações do valor adicionado
em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
(valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	20X1	20X0	20X1	20X0
1 - Receitas				
1.1) Receita bruta dos serviços prestados				
1.2) Outras receitas				
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui valores dos impostos – ICMS, PIS e COFINS)				
2.1) Custos dos serviços prestados				
2.2) Material, energia e serviços de terceiros				
2.3) Combustíveis				
2.4) Perda/recuperação de valores ativos				
2.5) Outras (especificar)				
3 - Valor adicionado bruto (1-2)				
4 - Depreciação e amortização				
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)				
6 - Valor adicionado transferido				
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial				
6.2) Receitas Financeiras				
6.3) Outras				
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)				
8 - Distribuição do valor adicionado (*)				
8.1) Pessoal				
8.1.1 – Remuneração direta				
8.1.2 – Benefícios				
8.1.3 – F.G.T.S				
8.2) Impostos, taxas e contribuições				
8.2.1 – Federais				
8.2.2 – Estaduais				
8.2.3 – Municipais				
8.3) Remuneração de capitais de terceiros				
8.3.1 – Juros				
8.3.2 – Aluguéis				
8.3.3 – Outras				
8.4) Remuneração de capitais próprios				
8.4.1 – Juros sobre o capital próprio				
8.4.2 – Dividendos				
8.4.3 – Lucros retidos / prejuízo do exercício				
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)				

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Assinatura do Contador (Nº CRC)

Assinatura do Diretor Financeiro

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

8.2.2.7 Composição das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício

Classificação: Caixa e Equivalentes de Caixa

Código	Título
1.1.1.01.01	Numerário em Caixa
1.1.1.01.02	Numerário em Trânsito
1.1.1.01.03	Banco Conta Movimento
1.1.1.01.04	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

Classificação: Clientes e Operações a Receber

Código	Título
1.1.2.01.01	Clientes
1.1.2.02.01	Operações a Receber
1.1.2.99.01	(-) Ajuste a Valor Presente
1.1.2.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Adiantamento

Código	Título
1.1.3.01.01	Adiantamentos a Terceiros
1.1.3.02.01	Adiantamentos a Funcionários
1.1.3.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Impostos a Recuperar

Código	Título
1.1.3.03.01	Imposto de Renda
1.1.3.03.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
1.1.3.03.03	PIS a Recuperar
1.1.3.03.04	COFINS a Recuperar
1.1.3.03.05	INSS a Recuperar
1.1.3.03.06	Outros Tributos a Recuperar
1.1.3.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Outros Créditos

Código	Título
1.1.3.04.01	Bens Destinados a Venda
1.1.3.05.01	Valores e Créditos Vinculados
1.1.3.06.01	Créditos de Participações Societárias
1.1.3.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Partes Relacionadas

Código	Título
1.1.3.07.01	Transações com Partes Relacionadas
1.1.3.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Estoques

Código	Título
1.1.5.01.01	Almoxarifado
1.1.5.02.01	Adiantamentos a Fornecedores para Estoques
1.1.5.03.01	Estoque / Materiais em Poder de Terceiros
1.1.5.05.01	(-) Ajuste a valor presente em Estoques

Classificação: Despesas Antecipadas

Código	Título
1.1.6.01.01	Despesas Antecipadas

Classificação: Ativos Financeiros ao Valor Justo Por meio do Resultado

Código	Título
1.1.7.01.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo Por meio do Resultado
1.1.7.01.99	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Instrumentos Financeiros Derivativos

Código	Título
1.1.7.01.02	Instrumentos Financeiros Derivativos
1.1.7.01.99	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Código	Título
1.1.7.01.03	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda
1.1.7.01.99	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Código	Título
1.1.7.01.04	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento
1.1.7.01.99	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Clientes e Operações a Receber - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.01.01	Clientes
1.2.1.01.02	Operações a Receber
1.2.1.99.01	(-) Ajuste a Valor Presente
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Impostos Diferidos

Código	Título
1.2.1.02.01	Imposto de Renda e Contribuição Social
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Impostos e Contribuições a Recuperar - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.02.02	Demais Tributos a Recuperar
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Outros créditos e valores - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.03.01	Aplicações em Incentivos Fiscais
1.2.1.07.01	Créditos de Consócios e Arrendamento Mercantil
1.2.1.08.01	Outros Créditos
1.2.1.99.01	(-) Ajuste a Valor Presente
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Depósitos Judiciais - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.04.01	Depósitos Judiciais
1.2.1.04.02	Bloqueios Judiciais
1.2.1.04.03	Depósitos Cauçionados
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Partes Relacionadas - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.05.01	Transações com Partes Relacionadas
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Investimentos

Código	Título
1.2.1.06.01	Adiantamento para Futuro Investimento em Outras Sociedades
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Despesas Antecipadas - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.09.01	Despesas Antecipadas de Longo Prazo
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Instrumentos Financeiros Derivativos- Não Circulante

Código	Título
1.2.1.10.01	Instrumentos Financeiros Derivativos
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.11.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento - Não Circulante

Código	Título
1.2.1.12.01	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento
1.2.1.99.02	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Investimentos

Código	Título
1.2.2.01.01	Participações Avaliadas pelo MEP – Método de Equivalência Patrimonial
1.2.2.01.02	Participações Avaliadas pelo Custo
1.2.2.01.03	Participações Avaliadas ao Valor Justo
1.2.2.01.99	(-) Redução ao Valor Recuperável
1.2.2.02.01	Incentivos Fiscais
1.2.2.03.01	Outros Investimentos Permanentes

Classificação: Imobilizado

Código	Título
1.2.3.01.01	Bens Imóveis
1.2.3.01.02	Veículos

Classificação: Imobilizado

Código	Título
1.2.3.01.03	Outros Bens de Uso
1.2.3.02.01	Bens Imóveis - Reavaliados
1.2.3.02.02	Veículos - Reavaliados
1.2.3.02.03	Outros Bens de Uso - Reavaliados
1.2.3.03.01	Imobilizações em Andamento
1.2.3.04.01	Estoques - Imobilizado
1.2.3.99.01	(-) Bens em Operação
1.2.3.99.02	(-) Bens em Operação - Reavaliados
1.2.3.99.03	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Intangível

Código	Título
1.2.4.01.01	Ativo Intangível
1.2.4.02.01	Ativo Intangível – Reavaliados
1.2.4.99.01	(-) Amortização Acumulada Ativo Intangível
1.2.4.99.02	(-) Amortização Acumulada Ativo Intangível - Reavaliados
1.2.4.99.03	(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Diferido

Código	Título
1.2.5.01.01	Despesas de Organização e Reorganização
1.2.5.99.01	(-) Despesas de Organização e Reorganização

Classificação: Ativos Não Circulante Mantidos para Venda

Código	Título
1.2.6.01.01	Ativos Não Circulante Mantidos para Venda
1.2.6.01.99	(-) Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Empréstimos e Financiamentos

Código	Título
2.1.1.01.01	Empréstimos e Financiamentos
2.1.1.02.01	Obrigações com Outras Instituições

Classificação: Fornecedores

Código	Título
2.1.2.01.01	Fornecedores
2.1.2.02.01	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Classificação: Impostos a Recolher

Código	Título
2.1.3.01.01	Tributos Federais
2.1.3.01.02	Retenções Tributárias e Previdenciárias a Recolher
2.1.3.02.01	Tributos Estaduais
2.1.3.03.01	Tributos Municipais
2.1.3.04.01	Programas de Refinanciamentos Fiscais e Previdenciários
2.1.3.05.01	Outros Impostos e Taxas a Recolher

Classificação: Salários e Encargos Sociais

Código	Título
2.1.4.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Classificação: Outros Passivos

Código	Título
2.1.5.01.01	Recebimentos Antecipados
2.1.5.02.01	Contas a Pagar
2.1.5.03.01	Comissões de Terceiros a Pagar
2.1.5.04.01	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente
2.1.5.05.01	Cheques a Compensar
2.1.5.06.01	Retenções Contratuais a Pagar
2.1.5.07.01	Arrendamento Mercantil Operacional
2.1.5.08.01	Outras Obrigações
2.1.5.10.01	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Classificação: Instrumentos Financeiros Derivativos

Código	Título
2.1.5.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos

Classificação: Outros Passivos

Código	Título
2.1.6.01.01	Dividendos e Distribuição de Lucros a Pagar / Juros Sobre Capital Próprio a Pagar

Classificação: Partes Relacionadas

Código	Título
2.1.7.01.01	Transações com Coligadas, Controladas, Ligadas e Outras Obrigações

Classificação: Salários e Encargos Sociais

Código	Título
2.1.8.01.01	Provisões

Classificação: Outros Passivos

Código	Título
2.1.9.01.01	Valores de Terceiros Arrecadados
2.1.9.01.02	Taxa de Embarque
2.1.9.01.03	Pedágio
2.1.9.01.04	Seguro Facultativo

Classificação: Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.01.01	Empréstimos e Financiamentos
2.2.1.01.02	Obrigações com Outras Instituições

Classificação: Fornecedores - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.02.01	Fornecedores
2.2.1.10.01	(-) AVP - Encargos Financeiros a Transcorrer

Classificação: Partes Relacionadas - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.03.01	Transações com Coligadas, Controladas, Ligadas e Outras Obrigações

Classificação: Outros Passivos - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.04.01	Obrigações Fiscais ou Previdenciárias
2.2.1.05.01	Obrigações com Agência Reguladora e Poder Concedente
2.2.1.06.01	Retenções Contratuais

Classificação: Provisão para Contingência - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.07.01	Provisões para Impostos Diferidos
2.2.1.07.02	Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes

Classificação: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Código	Título
2.2.1.08.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Classificação: Instrumentos Financeiros Derivativos - Não Circulante

Código	Título
2.2.1.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos

Classificação: Capital Social

Código	Título
2.4.1.01.01	Capital Social
2.4.1.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações

Classificação: Reservas de Capital

Código	Título
2.4.2.01.01	Reservas de Capital

Classificação: Reservas de Lucros

Código	Título
2.4.4.01.01	Reservas de Lucros

Classificação: Prejuízos Acumulados

Código	Título
2.4.5.01.01	Prejuízos Acumulados

Classificação: Ajuste de Avaliação Patrimonial

Código	Título
2.4.6.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial
2.4.6.01.02	Reservas de Reavaliação

Classificação: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Código	Título
2.4.7.01.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Classificação: Receitas

Código	Título
3.1.1.01.01	Receita Transporte de Passageiros Internacional
3.1.1.02.01	Receita Transporte de Passageiros Interestadual

Classificação: Receitas

Código	Título
3.1.1.03.01	Receita Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano
3.1.1.04.01	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal
3.1.1.05.01	Receita Transporte de Passageiros Intermunicipal Semiurbano
3.1.1.06.01	Receita Transporte de Passageiros Municipal
3.1.2.01.01	Fretamento Contínuo
3.1.2.02.01	Fretamento Turismo
3.1.2.03.01	Transporte de Encomendas
3.1.2.04.01	Excesso de Bagagem
3.1.2.05.01	Transporte de Cargas
3.1.2.06.01	Administração de Terminais
3.1.2.07.01	Publicidade em Veículos
3.1.2.08.01	Outras Receitas Vinculadas à Exploração dos Serviços
3.1.3.01.01	(-) Ajuste a Valor Presente Receitas
3.2.1.01.01	(-) Devoluções
3.2.2.01.01	(-) Impostos, Taxas e Contribuições sobre os Serviços

Classificação: Custos

Código	Título
4.1.1.01.01	Remunerações
4.1.1.01.02	Encargos Sociais
4.1.1.01.03	Benefícios
4.1.1.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.1.02.01	Remunerações
4.1.1.02.02	Encargos Sociais
4.1.1.02.03	Benefícios
4.1.1.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.1.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.1.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.1.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.1.03.04	Legalização de Veículos
4.1.1.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.1.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.1.04.02	Locações
4.1.1.05.01	Custos com Acidentes
4.1.1.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.1.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.1.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.1.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.2.01.01	Remunerações

Classificação: Custos

Código	Título
4.1.2.01.02	Encargos Sociais
4.1.2.01.03	Benefícios
4.1.2.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.2.02.01	Remunerações
4.1.2.02.02	Encargos Sociais
4.1.2.02.03	Benefícios
4.1.2.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.2.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.2.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.2.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.2.03.04	Legalização de Veículos
4.1.2.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.2.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.2.04.02	Locações
4.1.2.05.01	Custos com Acidentes
4.1.2.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.2.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.2.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.2.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.3.01.01	Remunerações
4.1.3.01.02	Encargos Sociais
4.1.3.01.03	Benefícios
4.1.3.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.3.02.01	Remunerações
4.1.3.02.02	Encargos Sociais
4.1.3.02.03	Benefícios
4.1.3.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.3.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.3.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.3.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.3.03.04	Legalização de Veículos
4.1.3.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.3.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.3.04.02	Locações
4.1.3.05.01	Custos com Acidentes
4.1.3.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.3.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.3.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.3.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.4.01.01	Remunerações
4.1.4.01.02	Encargos Sociais

4.1.4.01.03 Benefícios

Classificação: Custos

Código	Título
4.1.4.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.4.02.01	Remunerações
4.1.4.02.02	Encargos Sociais
4.1.4.02.03	Benefícios
4.1.4.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.4.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.4.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.4.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.4.03.04	Legalização de Veículos
4.1.4.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.4.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.4.04.02	Locações
4.1.4.05.01	Custos com Acidentes
4.1.4.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.4.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.4.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.4.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.5.01.01	Remunerações
4.1.5.01.02	Encargos Sociais
4.1.5.01.03	Benefícios
4.1.5.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.5.02.01	Remunerações
4.1.5.02.02	Encargos Sociais
4.1.5.02.03	Benefícios
4.1.5.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.5.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.5.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.5.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.5.03.04	Legalização de Veículos
4.1.5.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.5.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.5.04.02	Locações
4.1.5.05.01	Custos com Acidentes
4.1.5.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.5.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.5.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.5.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.6.01.01	Remunerações
4.1.6.01.02	Encargos Sociais
4.1.6.01.03	Benefícios
4.1.6.01.04	Outros Custos com Pessoal

4.1.6.02.01 Remunerações

Classificação: Custos

Código	Título
4.1.6.02.02	Encargos Sociais
4.1.6.02.03	Benefícios
4.1.6.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.6.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.6.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.6.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.6.03.04	Legalização de Veículos
4.1.6.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.6.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.6.04.02	Locações
4.1.6.05.01	Custos com Acidentes
4.1.6.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.6.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.6.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.6.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.7.01.01	Remunerações
4.1.7.01.02	Encargos Sociais
4.1.7.01.03	Benefícios
4.1.7.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.7.02.01	Remunerações
4.1.7.02.02	Encargos Sociais
4.1.7.02.03	Benefícios
4.1.7.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.7.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.7.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.7.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.7.03.04	Legalização de Veículos
4.1.7.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.7.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.7.04.02	Locações
4.1.7.05.01	Custos com Acidentes
4.1.7.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.7.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.7.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.7.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.1.8.01.01	Remunerações
4.1.8.01.02	Encargos Sociais
4.1.8.01.03	Benefícios
4.1.8.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.8.02.01	Remunerações
4.1.8.02.02	Encargos Sociais

4.1.8.02.03 Benefícios

Classificação: Custos

Código	Título
4.1.8.02.04	Outros Custos com Pessoal
4.1.8.03.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.1.8.03.02	Pneus e Materiais de Rodagem
4.1.8.03.03	Materiais e Serviços para Conservação
4.1.8.03.04	Legalização de Veículos
4.1.8.03.05	Outros Custos com Veículos
4.1.8.04.01	Arrendamento Mercantil
4.1.8.04.02	Locações
4.1.8.05.01	Custos com Acidentes
4.1.8.05.02	Outros Custos Operacionais
4.1.8.06.01	Depreciação de Bens de Uso da Operação
4.1.8.06.02	Custos com Amortização - Intangível
4.1.8.06.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.1.01.01	Remunerações
4.2.1.01.02	Encargos Sociais
4.2.1.01.03	Benefícios
4.2.1.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.1.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.1.02.02	Rodagem
4.2.1.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.1.02.04	Legalização de Veículos
4.2.1.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.1.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.1.03.02	Locações
4.2.1.04.01	Custos com Acidentes
4.2.1.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.1.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.1.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.1.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.2.01.01	Remunerações
4.2.2.01.02	Encargos Sociais
4.2.2.01.03	Benefícios
4.2.2.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.2.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.2.02.02	Rodagem
4.2.2.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.2.02.04	Legalização de Veículos
4.2.2.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.2.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.2.03.02	Locações

Classificação: Custos

Código	Título
4.2.2.04.01	Custos com Acidentes
4.2.2.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.2.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.2.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.2.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.3.01.01	Remunerações
4.2.3.01.02	Encargos Sociais
4.2.3.01.03	Benefícios
4.2.3.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.3.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.3.02.02	Rodagem
4.2.3.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.3.02.04	Legalização de Veículos
4.2.3.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.3.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.3.03.02	Locações
4.2.3.04.01	Custos com Acidentes
4.2.3.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.3.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.3.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.3.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.4.01.01	Remunerações
4.2.4.01.02	Encargos Sociais
4.2.4.01.03	Benefícios
4.2.4.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.4.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.4.02.02	Rodagem
4.2.4.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.4.02.04	Legalização de Veículos
4.2.4.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.4.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.4.03.02	Locações
4.2.4.04.01	Custos com Acidentes
4.2.4.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.4.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.4.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.4.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.5.01.01	Remunerações
4.2.5.01.02	Encargos Sociais
4.2.5.01.03	Benefícios
4.2.5.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.5.02.01	Combustíveis e Lubrificantes

Código	Título
4.2.5.02.02	Rodagem
4.2.5.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.5.02.04	Legalização de Veículos
4.2.5.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.5.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.5.03.02	Locações
4.2.5.04.01	Custos com Acidentes
4.2.5.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.5.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.5.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.5.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.6.01.01	Remunerações
4.2.6.01.02	Encargos Sociais
4.2.6.01.03	Benefícios
4.2.6.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.6.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.6.02.02	Rodagem
4.2.6.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.6.02.04	Legalização de Veículos
4.2.6.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.6.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.6.03.02	Locações
4.2.6.04.01	Custos com Acidentes
4.2.6.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.6.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.6.05.02	Custos com Amortização - Intangível
4.2.6.05.03	Custos com Amortização - Diferido
4.2.7.01.01	Remunerações
4.2.7.01.02	Encargos Sociais
4.2.7.01.03	Benefícios
4.2.7.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.7.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.7.02.02	Rodagem
4.2.7.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.7.02.04	Legalização de Veículos
4.2.7.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.7.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.7.03.02	Locações
4.2.7.04.01	Custos com Acidentes
4.2.7.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.7.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.7.05.02	Custos com Amortização – Intangível

Classificação: Custos

Código	Título
4.2.7.05.03	Custos com Amortização – Diferido
4.2.8.01.01	Remunerações
4.2.8.01.02	Encargos Sociais
4.2.8.01.03	Benefícios
4.2.8.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.2.8.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.2.8.02.02	Rodagem
4.2.8.02.03	Manutenção de Veículos
4.2.8.02.04	Legalização de Veículos
4.2.8.02.05	Outras Custos com Veículos
4.2.8.03.01	Arrendamento Mercantil
4.2.8.03.02	Locações
4.2.8.04.01	Custos com Acidentes
4.2.8.04.02	Outros Custos Operacionais
4.2.8.05.01	Depreciação de Bens de Uso de Manutenção
4.2.8.05.02	Custos com Amortização – Intangível
4.2.8.05.03	Custos com Amortização – Diferido
4.3.1.01.01	Remunerações
4.3.1.01.02	Encargos Sociais
4.3.1.01.03	Benefícios
4.3.1.01.04	Outros Custos com Pessoal
4.3.1.02.01	Combustíveis e Lubrificantes
4.3.1.02.02	Rodagem
4.3.1.02.03	Manutenção de Veículos de Apoio
4.3.1.02.04	Legalização de Veículos
4.3.1.02.05	Outras Custos com Veículos
4.3.1.03.01	Arrendamento Mercantil
4.3.1.03.02	Locações
4.3.1.04.01	Custos com Acidentes
4.3.1.04.02	Outros Custos Operacionais
4.3.1.05.01	Depreciação de Bens de Uso da Administração de Terminais
4.3.1.05.02	Custos com Amortização – Intangível
4.3.1.05.03	Custos com Amortização – Diferido

Classificação: Despesas Comerciais

Código	Título
5.1.1.01.01	Remunerações
5.1.1.01.02	Encargos Sociais
5.1.1.01.03	Benefícios
5.1.1.01.04	Outras Despesas com Pessoal

5.1.1.02.01 Despesas com Vendas de Passagens e Agências
Classificação: Despesas Comerciais

Código	Título
5.1.1.03.01	Despesas com Conservação de Bens e Instalações
5.1.1.04.01	Despesas com Veículos de Apoio
5.1.1.05.01	Serviços de Terceiros
5.1.1.06.01	Utilidades e Serviços Públicos
5.1.1.07.01	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens
5.1.1.07.02	Propaganda e Publicidade
5.1.1.07.03	Demais Despesas Comerciais
5.1.1.08.01	Depreciação de Bens de Uso
5.1.1.08.02	Despesas com Amortização - Intangível

Código	Título
5.1.1.08.03	Despesas com Amortização - Diferido
5.1.2.02.01	Despesas com Vendas de Passagens e Agências

Classificação: Despesas Gerais e Administrativas

Código	Título
5.1.2.01.01	Remunerações
5.1.2.01.02	Encargos Sociais
5.1.2.01.03	Benefícios
5.1.2.01.04	Outras Despesas com Pessoal
5.1.2.03.01	Despesas com Conservação de Bens e Instalações
5.1.2.04.01	Despesas com Veículos de Apoio
5.1.2.05.01	Serviços de Terceiros
5.1.2.06.01	Utilidades e Serviços Públicos
5.1.2.07.01	Arrendamento Mercantil e Locação de Bens
5.1.2.07.02	Propaganda e Publicidade
5.1.2.07.03	Demais Despesas Administrativas
5.1.2.08.01	Depreciação de Bens de Uso
5.1.2.08.02	Amortização - Intangível
5.1.2.08.03	Amortização - Diferido

Classificação: Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

Código	Título
5.1.3.01.01	Outras Receitas Operacionais
5.1.3.02.01	Despesas Tributárias
5.1.3.02.02	Demais Despesas Operacionais
5.1.3.02.03	Despesas Operacionais - Indedutíveis
5.1.3.02.04	Ganhos/Perdas de Capital nos Investimentos Permanentes
5.1.3.02.05	Ganhos/Perdas de Capital no Imobilizado
5.1.3.02.06	Baixa de Ativos Diferidos

5.1.3.02.07 Pesquisa & Desenvolvimento
Classificação: Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

Código	Título
5.1.3.02.08	Gastos com Ações Sociais
5.1.3.02.09	Outras
5.1.3.03.01	Provisão para Redução ao Valor Recuperável

Classificação: Receitas Financeiras

Código	Título
5.2.1.01.01	Receitas Financeiras
5.2.2.01.01	Variações Monetárias Ativas
5.2.2.02.01	Variações Cambiais Ativas

Classificação: Despesas Financeiras

Código	Título
5.2.1.02.01	Despesas Financeiras
5.2.2.01.02	Variações Monetárias Passivas
5.2.2.02.02	Variações Cambiais Passivas

Classificação: Provisões de IRPJ e CSLL

Código	Título
5.4.1.01.01	Provisões de IRPJ e CSLL Correntes
5.4.1.01.02	Provisões de IRPJ e CSLL Diferidos

8.2.2.8 Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Informações Gerais

A (nome da permissionária) é uma sociedade anônima/por quotas com sede em (nome da cidade), (estado). Seu principal controlador é (nome do controlador) e, em conjunto com as sociedades coligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A permissionária tem como objeto social e atividade preponderante o transporte terrestre de passageiro.

O Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros é regulado pelo Poder Concedente Federal, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal é regulado pelo Poder Concedente Estadual e o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal.

A permissionária detém junto à ANTT, as seguintes permissões:

Permissão	Trechos	Extensão do percurso	Início da permissão	Término da permissão

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em (informar data da aprovação).

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPCs,, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT, e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

[Indicar resumidamente, quando relevante, eventuais mudanças de práticas contábeis ou mudanças no critério de apresentação das Demonstrações Financeiras.]

A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Permissionária.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis consolidadas, estão divulgadas em nota.

a) Demonstrações Contábeis consolidadas

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As Demonstrações Contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

b) Demonstrações Contábeis individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações Contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Permissionária tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Permissionária controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Permissionária. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Permissionária. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Permissionária reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Permissionária atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Permissionária e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Permissionária são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Permissionária.

b) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos dela. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é re-mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Permissionária em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver nota 3.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Permissionária nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração do Resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição, é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação das Permissionárias nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Permissionária não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre as Permissionárias e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Permissionária nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelas Permissionárias do Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

2.2.2 Demonstrações Contábeis individuais

Nas Demonstrações Contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Demonstrações Contábeis individuais quanto nas Demonstrações Contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da (nome da Permissionária), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Contábeis individuais diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Permissionária.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis de cada uma das Permissionárias do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas e operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Demonstração do Resultado como Receita ou Despesa Financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na Demonstração do Resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

c) Permissionárias do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as Permissionárias do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- i) os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;

ii) as receitas e despesas de cada Demonstração do Resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e

iii) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na Demonstração do Resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no Balanço Patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Permissionária classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Permissionária compreendem "Contas a receber derivado da venda à prazo de Pedágio e Receitas Extraordinárias e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até doze meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Permissionária se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Permissionária tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na Demonstração do Resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Permissionária de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na Demonstração do Resultado como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Permissionária de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Permissionária estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Permissionária avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na Demonstração do Resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na Demonstração do Resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da Demonstração do Resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiro

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Permissionária avalia no fim de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Permissionária usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- iii) a Permissionária, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Permissionária avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Permissionária pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na Demonstração do Resultado do Exercício.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Permissionária avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Permissionária usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na Demonstração do Resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de Demonstração do Resultado.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Permissionária designa certos derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

A Permissionária documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Permissionária também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos de vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 09. As movimentações na reserva de *hedge* no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 23. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

a) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na Demonstração do Resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "hedgeado". A Permissionária só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na Demonstração do Resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na Demonstração do Resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na Demonstração do Resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação protegida por *hedge* prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos fixos.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na Demonstração do Resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a Demonstração do Resultado em "Outros ganhos (perdas), líquido".

c) Hedge de investimento líquido

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido em capital. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na Demonstração do Resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na Demonstração do Resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.8 Clientes e Operações a Receber

Os Clientes e Operações a Receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas extraordinárias e contas a receber de partes relacionadas ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Permissionária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Concessionária), os Clientes e Operações a Receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os Clientes e Operações a Receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques primeiro a entrar, primeiro a sair – PEPS. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificado das compras de materiais e insumos.

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Ativos intangíveis

a) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

b) **Marcas registradas e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

c) **Softwares**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Permissionária, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- i) É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- ii) A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- iii) *software* pode ser vendido ou usado;
- iv) Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;

v) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e

vi) gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira (A administração pode escolher manter esses ganhos (perdas) no patrimônio até que o ativo adquirido afete o resultado por depreciação. Nesse momento, a administração deve reclassificar os ganhos (perdas) para o resultado). O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Prédios e Benfeitorias	X
Máquinas e Equipamentos	Y
Veículos	Z
Móveis e utensílios	W

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao fim de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na Demonstração do Resultado.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures perpétuas que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os dividendos sobre essas ações preferenciais são reconhecidos na Demonstração do Resultado como despesa financeira.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido) emitidos pela Permissionária compreendem notas conversíveis que podem ser convertidas em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível.

O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Permissionária com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expira.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Permissionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação, ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) e para recuperação da infraestrutura (manutenção) são reconhecidas quando: a Permissionária tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Empresa atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Permissionária nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Concessiária, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

As Permissionárias do Grupo operam vários planos de pensão. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. As Permissionárias tem planos de benefícios definidos e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as Permissionárias fazem contribuições fixas a uma entidade separada.

As Permissionárias não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, as Permissionárias fazem contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. As Permissionárias não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

b) Outras obrigações pós-emprego

Algumas Permissionárias do Grupo oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem X % do valor dos ativos do plano ou X % dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Remuneração com base em ações

A Permissionária opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Permissionária. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na Demonstração do Resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

d) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Permissionária antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Permissionária reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

e) Participação nos lucros

A Permissionária reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Permissionária após certos ajustes. A Permissionária reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma Permissionária do Grupo compra ações do capital da Permissionária (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Permissionária até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Permissionária.

2.20 Reconhecimento da receita

A Receita Bruta dos Serviços de Transporte de Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros são reconhecidas pelo regime de competência, com base na prestação dos serviços de transporte de passageiros e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Permissionária. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As Outras Receitas são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados. A Permissionária reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Permissionária, conforme descrição a seguir. A Permissionária baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um “contas a receber”, a Permissionária reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido, nos investimentos pelo método de custo.

2.21 Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência e devem ser computados no mesmo exercício que se correspondem às receitas incorridas. Os custos são apresentados como custos de:

- a) Passageiros Internacional;
- b) Passageiros Interestadual;
- c) Passageiros Interestadual Semiurbano;
- d) Passageiros Intermunicipal;
- e) Passageiros Intermunicipal Semiurbano;
- f) Passageiros Municipal; e
- g) Transporte de Cargas e Encomendas.

2.22 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na Demonstração do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Permissionária arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Permissionária detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração do Resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.23 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Permissionária é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Permissionária ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em [Assembleia Geral/Conselho de Administração].

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Permissionária faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Permissionária testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Uma despesa de *impairment* de R\$ XX foi reconhecida em relação à UGC, durante o exercício de 20X0, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável. Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC (indicar UGC) fosse X % menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 20X0, a Permissionária teria reconhecido uma perda (*impairment*) adicional do ágio de R\$ XX e precisaria reduzir o valor contábil do imobilizado em R\$ XX.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC (indicar UGC) fosse X % maior que as estimativas da administração, a Permissionária teria reconhecido uma perda (*impairment*) adicional do ágio de R\$ XX.

b) Perda (Impairment) de ativos financeiros e não financeiros

A Empresa verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Permissionária está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Permissionária também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final real (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% das estimativas da administração, a Permissionária precisaria:

- i) aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ XX e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ XX , no caso de uma diferença desfavorável; ou
- ii) reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ XX e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ XX , no caso de uma diferença favorável.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Permissionária usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Permissionária utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ XX menor ou R\$ XX maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de X % em relação às estimativas da administração.

e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Permissionária determina a taxa de desconto apropriada ao fim de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Permissionária considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de X % em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria de R\$ XX a menor ou R\$ XX a maior.

3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Permissionária

a) Reconhecimento de receita

Em 20x0, a Permissionária reconheceu uma receita no valor de R\$ XX proveniente da construção da infraestrutura dos quilômetros XX a XX considerando para apuração do valor justo o total de custos incorridos acrescidos da margem de X% conforme descrito na nota 27.

b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Permissionária segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Permissionária avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

Caso todas as reduções ao valor justo abaixo do custo fossem consideradas significativas ou prolongadas, a Permissionária sofreria um prejuízo adicional de R\$ XX em suas Demonstrações Contábeis de 20X0, sendo os ajustes de valor justo acumulados, reconhecidos no patrimônio líquido, correspondentes às Provisão para esses ativos transferidos para o resultado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Permissionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

As atividades a Permissionária a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Permissionária se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A Permissionária usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Permissionária, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Permissionária identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Permissionária. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco de volatilidade no preço das ações

A Permissionária está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos pela Permissionária e classificados no Balanço Patrimonial consolidado como disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo através do resultado. A Permissionária não está exposta ao risco de mudanças no preço de ações de *commodities*. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações, a carteira é diversificada, de acordo com os limites estabelecidos pela Permissionária.

Os investimentos da Permissionária em ações são basicamente em empresas abertas, com ações negociadas na BOVESPA, NASDAQ e Londres.

A tabela abaixo resume o impacto das variações dos preços das ações sobre o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social e sobre o patrimônio líquido. A análise é baseada na premissa de que as ações apresentaram variações de X %, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes.

Índice	Impacto sobre o lucro depois do imposto - reais		Impacto sobre outros componentes do patrimônio - reais	
	20X1	20X0	20X1	20X0
IBOVESPA				
NASDAQ				
FTSE: UKX				

O lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social fluuaria em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações mensuradas ao valor justo por meio de resultado. Outros componentes do patrimônio fluuariam em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações classificadas como disponíveis para venda.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Permissionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Permissionária são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Permissionária decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Permissionária ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Permissionária ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Permissionária é a de manter aproximadamente X % de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. Durante 20X1 e 20X0, os empréstimos da Permissionária às taxas variáveis eram mantidos em reais e em euros.

A Permissionária analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Permissionária define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de X % corresponderia um aumento máximo de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) ou a uma redução máxima de R\$ XX (20X0 - R\$ XX), respectivamente. A simulação é feita trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela administração.

Baseado em diversos cenários, a Permissionária administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas.

As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Permissionária tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *swap* de taxas de juros, a Permissionária concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados (principalmente trimestrais), a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (*notional*) acordados entre as partes.

Eventualmente, a Permissionária também efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas, superiores à meta de X %.

Em 31 de dezembro de 20X1, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de X %, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ XX (20X0 - R\$ XX), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável. Outros componentes do patrimônio teriam variação de R\$ XX (20X0 - R\$ XX), principalmente, em decorrência de uma variação no valor justo dos ativos financeiros de taxa fixa, classificados como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 20X1, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em Euros naquela data variassem em torno de X %, considerando que todas as demais variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teria variação de R\$ XX (R\$ XX), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas/mais baixas nos empréstimos de taxa variável. Outros componentes do patrimônio seriam R\$ XX (20X0 - R\$ XX) mais altos/mais baixos, principalmente, em decorrência de uma redução/aumento no valor justo dos ativos financeiros de taxa fixa classificados como disponíveis para venda.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". Caso os clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Permissionária e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Permissionária para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Permissionária não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Permissionária, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Permissionária investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Permissionária mantinha fundos de curto prazo de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e outros ativos líquidos de R\$ XX (20X0 – R\$ XX) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Permissionária e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Permissionária, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 20X1				
Fornecedores e outras contas a pagar (iii)				
Garantias financeiras				
Em 31 de dezembro de 20X0				
Fornecedores e outras contas a pagar (iii)				
Garantias financeiras				
Em 1º de janeiro de 20X0				
Fornecedores e outras contas a pagar (iii)				
Garantias financeiras				

As garantias financeiras representam garantias de passivos de subsidiárias, e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

	Consolidado			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 20X1 (i)				
Empréstimos				
Obrigações com arrendamento financeiro				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações (iii)				
Garantias financeiras				
Em 31 de dezembro de 20X0				
Empréstimos				
Obrigações com arrendamento financeiro				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações (iii)				
Garantias financeiras				
Em 1º de janeiro de 20X0				
Empréstimos				
Obrigações com arrendamento financeiro				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações (iii)				
Garantias financeiras				

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no Balanço Patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros

derivativos, fornecedores e outras obrigações. As entidades podem optar por adicionar uma coluna de conciliação e um total final correspondente ao valor do Balanço Patrimonial, se assim desejarem.

- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de R\$ XX, divulgado na Nota de Empréstimos de 20X1, na coluna "Entre dois e cinco anos", a Empresa pretende amortizar R\$ XX primeiro trimestre de 20X2 (20X0: zero).

Os instrumentos derivativos da carteira de negociação da Permissionária com um valor justo negativo incluído pelo seu valor justo de R\$ XX (20X0- R\$ XX) em menos de um ano. Isso ocorre porque os vencimentos contratuais não são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Esses contratos são administrados com base no valor justo líquido em vez da data de vencimento. Os derivativos liquidados pelo valor líquido compreendem os *swaps* de taxa de juros utilizados pela Permissionária para administrar o perfil da taxa de juros da Permissionária.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Permissionária liquidados pelo valor bruto não classificados na carteira de negociações estão relacionados a operações de *hedge* e têm prazo de liquidação de até 12 meses a partir da data do Balanço Patrimonial. Esses contratos requerem entradas de caixa não descontadas contratuais de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e saídas de caixa não descontadas contratuais de R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

	31 de dezembro de 20X1		31 de dezembro de 20X0		20X1	20X0	Risco	Cenário		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Nocional	Nocional		Provável	25%	50%
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa R\$ (CDI) para US\$ (LIBOR)							Alta do US\$			
R\$ (CDI) para euro (Euribor)							Alta de LIBOR Alta do euro Alta de Euribor			
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de valor justo R\$ (CDI) para US\$ (LIBOR)							Alta do US\$			
R\$ (CDI) para euro (Euribor)							Alta de LIBOR Alta do euro Alta de Euribor			
Empréstimos bancários <i>hedgeados</i> no <i>hedge</i> de valor justo US\$ pagando LIBOR							Alta do US\$			
Euros pagando Euribor							Alta de LIBOR Alta do euro Alta de Euribor			
Efeito líquido							Alta do US\$ Alta de LIBOR Alta do euro Alta de Euribor			
Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa R\$ para US\$ R\$ para ien							Alta do US\$ Alta do ien			
Contratos de câmbio a termo - mantidos para Negociação R\$ para US\$ R\$ para libra esterlina							Alta do US\$ Alta da libra			

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Permissionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Permissionária para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Permissionária monitora o capital com base no nível de endividamento da Permissionária, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Permissionária é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em 20X1, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 20X0, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre X % e X % e uma classificação de crédito BB. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0 podem ser assim sumariados:

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Total dos empréstimos		
Menos: caixa e equivalentes de caixa	_____	_____
Dívida líquida	_____	_____
Total do patrimônio líquido	=====	=====
Total do capital	=====	=====
Índice de alavancagem financeira - %		

A redução no índice de alavancagem financeira em 20X1 foi decorrente, principalmente, da emissão de ações do capital como parte do preço pago pela aquisição de uma controlada.

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Permissionária aplica o Pronunciamento Técnico CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Permissionária mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 20X1

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação				
Títulos para negociação				
Derivativos usados para <i>hedge</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos patrimoniais				
Investimentos da dívida				
Total do ativo				
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação				
Derivativos usados para <i>hedge</i>				
Total do passivo				

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Permissionária mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 20X0.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação				
Títulos para negociação				
Derivativos usados para <i>hedge</i>				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Títulos patrimoniais				
Investimentos da dívida				
Total do ativo				
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação				
Derivativos usados para <i>hedge</i>				
Total do passivo				

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Permissionária é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da Empresa (nome da Empresa) classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Observe que todas as estimativas de valor justo resultantes estão incluídas no Nível 2, exceto determinados contratos de câmbio futuros, conforme explicado abaixo.

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1.

	Consolidado	
	Negociação de títulos ao valor justo por meio do resultado	Total
Saldo inicial		
Transferências para Nível 3		
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado		
Saldo final		
Total de ganhos e perdas no período incluídos no resultado para ativos mantidos ao final do exercício		

Em 20X1, a Permissionária transferiu um contrato de câmbio futuro mantido para negociação do Nível 2 para o Nível 3 porque a contraparte para o derivativo encontrou dificuldades financeiras relevantes, que resultaram em um aumento relevante para a taxa de desconto devido ao risco de crédito aumentado da contraparte, que não é baseado em informações adotadas pelo mercado.

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X0.

	Consolidado	
	Negociação de títulos ao valor justo por meio do resultado	Total
Saldo inicial		
Liquidações		
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado		
Saldo final		
Total de ganhos e perdas no período incluídos no resultado para ativos mantidos ao final do exercício		

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 20X1					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos financeiros derivativos					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i)					
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 20X1				
Passivo, conforme o Balanço Patrimonial				
Empréstimos				
Obrigações de arrendamento financeiro (ii)				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (iii)				

- (ii) As categorias nessa divulgação são determinadas pelo CPC 38. A maior parte dos arrendamentos financeiros está fora do alcance do CPC 38, mas permanecem dentro do alcance do CPC 40. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados separadamente.

- (iii) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 20X0					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos financeiros derivativos					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados					
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 20X0				
Passivo, conforme o Balanço Patrimonial				
Empréstimos				
Obrigações de arrendamento financeiro (Nota 19)				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações excluindo obrigações legais				

Consolidado

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Disponível para venda	Total
1º de janeiro de 20X0					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos financeiros derivativos					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados					
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa					

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
1º de janeiro de 20X0				
Passivo, conforme o Balanço Patrimonial				
Empréstimos				
Obrigações de arrendamento financeiro				
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais				

Controladora

As contas a receber e a caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Contas a receber de clientes				
Contrapartes com classificação externa de crédito (<i>Standard & Price</i>)				
A				
BB				
BBB				

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Caixa e equivalentes de Caixa				
Aplicações Financeiras de Curto Prazo				

8 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Títulos negociados no mercado - mantidos para negociação		
Ações – Brasil		
Ações - Estados Unidos		
Ações - Reino Unido		

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em "Atividades operacionais" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa.

As variações dos valores justos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Outros ganhos (perdas), líquidos" no resultado.

O valor justo de todas as ações é baseado nos seus preços atuais de compra, considerando um mercado ativo.

9 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	31 de dezembro de 20X1		31 de dezembro de 20X0	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa				
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de valor justo				
Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa				
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação				
Menos parcela não circulante				
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa				
Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de valor justo				
Parcela circulante				

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A parcela ineficaz reconhecida no lucro ou no prejuízo decorrente de operações de hedge de valor justo totaliza um prejuízo de R\$ XX (20X0 - prejuízo de R\$ XX). A parcela ineficaz reconhecida no lucro ou prejuízo decorrente de operações de hedge de fluxo de caixa totaliza um ganho de R\$ XX (20X0 - ganho de R\$ XX). Não houve nenhuma ineficácia para ser registrada decorrente de operações de hedge de investimento líquido em entidade no exterior.

(a) Contratos de câmbio a termo

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 20X1, totalizam R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge*, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos doze meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de *hedge* no patrimônio líquido referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 20X1, são reconhecidos na Demonstração do Resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de doze meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de ativos fixos e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo (cinco a dez anos).

(b) Swap de taxas de juros

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 20X1, correspondem a R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

Em 31 de dezembro de 20X1, as taxas de juros fixas variaram entre X % e X % (20X0 - X % a X %), e as principais taxas variáveis são Euribor e LIBOR. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de *hedge* no patrimônio líquido, referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, em 31 de dezembro de 20X1, serão continuamente liberados para o resultado até a amortização dos empréstimos bancários.

(c) Hedge de investimento líquido em entidade no exterior

Uma porcentagem dos empréstimos da Permissionária mantidos em dólares americanos no montante de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) refere-se ao *hedge* do investimento líquido na controlada da Permissionária nos Estados Unidos.

O valor justo do empréstimo, em 31 de dezembro de 20X1, era de R\$ XX (20X0 - R\$ XX). A perda cambial de R\$ XX (20X0: ganho de R\$ XX) sobre a conversão do empréstimo para a moeda corrente na data do balanço está reconhecida em outras reservas no patrimônio líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor justo dos ativos derivativos no Balanço Patrimonial.

10 Ativos financeiros disponíveis para venda

	Consolidado	
	20X1	20X0
Em 1º de janeiro		
Diferenças cambiais		
Aquisição de controlada		
Adições		
Alienações		
Transferência de ganhos (perdas), líquidos do patrimônio líquido		
Transferência de ganhos (perdas), líquidos para o patrimônio líquido		
Em 31 de dezembro		
Menos: parcela não circulante		
Parcela circulante		

(*) Saldo integral composto por ativos financeiros "não circulantes".

A Permissionária transferiu lucros no montante de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e prejuízos no montante de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) do patrimônio para o resultado. Prejuízos no valor de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) decorrem de perda (*impairment*).

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Títulos negociados no mercado		
Ações - Brasil		
Ações - Estados Unidos		
Ações - Reino Unido		
Debêntures com juros fixos de X % e data de vencimento em XX de agosto de 20X2		
Ações preferenciais não cumulativas e X % não resgatáveis		
Títulos não negociados no mercado		
Títulos de dívida com juros fixos variando de X % a X % e datas de vencimento entre julho de 20X2 e maio de 20X3		

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mantidos nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Reais		
Dólares americanos		
Euros		
Outras moedas		

Os valores justos de títulos não negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (20X1 - X %; 20X0 – X %).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

11 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	<u>20X1</u>		<u>20X0</u>	
Contas a Receber de Clientes				
Créditos com Agências				
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD				
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Cientes e Operações a Receber				
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes				
Contas a receber de clientes, líquidas				
Pagamentos antecipados				
Contas a receber de partes relacionadas				
Empréstimos para partes relacionadas				
Menos parcela não circulante: empréstimos para partes relacionadas				
Parcela circulante				

Todas as contas a receber não circulantes vencem em XX anos a contar da data do balanço.

Os valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber apresentam-se como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Contas a receber de clientes				
Contas a receber de partes relacionadas				
Empréstimos a partes relacionadas				

Os valores justos dos empréstimos a partes relacionadas baseiam-se em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa dos empréstimos correspondente a X % (20X0 – X %). A taxa de desconto é igual à taxa LIBOR acrescida da classificação de crédito apropriada.

As taxas de juros efetivos para as contas a receber não circulantes estão apresentadas abaixo:

Consolidado	
31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0

Empréstimos para partes relacionadas- %

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, certas controladas europeias da Permissionária transferiram saldos de contas a receber de clientes no total de R\$ XX para uma instituição financeira em troca de caixa, e a operação foi contabilizada como um empréstimo garantido. No caso das entidades deixarem de cumprir o contrato de empréstimo nos termos condicionados, a instituição financeira tem o direito de receber os fluxos de caixa das contas a receber transferidas. Não ocorrendo inadimplência, as entidades cobrarão as contas a receber e alocarão novas contas a receber como garantia.

Em 31 de dezembro de 20X1, não havia inadimplência no contas a receber consolidado de R\$ XX (20X0 - R\$ XX; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX).

Em 31 de dezembro de 20X1, não havia inadimplência no contas a receber de partes relacionadas da Controladora no valor de R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

Em 31 de dezembro de 20X1, no Consolidado contas a receber de clientes no valor de R\$ XX (20X0 - R\$ 207; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. Em 31 de dezembro de 20X1, na Controladora, as contas a receber de R\$ XX (20X0 - R\$ XX ; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX) estavam vencidas mas não *impaired*. Elas relacionam-se com controladas para as quais não há história de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Até três meses	_____	_____	_____	_____
De três a seis meses	_____	_____	_____	_____
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 20X1, contas a receber de clientes no consolidado, no total de R\$ XX (20X0 - R\$ XX; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX) estavam *impaired* e provisionadas. Não havia contas a receber *impaired* na Controladora. O valor da provisão era de R\$ XX em 31 de dezembro de 20X1 (20X0 - R\$ XX; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX). As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a atacadistas, os quais estão em uma situação econômica inesperadamente difícil. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada.

Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
De três a seis meses		
Acima de seis meses		

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Permissionária são mantidas nas seguintes moedas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Reais				
Dólares americanos				
Euros				
Outras moedas				

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Permissionária são as seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber		
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		
Valores não usados, estornados		
Juros (*)		
Em 31 de dezembro		

(*) Recomposição do valor presente ao valor nominal.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Outras despesas", já a despesa com desconto foi registrada como "Despesa financeira". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Permissionária não mantém nenhum título como garantia.

12 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Almoxarifado		
Importação em andamento		
Outros estoques		
(-) Ajustes a valor presente		
(-) Provisão para Perdas em Estoques		
(-) Provisão para Redução ao Valor de Mercado dos Estoques	_____	_____
	=====	=====

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custos " totalizou R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

13 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos e passivos referentes à Unidade (Indicar unidade) foram apresentados como mantidos para venda após a aprovação, em xx de setembro de 20X1, da venda Unidade (Indicar unidade) por parte da administração e dos acionistas da Permissionária. Espera-se que até maio de 20X2 se conclua a transação de venda.

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Fluxos de caixa operacionais		
Fluxos de caixa de investimento		
Fluxos de caixa financeiros		
Fluxo de caixa total		

(a) Itens da Permissionária de ativos mantidos para venda:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>
Imobilizado	
Estoques	
Outros ativos circulantes	_____
	=====

Não houve grupo de ativos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 20X0 ou em 1º de janeiro de 20X0.

(b) Passivos da Permissionária de ativos classificado como mantidos para venda:

	31 de dezembro de 20X1
Fornecedores e outras obrigações	
Outros passivos circulantes	
Provisões	

Não houve grupo de ativos para alienação classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 20X0 ou em 1º de janeiro de 20X0.

14 Investimentos em subsidiárias e coligadas

(a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Aquisição de controlada		
Ganho na remensuração da participação preexistente no Grupo PQR na sua aquisição		
Participação nos lucros de subsidiárias		
Variações cambiais		
Participação nos outros lucros abrangentes de subsidiárias		
Dividendos recebidos de subsidiárias		
Outras variações no patrimônio de subsidiárias		
Em 31 de dezembro		

			<u>Percentual</u>		
<u>Nome</u>	<u>País</u>	<u>Negócio</u>	<u>Participação direta nas ações ordinárias</u>	<u>Participação indireta nas ações ordinárias</u>	<u>Participação nas ações preferenciais</u>

Segue abaixo a participação da Permissionária nos resultados das principais controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>

(b) Investimentos em coligadas

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Aquisição de controlada		
Participação nos lucros (prejuízos) (*) de coligadas		
Variações cambiais		
Outras variações no PL: reserva disponível para venda		
Em 31 de dezembro		

(*) A participação nos lucros (prejuízos) foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e, após a participação minoritária em coligadas .

Em 31 de dezembro de 20X1, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R\$ XX (31 de dezembro e 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX).

Segue abaixo a participação da Permissionária nos resultados das principais coligadas, todas sociedades anônimas de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos (*):

<u>Nome</u>	<u>País de constituição</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>	<u>Percentual de participação (indireta)</u>
20X0						
20X1						

(*) Um método alternativo de divulgação é apresentar os valores totais de ativos e passivos (excluindo ágio) de coligadas, bem como resultado, e não da participação da Permissionária.

A Permissionária não reconheceu perdas no valor de R\$ XX (20X0: zero) para a Coligada X. As perdas acumuladas não reconhecidas totalizam R\$ XX (20X0: zero).

15 Intangível

	<u>Ágio</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 20X0					
Custo					
Amortização e <i>impairment</i> acumulados					
Saldo contábil, líquido					
Exercício findo em 31 de dezembro de 20X0					
Saldo inicial					
Variações cambiais					
Aquisições					
Amortização					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 20X0					
Custo					
Amortização e <i>impairment</i> acumulados					
Saldo contábil, líquido					
Exercício findo em 31 de dezembro de 20X1					
Saldo inicial					
Variações cambiais					
Aquisições					
Aquisição de controlada					
<i>Impairment</i>					
Amortização					
Transferido para o grupo de alienação,					
Mantido para venda					
Saldo contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 20X1					
Custo					
Amortização e <i>impairment</i> acumulados					
Saldo contábil líquido					

O valor contábil do segmento (informar segmento) foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por *impairment* em contrapartida ao ágio. Essa perda foi registrada como "Custos" na Demonstração do Resultado.

Os montantes de amortização de (i) R\$ XX (20X0 - R\$ XX) foi registrado como "Custos", e R\$ XX (20X0 - R\$ XX) como "Despesas gerais e administrativas".

A divulgação das taxas de crescimento de longo prazo e taxas de desconto é requerida. Outras premissas chave são requeridas para divulgação e quantificação quando uma possível mudança razoável na premissa-chave retiraria qualquer margem remanescente no cálculo da perda (*impairment*). Diferentemente, as divulgações adicionais são incentivadas, mas não requeridas.

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC dos segmentos operacionais.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

O encargo de *impairment* originou-se em uma UGC (indicar UGC), depois de uma decisão tomada no início de 20X1 para reduzir a produção alocada a essas operações. Isso resultou em uma redefinição da alocação das receitas a todas as UGC para que a Permissionária possa se beneficiar de condições de mercado vantajosas.

Após essa decisão, a Permissionária reavaliou as políticas de depreciação de seu imobilizado na região e estimou que sua vida útil não seria afetada. Nenhuma outra classe de ativos sofreu *impairment*, além do ágio.

16 Imobilizado

		<u>Equipamentos e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros Imobilizados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 20X0							
Saldo inicial							
Diferenças cambiais							
Aquisições							
Alienações							
Depreciação							
Saldo contábil, líquido							
Em 31 de dezembro de 20X0							
Custo							
Depreciação acumulada							
Saldo contábil, líquido							
Em 31 de dezembro de 20X1							
Saldo inicial							
Diferenças cambiais							
Aquisição controlada de							
Aquisições							
Alienações							
Depreciação							
Valores transferidos para o grupo de alienação e classificados como mantidos para venda							
Saldo contábil, líquido							
Em 31 de dezembro de 20X1							
Custo							
Depreciação acumulada							
Saldo contábil, líquido							

O imobilizado transferido para o grupo de ativos e classificado como mantido para venda totaliza R\$ XX.

O montante de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custos " e R\$ XX (20X0 - R\$ XX) em "Despesas gerais e administrativas".

Despesas de arrendamento nos valores de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e R\$ XX , (20X0 - R\$ XX) referentes a arrendamento operacional de máquinas e bens, respectivamente, estão incluídas na Demonstração do Resultado.

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos e edificações no valor de R\$ XX (31 de dezembro de 20X0 - R\$ XX ; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX).

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Permissionária é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados		
Depreciação acumulada		
Saldo contábil, líquido		

A Permissionária arrenda diversos veículos e máquinas, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a 15 anos e a propriedade dos ativos é da Permissionária.

17 Fornecedores e outras obrigações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Contas a pagar aos fornecedores				
Dividendos a pagar				
Partes relacionadas				
Encargos previdenciários e outros encargos				
Outros passivos - contraprestação				
Contingente				
Outras contas a pagar				
Analísado				
Passivos financeiros				
Passivos não financeiros				

18 Empréstimos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Não circulante		
Obrigações por empréstimos e financiamentos – Em moeda nacional		
Obrigações por empréstimos e financiamentos – Em moeda estrangeira		
Debêntures Conversíveis em ações		
Debêntures não conversíveis em ações		
Célula de Crédito bancário		
Obrigações de arrendamento financeiro		
Circulante		
Obrigações por empréstimos e financiamentos – Em moeda nacional		
Obrigações por empréstimos e financiamentos – Em moeda estrangeira		
Debêntures Conversíveis em Ações		
Debêntures não conversíveis em ações		
Total dos empréstimos		

a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários têm vencimento até 20xx e taxa de juros média de X% ao ano (20X0 - X% ao ano).

O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ XX (31 de dezembro de 20X0 - R\$ XX). Os empréstimos bancários são garantidos pelos terrenos e pelas edificações da Permissionária.. Os empréstimos garantidos são garantidos pelas contas a receber de clientes.

Os empréstimos da Concessionária possui vencimento conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Até um ano		
Acima de um ano e até dois		
Acima de dois anos e até três		
Acima de três anos e até quatro		
Acima de quatro anos e até cinco		
Mais de cinco anos		
	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não circulantes são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Outros empréstimos e financiamentos em				
Moeda Nacional				
Debêntures convertíveis em ações				
Debêntures não convertíveis em ações				
Título de dívida conversível				
Obrigações de arrendamento financeiro				
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de X % (20X0 - X %).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos da Permissionária são mantidos nas seguintes moedas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Reais		
Euros		
Dólares americanos		
Outras moedas		

A Permissionária possui as seguintes linhas de crédito não utilizadas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Taxa variável		
Com vencimento em até um ano		
Com vencimento em mais de um ano		
Taxa fixa		
Com vencimento em até um ano		

As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 20X1. As outras linhas de crédito foram acordadas para ajudar a financiar a expansão proposta das atividades da Permissionária na Região Sudeste.

(b) Título de dívida conversível

A subsidiária (nome da Empresa) emitiu X títulos de dívida conversíveis de X % com valor nominal de R\$ XX milhões (*) em X de janeiro de 20X1. Os títulos de dívida vencem em X anos a contar da data de emissão, pelo seu valor nominal de R\$ XX milhões¹, ou podem ser convertidos em ações conforme a opção do detentor na data de vencimento, na proporção de X ações por R\$ XX (*). Os valores do componente do passivo e do componente de conversão de capital são determinados na emissão do título de dívida.

Os títulos de dívida vencem em cinco anos a contar da data de emissão, pelo seu valor nominal de R\$ XX milhões, ou podem ser convertidos em ações conforme a opção do detentor, na proporção de X ações por R\$ XX (*).

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão em título patrimonial, está incluído no patrimônio líquido em outras reservas, líquido de impostos de renda e contribuição social.

O título de dívida conversível reconhecido no Balanço Patrimonial é calculado como segue em 31 de dezembro de 20X1 (não houve saldos em 31 de dezembro de 20X0 ou em 1º de janeiro de 20X0):

Valor nominal do título de dívida conversível emitido em X de janeiro de 20X1	
Componente do patrimônio líquido	_____
Componente do passivo no reconhecimento inicial em X de janeiro de 20X1	
Despesa financeira	
Juros pagos	_____
Componente do passivo em 31 de dezembro de 20X1	=====

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de dezembro de 20X1 totaliza R\$ XX O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de X %.

(c) Debêntures perpétuas

A Permissionária emitiu XX milhões com valor nominal de R\$ XX cada em X de janeiro de 20X0. As debêntures são resgatáveis pelo seu valor nominal em X de janeiro de 20XX e pagam dividendos anuais de X %.

(d) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Até um ano		
Acima de um ano e até dois		
Acima de dois anos e até três		
Acima de três anos e até quatro		
Acima de quatro anos e até cinco		
Mais de cinco anos	_____	_____
	_____	_____
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	_____	_____
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro		
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue		
Menos de um ano		
Mais de um ano e menos de cinco anos		
Mais de cinco anos	_____	_____
	=====	=====

19 Provisões

	Consolidado				
	Reestrut uração	Trabalhi stas e Cíveis	Impostos indiretos	Passivo contingente decorrente de uma combinação de negócios	Total
Em 1o de janeiro de 20X1					
Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado					
Valores não usados					
Estornados					
Decomposição do desconto					
Usado durante o exercício					
Diferenças cambiais					
Transferido para o grupo de alienação/classificado como mantido para venda					
Em 31 de dezembro de 20X1					

Análise do total das provisões:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Não circulante		
Circulante		

(a) Trabalhistas e cíveis

A Permissionária é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$ XX em 31 de dezembro de 20X1 e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões em virtude da reestruturação societária recente da Empresa.

Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Permissionária por clientes do segmento de serviços. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas gerais e administrativas". O saldo em 31 de dezembro de 20X1 correspondente a R\$ XX deve ser totalmente utilizado no primeiro semestre de 20X2. Na opinião dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 20X1.

(b) Impostos indiretos

Referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira. Em termos de jurisprudência, observa-se que a primeira discussão já encontra diversas decisões a favor dos contribuintes no Supremo Tribunal Federal (STF), contudo o processo específico da Empresa ainda está em andamento no judiciário, sendo que o montante da provisão equivale a R\$ XX em 31 de dezembro de 20X1.

(c) Passivo contingente

Um passivo contingente de R\$ XX foi reconhecido na aquisição do Grupo (nome da Empresa) para uma ação pendente, na qual a entidade é a ré. A ação resulta da alegação de defeitos em serviços fornecidos para um cliente. Espera-se que uma decisão sobre esse caso seja proferida pelo tribunal pertinente até o final de 20X2. O valor potencial não descontado de todos os pagamentos futuros que a Permissionária pode ter de efetuar, no caso de uma decisão desfavorável para a ação, é estimado entre R\$ XX e R\$ XX. Em 31 de dezembro de 20X1, não houve alteração no valor reconhecido (com exceção da decomposição do desconto de R\$ XX) do passivo de 31 de março de 20X0, tampouco houve alteração na probabilidade do resultado da ação.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses		
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses		
Passivo de imposto diferido (líquido)		

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	20X1	20X0
Em 1º de janeiro		
Variações cambiais		
Aquisição de controlada		
Despesa da Demonstração do Resultado		
Imposto relacionado com outros lucros abrangentes		
Imposto debitado diretamente ao patrimônio		
Em 31 de dezembro		

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Consolidado			
	Ganhos de valor justo	Título de dívida conversível	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de janeiro de 20X0				
Debitado (creditado) à demonstração do resultado				
Demonstração do Resultado				
Debitado (creditado) aos lucros abrangentes				
Debitado diretamente ao patrimônio				
Diferenças cambiais				
Em 31 de dezembro de 20X0				
Debitado (creditado) à demonstração do resultado				
Demonstração do Resultado				
Debitado (creditado) aos outros lucros abrangentes				
Debitado diretamente ao patrimônio				
Aquisição de controlada				
Diferenças cambiais				
Em 31 de dezembro de 20X1				

(a) Benefícios de planos de pensão

A Permissionária opera planos de pensão de benefício definido no Brasil e no País X com base no salário do funcionário e no tempo de serviço do mesmo. A maioria dos planos é financiada externamente, onde os ativos do plano são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada País, como também pela relação da Permissionária com seus agentes fiduciários (ou equivalentes) e a composição dos mesmos.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Valor presente das obrigações financiadas		
Valor justo dos ativos do plano		
	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>
Valor presente das obrigações não financiadas		
Custo do serviço passado não reconhecido		
	<hr/>	<hr/>
	<hr/>	<hr/>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Custo do serviço corrente		
Custo financeiro		
Contribuições dos participantes do plano		
Perdas (ganhos) atuariais		
Variações cambiais		
Benefícios pagos		
Custo de serviço passado		
Passivos adquiridos em uma combinação de negócios		
Reduções nos benefícios		
Liquidações (*)		
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro	<hr/>	<hr/>

(*) O CPC 33 requer que a Empresa divulgue os pagamentos como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais do valor presente da obrigação de benefício definido. Essa divulgação não é aplicável para as Demonstrações Contábeis da Permissionária, entretanto, apresentamos esse item para fins de ilustração.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Ganhos (perdas) atuariais		
Variações cambiais		
Contribuições do empregador		
Contribuições dos empregados		
Benefícios pagos		
Combinações de negócios		
Em 31 de dezembro		

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Custo dos serviços correntes		
Custo financeiro		
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Custo do serviço passado		
Reduções nos benefícios		
Total incluído nos custos de pessoal (Nota 31)		

Do total dos encargos, R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e R\$ XX (20X0 - R\$ XX) foram incluídos em "Custos " e "Despesas gerais e administrativas", respectivamente.

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>Percentual</u>			
	<u>31 de dezembro de 20X1</u>		<u>31 de dezembro de 20X0</u>	
	<u>Brasil</u>	<u>País A</u>	<u>Brasil</u>	<u>País A</u>
Taxa de desconto				
Taxa de inflação				
Retorno esperado sobre os ativos do plano				
Aumentos salariais futuros				
Aumentos de planos de pensão futuros				

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria: (i) Brasil - PNMA 00 e PNFA 00 com ajuste médio de corte sujeito às melhorias anuais mínimas de X % e fatores de escala de X % para os atuais pensionistas do sexo masculino, X % para as atuais pensionistas do sexo feminino e X % para os futuros pensionistas tanto de ambos os sexos; e (ii) País A - RP2000 com um período de projeção de X-X anos.

Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos de um

pensionista que se aposenta aos 65 anos, dados:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>		<u>31 de dezembro de 20X0</u>	
	<u>Brasil</u>	<u>País A</u>	<u>Brasil</u>	<u>País A</u>
Aposentadoria na data do balanço				
Masculino				
Feminino				
Aposentadoria 20 anos depois da data do balanço				
Masculino				
Feminino				

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 20X1 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	<u>Percentual</u>	
	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Impacto no passivo total</u>
Taxa de desconto		
Taxa de inflação		
Taxa de aumento de salário		
Taxa de mortalidade		

(b) Benefícios de saúde pós-emprego

A Permissionária opera uma série de planos de benefícios de saúde pós-emprego, principalmente no País A. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes às usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial é um aumento de longo prazo nos custos da saúde de X % ao ano (31 de dezembro de 20X0 – X %; 1º de janeiro de 20X0 - X %).

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial foram determinados como segue:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Valor presente das obrigações financiadas		
Valor justo dos ativos do plano		
Valor presente das obrigações não financiadas		
Passivo no Balanço Patrimonial		

A movimentação na obrigação de benefício definido é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Em 1º de janeiro		
Custo do serviço corrente		
Custo financeiro		
Contribuições dos participantes do plano (*)		
Perdas (ganhos) atuariais		

	Consolidado	
	20X1	20X0
Diferenças cambiais		
Benefícios pagos (*)		
Passivos adquiridos em uma combinação de negócios (Nota 40)		
Reduções nos benefícios (*)		
Liquidações (*)		
Em 31 de dezembro		

(*) O CPC 33 requer a divulgação das contribuições por participante do plano, benefícios pagos, reduções nos benefícios e liquidações como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais do valor presente da obrigação de benefício definido. Não há tal movimentação na obrigação de benefício definido relacionada com os benefícios de saúde pós-emprego nestas Demonstrações Contábeis, mas os itens foram apresentados para fins de ilustração.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é como segue (*):

	Consolidado	
	20X1	20X0
Em 1ª de janeiro		
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Ganhos (perdas) atuariais		
Diferenças cambiais		
Contribuições do empregador		
Contribuições de empregados (*)		
Benefícios pagos (*)		
Combinações de negócios		
Em 31 de dezembro		

(*) O CPC 33 requer a divulgação das contribuições dos empregados e dos benefícios pagos como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais dos ativos do plano. Não há tal movimentação nos ativos do plano relacionados com os benefícios de saúde pós-emprego nestas Demonstrações Contábeis, entretanto, os itens foram apresentados para fins de ilustração.

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são como seguem:

	Consolidado	
	20X1	20X0
Custo do serviço corrente		
Custo financeiro		
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Total incluído nos custos de pessoal		

Do total do encargo, R\$ XX (20X0 - R\$ XX) e R\$ XX (20X0 - R\$ XX), respectivamente, foram incluídos no custo dos produtos vendidos e nas despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

O efeito de uma movimentação de X % na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	Aumento	Redução
Efeito no total do custo do serviço corrente e do custo financeiro		
Efeito na obrigação de benefício definido		

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

Os ativos do plano são compostos como segue:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>		<u>31 de dezembro de 20X0</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual</u>
Ações				
Instrumentos de dívida				
Bens				
Outros				
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>

Os investimentos são bem diversificados, tanto que o fracasso de um único investimento não teria um impacto relevante no nível geral dos ativos. A maior proporção de ativos está investida em ações, embora a Permissionária também invista em bens, títulos de dívida, fundos de *hedge* e dinheiro. A Permissionária acredita que as ações ofereçam os melhores retornos no longo prazo, com um nível aceitável de risco. A maioria das ações está em uma carteira globalmente diversificada de entidades internacionais de primeira linha, com uma meta de X % das ações detidas no Brasil, X % no País (nome do País) e o restante no País (nome do País).

Os ativos do plano de pensão incluem as ações ordinárias da Permissionária, com um valor justo de R\$ XX (20X0 - R\$ XX 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX), e um edifício ocupado pela Permissionária, com um valor justo de R\$ XX (20X0 - R\$ XX ; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX).

O retorno esperado sobre os ativos do plano é determinado mediante a consideração dos retornos disponíveis sobre os ativos que apóiam a atual política de investimento. Os rendimentos esperados sobre os investimentos de juros fixos baseiam-se em rendimentos brutos de resgate na data do balanço. Os retornos esperados sobre os investimentos de capital e de bens refletem as taxas reais de longo prazo do retorno obtido nos mercados respectivos.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X2 totalizam R\$ XX

A Permissionária concordou que procurará eliminar o déficit durante os próximos nove anos. Os níveis de captação são monitorados anualmente e a taxa de contribuição normal acordada é de X % dos salários da pensão no Brasil e X % no País A. A próxima avaliação trienal deve ser concluída em 31 de dezembro de 20X2. A Permissionária considera que as taxas de contribuição estabelecidas na última data de avaliação são suficientes para eliminar o déficit durante o período acordado e que as contribuições regulares, que são baseadas nos custos dos serviços, não aumentarão de forma significativa.

Um método alternativo de avaliação para o método de unidade de crédito projetada é a avaliação de liquidação total. Isso pressupõe que toda a obrigação de benefício pós-emprego será liquidada mediante a transferência de todas as obrigações para uma seguradora adequada. A Permissionária estima que o valor necessário para liquidar as obrigações de benefício pós-emprego na data do balanço é de R\$ XX

31 de dezembro 31 de dezembro
de 20X1 de 20X0

Valor presente da obrigação de benefício definido
Valor justo dos ativos do plano
Déficit (excedente) no plano
Ajustes de experiência das obrigações do plano
Ajustes de experiência dos ativos do plano

Embora o CPC 33 exija um registro de cinco anos, a Permissionária apresenta os períodos comparativos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, não fazendo assim a aplicação retroativa de tal pronunciamento conforme permitido pelo mesmo.

22 Capital social e reservas

	Quantidade de ações - milhares	Ações ordinárias	Reservas	Total
Em 1 ^a de janeiro de 20X0				
Plano de opção de compra de ações para os empregados				
Resultados de ações emitidas				
Em 31 de dezembro de 20X0				
Plano de opção de compra de ações para os empregados				
Resultados de ações emitidas				
Aquisição de controlada				
Em 31 de dezembro de 20X1				

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de XX milhões de ações (20X0 - XX milhões de ações; 1^o de janeiro de 20X0 - XX milhões de ações), com valor nominal de R\$ XX por ação (20X0 - R\$ XX por ação; 1^o de janeiro de 20X0 - R\$ XX por ação). Todas as ações emitidas estão integralizadas. A (nome da Empresa) tem somente uma classe de ações ordinárias.

A Permissionária adquiriu XX.XXX de suas próprias ações por meio de compra na Bolsa de Valores XXX em XX de abril de 20X1. O valor total pago na aquisição das ações, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$ XX , tendo sido deduzido do patrimônio líquido em Outras reservas. As ações são mantidas como "ações em tesouraria". A Permissionária pode cancelar ou revender essas ações em até um ano. Todas as ações emitidas pela Empresa foram integralizadas.

A Permissionária reemitiu XX.XXX ações em tesouraria por uma contraprestação total de R\$ XX , em X de janeiro de 20X0.

Opções de compra de ações

As opções de compra de ações são concedidas aos Conselheiros e a alguns empregados. O preço de exercício das opções concedidas é igual ao preço de mercado das ações menos X % na data da concessão. As opções são concedidas aos empregados que concluíram três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções são exercíveis a partir de X anos depois da data da concessão, sujeitas ao alcance da meta de crescimento da Permissionária, embasada no lucro por ação durante o período de inflação, acrescida de X %. As opções têm um prazo contratual de opção de X anos. A Permissionária não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	20X1		20X0	
	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções - milhares
Em 1º de janeiro				
Concedidas				
Caducadas				
Exercidas				
Vencidas				
Em 31 de dezembro				

Das X.XXX mil opções em aberto (20X0 - X.XXX mil opções; 1º de janeiro de 20X0 - X.XXX mil opções), XXX mil opções (20X0 - XXX mil opções; 1º de janeiro de 20X0 - XXX mil opções) eram exercíveis. As opções exercidas em 20X1 resultaram na emissão de XXX mil ações (20X0 - XXX mil ações) pelo preço médio ponderado de R\$ 1X (20X0 - R\$ XX) cada. O respectivo preço médio ponderado da ação na época do exercício era de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) por ação. Os respectivos recursos no valor de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) foram compensados com os recursos recebidos.

As opções de compra de ações em aberto no final do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

	Ações			
Data de vencimento - 1º de julho	Preço de exercício por ação - reais	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação - reais	Opções - milhares
20X1				
20X2				
20X3				
20x4				
20x5				
20x6				

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$ XX (20X0 - R\$ XX) na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de X % (20X0 - X %), rendimento de dividendos de X % (20X0 - X %), uma vida esperada da opção correspondente a três anos e uma taxa de juros anual sem risco de X % (20X0 - X %). A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços diários das ações durante os últimos três anos.

Em 1º de janeiro de 20X2, X.XXX mil opções de compra de ações foram concedidas aos Conselheiros e empregados, com um preço de exercício estabelecido com base no preço das ações no mercado menos X %, naquela data correspondente a R\$ XX por ação (preço da ação - R\$ XX). Data de vencimento: 31 de dezembro de 20x4.

A Permissionária emitiu X.XXX mil ações em 1º de março de 20X1 (X % do total das ações ordinárias emitidas) para os acionistas do Grupo (nome do Grupo) como parte da contraprestação pela compra de X % das ações ordinárias. As ações ordinárias emitidas têm os mesmos direitos que as outras ações emitidas. O valor justo das ações emitidas totalizou R\$ XX milhões (R\$ XX por ação). Os custos relacionados às operações, no valor de R\$ XX cada, foram compensados com a contraprestação atribuída a elas.

23 Outras reservas

	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial					Reservas de lucros				
	Ágio na emissão de ações	Reserva de pagamentos baseado em ações	Total	Título de dívida conversível	Reserva de hedge	Investimentos disponíveis para venda	Ajustes acumulados de conversão cambial	Ganhos e perdas atuarias	Total	Retenção de Lucros	Incentivos Fiscais	Reserva legal	Total
Em 1º de janeiro de 20X0													
Dividendo final sobre resultados 2008													
Investimentos disponíveis para venda													
Avaliação a mercado - bruta													
Transferência de avaliação a mercado – bruta													
Avaliação a mercado - imposto													
Avaliação a mercado – coligadas													
Hedges de fluxo de caixa													
Ganhos de valor justo no exercício													
Imposto sobre ganhos de valor justo													
Transferências para vendas													
Imposto sobre transferências para vendas													
Transferências para estoques													
Imposto sobre transferências para estoques													
Valor dos serviços de empregados													
Crédito tributário referente ao plano de opção de compra de ações													
Emissão de ações													
Hedge de investimento líquido													
Diferenças de conversão de moeda													
Grupo													
Coligadas													
Constituição de reserva legal													
Constituição de reserva de investimento													
Constituição de reserva de dividendos a pagar													
Constituição de reserva de ganhos e perdas atuarias													
Em 31 de dezembro de 20X0													
Em 1º de janeiro de 20X1													
Dividendo final sobre resultados 20X0													
Investimentos disponíveis para venda													
Avaliação a mercado – bruta													
Transferência de avaliação a mercado - bruta													
Avaliação a mercado - imposto													
Avaliação a mercado – coligadas													
Hedges de fluxo de caixa													
Ganhos de valor justo no exercício													
Imposto sobre ganhos de valor justo													
Transferências para vendas													
Imposto sobre transferências para vendas													
Transferências para estoques													
Imposto sobre transferências para estoques													
Hedge de investimento líquido													
Diferenças de conversão de moeda													
Grupo													

	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial					Reservas de lucros				
	Ágio na emissão de ações	Reserva de pagamentos baseado em ações	Total	Título de dívida conversível	Reserva de hedge	Investimentos disponíveis para venda	Ajustes acumulados de conversão cambial	Ganhos e perdas atuarias	Total	Retenção de Lucros	Incentivos Fiscais	Reserva legal	Total
Coligadas													
Pagamentos baseado em ações:													
Valor dos serviços de empregados													
Crédito tributário referente ao plano de opção de compra de ações													
Emissão de ações													
Emissão de ações ordinárias relativas a combinação de negócios													
Título de dívida conversível - componente do patrimônio													
Imposto sobre o componente do patrimônio de título de dívida conversível													
Constituição de reserva legal													
Constituição de reserva de investimento													
Constituição de reserva de dividendos a pagar													
Constituição de reserva de ganhos e perdas atuarias													
Saldo em 31 de dezembro de 20X1													

24 Prejuízos acumulados

Em 1º de janeiro de 20X0					
Lucro do exercício					
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 20X0					
Perda atuarial sobre plano de aposentadoria, líquido de impostos					
Transferência para reserva legal					
Transferência para reserva de investimento					
Transferência para reserva de ganhos e perdas atuariais					
Transferência para reserva de dividendos a pagar					_____
Em 31 de dezembro de 20X0					=====
Em 1º de janeiro de 20X1					
Lucro do exercício					
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 20X1					
Impacto da variação da alíquota de imposto					
Transferência para reserva legal					
Transferência para reserva de investimento					
Transferência para reserva de ganhos e perdas atuariais					
Transferência para reserva de dividendos a pagar					_____
Em 31 de dezembro de 20X1					=====

25 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Permissionária, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o em Receitas de pedágio e Receitas Extraordinárias.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, são as seguintes:

Receita total do segmento									
Receita entre segmentos									
Receita de clientes externos									
EBITDA ajustado									
Depreciação e amortização									
Impairment do ágio									
Custos de reestruturação									
Despesa de imposto de renda e contribuição social									
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas									
Total do ativo									
O total do ativo inclui									
Investimentos em Coligadas									
Adições ao ativo não circulante (exceto									
instrumentos financeiros									
e impostos diferidos ativos)									
Total do passivo									

Em 31 de dezembro de 20X0, as informações por segmentos de negócios são as seguintes:

	_____	_____	_____	_____	_____
Receita total do segmento					
Receita entre segmentos	_____	_____	_____	_____	_____
Receita de clientes externos	_____	_____	_____	_____	_____
EBITDA ajustado					
Depreciação e amortização					
Despesa de impostos sobre a renda					
Participação nos lucros (prejuízos)					
de coligadas	_____	_____	_____	_____	_____
Total do ativo	=====	=====	=====	=====	=====
O total do ativo inclui					
Investimentos em coligadas					
Adições ao ativo não circulante					
(exceto instrumentos financeiros					
e impostos diferidos ativos)	_____	_____	_____	_____	_____
Total do passivo	=====	=====	=====	=====	=====

Em 1º de janeiro de 20X0, as informações por segmentos de negócios são as seguintes:

	_____	_____	_____	_____	_____
Total do ativo	=====	=====	=====	=====	=====
O total do ativo inclui					
Investimentos em coligadas					
Adições ao ativo não circulante					
(exceto instrumentos financeiros					
e impostos diferidos ativos)	_____	_____	_____	_____	_____
Total do passivo	=====	=====	=====	=====	=====

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma mensuração do EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando a perda é resultado de um evento isolado e não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos com base em ações e liquidados com ações, ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. A receita e a despesa financeira não são alocadas aos segmentos, uma vez que esse tipo de atividade é conduzido pela Tesouraria Central, que administra o caixa da Permissionária. Considerando que a Diretoria Executiva revisa o EBITDA ajustado, os resultados das operações descontinuadas não são incluídos na mensuração deste.

Apresenta-se a seguir, a conciliação do EBITDA ajustado pelo lucro antes do imposto de renda e contribuição social e das operações descontinuadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de:

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
EBITDA ajustado para os segmentos reportados		
EBITDA de outros segmentos		
Depreciação		
Amortização		
Custos com reestruturação		
Despesas legais		
<i>Impairment</i> do ágio		
Ganhos não realizados sobre instrumentos financeiros		
Opções de compra de ações concedidas a conselheiros e empregados		
Despesas financeiras, líquidas		
Outros		
	<u> </u>	<u> </u>
Lucro antes do imposto e das operações descontinuadas	<u> </u>	<u> </u>

Os valores fornecidos à Diretoria Executiva com relação ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo.

Os investimentos em ações (classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado) mantidos pela Permissionária não são considerados ativos do segmento por serem administrados pela Tesouraria Central.

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Ativos dos segmentos reportados		
Ativos de outros segmentos		
Não alocados		
Imposto diferido		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos		
Ativos do grupo de alienação classificados como mantidos para revenda		
	<u> </u>	<u> </u>
Ativo total, conforme Balanço Patrimonial	<u> </u>	<u> </u>

Os valores fornecidos à Diretoria Executiva com relação ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento.

Os passivos que incluem apropriação de juros não são considerados passivos do segmento por serem administrados pela Tesouraria Central.

Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo, conforme segue:

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Passivos dos segmentos reportados		
Passivos de outros segmentos		
Não alocados		
Imposto diferido		
Imposto corrente		
Empréstimos circulantes		
Empréstimos não circulantes		
Derivativos		
Passivos do grupo de alienação classificados como mantidos para revenda		
Dividendos a pagar		
Passivo total, conforme Balanço Patrimonial		

Como as operações do Brasil, em geral, utilizam a capacidade excedente de certos ativos de País (nome do País), uma parcela da depreciação, correspondente a R\$ XX (20X0 - R\$ XX), relacionada aos ativos do País (nome do País), foi alocada ao mercado do Brasil.

As receitas, em geral, são originadas de pela prestação dos serviço de transporte de carga e passageiros, pelo transporte de cargas e encomendas e pelas receitas extraordinárias..

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Análise de receita por categoria		
Transporte de passageiros		
Transporte de cargas e encomendas		
Receitas extraordinárias		

26 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Receita de Transporte de Passageiros Internacional		
Receita de Transporte de Passageiros Interestadual		
Receita de Transporte de Passageiros Interestadual Semiurbano		
Receita de Transporte de Passageiros Inetermunicipal		
Receita de Transporte de Passageiros Inetermunicipal Semiurbano		
Receita de Transporte de Passageiros Municipal		
Receita de Fretamento		
Receita de Transporte de Cargas e Encomendas		
(-) Tributos incidentes sobre as receitas		
Receita líquida		

27 Custos

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Transporte de passageiros internacional		
Transporte de passageiros interestadual		
Transporte de passageiros interestadual Semiurbano		
Transporte de passageiros intermunicipal		
Transporte de passageiros intermunicipal Semiurbano		
Transporte de passageiros municipal		
Fretamento		
Cargas e encomendas		

28 Outros ganhos (perdas), líquidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Perdas de valor justo		
Ganhos de valor justo		
Contratos a termo de câmbio		
Mantidos para negociação		
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos		
Ineficácia dos <i>hedges</i> de valor justo		
Ineficácia dos <i>hedges</i> de fluxo de caixa		

29 Outras receitas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Ganho na remensuração da participação preexistente no Grupo X na sua aquisição				
Receita de dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda				
Receita de dividendos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Receita de investimentos				
Reembolso de seguro				

O reembolso de seguro refere-se ao excedente de rendimentos de seguro sobre o valor contábil de bens sinistrados.

30 Despesa de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Salários, incluindo custos de reestruturação R\$ XX (20X0 - zero) e outros benefícios de rescisão R\$ XX (20X0 - zero)				
Custos previdenciários				
Opções de compra de ações concedidas a conselheiros e a Empregados				
Custos de planos de pensão - planos de contribuição Definida				
Custos de planos de pensão - planos de benefício definido				
Outras obrigações pós-emprego				
Número de empregados				

31 Receita e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	20X1	20X0	20X1	20X0
Despesa financeira				
Juros				
Variações Monetárias Passivas				
Variações Cambiais Passivas				
Provisão para Operações com Instrumentos Financeiros				
Outras Despesas Financeiras				
Tributos sobre Receita Financeira				
Encargos Financeiros - AVP				
Ajuste Negativo de Marcação a Mercado				
Ajuste do valor justo de empréstimos bancários, atribuível ao risco de taxa de juros				
Despesas financeiras				
Menos: montantes capitalizados em ativos qualificados				
Total do custo financeiro				
Receita financeira				
Receitas Financeiras				
Variações Monetárias Ativas				
Variações Cambiais Ativas				
Ganhos em Operações com Instrumentos Financeiros				
Rendimento de Títulos pela Curva				
Ajuste Positivo de Marcação a Mercado de Títulos				
Receita financeira				
Despesas financeiras, líquidas				

32 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

	<u>20X1</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	
Ajustes:	
Adições e exclusões temporárias, líquido (i)	
Adições permanentes	
Lucro Real	
Alíquota combinado do imposto de renda e contribuição social	
Imposto de renda e contribuição social no resultado – corrente	

- (i) Refere-se, substancialmente, aos ajustes oriundos da adoção dos novos CPCs, considerando o Regime Transitório de Transição. Tais ajustes compreendem a receita e custos da construção da infraestrutura, bem como despesas incorridas diretamente relacionadas com a concessão.

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>20X1</u>	
	<u>Resultado</u>	<u>Saldos</u>
Diferença temporária entre os saldos do não circulante de acordo com os novos CPCs e os saldos de serem apurados com as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT)		
Outros		
Total da base de cálculo		
Impostos diferidos à alíquota combinada de 34%		

33 Ganhos (perdas) cambiais, líquidos

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas à Demonstração do Resultado são as seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Outros (perdas) ganhos – líquidos		
Despesas financeiras, líquidas		

34 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Permissionária, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	_____	_____
Lucro básico por ação	=====	=====

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Lucro		
Lucro atribuível aos acionistas da Permissionária		
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)		
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)		
Ajustes de		
Conversão presumida de dívida conversível (milhares)		
Opções de compra de ações (milhares)		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)		
Lucro diluído por ação		

35 Dividendos e juros sobre capital próprio

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Dividendo final sobre resultados 20xx pago maio de 20X0 (X centavos por ação)		
Juros sobre capital próprio 20X0 pago dezembro de 20X1 (X centavos por ação)		
Dividendo mínimo obrigatório 20X0 a ser pago maio de 20X1 (X centavos por ação)		
Dividendo final sobre resultados 20X0 pago maio de 20X1 (X centavos por ação)		
Juros sobre capital próprio 20X0 pago dezembro de 20X1 (X centavos por ação)		
Dividendo mínimo obrigatório 20X1 a ser pago maio de 20X2 (X centavos por ação)		
	_____	_____
Valor reconhecido no exercício (controladora)		
Dividendos pagos aos não controladores		
	_____	_____
Total de dividendos		
	_____	_____
Dividendo final sobre resultados 20X1 a ser pago maio de 20X2 (X centavos por ação)		
	=====	=====

A administração da Permissionária aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em X de novembro de 20X1 (20X0 - X de novembro de 20X0), a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório de R\$ XX (20X0 - R\$ XX).

Os dividendos pagos em 20X1 e 20X0 foram de R\$ XX XX e R\$ XX, respectivamente. Dividendos Complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, de R\$ XX por ação, totalizando R\$ XX, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de X de abril de 20X2. Estas Demonstrações Contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de X % do lucro contábil da controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for liberada.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a CPC 24, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, que é normalmente reconhecida quando deliberado o pagamento de dividendos.

36 Contingências

A Permissionária tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Não deve haver nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Com relação à aquisição do Grupo (nome do Grupo) em 1º de março de 20X1, uma contraprestação adicional de X % do lucro do Grupo (nome do Grupo) pode ser exigível em dinheiro se as operações adquiridas atingirem vendas superiores a R\$ XX , em 20X1, até o valor máximo descontado de R\$ XX

Adicionalmente a Empresa tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 20X1	31 de dezembro de 20X0
Tributárias		
PIS e COFINS		
Imposto de renda e CSLL		
ICMS		
Cíveis		
Perdas e danos		
Trabalhistas		

37 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	Consolidado	
	20X1	20X0
Imobilizado		
Ativos intangíveis		

(b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia da Permissionária como arrendatária

A Permissionária arrenda diversos pontos, escritórios e armazéns segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos, e a maioria dos contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

A Permissionária também arrenda diversas fábricas e máquinas segundo contratos de arrendamento operacional canceláveis. A Permissionária tem que fornecer uma notificação com antecedência de seis meses para rescindir esses contratos. As despesas com arrendamento debitadas na Demonstração do Resultado, durante o exercício, estão divulgadas na Nota X.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Menos de um ano		
Mais de um ano e menos de cinco anos		
Mais de cinco anos		
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

38 Combinação de negócios

Em 30 de junho de 20X0, a Permissionária adquiriu X % do capital social do Grupo (nome do Grupo) por R\$ XX. Em 1º de março de 20X1, a Permissionária adquiriu mais X % do capital social e obteve o controle do Grupo (nome do Grupo). Como resultado da aquisição, espera-se que a Permissionária aumente sua presença em outros mercados. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O ágio de R\$ XX que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de clientes e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Permissionária e do Grupo (nome do Grupo).

Não se espera que nenhum ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para o Grupo (nome do Grupo) e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora no Grupo (nome do Grupo).

Contraprestação

Em 1º de março de 20X1

Caixa
Instrumentos patrimoniais emitidos (X.XX ações ordinárias)
Contraprestação contingente

Total da contraprestação transferida

Ativo de indenização
Valor justo da participação acionária no Grupo (nome do Grupo) mantida antes da combinação de negócios

Total da contraprestação

Custos relacionados com aquisição (incluído em despesas administrativas na demonstração consolidada do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 20X1)

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa
Ativo imobilizado
Marcas registradas (incluídas em intangíveis)
Licenças (incluídas em intangíveis)
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis)
Investimento em coligadas
Ativos financeiros disponíveis para venda
Estoques
Duplicatas a receber e outros créditos
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades
Obrigações de benefícios de aposentadoria
Pensões
Outras obrigações pós-aposentadoria
Empréstimos
Passivo contingente
Passivos de imposto diferido

Total de ativos líquidos identificáveis

Participação não controladora

Ágio

O valor justo das X.XXX ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga para o Grupo (nome do Grupo) (R\$ XX) baseou-se no preço da ação publicado em 1º de março de 20X1. Os custos de emissão totalizando R\$ XX foram compensados com os recursos recebidos.

O acordo de contraprestação contingente requer que a Permissionária pague aos antigos proprietários do Grupo (nome do Grupo) X % do lucro do Grupo (nome do Grupo), acima de R\$ XX para 20X1, até um valor máximo não descontado de R\$ XX

O valor não descontado potencial de todos os pagamentos futuros que se poderia solicitar para a Permissionária fazer, conforme este acordo, está entre R\$ zero e R\$ XX

O valor justo do acordo da contraprestação contingente de R\$ XX foi estimado aplicando-se o método da lucratividade (*income approach*). As estimativas de valor justo são baseadas numa taxa de desconto de X % e assumiram um lucro ajustado da probabilidade no Grupo (nome do Grupo) de R\$ XX para R\$ XX..

Em 31 de dezembro de 20X1, houve um aumento de R\$ XX reconhecido na Demonstração do Resultado para o acordo de contraprestação contingente, uma vez que o lucro ajustado da probabilidade assumida no Grupo (nome do Grupo) foi recalculado para aproximadamente R\$ XX -XX.XXX.

O valor justo das duplicatas a receber e outros créditos é R\$ XX e inclui as duplicatas a receber com um valor justo de R\$ XX O valor contratual bruto para as duplicatas a receber devidas é R\$ XX, dos quais se espera que R\$ XX não sejam cobráveis.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ XX (incluindo marcas registradas e licenças) é provisório e pendente de recebimento das valorizações finais daqueles ativos.

Um passivo contingente de R\$X.XXX foi reconhecido para uma ação judicial pendente na qual o Grupo (nome do Grupo) é réu. A ação foi movida por um cliente que alega defeitos nos produtos fornecidos a ele. Espera-se que os tribunais de justiça cheguem a uma decisão sobre este caso no final de 20X2. O valor não descontado potencial de todos os pagamentos futuros que poderiam ser solicitados para a Permissionária fazer se não houvesse uma decisão contrária relativa à ação está estimado entre R\$ XX e R\$ XX Em 31 de dezembro de 20X1, não houve mudanças no valor reconhecido (exceto para o ajuste do desconto a valor presente de R\$ XX) para o passivo em 31 de março de 20X1, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

Os acionistas vendedores de (nome da Empresa) concordaram contratualmente em indenizar (nome da Empresa) pela ação que pode tornar-se devida no que diz respeito à ação acima mencionada. Um ativo de indenização de R\$ XX , equivalente ao valor justo do passivo indenizado, foi reconhecido pela Permissionária. O ativo de indenização é deduzido da contraprestação transferida para a combinação de negócios. Como no caso do passivo indenizado, não houve mudança no valor reconhecido para o ativo de indenização em 31 de dezembro de 20X1, uma vez que não houve mudança nos resultados ou premissas utilizados para desenvolver a estimativa do passivo.

O valor justo da participação não controladora do Grupo (nome do Grupo), uma empresa não cotada em bolsa, foi estimado aplicando-se o método de mercado (market approach) e o método da lucratividade. As estimativas de valor justo são baseadas em:

- (a) uma taxa de desconto presumida de X %;
- (b) um valor terminal presumido baseado nos múltiplos finais de EBITDA entre X e X vezes;
- (c) taxa de crescimento sustentável de longo prazo de X %;
- (d) múltiplos financeiros presumidos de empresas consideradas similares ao Grupo (nome do Grupo); e
- (e) ajustes presumidos devido à falta de controle ou de negociabilidade que os participantes do mercado considerariam ao estimar o valor justo da participação não controladora no Grupo (nome do Grupo).

A Permissionária reconheceu um ganho de R\$ XX como resultado da mensuração ao valor justo de sua participação societária de X % no Grupo (nome do Grupo) mantida antes da combinação de negócios. O ganho está incluído em outras receitas, na Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 20X1.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado abrangente desde 1º de março de 20X1 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo (nome do Grupo) de R\$ XX. O Grupo (nome do Grupo) também contribuiu com um lucro de R\$ XX no mesmo período.

Se o Grupo (nome do Grupo) tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 20X1, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita de R\$ XX e lucro de R\$ XX.

39 Transações com partes relacionadas

39.1 Consolidado

A Permissionária é controlada pela Empresa Z Ltda. (constituída no Brasil), que detém X % das ações da sociedade. Os X % remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas. A controladora final da Permissionária é a (nome da Empresa) (constituída no Brasil).

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Vendas de produtos e serviços

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Vendas de serviços		
- Coligadas		
- A controladora final (serviços jurídicos e administrativos)		
- Membros próximos da família da parte controladora final (serviços de projeto)		
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros¹. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base na correção de custos, permitindo uma margem que varia entre X % e X % (20X0 - X % a X %).

(b) Compras de produtos e serviços

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Compras de produtos		
- Coligadas		
Compras de serviços		
- Uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração		
- A controladora imediata (serviços da administração)		
	<u> </u>	<u> </u>
	<u> </u>	<u> </u>

¹ A administração deve divulgar que as transações com as partes relacionadas foram conduzidas como transações entre partes independentes, quando esses termos puderem ser substanciados (IAS24p21).

Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. (Nome), conselheiro da sociedade. Os serviços de administração são comprados da controladora imediata com base na correção de custos, permitindo uma margem que varia entre X % e X % (20X0 - X %).

(c) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do Comitê Executivo, a secretária da Sociedade e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados		
Benefícios de rescisão		
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Pagamentos com base em ações		

(d) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços

	<u>31 de dezembro de 20X1</u>	<u>31 de dezembro de 20X0</u>
Contas a receber de partes relacionadas		
Controladora final		
Membros próximos das famílias do pessoal-chave da administração		
Contas a pagar a partes relacionadas		
Controladora imediata		
Coligadas		
Entidade controlada pelo pessoal-chave da administração		

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas (20X0 e 1º de janeiro de 20X0 - zero).

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

(e) Empréstimos para partes relacionadas

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Empréstimos para o pessoal-chave da administração da sociedade		
(e seus familiares) (*)		
Em 1º de janeiro		
Empréstimos efetuados durante o exercício		
Amortização de empréstimo recebida		

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
Juros cobrados		
Juros recebidos		
Em 31 de dezembro		
Empréstimos para coligadas		
Em 1º de janeiro		
Empréstimos efetuados durante o exercício		
Amortização de empréstimo recebida		
Juros cobrados		
Juros recebidos		
Em 31 de dezembro		
Total dos empréstimos para partes relacionadas		
Em 1º de janeiro		
Empréstimos efetuados durante o exercício		
Amortização de empréstimo recebida		
Juros cobrados		
Juros recebidos		
Em 31 de dezembro		

(*) Nenhum dos empréstimos feitos para o pessoal-chave da administração foi feito para conselheiros.

Os empréstimos efetuados ao pessoal-chave da administração têm os seguintes termos e condições:

<u>Nome da pessoa-chave da administração</u>	<u>Valor do empréstimo</u>	<u>Termo</u>	<u>Taxa de juros - %</u>
20X1			
20X0			

Alguns empréstimos efetuados para coligadas, durante o exercício, no valor de R\$ XX (20X0 - R\$ XX ; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX), são garantidos por ações em Companhias abertas. O valor justo dessas ações era de R\$ XX na data do balanço (20X0 - R\$ XX ; 1º de janeiro de 20X0 - R\$ XX).

Os empréstimos a coligadas tem vencimento em 1º de janeiro de 20X2 e estão sujeitos a juros de X % (20X0: X %). Os valores justos e as taxas de juros efetivos dos empréstimos para coligadas estão divulgados na Nota X.

Nenhuma provisão foi necessária em 31 de dezembro de 20X1 e de 20X0 ou 1º de janeiro de 20X0 para os empréstimos feitos ao pessoal-chave da administração e coligadas.

39.2 Controladora

As transações com controladas abaixo ocorreram durante o ano.

	<u>20X1</u>	<u>20X0</u>
--	-------------	-------------

Dividendos recebidos

(Nome da Empresa), uma controlada indireta da empresa forneceu à companhia recursos em dinheiro adicionais no valor de XXX em 1º de março de 20X1. Os recursos obtidos foram usados para financiar parcialmente a aquisição do Grupo (nome do Grupo), o que resultou em saída de caixa no valor de XXX e na aquisição de X ações próprias da companhia em x de x de 20X1, resultando numa saída de caixa no valor de XXX. Não foram reembolsados juros do financiamento em aberto no valor de XXX em 31 de dezembro de 20X1 (20X0 - XXX) da (nome da Empresa), que é amortizado contra apresentação. Ver Nota X.

O financiamento de caixa de curto prazo é fornecido a empreendimentos da controlada na Permissionária. As verbas pagas com adiantamento são geralmente amortizadas em X meses. O saldo a receber em aberto é R\$ XX em 31 de dezembro de 20X1 (20X0 – XXX.XXX). Ver Nota X para obter mais detalhes.

Nenhuma transação de compra ou venda foi realizada entre a companhia e os empreendimentos da controlada.

40 Eventos subsequentes

a) Combinações de negócios

A Permissionária adquiriu 100% do capital acionário da (indicar nome da Companhia adquirida)

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Contraprestação pela compra

- Pagamento em caixa
- Custos diretos relacionados com a aquisição

Contraprestação total pela compra

Valor justo dos ativos adquiridos (ver a seguir)

Ágio

=====

O ágio acima é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da (nome da Empresa). em negociações no nicho de mercado para equipamentos de esportes radicais.

Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados temporariamente, são:

	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil da adquirida</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Imobilizado		
Relacionamentos contratuais com clientes		
Contratos de arrendamento favoráveis		
Estoques		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		
Fornecedores e outras obrigações		
Obrigações de benefícios de aposentadoria		
Empréstimos		
Ativo de imposto diferido	_____	_____
Ativos líquidos adquiridos	<u>_____</u>	<u>_____</u>

(b) Coligadas

A Permissionária adquiriu X % do capital acionário da (nome da Empresa). Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Contraprestação pela compra	
Pagamento em caixa	
Custos diretos relacionados com a aquisição	_____
Contraprestação total pela compra	
Participação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ver a seguir)	_____
Ágio	<u>_____</u>

O ágio é atribuível à forte posição de mercado e futura rentabilidade esperada da (nome da Empresa), em negociações no mercado, e à sua força de trabalho, que não pode ser reconhecida separadamente como um ativo intangível.

Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados temporariamente, são:

	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil da adquirida</u>
Relacionamentos contratuais com clientes		
Imobilizado		
Estoques		
Caixa		
Credores comerciais		
Empréstimos	_____	_____
Ativos líquidos adquiridos	<u>_____</u>	<u>_____</u>

(c) Transações de capital

Em 1º de janeiro de 20X2, X mil opções de compra de ações foram concedidas a conselheiros e a empregados com um preço de exercício estabelecido, com base nos preços das ações no mercado, menos X %, naquela data, de R\$ XX por ação (preço da ação - R\$ XX) (data de vencimento - 31 de dezembro de 20X3).

A sociedade reemitiu X ações em tesouraria por uma contraprestação total de R\$ XX em X de janeiro de 20X2.

(d) Empréstimos

Em 1º de fevereiro de 20X2, a Permissionária emitiu R\$ XX a X % do título de dívida americano, para financiar seu programa de expansão e necessidades de capital de giro nos País (nome do País). Os títulos vencem em 31 de dezembro de 20X3.

8.3 Relatório Auxiliar

As permissionárias deverão apresentar anualmente à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT o Relatório Gerencial de Custos e Despesas e o Quadro de Detalhamento dos Custos e Despesas alocados aos processos, que consistem respectivamente em um relatório de alocação dos custos e despesas dentre as atividades e o desmembramento dos custos e despesas de acordo com sua respectiva natureza dentre os processos, vide atividades e processos abaixo:

Atividades:

1. Transporte Internacional de Passageiros;
2. Transporte Interestadual de Passageiros;
3. Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros;
4. Transporte Intermunicipal de Passageiros;
5. Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros;
6. Transporte Municipal de Passageiros;
7. Custo com Fretamento; e
8. Custo com Transporte de Cargas e Encomendas.

Processos:

1. Definir e executar a estratégia de negócio;
2. Desenvolver e gerenciar clientes e mercado;
3. Realizar o transporte de passageiros;
4. Planejar e realizar vendas via agência;
5. Planejar e realizar vendas via call center;
6. Planejar a realizar vendas via internet;
7. Realizar atendimento SAC;
8. Realizar suporte a motoristas - call center;
9. Gerenciar controle operacional;
10. Gerenciar e realizar manutenção;
11. Gerenciar necessidades de demanda;
12. Planejar e realizar a disponibilização de motoristas e ônibus;
13. Gerenciar treinamento de motoristas;
14. Gerenciar finanças;
15. Gerenciar materiais e serviços – compras;
16. Gerenciar saúde e segurança do trabalho;
17. Gerenciar recursos humanos;
18. Gerenciar tecnologia da informação;
19. Gerenciar processos jurídicos;
20. Monitorar performance;
21. Gerenciar meio ambiente; e
22. Fiscalização/auditoria.

A seguir, os modelos dos relatórios a serem apresentados:

Relatório Gerencial de Custos e Despesas

Permissionária:

Data base:

Responsável:

Nº	Processos/Atividades	Critério utilizado para rateio baseado no Anexo I.	Atividades								Custos com Transportes de Cargas e Encomendas	Total
			Transporte Internacional de Passageiros	Transporte Interestadual de Passageiros	Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	Transporte Intermunicipal de Passageiros	Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	Transporte Municipal de Passageiros	Custo com Fretamento			
1	Definir e executar a estratégia de negócio											
2	Desenvolver e gerenciar clientes e mercado											
3	Realizar o transporte de passageiros											
4	Planejar e realizar vendas via agência											
5	Planejar e realizar vendas via <i>call center</i>											
6	Planejar e realizar vendas via internet											
7	Realizar atendimento SAC											
8	Realizar suporte e motoristas - <i>call center</i>											
9	Gerenciar controle operacional											
10	Gerenciar e realizar manutenção											
11	Gerenciar necessidades de demanda											
12	Planejar e realizar a disponibilização de motoristas ônibus											
13	Gerenciar treinamento de motoristas											

Nº	Processos/Atividades	Critério utilizado para rateio baseado no Anexo I.	Atividades								Total
			Transporte Internacional de Passageiros	Transporte Interestadual de Passageiros	Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros	Transporte Intermunicipal de Passageiros	Transporte Intermunicipal Semiurbano de Passageiros	Transporte Municipal de Passageiros	Custo com Fretamento	Custos com Transportes de Cargas e Encomendas	
14	Gerenciar finanças										
15	Gerenciar materiais e serviços - compras										
16	Gerenciar saúde e segurança do trabalho										
17	Gerenciar recursos humanos										
18	Gerenciar tecnologia da informação										
19	Gerenciar processos jurídicos										
20	Monitorar <i>performance</i>										
21	Gerenciar meio ambiente										
22	Fiscalização/auditoria										
	Total										

Cidade, / /

Assinatura do responsável

Quadro de Detalhamento dos Custos e Despesas alocados aos processos

Permissionária:

Data base:

Responsável:

Contas	Processos																						Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
Aluguel																							
Combustíveis e lubrificantes (frota)																							
Combustíveis e lubrificantes (outros)																							
Comissões de vendas																							
Conservação de bens e imóveis																							
Depreciação																							
Despesas com publicações e assinaturas																							
Equipamentos de informática e softwares																							
Manutenção de equipamentos																							
Manutenção de veículos																							
Materiais de expediente e informática																							
Outros custos e despesas operacionais																							
Salários e encargos																							
Salários e encargos (motoristas)																							
Serviços de terceiros																							
Treinamentos																							
Utilidades																							
Vendas de passagens																							

Contas	Processos																						Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22		
Viagens e conduções																								
Tributos - PIS e COFINS																								
Tributos - ICMS																								
Tributos (exceto PIS/COFINS/ICMS)																								
Multas e taxas																								
Bens Baixados / Vendidos																								
Provisões diversas																								
Variações																								
Juros																								
Marcação a Mercado																								
Equivalência Patrimonial																								
Descontos																								
Despesas / custos associados a Investimentos																								
Despesas / custos associados a Encargos Financeiros																								
Outros																								
Meio Ambiente e P&D																								
Despesas Bancárias																								
Provisão para furtos e roubos																								
TOTAL																								

Processos:

1 - Definir e executar a estratégia de negócio	12 - Planejar e realizar a disponibilização de motoristas e ônibus
2 - Desenvolver e gerenciar clientes e mercado	13 - Gerenciar treinamento de motoristas
3 - Realizar o transporte de passageiros	14 - Gerenciar finanças
4 - Planejar e realizar vendas via agência	15 - Gerenciar materiais e serviços - compras
5 - Planejar e realizar vendas via call center	16 - Gerenciar saúde e segurança do trabalho
6 - Planejar e realizar vendas via internet	17 - Gerenciar recursos humanos
7 - Realizar atendimento SAC	18 - Gerenciar tecnologia da informação
8 - Realizar suporte a motoristas - call Center	19 - Gerenciar processos jurídicos
9 - Gerenciar controle operacional	20 - Monitorar performance
10 - Gerenciar e realizar manutenção	21 - Gerenciar meio ambiente
11 - Gerenciar necessidades de demanda	22 - Fiscalização/auditoria

Cidade, / /

Assinatura do responsável

8.3.1 Procedimentos para preenchimento dos relatórios

8.3.1.1 Rateio entre os processos:

A permissionária deverá classificar os custos e despesas dentre os processos utilizando-se de critérios que melhor reflitam a alocação dos custos e despesas utilizando como parâmetro, a natureza dos custos e despesas e a definição dos processos. Abaixo seguem as definições dos processos e natureza em que os custos e despesas devem ser agrupados.

8.3.1.1.1 Definição dos processos:

1. Definir e executar a estratégia de negócio:

O processo "definir e executar a estratégia de negócio" envolve os aspectos que a empresa utiliza para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização, ou seja, nesta seção serão incluídos os custos e despesas que tem como principal objetivo a definição do modo como a organização funciona, como será a atuação, quais serão as metas, etc. Além disso, também serão incluídas os gastos relacionados a execução destas estratégia.

2. Desenvolver e gerenciar clientes e mercado:

Custos e despesas relativos ao desenvolvimento e gerenciamento de clientes e mercado, ou seja, gastos relativos aos processos específicos de desenvolvimento e gerenciamento de clientes e mercados. Diferencia-se do "Definir e executar a estratégia de negócio", pois são os gastos exclusivos da área de clientes e mercados, enquanto o termo referente a estratégia do negócio é utilizado de forma mais ampla e para a organização no geral.

3. Realizar o transporte de passageiros:

Custos e despesas incorridas nos processos que envolvem exclusivamente o transporte de passageiros.

4. Planejar e realizar vendas via agência:

Custos e despesas relacionados às vendas efetuadas via agência.

5. Planejar e realizar vendas via call center:

Custos e despesas relacionados às vendas efetuadas via telefone no serviço de call center.

6. Planejar a realizar vendas via internet:
Custos e despesas relacionados às vendas efetuadas via internet.
7. Realizar atendimento SAC:
Custos e despesas incorridos na realização de atendimento via Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).
8. Realizar suporte a motoristas - call center:
Custos e despesas incorridos no processo de suporte ao motorista via telefone no serviço de call center.
9. Gerenciar controle operacional:
Custos e despesas que envolvem os processos de gerenciamento de controles operacionais.
10. Gerenciar e realizar manutenção:
Custos e despesas envolvidos no processo de manutenção.
11. Gerenciar necessidades de demanda:
Custos e despesas relacionados ao gerenciamento da demandas da organização.
12. Planejar e realizar a disponibilização de motoristas e ônibus:
Custos e despesas envolvidos no planejamento e realização da disponibilização de motoristas e ônibus, assim como a alocação dos mesmos.
13. Gerenciar treinamento de motoristas:
Custos e despesas envolvidos no treinamento de motoristas.
14. Gerenciar finanças:
Custos e despesas relacionados ao gerenciamento das finanças.
15. Gerenciar materiais e serviços – compras:
Custos e despesas relacionados à compra e gerenciamento de materiais e serviços.
16. Gerenciar saúde e segurança do trabalho:
Custos e despesas relacionados à segurança do trabalho e a saúde.
17. Gerenciar recursos humanos:
Custos e despesas relacionados ao gerenciamento de pessoal.
18. Gerenciar tecnologia da informação:
Custos e despesas relacionados ao gerenciamento da tecnologia da informação.

19. Gerenciar processos jurídicos:

Custos e despesas relacionados ao gerenciamento de aspectos com envolvimento jurídico.

20. Monitorar performance:

Custos e despesas relacionados ao acompanhamento de desempenho do negócio.

21. Gerenciar meio ambiente:

Custos e despesas relacionados ao gerenciamento de aspectos com envolvimento ambiental.

22. Fiscalização/auditoria:

Custos e despesas relacionados aos serviços de fiscalização e auditoria.

8.3.1.1.2 Natureza dos custos e despesas

Aluguel

Combustíveis e lubrificantes (frota)

Combustíveis e lubrificantes (outros)

Comissões de vendas

Conservação de bens e imóveis

Depreciação

Despesas com publicações e assinaturas

Equipamentos de informática e softwares

Manutenção de equipamentos

Manutenção de veículos

Materiais de expediente e informática

Outros custos e despesas operacionais

Salários e encargos

Salários e encargos (motoristas)

Serviços de terceiros

Treinamentos

Utilidades

Vendas de passagens

Viagens e conduções

Tributos - PIS e COFINS

Tributos - ICMS

Tributos (exceto PIS/COFINS/ICMS)

Multas e taxas

Bens Baixados / Vendidos
Provisões diversas
Variações
Juros
Marcação a Mercado
Equivalência Patrimonial
Descontos
Despesas / custos associados a Investimentos
Despesas / custos associados a Encargos Financeiros
Outros
Meio Ambiente e P&D
Despesas Bancárias
Provisão para furtos e roubos

As naturezas dos custos e despesas apresentadas acima serão compostas pelas contas elencadas no anexo II.

8.3.1.2 Classificação dos custos e despesas em diretos ou indiretos

Após terem sido alocados aos processos, os custos e despesas devem ser classificados em diretos ou indiretos.

8.3.1.2.1 Diretos:

Os custos e despesas classificados como diretos, são aqueles que podem ser diretamente atribuíveis a uma das atividades, nestes casos estes custos e despesas devem ser alocados à atividade a que se referem sem a necessidade de utilização de critérios subjetivos de rateio.

8.3.1.2.2 Indiretos:

Os custos e despesas classificados como indiretos, os que não são atribuíveis à uma atividade, devem ser rateados entre às atividades utilizando os critérios definidos pela ANTT conforme anexo I.

8.3.1.3 Instruções de preenchimento dos relatórios

8.3.1.3.1 Relatório gerencial de custos e despesas

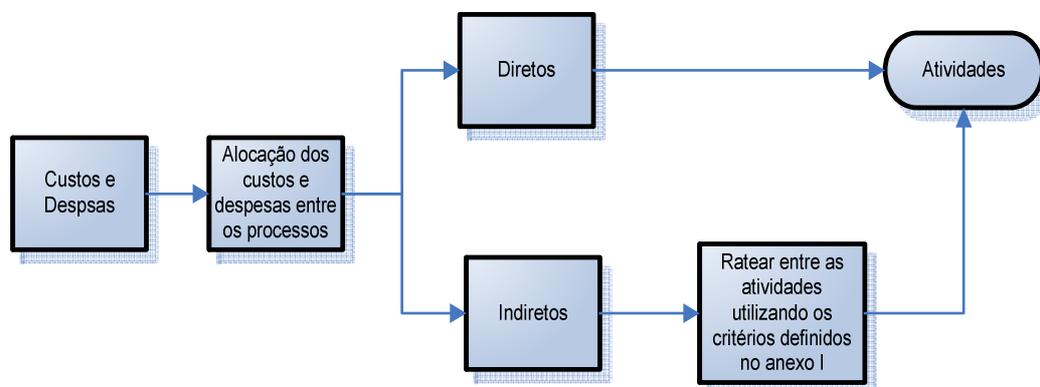
O relatório deverá contemplar todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, alocados às atividades.

Deve-se informar também o direcionador utilizado no rateio às atividades dos custos e despesas indiretos alocados aos processos.

8.3.1.3.2 Detalhamento dos custos e despesas alocados aos processos.

O “Quadro de Detalhamento dos custos e despesas alocados aos processos” deve ser preenchido com os custos e despesas diretos e indiretos de acordo com as naturezas dos custos e despesas descritas no item 1.1.2.

8.3.1.4 Fluxograma de alocação de custos e despesas:



ANEXO I

Alocação dos gastos indiretos da cadeia de valor aos tipos de serviços prestados

Direcionadores dos processos para os serviços

	Consumo de óleo diesel	Custeio direto proporcional	Quilômetros rodados	Passageiros transportados	Passageiros x Quilômetros rodados	Passagens vendidas - total	Passagens vendidas - via agência	Passagens vendidas - via call center	Passagens vendidas - via internet	Passagens vendidas - via motorista	Quantidade de atendimentos - clientes	Quantidade de atendimentos - motorista	Quantidade de contratos analisados	Quantidade de equipamentos utilizados	Quantidade de funcionários	Quantidade de linhas atendidas	Quantidade de motoristas	Quantidade de ônibus	Quantidades de processos analisados	Quantidade de viagens realizadas	Quilometragem das linhas atendidas	Receita bruta
Negócio - Definir e executar a estratégia de negócio		✓																				✗
Negócio - Desenvolver e gerenciar clientes e mercado																						✗
Operação - Realizar o transporte de passageiros			✗	✓																		✗
Operação - Planejar e realizar vendas via agência	✓		✓			✓	✗															✓
Operação - Planejar e realizar vendas via call center								✗														✓
Operação - Planejar a realizar vendas via internet									✗													✓
Operação - Realizar atendimento SAC							✓	✓			✗											✓
Operação - Realizar suporte a motoristas - call center	✓											✗										✓
Operação - Gerenciar controle operacional			✓			✓										✗	✓	✓				✓
Operação - Gerenciar e realizar manutenção		✗													✓		✓	✓				✓
Operação - Gerenciar necessidades de demanda			✓													✗	✓	✓				✓
Operação - Planejar e realizar a disponibilização de motoristas e ônibus			✓													✗						✓
Operação - Gerenciar treinamento de motoristas																	✗					✓
Suporte - Gerenciar finanças																						✗
Suporte - Gerenciar materiais e serviços - compras	✓												✓				✓	✗				✓
Suporte - Gerenciar saúde e segurança do trabalho														✗			✓	✓				✓
Suporte - Gerenciar recursos humanos	✓													✗			✓					✓
Suporte - Gerenciar tecnologia da informação	✓	✓			✓									✗			✓	✓				✓
Suporte - Gerenciar processos jurídicos	✓	✓	✓										✓						✗			✓
Suporte - Monitorar performance	✓			✓																		✗
Suporte - Gerenciar meio ambiente	✓	✓	✗												✓		✓					✓
Suporte - Fiscalização/auditoria	✓	✓													✗					✓		✓

Legenda:

- ✗ Direcionador recomendado
- ✓ Direcionador alternativo

ANEXO II

Agrupamento de contas

Aluguel
Aluguel de Imóveis
5.1.1.02.01.011
Locação de Bens Imóveis
4.1.1.04.02.001
4.1.2.04.02.003
4.1.3.04.02.001
4.1.4.04.02.001
4.1.5.04.02.001
4.1.6.04.02.001
4.1.7.04.02.001
4.1.8.04.02.001
4.2.1.03.02.001
4.2.2.03.02.001
4.2.3.03.02.001
4.2.4.03.02.001
4.2.5.03.02.001
4.2.6.03.02.001
4.2.7.03.02.001
4.2.8.03.02.001
4.3.1.03.02.001
5.1.1.07.01.002
5.1.2.07.01.002
Locação de Bens Móveis
4.1.1.04.02.002
4.1.2.04.02.004
4.1.3.04.02.002
4.1.4.04.02.002
4.1.5.04.02.002
4.1.6.04.02.002
4.1.7.04.02.002
4.1.8.04.02.002
4.2.1.03.02.002
4.2.2.03.02.002
4.2.3.03.02.002
4.2.4.03.02.002
4.2.5.03.02.002
4.2.6.03.02.002
4.2.7.03.02.002
4.2.8.03.02.002
4.3.1.03.02.002
5.1.1.07.01.003
5.1.2.07.01.003

Bens Baixados / Vendidos
Baixa de Ativos Diferidos
5.1.3.02.06.001
5.3.3.01.01.001
Combustíveis e Lubrificantes (frota)
Óleo Diesel
4.1.1.03.01.001
4.1.2.03.01.001
4.1.3.03.01.001
4.1.4.03.01.001
4.1.5.03.01.001
4.1.6.03.01.001
4.1.7.03.01.001
4.1.8.03.01.001
Combustíveis e Lubrificantes (outros)
Combustíveis e Lubrificantes
4.2.1.02.01.001
4.2.2.02.01.001
4.2.3.02.01.001
4.2.4.02.01.001
4.2.5.02.01.001
4.2.6.02.01.001
4.2.7.02.01.001
4.2.8.02.01.001
4.3.1.02.01.001
5.1.1.04.01.001
5.1.2.04.01.001
Graxas e Lubrificantes
4.1.1.03.01.002
4.1.2.03.01.002
4.1.3.03.01.002
4.1.4.03.01.002
4.1.5.03.01.002
4.1.6.03.01.002
4.1.7.03.01.002
4.1.8.03.01.002
Outros Combustíveis
4.1.1.03.01.003
4.1.2.03.01.003
4.1.3.03.01.003
4.1.4.03.01.003
4.1.5.03.01.003
4.1.6.03.01.003
4.1.7.03.01.003
4.1.8.03.01.003
Comissões de Vendas
Comissões a Terceiros - Pessoa Física
5.1.1.02.01.001
Comissões a Terceiros - Pessoa Jurídica
5.1.1.02.01.002

Comissões e Despesas com Cartão de Crédito
5.1.1.02.01.003
Conservação de Bens e Imóveis
Conservação de Bens e Instalações
4.1.1.05.02.008
4.1.2.05.02.008
4.1.3.05.02.008
4.1.4.05.02.008
4.1.5.05.02.008
4.1.6.05.02.008
4.1.7.05.02.008
4.1.8.05.02.008
4.2.1.04.02.008
4.2.2.04.02.008
4.2.3.04.02.008
4.2.4.04.02.008
4.2.5.04.02.008
4.2.6.04.02.008
4.2.7.04.02.008
4.2.8.04.02.008
4.3.1.04.02.008
Conservação de Imóveis
5.1.1.03.01.001
5.1.2.03.01.001
Conservação de Instalações
5.1.1.03.01.002
5.1.2.03.01.002
Depreciação
Aeronaves
4.1.1.06.01.013
4.1.2.06.01.013
4.1.3.06.01.013
4.1.4.06.01.013
4.1.5.06.01.013
4.1.6.06.01.013
4.1.7.06.01.013
4.1.8.06.01.013
4.2.1.05.01.012
4.2.2.05.01.013
4.2.3.05.01.013
4.2.4.05.01.013
4.2.5.05.01.013
4.2.6.05.01.013
4.2.7.05.01.013
4.2.8.05.01.013
4.3.1.05.01.012
5.1.1.08.01.009
5.1.2.08.01.009

Benfeitorias em Bens de Terceiros
4.1.1.06.01.010
4.1.2.06.01.010
4.1.3.06.01.010
4.1.4.06.01.010
4.1.5.06.01.010
4.1.6.06.01.010
4.1.7.06.01.010
4.1.8.06.01.010
4.2.1.05.01.009
4.2.2.05.01.009
4.2.3.05.01.009
4.2.4.05.01.009
4.2.5.05.01.009
4.2.6.05.01.009
4.2.7.05.01.009
4.2.8.05.01.009
4.3.1.05.01.009
5.1.1.08.01.010
5.1.2.08.01.010
Edificações e Melhoramentos
4.1.1.06.01.001
4.1.2.06.01.001
4.1.3.06.01.001
4.1.4.06.01.001
4.1.5.06.01.001
4.1.6.06.01.001
4.1.7.06.01.001
4.1.8.06.01.001
4.2.1.05.01.001
4.2.2.05.01.001
4.2.3.05.01.001
4.2.4.05.01.001
4.2.5.05.01.001
4.2.6.05.01.001
4.2.7.05.01.001
4.2.8.05.01.001
4.3.1.05.01.001
5.1.1.08.01.001
5.1.2.08.01.001
Embarcações
4.1.1.06.01.012
4.1.2.06.01.012
4.1.3.06.01.012
4.1.4.06.01.012
4.1.5.06.01.012
4.1.6.06.01.012
4.1.7.06.01.012
4.1.8.06.01.012
4.2.1.05.01.011
4.2.2.05.01.012
4.2.3.05.01.012

4.2.4.05.01.012
4.2.5.05.01.012
4.2.6.05.01.012
4.2.7.05.01.012
4.2.8.05.01.012
4.3.1.05.01.011
5.1.1.08.01.008
5.1.2.08.01.008
Equipamentos de Processamento de Dados
4.1.1.06.01.007
4.1.2.06.01.007
4.1.3.06.01.007
4.1.4.06.01.007
4.1.5.06.01.007
4.1.6.06.01.007
4.1.7.06.01.007
4.1.8.06.01.007
4.2.1.05.01.006
4.2.2.05.01.006
4.2.3.05.01.006
4.2.4.05.01.006
4.2.5.05.01.006
4.2.6.05.01.006
4.2.7.05.01.006
4.2.8.05.01.006
4.3.1.05.01.006
5.1.1.08.01.005
5.1.2.08.01.005
Ferramentas Duráveis
4.1.1.06.01.006
4.1.2.06.01.006
4.1.3.06.01.006
4.1.4.06.01.006
4.1.5.06.01.006
4.1.6.06.01.006
4.1.7.06.01.006
4.1.8.06.01.006
4.2.1.05.01.005
4.2.2.05.01.005
4.2.3.05.01.005
4.2.4.05.01.005
4.2.5.05.01.005
4.2.6.05.01.005
4.2.7.05.01.005
4.2.8.05.01.005
4.3.1.05.01.005
5.1.1.08.01.013

Instalações
4.1.1.06.01.002
4.1.2.06.01.002
4.1.3.06.01.002
4.1.4.06.01.002
4.1.5.06.01.002
4.1.6.06.01.002
4.1.7.06.01.002
4.1.8.06.01.002
4.2.1.05.01.002
4.2.2.05.01.002
4.2.3.05.01.002
4.2.4.05.01.002
4.2.5.05.01.002
4.2.6.05.01.002
4.2.7.05.01.002
4.2.8.05.01.002
4.3.1.05.01.002
5.1.1.08.01.002
5.1.2.08.01.002
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos
4.1.1.06.01.005
4.1.2.06.01.005
4.1.3.06.01.005
4.1.4.06.01.005
4.1.5.06.01.005
4.1.6.06.01.005
4.1.7.06.01.005
4.1.8.06.01.005
4.2.1.05.01.004
4.2.2.05.01.004
4.2.3.05.01.004
4.2.4.05.01.004
4.2.5.05.01.004
4.2.6.05.01.004
4.2.7.05.01.004
4.2.8.05.01.004
4.3.1.05.01.004
5.1.1.08.01.004
5.1.2.08.01.004
Móveis e Utensílios
4.1.1.06.01.009
4.1.2.06.01.009
4.1.3.06.01.009
4.1.4.06.01.009
4.1.5.06.01.009
4.1.6.06.01.009
4.1.7.06.01.009
4.1.8.06.01.009
4.2.1.05.01.008
4.2.2.05.01.008
4.2.3.05.01.008

Móveis e Utensílios
4.2.4.05.01.008
4.2.5.05.01.008
4.2.6.05.01.008
4.2.7.05.01.008
4.2.8.05.01.008
4.3.1.05.01.008
5.1.1.08.01.007
5.1.2.08.01.007
Softwares
4.1.1.06.01.008
4.1.1.06.02.003
4.1.2.06.01.008
4.1.2.06.02.003
4.1.3.06.01.008
4.1.3.06.02.003
4.1.4.06.01.008
4.1.4.06.02.003
4.1.5.06.01.008
4.1.5.06.02.003
4.1.6.06.01.008
4.1.6.06.02.003
4.1.7.06.01.008
4.1.7.06.02.003
4.1.8.06.01.008
4.1.8.06.02.003
4.2.1.05.01.007
4.2.1.05.02.003
4.2.2.05.01.007
4.2.2.05.02.003
4.2.3.05.01.007
4.2.3.05.02.003
4.2.4.05.01.007
4.2.4.05.02.003
4.2.5.05.01.007
4.2.5.05.02.003
4.2.6.05.01.007
4.2.6.05.02.003
4.2.7.05.01.007
4.2.7.05.02.003
4.2.8.05.01.007
4.2.8.05.02.003
4.3.1.05.01.007
4.3.1.05.02.003
5.1.1.08.01.006
5.1.1.08.02.003
5.1.2.08.01.006
5.1.2.08.02.003
Veículos de Apoio Administrativos
5.1.2.08.01.003
Veículos de Apoio Comerciais
5.1.1.08.01.003

Veículos de Apoio da Administração de Terminais
4.3.1.05.01.003
Veículos de Apoio da Operação
4.1.1.06.01.004
4.1.2.06.01.004
4.1.3.06.01.004
4.1.4.06.01.004
4.1.5.06.01.004
4.1.6.06.01.004
4.1.7.06.01.004
4.1.8.06.01.004
Veículos de Apoio de Manutenção
4.2.1.05.01.003
4.2.2.05.01.003
4.2.3.05.01.003
4.2.4.05.01.003
4.2.5.05.01.003
4.2.6.05.01.003
4.2.7.05.01.003
4.2.8.05.01.003
Veículos de Carga
4.1.1.06.01.011
4.1.2.06.01.011
4.1.3.06.01.011
4.1.4.06.01.011
4.1.5.06.01.011
4.1.6.06.01.011
4.1.7.06.01.011
4.1.8.06.01.011
4.2.1.05.01.010
4.2.2.05.01.011
4.2.3.05.01.011
4.2.4.05.01.011
4.2.5.05.01.011
4.2.6.05.01.011
4.2.7.05.01.011
4.2.8.05.01.011
4.3.1.05.01.010
5.1.1.08.01.012
Veículos de Passageiros
4.2.1.05.01.010
4.2.2.05.01.010
4.2.3.05.01.010
4.2.4.05.01.010
4.2.5.05.01.010
4.2.6.05.01.010
4.2.7.05.01.010
4.2.8.05.01.010
5.1.1.08.01.011

Veículos de Passageiros
4.1.1.06.01.003
4.1.2.06.01.003
4.1.3.06.01.003
4.1.4.06.01.003
4.1.5.06.01.003
4.1.6.06.01.003
4.1.7.06.01.003
4.1.8.06.01.003
Despesas Bancárias
Despesas Bancárias
5.2.1.02.01.005
Despesas com Publicações e Assinaturas
Anúncios e Publicações
5.1.1.07.02.001
5.1.2.07.02.001
Assinaturas de Jornais, Revistas e Informativos
5.1.1.07.03.007
5.1.2.07.03.007
Folhetos
5.1.1.07.02.002
5.1.2.07.02.002
Impressos Fiscais
5.1.1.02.01.009
Telemarketing
5.1.1.07.02.003
5.1.2.07.02.003
Equipamentos de Informática e Softwares
Serviços de Manutenção e Consultoria de Softwares
5.1.1.05.01.003
5.1.2.05.01.003
Manutenção de Equipamentos
Manutenção e Conserv. de Máquinas e Equipamentos
5.1.1.03.01.003
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos
5.1.2.03.01.003
Manutenção de Veículos
Câmaras e Acessórios
4.1.1.03.02.003
4.1.2.03.02.003
4.1.3.03.02.003
4.1.4.03.02.003
4.1.5.03.02.003
4.1.6.03.02.003
4.1.7.03.02.003
4.1.8.03.02.003
Gabinete Sanitário
4.1.1.03.05.002
4.1.2.03.05.002
4.1.3.03.05.002
4.1.4.03.05.002
4.1.5.03.05.003

Gabinete Sanitário
4.1.6.03.05.003
4.1.7.03.05.002
4.1.8.03.05.003
Higienização, Limpeza e Lavanderia de Ônibus
4.1.1.03.03.002
4.1.2.03.03.002
4.1.3.03.03.002
4.1.4.03.03.002
4.1.5.03.03.002
4.1.6.03.03.002
4.1.7.03.03.002
Higienização, Limpeza e Lavanderia dos Veículos
4.1.8.03.03.002
Legalização de Veículos
4.3.1.02.04.001
Manutenção de Veículos de Apoio
4.3.1.02.03.001
5.1.1.04.01.003
5.1.2.04.01.003
Materiais e Conserto de Pneus
4.2.1.02.03.001
4.2.2.02.03.001
4.2.4.02.03.001
4.2.5.02.03.001
4.2.6.02.03.001
4.2.7.02.03.001
4.2.8.02.03.001
Materiais e Conserto de Pneus
4.2.3.02.03.001
Material de Carrocerias
4.1.1.03.03.001
4.1.2.03.03.001
4.1.3.03.03.001
4.1.4.03.03.001
4.1.5.03.03.001
4.1.6.03.03.001
4.1.7.03.03.001
4.1.8.03.03.001
Outros Custos com Veículos
4.1.1.03.05.999
4.1.2.03.05.999
4.1.3.03.05.999
4.1.4.03.05.999
4.1.5.03.05.999
4.1.6.03.05.999
4.1.7.03.05.999
4.1.8.03.05.999
Peças, Componentes e Acessórios
4.1.1.03.03.003
4.1.2.03.03.003
4.1.3.03.03.003

Peças, Componentes e Acessórios
4.1.4.03.03.003
4.1.5.03.03.003
4.1.6.03.03.003
4.1.7.03.03.003
4.1.8.03.03.003
Pneus Novos
4.1.1.03.02.001
4.1.2.03.02.001
4.1.3.03.02.001
4.1.4.03.02.001
4.1.5.03.02.001
4.1.6.03.02.001
4.1.7.03.02.001
4.1.8.03.02.001
Pneus Recapados
4.1.1.03.02.002
4.1.2.03.02.002
4.1.3.03.02.002
4.1.4.03.02.002
4.1.5.03.02.002
4.1.6.03.02.002
4.1.7.03.02.002
4.1.8.03.02.002
Recarga de Extintores
4.1.1.03.05.001
4.1.2.03.05.001
4.1.3.03.05.001
4.1.4.03.05.001
4.1.5.03.05.001
4.1.6.03.05.001
4.1.7.03.05.001
4.1.8.03.05.001
Rodagem
4.2.1.02.02.001
4.2.2.02.02.001
4.2.3.02.02.001
4.2.4.02.02.001
4.2.5.02.02.001
4.2.6.02.02.001
4.2.7.02.02.001
4.2.8.02.02.001
4.3.1.02.02.001
5.1.1.04.01.002
5.1.2.04.01.002
Serviços de Manutenção
4.2.1.02.03.002
4.2.2.02.03.002
4.2.3.02.03.002
4.2.4.02.03.002
4.2.5.02.03.002
4.2.6.02.03.002

Serviços de Manutenção
4.2.7.02.03.002
4.2.8.02.03.002
Suprimentos de Bordo
4.1.1.03.05.003
4.1.2.03.05.003
4.1.3.03.05.003
4.1.4.03.05.003
4.1.5.03.05.004
4.1.6.03.05.004
4.1.7.03.05.003
4.1.8.03.05.004
Marcação a Mercado
Despesa de Instrumento Financeiro Mantido até o Vencimento
5.2.1.02.01.008
Materiais de Expediente e Informática
Materiais de Expediente e Informática
4.1.1.05.02.007
4.1.2.05.02.007
4.1.3.05.02.007
4.1.4.05.02.007
4.1.5.05.02.007
4.1.6.05.02.007
4.1.7.05.02.007
4.1.8.05.02.007
4.2.1.04.02.007
4.2.2.04.02.007
4.2.3.04.02.007
4.2.4.04.02.007
4.2.5.04.02.007
4.2.6.04.02.007
4.2.7.04.02.007
4.2.8.04.02.007
4.3.1.04.02.007
5.1.1.02.01.010
Material de Expediente e Informática
5.1.1.07.03.002
5.1.2.07.03.002
Não classificadas
Ajuste Positivo de Marcação a Mercado de Títulos
5.2.1.01.01.005
Amortização de Ágio de Investimentos
5.1.3.02.03.001
Descontos Concedidos
5.2.1.02.01.004
Descontos Obtidos
5.2.1.01.01.003
Dividendos Recebidos s/ Investimento Avaliado ao Custo
5.1.3.01.01.004
Encargos Financeiros - AVP
5.2.1.02.01.009

Encargos Financeiros Relativos a Arrendamento Mercantil Financeiro
5.2.1.02.01.010
Ganhos com Equivalência Patrimonial
5.1.3.01.01.001
Ganhos/Provisão para Venda de Investimentos
5.1.3.02.04.001
5.3.1.01.01.001
Gastos com Ações Sociais
5.1.3.02.08.001
IOF
5.2.1.02.01.001
Juros Ativos
5.2.1.01.01.002
Juros Passivos
5.2.1.02.01.002
Juros sobre Capital Próprio
5.2.1.01.01.004
5.2.1.02.01.006
Juros sobre Debêntures
5.2.1.02.01.007
Multas do Poder Concedente – Esfera Estadual
5.1.3.02.03.008
Multas do Poder Concedente – Esfera Federal
5.1.3.02.03.007
Multas do Poder Concedente – Esfera Municipal
5.1.3.02.03.009
Multas e Infrações de Trânsito
5.1.3.02.03.005
Multas Fiscais e Compensatórias
5.1.3.02.02.001
Multas por Infrações Regulamentares
5.1.3.02.03.006
Multas sobre Títulos
5.2.1.02.01.003
Outras Custos com Acidentes
4.1.1.05.01.999
Outras Despesas Financeiras
5.2.1.02.01.999
Outras Despesas não Operacionais
5.3.4.01.01.999
Outras Despesas Operacionais
5.1.3.02.02.999
Outras Despesas Operacionais - Indedutíveis
5.1.3.02.03.999
Outras Receitas Financeiras
5.2.1.01.01.999
Outras Receitas não Operacionais
5.3.4.01.01.998
Outras Receitas ou Recuperações Eventuais
5.1.3.01.01.999

Provisão para Equivalência Patrimonial
5.1.3.02.03.002
Provisão para Furtos e Roubos
5.1.3.02.02.002
Pesquisa & Desenvolvimento
5.1.3.02.07.001
Provisão para Contingências Passivas
5.1.3.02.03.003
Provisão para Perda na Realização de Investimentos
5.1.3.02.04.002
5.3.1.01.01.002
Provisão para Perdas em Ativos não Permanentes
5.1.3.02.03.004
Provisão para Redução ao Valor Recuperável
5.1.3.03.01.001
Receita Financeira - AVP
5.2.1.01.01.007
Receitas de Aplicações Financeiras
5.2.1.01.01.001
Recuperação de Indenizações
5.1.3.01.01.005
Recuperação de Sinistros
5.1.3.01.01.006
Renda com Aluguéis de Imóveis
5.1.3.01.01.002
Rendimento de Instrumento Financeiro Mantido até o Vencimento
5.2.1.01.01.006
Resultado não Operacional em Investimentos Avaliados pelo MEP
5.1.3.02.04.003
5.3.1.01.01.003
Reversão da Provisão com Riscos e Contingências
5.1.3.01.01.007
Taxas de Fiscalização Agência Reguladora
5.1.3.02.02.005
Taxas de Licença e Funcionamento
5.1.3.02.02.004
Valor Líquido de Bens Baixados
5.1.3.02.05.002
5.3.2.01.01.002
Variações de Créditos
5.2.2.01.01.002
5.2.2.01.02.002
5.2.2.02.01.002
5.2.2.02.02.002
Variações de Obrigações
5.2.2.01.01.001
5.2.2.01.02.001
5.2.2.02.01.001
5.2.2.02.02.001
Venda de Imobilizado
5.1.3.02.05.001
5.3.2.01.01.001

Vendas de Sucatas e Mercadorias Avariadas
5.1.3.01.01.003
Outros
Outras
5.1.3.02.09.001
Outros Custos e Despesas Operacionais
Arrendamento Mercantil
5.1.1.07.01.001
5.1.2.07.01.001
Arrendamento Mercantil de Outros Bens
4.1.1.04.01.999
4.1.2.04.01.002
4.1.2.04.02.002
4.1.3.04.01.999
4.1.4.04.01.002
4.1.5.04.01.002
4.1.6.04.01.002
4.1.7.04.01.002
4.1.8.04.01.002
4.2.1.03.01.002
4.2.2.03.01.002
4.2.3.03.01.002
4.2.4.03.01.002
4.2.5.03.01.002
4.2.6.03.01.002
4.2.7.03.01.002
4.2.8.03.01.002
4.3.1.03.01.002
Arrendamento Mercantil de Veículos
4.1.2.04.02.001
Arrendamento Mercantil de Veículos de Apoio
4.2.1.03.01.001
4.2.2.03.01.001
4.2.3.03.01.001
4.2.4.03.01.001
4.2.5.03.01.001
4.2.6.03.01.001
4.2.7.03.01.001
4.2.8.03.01.001
4.3.1.03.01.001
Arrendamento Mercantil de Veículos de Passageiros
4.1.1.04.01.001
4.1.2.04.01.001
4.1.3.04.01.001
4.1.4.04.01.001
4.1.5.04.01.001
4.1.6.04.01.001
4.1.7.04.01.001
4.1.8.04.01.001

Bens de Uso Permanente não Ativados
4.1.1.05.02.009
4.1.2.05.02.009
4.1.3.05.02.009
4.1.4.05.02.009
4.1.5.05.02.009
4.1.6.05.02.009
4.1.7.05.02.009
4.1.8.05.02.009
4.2.1.04.02.009
4.2.2.04.02.009
4.2.3.04.02.009
4.2.4.04.02.009
4.2.5.04.02.009
4.2.6.04.02.009
4.2.7.04.02.009
4.2.8.04.02.009
4.3.1.04.02.009
5.1.1.07.03.011
5.1.2.07.03.011
Contribuições e Donativos Dedutíveis
5.1.1.07.03.009
5.1.2.07.03.009
Contribuições, Brindes e Doações
5.1.1.07.03.008
5.1.2.07.03.008
Custos com Acidentes
4.2.1.04.01.001
4.2.2.04.01.001
4.2.3.04.01.001
4.2.4.04.01.001
4.2.5.04.01.001
4.2.6.04.01.001
4.2.7.04.01.001
4.2.8.04.01.001
4.3.1.04.01.001
Custos não Dedutíveis
4.2.3.04.02.010
Custos não Dedutíveis
4.1.3.05.02.010
Custos não Dedutíveis
4.1.1.05.02.010
4.1.2.05.02.010
4.1.4.05.02.010
4.1.5.05.02.010
4.1.6.05.02.010
4.1.7.05.02.010
4.1.8.05.02.010
4.2.1.04.02.010
4.2.2.04.02.010
4.2.4.04.02.010
4.2.5.04.02.010

Custos não Dedutíveis
4.2.6.04.02.010
4.2.7.04.02.010
4.2.8.04.02.010
4.3.1.04.02.010
Despesas Eventuais
5.1.1.07.03.012
5.1.2.07.03.012
Direitos de Uso
4.1.1.06.02.001
4.1.2.06.02.001
4.1.3.06.02.001
4.1.4.06.02.001
4.1.5.06.02.001
4.1.6.06.02.001
4.1.7.06.02.001
4.1.8.06.02.001
4.2.1.05.02.001
4.2.2.05.02.001
4.2.3.05.02.001
4.2.4.05.02.001
4.2.5.05.02.001
4.2.6.05.02.001
4.2.7.05.02.001
4.2.8.05.02.001
4.3.1.05.02.001
5.1.1.08.02.001
5.1.2.08.02.001
Entidades e Órgãos de Classe
5.1.1.07.03.006
5.1.2.07.03.006
Fretes e Carretos
5.1.1.07.03.001
5.1.2.07.03.001
Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos
4.1.1.06.03.002
4.1.2.06.03.002
4.1.3.06.03.002
4.1.4.06.03.002
4.1.5.06.03.002
4.1.7.06.03.002
4.1.8.06.03.002
4.2.1.05.03.002
4.2.2.05.03.002
4.2.3.05.03.002
4.2.4.05.03.002
4.2.5.05.03.002
4.2.6.05.03.002
4.2.7.05.03.002
4.2.8.05.03.002
4.3.1.05.03.002
5.1.1.08.03.002

Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos
5.1.2.08.03.002
Gastos de Implantação de Sistemas e Métodos
4.1.6.06.03.002
Gastos Pré-Operacionais
4.1.1.06.03.001
4.1.2.06.03.001
4.1.3.06.03.001
4.1.4.06.03.001
4.1.5.06.03.001
4.1.6.06.03.001
4.1.7.06.03.001
4.1.8.06.03.001
4.2.1.05.03.001
4.2.2.05.03.001
4.2.3.05.03.001
4.2.4.05.03.001
4.2.5.05.03.001
4.2.6.05.03.001
4.2.7.05.03.001
4.2.8.05.03.001
4.3.1.05.03.001
5.1.1.08.03.001
5.1.2.08.03.001
Indenizações com Acidentes Pessoais
4.1.1.05.01.002
4.1.2.05.01.002
4.1.3.05.01.002
4.1.4.05.01.002
4.1.5.05.01.002
4.1.6.05.01.002
4.1.7.05.01.002
4.1.8.05.01.002
Indenizações de Bagagens e Encomendas
5.1.1.07.03.013
Indenizações de Cargas
4.1.8.05.01.003
IPVA - Imposto Sobre Veículos Automotores
4.1.1.03.04.001
IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores
4.1.2.03.04.001
4.1.3.03.04.001
4.1.4.03.04.001
4.1.5.03.04.001
4.1.6.03.04.001
4.1.7.03.04.001
4.1.8.03.04.001
Legalização de Veículos
4.2.1.02.04.001
4.2.2.02.04.001
4.2.3.02.04.001
4.2.4.02.04.001

Legalização de Veículos
4.2.5.02.04.001
4.2.6.02.04.001
4.2.7.02.04.001
4.2.8.02.04.001
5.1.1.04.01.004
5.1.2.04.01.004
Marcas e Patentes
4.1.1.06.02.002
4.1.2.06.02.002
4.1.3.06.02.002
4.1.4.06.02.002
4.1.5.06.02.002
4.1.6.06.02.002
4.1.7.06.02.002
4.1.8.06.02.002
4.2.1.05.02.002
4.2.2.05.02.002
4.2.3.05.02.002
4.2.4.05.02.002
4.2.5.05.02.002
4.2.6.05.02.002
4.2.7.05.02.002
4.2.8.05.02.002
4.3.1.05.02.002
5.1.1.08.02.002
5.1.2.08.02.002
Outras Custos com Acidentes
4.1.2.05.01.999
4.1.3.05.01.999
4.1.4.05.01.999
4.1.5.05.01.999
4.1.6.05.01.999
4.1.7.05.01.999
4.1.8.05.01.999
Outras Custos com Veículos
4.2.1.02.05.999
4.2.2.02.05.999
4.2.3.02.05.999
4.2.4.02.05.999
4.2.5.02.05.999
4.2.6.02.05.999
4.2.7.02.05.999
4.2.8.02.05.999
4.3.1.02.05.999
Outras Despesas com Veículos
5.1.1.04.01.999
5.1.2.04.01.999
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
5.1.1.07.03.014
Registros
5.1.1.07.03.010

Registros e Publicações
5.1.2.07.03.010
Reprodução de Cópias
5.1.1.06.01.004
5.1.2.06.01.004
Seguro não Obrigatório de Veículos
4.1.1.03.04.004
4.1.2.03.04.004
4.1.3.03.04.004
4.1.4.03.04.004
4.1.5.03.04.004
4.1.6.03.04.004
4.1.7.03.04.004
4.1.8.03.04.004
Seguro Obrigatório
4.1.1.03.04.002
4.1.2.03.04.002
4.1.3.03.04.002
4.1.4.03.04.002
4.1.5.03.04.002
4.1.6.03.04.002
4.1.7.03.04.002
4.1.8.03.04.002
Taxa de Licenciamento, Vistoria e Outras
4.1.1.03.04.003
4.1.2.03.04.003
4.1.3.03.04.003
4.1.4.03.04.003
4.1.5.03.04.003
4.1.6.03.04.003
4.1.7.03.04.003
4.1.8.03.04.003
Transporte de Valores
5.1.1.02.01.005
Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual
4.1.1.01.04.001
4.1.1.02.04.001
4.1.2.01.04.001
4.1.2.02.04.001
4.1.3.01.04.001
4.1.3.02.04.001
4.1.4.01.04.001
4.1.4.02.04.001
4.1.5.01.04.001
4.1.5.02.04.001
4.1.6.01.04.001
4.1.6.02.04.001
4.1.7.01.04.001
4.1.7.02.04.001
4.1.8.01.04.001
4.1.8.02.04.001
4.2.1.01.04.001

Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual
4.2.2.01.04.001
4.2.3.01.04.001
4.2.4.01.04.001
4.2.5.01.04.001
4.2.6.01.04.001
4.2.7.01.04.001
4.2.8.01.04.001
4.3.1.01.04.001
5.1.1.01.04.001
5.1.2.01.04.001
Salários e encargos
Abono Pecuniário de Férias
4.1.1.01.01.012
4.1.1.02.01.012
4.1.2.01.01.012
4.1.2.02.01.012
4.1.3.01.01.012
4.1.3.02.01.012
4.1.4.01.01.012
4.1.4.02.01.012
4.1.5.01.01.012
4.1.5.02.01.012
4.1.6.01.01.012
4.1.6.02.01.012
4.1.7.01.01.012
4.1.7.02.01.012
4.1.8.01.01.012
4.1.8.02.01.012
4.2.1.01.01.012
4.2.2.01.01.012
4.2.3.01.01.012
4.2.4.01.01.012
4.2.5.01.01.012
4.2.6.01.01.012
4.2.7.01.01.012
4.2.8.01.01.012
4.3.1.01.01.012
5.1.1.01.01.013
5.1.2.01.01.013
Abono Salarial
4.1.1.01.01.004
4.1.1.02.01.004
4.1.2.01.01.004
4.1.2.02.01.004
4.1.3.01.01.004
4.1.3.02.01.004
4.1.4.01.01.004
4.1.4.02.01.004
4.1.5.01.01.004
4.1.5.02.01.004
4.1.6.01.01.004

Abono Salarial
4.1.6.02.01.004
4.1.7.01.01.004
4.1.7.02.01.004
4.1.8.01.01.004
4.1.8.02.01.004
4.2.1.01.01.004
4.2.2.01.01.004
4.2.3.01.01.004
4.2.4.01.01.004
4.2.5.01.01.004
4.2.6.01.01.004
4.2.7.01.01.004
4.2.8.01.01.004
4.3.1.01.01.004
5.1.1.01.01.005
5.1.2.01.01.005
Adicional de Insalubridade e Periculosidade
4.1.1.01.01.010
4.1.1.02.01.010
4.1.2.01.01.010
4.1.2.02.01.010
4.1.3.01.01.010
4.1.3.02.01.010
4.1.4.01.01.010
4.1.4.02.01.010
4.1.5.01.01.010
4.1.5.02.01.010
4.1.6.01.01.010
4.1.6.02.01.010
4.1.7.01.01.010
4.1.7.02.01.010
4.1.8.01.01.010
4.1.8.02.01.010
4.2.1.01.01.010
4.2.2.01.01.010
4.2.3.01.01.010
4.2.4.01.01.010
4.2.5.01.01.010
4.2.6.01.01.010
4.2.7.01.01.010
4.2.8.01.01.010
4.3.1.01.01.010
5.1.1.01.01.011
5.1.2.01.01.011
Adicional Noturno
4.1.1.01.01.009
4.1.1.02.01.009
4.1.2.01.01.009
4.1.2.02.01.009
4.1.3.01.01.009
4.1.3.02.01.009

Adicional Noturno
4.1.4.01.01.009
4.1.4.02.01.009
4.1.5.01.01.009
4.1.5.02.01.009
4.1.6.01.01.009
4.1.6.02.01.009
4.1.7.01.01.009
4.1.7.02.01.009
4.1.8.01.01.009
4.1.8.02.01.009
4.2.1.01.01.009
4.2.2.01.01.009
4.2.3.01.01.009
4.2.4.01.01.009
4.2.5.01.01.009
4.2.6.01.01.009
4.2.7.01.01.009
4.2.8.01.01.009
4.3.1.01.01.009
5.1.1.01.01.010
5.1.2.01.01.010
Ajuda de Custo
4.1.1.01.01.008
4.1.1.02.01.008
4.1.2.01.01.008
4.1.2.02.01.008
4.1.3.01.01.008
4.1.3.02.01.008
4.1.4.01.01.008
4.1.4.02.01.008
4.1.5.01.01.008
4.1.5.02.01.008
4.1.6.01.01.008
4.1.6.02.01.008
4.1.7.01.01.008
4.1.7.02.01.008
4.1.8.01.01.008
4.1.8.02.01.008
4.2.1.01.01.008
4.2.2.01.01.008
4.2.3.01.01.008
4.2.4.01.01.008
4.2.5.01.01.008
4.2.6.01.01.008
4.2.7.01.01.008
4.2.8.01.01.008
4.3.1.01.01.008
5.1.1.01.01.009
5.1.2.01.01.009

Anuênios
4.1.1.01.01.003
4.1.1.02.01.003
4.1.2.01.01.003
4.1.2.02.01.003
4.1.3.01.01.003
4.1.3.02.01.003
4.1.4.01.01.003
4.1.4.02.01.003
4.1.5.01.01.003
4.1.5.02.01.003
4.1.6.01.01.003
4.1.6.02.01.003
4.1.7.01.01.003
4.1.7.02.01.003
4.1.8.01.01.003
4.1.8.02.01.003
4.2.1.01.01.003
4.2.2.01.01.003
4.2.3.01.01.003
4.2.4.01.01.003
4.2.5.01.01.003
4.2.6.01.01.003
4.2.7.01.01.003
4.2.8.01.01.003
4.3.1.01.01.003
5.1.1.01.01.004
5.1.2.01.01.004
Assistência Médica
4.1.1.01.03.003
4.1.1.02.03.003
4.1.2.01.03.003
4.1.2.02.03.003
4.1.3.01.03.003
4.1.3.02.03.003
4.1.4.01.03.003
4.1.4.02.03.003
4.1.5.01.03.003
4.1.5.02.03.003
4.1.6.01.03.003
4.1.6.02.03.003
4.1.7.01.03.003
4.1.7.02.03.003
4.1.8.01.03.003
4.1.8.02.03.003
4.2.1.01.03.003
4.2.2.01.03.003
4.2.3.01.03.003
4.2.4.01.03.003
4.2.5.01.03.003
4.2.6.01.03.003
4.2.7.01.03.003

Assistência Médica
4.2.8.01.03.003
4.3.1.01.03.003
5.1.1.01.03.003
5.1.2.01.03.003
Assistência Odontológica
4.1.1.01.03.004
4.1.1.02.03.004
4.1.2.01.03.004
4.1.2.02.03.004
4.1.3.01.03.004
4.1.3.02.03.004
4.1.4.01.03.004
4.1.4.02.03.004
4.1.5.01.03.004
4.1.5.02.03.004
4.1.6.01.03.004
4.1.6.02.03.004
4.1.7.01.03.004
4.1.7.02.03.004
4.1.8.01.03.004
4.1.8.02.03.004
4.2.1.01.03.004
4.2.2.01.03.004
4.2.3.01.03.004
4.2.4.01.03.004
4.2.5.01.03.004
4.2.6.01.03.004
4.2.7.01.03.004
4.2.8.01.03.004
4.3.1.01.03.004
5.1.1.01.03.004
5.1.2.01.03.004
Aviso Prévio Indenizado
4.1.1.01.01.011
4.1.1.02.01.011
4.1.2.01.01.011
4.1.2.02.01.011
4.1.3.01.01.011
4.1.3.02.01.011
4.1.4.01.01.011
4.1.4.02.01.011
4.1.5.01.01.011
4.1.5.02.01.011
4.1.6.01.01.011
4.1.6.02.01.011
4.1.7.01.01.011
4.1.7.02.01.011
4.1.8.01.01.011
4.1.8.02.01.011
4.2.1.01.01.011
4.2.2.01.01.011

Aviso Prévio Indenizado
4.2.3.01.01.011
4.2.4.01.01.011
4.2.5.01.01.011
4.2.6.01.01.011
4.2.7.01.01.011
4.2.8.01.01.011
4.3.1.01.01.011
5.1.1.01.01.012
5.1.2.01.01.012
Bolsa de Estudo
4.1.1.01.03.008
4.1.1.02.03.008
4.1.2.01.03.008
4.1.2.02.03.008
4.1.3.01.03.008
4.1.3.02.03.008
4.1.4.01.03.008
4.1.4.02.03.008
4.1.5.01.03.008
4.1.5.02.03.008
4.1.6.01.03.008
4.1.6.02.03.008
4.1.7.01.03.008
4.1.7.02.03.008
4.1.8.01.03.008
4.1.8.02.03.008
4.2.2.01.03.008
4.2.3.01.03.008
4.2.4.01.03.008
4.2.6.01.03.008
4.2.8.01.03.008
4.3.1.01.03.008
5.1.1.01.03.008
5.1.2.01.03.008
Bolsa de Estudo
4.2.1.01.03.008
4.2.5.01.03.008
4.2.7.01.03.008
Cesta Básica
4.1.1.01.03.007
4.1.1.02.03.007
4.1.2.01.03.007
4.1.2.02.03.007
4.1.3.01.03.007
4.1.3.02.03.007
4.1.4.01.03.007
4.1.4.02.03.007
4.1.5.01.03.007
4.1.5.02.03.007
4.1.6.01.03.007
4.1.6.02.03.007

Cesta Básica
4.1.7.01.03.007
4.1.7.02.03.007
4.1.8.01.03.007
4.1.8.02.03.007
4.2.1.01.03.007
4.2.2.01.03.007
4.2.3.01.03.007
4.2.4.01.03.007
4.2.5.01.03.007
4.2.6.01.03.007
4.2.7.01.03.007
4.2.8.01.03.007
4.3.1.01.03.007
5.1.1.01.03.007
5.1.2.01.03.007
Comissões e Gratificações
4.1.1.01.01.006
4.1.1.02.01.006
4.1.2.01.01.006
4.1.2.02.01.006
4.1.3.01.01.006
4.1.3.02.01.006
4.1.4.01.01.006
4.1.4.02.01.006
4.1.5.01.01.006
4.1.5.02.01.006
4.1.6.01.01.006
4.1.6.02.01.006
4.1.7.01.01.006
4.1.7.02.01.006
4.1.8.01.01.006
4.1.8.02.01.006
4.2.1.01.01.006
4.2.2.01.01.006
4.2.3.01.01.006
4.2.4.01.01.006
4.2.5.01.01.006
4.2.6.01.01.006
4.2.7.01.01.006
4.2.8.01.01.006
4.3.1.01.01.006
5.1.1.01.01.007
Comissões e Gratificações
5.1.2.01.01.007
Contribuição Sindical Patronal
5.1.3.02.02.003
Descanso Semanal Remunerado
4.1.1.01.01.005
4.1.1.02.01.005
4.1.2.01.01.005
4.1.2.02.01.005

Descanso Semanal Remunerado
4.1.3.01.01.005
4.1.3.02.01.005
4.1.4.01.01.005
4.1.4.02.01.005
4.1.5.01.01.005
4.1.5.02.01.005
4.1.6.01.01.005
4.1.6.02.01.005
4.1.7.01.01.005
4.1.7.02.01.005
4.1.8.01.01.005
4.1.8.02.01.005
4.2.1.01.01.005
4.2.2.01.01.005
4.2.3.01.01.005
4.2.4.01.01.005
4.2.5.01.01.005
4.2.6.01.01.005
4.2.7.01.01.005
4.2.8.01.01.005
4.3.1.01.01.005
5.1.1.01.01.006
5.1.2.01.01.006
Encargos sobre Indenizações Trabalhistas
4.1.1.01.02.004
4.1.1.02.02.004
4.1.2.01.02.004
4.1.2.02.02.004
4.1.3.01.02.004
4.1.3.02.02.004
4.1.4.01.02.004
4.1.4.02.02.004
4.1.5.01.02.004
4.1.5.02.02.004
4.1.6.01.02.004
4.1.6.02.02.004
4.1.7.01.02.004
4.1.7.02.02.004
4.1.8.01.02.004
4.1.8.02.02.004
4.2.1.01.02.004
4.2.2.01.02.004
4.2.3.01.02.004
4.2.4.01.02.004
4.2.5.01.02.004
4.2.6.01.02.004
4.2.7.01.02.004
4.2.8.01.02.004
4.3.1.01.02.004
5.1.1.01.02.004
5.1.2.01.02.004

Estagiários
4.1.1.01.04.003
4.1.1.02.04.003
4.1.2.01.04.003
4.1.2.02.04.003
4.1.3.01.04.003
4.1.3.02.04.003
4.1.4.01.04.003
4.1.4.02.04.003
4.1.5.01.04.003
4.1.5.02.04.003
4.1.6.01.04.003
4.1.6.02.04.003
4.1.7.01.04.003
4.1.7.02.04.003
4.1.8.01.04.003
4.1.8.02.04.003
4.2.1.01.04.003
4.2.2.01.04.003
4.2.3.01.04.003
4.2.4.01.04.003
4.2.5.01.04.003
4.2.6.01.04.003
4.2.7.01.04.003
4.2.8.01.04.003
4.3.1.01.04.003
5.1.1.01.04.003
5.1.2.01.04.003
FGTS sobre Folha de Pagamento
4.1.1.01.02.001
4.1.1.02.02.001
4.1.2.01.02.001
4.1.2.02.02.001
4.1.3.01.02.001
4.1.3.02.02.001
4.1.4.01.02.001
4.1.4.02.02.001
4.1.5.01.02.001
4.1.5.02.02.001
4.1.6.01.02.001
4.1.6.02.02.001
4.1.7.01.02.001
4.1.7.02.02.001
4.1.8.01.02.001
4.1.8.02.02.001
4.2.1.01.02.001
4.2.2.01.02.001
4.2.3.01.02.001
4.2.4.01.02.001
4.2.5.01.02.001
4.2.6.01.02.001
4.2.7.01.02.001

FGTS sobre Folha de Pagamento
4.2.8.01.02.001
4.3.1.01.02.001
5.1.1.01.02.001
5.1.2.01.02.001
Horas Extras
4.1.1.01.01.002
4.1.1.02.01.002
4.1.2.01.01.002
4.1.2.02.01.002
4.1.3.01.01.002
4.1.3.02.01.002
4.1.4.01.01.002
4.1.4.02.01.002
4.1.5.01.01.002
4.1.5.02.01.002
4.1.6.01.01.002
4.1.6.02.01.002
4.1.7.01.01.002
4.1.7.02.01.002
4.1.8.01.01.002
4.1.8.02.01.002
4.2.1.01.01.002
4.2.2.01.01.002
4.2.3.01.01.002
4.2.4.01.01.002
4.2.5.01.01.002
4.2.6.01.01.002
4.2.7.01.01.002
4.2.8.01.01.002
4.3.1.01.01.002
5.1.1.01.01.003
5.1.2.01.01.003
Indenização FGTS (Multa Rescisória)
4.1.1.01.02.002
4.1.1.02.02.002
4.1.2.01.02.002
4.1.2.02.02.002
4.1.3.01.02.002
4.1.3.02.02.002
4.1.4.01.02.002
4.1.4.02.02.002
4.1.5.01.02.002
4.1.5.02.02.002
4.1.6.01.02.002
4.1.6.02.02.002
4.1.7.01.02.002
4.1.7.02.02.002
4.1.8.01.02.002
4.1.8.02.02.002
4.2.1.01.02.002
4.2.2.01.02.002

Indenização FGTS (Multa Rescisória)
4.2.3.01.02.002
4.2.4.01.02.002
4.2.5.01.02.002
4.2.6.01.02.002
4.2.7.01.02.002
4.2.8.01.02.002
4.3.1.01.02.002
5.1.1.01.02.002
5.1.2.01.02.002
Indenizações/Acordos Trabalhistas
4.1.1.01.01.015
4.1.1.02.01.015
4.1.2.01.01.015
4.1.2.02.01.015
4.1.3.01.01.015
4.1.3.02.01.015
4.1.4.01.01.015
4.1.4.02.01.015
4.1.5.01.01.015
4.1.5.02.01.015
4.1.6.01.01.015
4.1.6.02.01.015
4.1.7.01.01.015
4.1.7.02.01.015
4.1.8.01.01.015
4.1.8.02.01.015
4.2.1.01.01.015
4.2.2.01.01.015
4.2.3.01.01.015
4.2.4.01.01.015
4.2.5.01.01.015
4.2.6.01.01.015
4.2.7.01.01.015
4.2.8.01.01.015
4.3.1.01.01.015
5.1.1.01.01.016
5.1.2.01.01.016
INSS e FGTS sobre Provisão de 13º
4.1.1.01.02.006
4.1.1.02.02.006
4.1.2.01.02.006
4.1.2.02.02.006
4.1.3.01.02.006
4.1.3.02.02.006
4.1.4.01.02.006
4.1.4.02.02.006
4.1.5.01.02.006
4.1.5.02.02.006
4.1.6.01.02.006
4.1.6.02.02.006
4.1.7.01.02.006

INSS e FGTS sobre Provisão de 13º
4.1.7.02.02.006
4.1.8.01.02.006
4.1.8.02.02.006
4.2.1.01.02.006
4.2.2.01.02.006
4.2.3.01.02.006
4.2.4.01.02.006
4.2.5.01.02.006
4.2.6.01.02.006
4.2.7.01.02.006
4.2.8.01.02.006
4.3.1.01.02.006
5.1.1.01.02.006
5.1.2.01.02.006
INSS e FGTS sobre Provisão de Férias
4.1.1.01.02.005
4.1.1.02.02.005
4.1.2.01.02.005
4.1.2.02.02.005
4.1.3.01.02.005
4.1.3.02.02.005
4.1.4.01.02.005
4.1.4.02.02.005
4.1.5.01.02.005
4.1.5.02.02.005
4.1.6.01.02.005
4.1.6.02.02.005
4.1.7.01.02.005
4.1.7.02.02.005
4.1.8.01.02.005
4.1.8.02.02.005
4.2.1.01.02.005
4.2.2.01.02.005
4.2.3.01.02.005
4.2.4.01.02.005
4.2.5.01.02.005
4.2.6.01.02.005
4.2.7.01.02.005
4.2.8.01.02.005
4.3.1.01.02.005
5.1.1.01.02.005
5.1.2.01.02.005
INSS Estagiários
4.1.1.01.04.004
4.1.1.02.04.004
4.1.2.01.04.004
4.1.2.02.04.004
4.1.3.01.04.004
4.1.3.02.04.004
4.1.4.01.04.004
4.1.4.02.04.004

INSS Estagiários
4.1.5.01.04.004
4.1.5.02.04.004
4.1.6.01.04.004
4.1.6.02.04.004
4.1.7.01.04.004
4.1.7.02.04.004
4.1.8.01.04.004
4.1.8.02.04.004
4.2.1.01.04.004
4.2.2.01.04.004
4.2.3.01.04.004
4.2.4.01.04.004
4.2.5.01.04.004
4.2.6.01.04.004
4.2.7.01.04.004
4.2.8.01.04.004
4.3.1.01.04.004
5.1.1.01.04.004
5.1.2.01.04.004
INSS sobre Folha de Pagamento e Pró-Labore
4.1.1.01.02.003
4.1.1.02.02.003
4.1.2.01.02.003
4.1.2.02.02.003
4.1.3.01.02.003
4.1.3.02.02.003
4.1.4.01.02.003
4.1.4.02.02.003
4.1.5.01.02.003
4.1.5.02.02.003
4.1.6.01.02.003
4.1.6.02.02.003
4.1.7.01.02.003
4.1.7.02.02.003
4.1.8.01.02.003
4.1.8.02.02.003
4.2.1.01.02.003
4.2.2.01.02.003
4.2.3.01.02.003
4.2.4.01.02.003
4.2.5.01.02.003
4.2.6.01.02.003
4.2.7.01.02.003
4.2.8.01.02.003
4.3.1.01.02.003
5.1.1.01.02.003
5.1.2.01.02.003
Menores Aprendizizes
4.1.1.01.04.005
4.1.1.02.04.005
4.1.2.01.04.005

Menores Aprendizizes
4.1.2.02.04.005
4.1.3.01.04.005
4.1.3.02.04.005
4.1.4.01.04.005
4.1.4.02.04.005
4.1.5.01.04.005
4.1.5.02.04.005
4.1.6.01.04.005
4.1.6.02.04.005
4.1.7.01.04.005
4.1.7.02.04.005
4.1.8.01.04.005
4.1.8.02.04.005
4.2.1.01.04.005
4.2.2.01.04.005
4.2.3.01.04.005
4.2.4.01.04.005
4.2.5.01.04.005
4.2.6.01.04.005
4.2.7.01.04.005
4.2.8.01.04.005
4.3.1.01.04.005
5.1.1.01.04.005
5.1.2.01.04.005
Outras Remunerações
4.1.1.01.01.999
4.1.1.02.01.999
4.1.2.01.01.999
4.1.2.02.01.999
4.1.3.01.01.999
4.1.3.02.01.999
4.1.4.01.01.999
4.1.4.02.01.999
4.1.5.01.01.999
4.1.5.02.01.999
4.1.6.01.01.999
4.1.6.02.01.999
4.1.7.01.01.999
4.1.7.02.01.999
4.1.8.01.01.999
4.1.8.02.01.999
4.2.1.01.01.999
4.2.2.01.01.999
4.2.3.01.01.999
4.2.4.01.01.999
4.2.5.01.01.999
4.2.6.01.01.999
4.2.7.01.01.999
4.2.8.01.01.999
4.3.1.01.01.999
5.1.1.01.01.999

Outras Remunerações
5.1.2.01.01.999
Outros Benefícios a Funcionários
4.1.1.01.03.999
4.1.1.02.03.999
4.1.2.01.03.999
4.1.2.02.03.999
4.1.3.01.03.999
4.1.3.02.03.999
4.1.4.01.03.999
4.1.5.01.03.999
4.1.5.02.03.999
4.1.6.01.03.999
4.1.6.02.03.999
4.1.7.01.03.999
4.1.7.02.03.999
4.1.8.01.03.999
4.1.8.02.03.999
4.2.1.01.03.999
4.2.2.01.03.999
4.2.3.01.03.999
4.2.4.01.03.999
4.2.5.01.03.999
4.2.6.01.03.999
4.2.7.01.03.999
4.2.8.01.03.999
4.3.1.01.03.999
5.1.1.01.03.999
5.1.2.01.03.999
Outros Benefícios e Funcionários
4.1.4.02.03.999
Participação nos Resultados
4.1.1.01.01.016
4.1.1.02.01.016
4.1.2.01.01.016
4.1.2.02.01.016
4.1.3.01.01.016
4.1.3.02.01.016
4.1.4.01.01.016
4.1.4.02.01.016
4.1.5.01.01.016
4.1.5.02.01.016
4.1.6.01.01.016
4.1.6.02.01.016
4.1.7.01.01.016
4.1.7.02.01.016
4.1.8.01.01.016
4.1.8.02.01.016
4.2.1.01.01.016
4.2.2.01.01.016
4.2.3.01.01.016
4.2.4.01.01.016

Participação nos Resultados
4.2.5.01.01.016
4.2.6.01.01.016
4.2.7.01.01.016
4.2.8.01.01.016
4.3.1.01.01.016
5.1.1.01.01.017
5.1.2.01.01.017
Prêmios
4.1.1.01.01.007
4.1.1.02.01.007
4.1.2.01.01.007
4.1.2.02.01.007
4.1.3.01.01.007
4.1.3.02.01.007
4.1.4.01.01.007
4.1.4.02.01.007
4.1.5.01.01.007
4.1.5.02.01.007
4.1.6.01.01.007
4.1.6.02.01.007
4.1.7.01.01.007
4.1.7.02.01.007
4.1.8.01.01.007
4.1.8.02.01.007
4.2.1.01.01.007
4.2.2.01.01.007
4.2.3.01.01.007
4.2.4.01.01.007
4.2.5.01.01.007
4.2.6.01.01.007
4.2.7.01.01.007
4.2.8.01.01.007
4.3.1.01.01.007
5.1.1.01.01.008
5.1.2.01.01.008
Pró-Labore e Honorários da Diretoria
5.1.1.01.01.001
5.1.2.01.01.001
Provisão de Férias
4.1.1.01.01.013
4.1.1.02.01.013
4.1.2.01.01.013
4.1.2.02.01.013
4.1.3.01.01.013
4.1.3.02.01.013
4.1.4.01.01.013
4.1.4.02.01.013
4.1.5.01.01.013
4.1.5.02.01.013
4.1.6.01.01.013
4.1.6.02.01.013

Provisão de Férias
4.1.7.01.01.013
4.1.7.02.01.013
4.1.8.01.01.013
4.1.8.02.01.013
4.2.1.01.01.013
4.2.2.01.01.013
4.2.3.01.01.013
4.2.4.01.01.013
4.2.5.01.01.013
4.2.6.01.01.013
4.2.7.01.01.013
4.2.8.01.01.013
4.3.1.01.01.013
5.1.1.01.01.014
5.1.2.01.01.014
Provisão para 13º Salário
4.1.1.01.01.014
4.1.1.02.01.014
4.1.2.01.01.014
4.1.2.02.01.014
4.1.3.01.01.014
4.1.3.02.01.014
4.1.4.01.01.014
4.1.4.02.01.014
4.1.5.01.01.014
4.1.5.02.01.014
4.1.6.01.01.014
4.1.6.02.01.014
4.1.7.01.01.014
4.1.7.02.01.014
4.1.8.01.01.014
4.1.8.02.01.014
4.2.1.01.01.014
4.2.2.01.01.014
4.2.3.01.01.014
4.2.4.01.01.014
4.2.5.01.01.014
4.2.6.01.01.014
4.2.7.01.01.014
4.2.8.01.01.014
4.3.1.01.01.014
5.1.1.01.01.015
5.1.2.01.01.015
Refeitório
4.1.1.01.03.002
4.1.1.02.03.002
4.1.2.01.03.002
4.1.2.02.03.002
4.1.3.01.03.002
4.1.3.02.03.002
4.1.4.01.03.002

Refeitório
4.1.4.02.03.002
4.1.5.01.03.002
4.1.5.02.03.002
4.1.6.01.03.002
4.1.6.02.03.002
4.1.7.01.03.002
4.1.7.02.03.002
4.1.8.01.03.002
4.1.8.02.03.002
4.2.1.01.03.002
4.2.2.01.03.002
4.2.3.01.03.002
4.2.4.01.03.002
4.2.5.01.03.002
4.2.6.01.03.002
4.2.7.01.03.002
4.2.8.01.03.002
4.3.1.01.03.002
5.1.1.01.03.002
5.1.2.01.03.002
Salários
4.1.1.01.01.001
4.1.1.02.01.001
4.1.2.01.01.001
4.1.2.02.01.001
4.1.3.01.01.001
4.1.3.02.01.001
4.1.4.01.01.001
4.1.4.02.01.001
4.1.5.01.01.001
4.1.5.02.01.001
4.1.6.01.01.001
4.1.6.02.01.001
4.1.7.01.01.001
4.1.7.02.01.001
4.1.8.01.01.001
4.1.8.02.01.001
4.2.1.01.01.001
4.2.2.01.01.001
4.2.3.01.01.001
4.2.4.01.01.001
4.2.5.01.01.001
4.2.6.01.01.001
4.2.7.01.01.001
4.2.8.01.01.001
4.3.1.01.01.001
5.1.1.01.01.002
5.1.2.01.01.002
Seguro de Vida em Grupo
4.2.2.01.03.005
4.2.3.01.03.005

Seguro de Vida em Grupo
4.2.4.01.03.005
4.2.5.01.03.005
4.2.6.01.03.005
4.2.7.01.03.005
4.2.8.01.03.005
4.3.1.01.03.005
5.1.1.01.03.005
5.1.2.01.03.005
Vale Refeição
4.1.1.01.03.001
4.1.1.02.03.001
4.1.2.01.03.001
4.1.2.02.03.001
4.1.3.01.03.001
4.1.3.02.03.001
4.1.4.01.03.001
4.1.4.02.03.001
4.1.5.01.03.001
4.1.5.02.03.001
4.1.6.01.03.001
4.1.6.02.03.001
4.1.7.01.03.001
4.1.7.02.03.001
4.1.8.01.03.001
4.1.8.02.03.001
4.2.1.01.03.001
4.2.2.01.03.001
4.2.3.01.03.001
4.2.4.01.03.001
4.2.5.01.03.001
4.2.6.01.03.001
4.2.7.01.03.001
4.2.8.01.03.001
4.3.1.01.03.001
5.1.1.01.03.001
5.1.2.01.03.001
Vale Transporte
4.1.1.01.03.006
4.1.1.02.03.006
4.1.2.01.03.006
4.1.2.02.03.006
4.1.3.01.03.006
4.1.3.02.03.006
4.1.4.01.03.006
4.1.4.02.03.006
4.1.5.01.03.006
4.1.5.02.03.006
4.1.6.01.03.006
4.1.6.02.03.006
4.1.7.01.03.006
4.1.7.02.03.006

Vale Transporte
4.1.8.01.03.006
4.1.8.02.03.006
4.2.1.01.03.006
4.2.2.01.03.006
4.2.3.01.03.006
4.2.4.01.03.006
4.2.5.01.03.006
4.2.6.01.03.006
4.2.7.01.03.006
4.2.8.01.03.006
4.3.1.01.03.006
5.1.1.01.03.006
5.1.2.01.03.006
Seguro de Vida em Grupo
Seguro de Vida em Grupo
4.1.1.01.03.005
4.1.1.02.03.005
4.1.2.01.03.005
4.1.2.02.03.005
4.1.3.01.03.005
4.1.3.02.03.005
4.1.4.01.03.005
4.1.4.02.03.005
4.1.5.01.03.005
4.1.5.02.03.005
4.1.6.01.03.005
4.1.6.02.03.005
4.1.7.01.03.005
4.1.7.02.03.005
4.1.8.01.03.005
4.1.8.02.03.005
4.2.1.01.03.005
Serviços de Terceiros
Custas Judiciais e Advocacias com Acidentes
4.1.1.05.01.001
4.1.2.05.01.001
4.1.3.05.01.001
4.1.4.05.01.001
4.1.5.05.01.001
4.1.6.05.01.001
4.1.7.05.01.001
4.1.8.05.01.001
Despesas Legais e Judiciais
5.1.1.07.03.005
5.1.2.07.03.005
Outros Serviços de Terceiros
5.1.1.05.01.999
5.1.2.05.01.999
Serviços Contratados P. Fisica
4.3.1.04.02.001

Serviços Contratados P. Física
4.1.1.05.02.001
4.1.2.05.02.001
4.1.3.05.02.001
4.1.4.05.02.001
4.1.5.05.02.001
4.1.6.05.02.001
4.1.7.05.02.001
4.1.8.05.02.001
4.2.1.04.02.001
4.2.2.04.02.001
4.2.3.04.02.001
4.2.4.04.02.001
4.2.5.04.02.001
4.2.6.04.02.001
4.2.7.04.02.001
4.2.8.04.02.001
5.1.1.05.01.001
5.1.2.05.01.001
Serviços Contratados P. Jurídica
4.1.1.05.02.002
4.1.2.05.02.002
4.1.3.05.02.002
4.1.4.05.02.002
4.1.5.05.02.002
4.1.6.05.02.002
4.1.7.05.02.002
4.1.8.05.02.002
4.2.1.04.02.002
4.2.2.04.02.002
4.2.3.04.02.002
4.2.4.04.02.002
4.2.5.04.02.002
4.2.6.04.02.002
4.2.7.04.02.002
4.2.8.04.02.002
4.3.1.04.02.002
5.1.1.05.01.002
5.1.2.05.01.002
Serviços de Manutenção Contratados com Terceiros
5.1.1.05.01.004
5.1.2.05.01.004
Treinamentos
Cursos/Treinamentos
4.1.1.01.04.002
4.1.1.02.04.002
4.1.2.01.04.002
4.1.2.02.04.002
4.1.3.01.04.002
4.1.3.02.04.002

Cursos/Treinamentos
4.1.4.01.04.002
4.1.4.02.04.002
4.1.5.01.04.002
4.1.5.02.04.002
4.1.6.01.04.002
4.1.6.02.04.002
4.1.7.01.04.002
4.1.7.02.04.002
4.1.8.01.04.002
4.1.8.02.04.002
4.2.1.01.04.002
4.2.2.01.04.002
4.2.3.01.04.002
4.2.4.01.04.002
4.2.5.01.04.002
4.2.6.01.04.002
4.2.7.01.04.002
4.2.8.01.04.002
4.3.1.01.04.002
5.1.1.01.04.002
5.1.2.01.04.002
Tributos - ICMS
ICMS
5.1.3.02.01.003
Tributos - PIS e COFINS
COFINS sobre Outras Receitas
5.1.3.02.01.002
PIS sobre Outras Receitas
5.1.3.02.01.001
Tributos (exceto PIS/COFINS/ICMS)
CPMF
5.1.3.02.01.005
IPTU, ITU e IPU
5.1.3.02.01.004
Outros Tributos
5.1.3.02.01.999
Provisão de CSLL
5.4.1.01.01.002
Provisão de CSLL Diferida
5.4.1.01.02.002
Provisão de IRPJ Diferido
5.4.1.01.02.001
Provisão de IRPJ sobre o Lucro
5.4.1.01.01.001
Utilidades
Água e Esgoto
4.1.1.05.02.004
4.1.2.05.02.004
4.1.3.05.02.004
4.1.4.05.02.004
4.1.5.05.02.004

Água e Esgoto
4.1.6.05.02.004
4.1.7.05.02.004
4.1.8.05.02.004
4.2.1.04.02.004
4.2.2.04.02.004
4.2.3.04.02.004
4.2.4.04.02.004
4.2.5.04.02.004
4.2.6.04.02.004
4.2.7.04.02.004
4.2.8.04.02.004
4.3.1.04.02.004
5.1.1.06.01.002
5.1.2.06.01.002
Água e Esgoto de Agências
5.1.1.02.01.007
Energia Elétrica
4.1.1.05.02.003
4.1.2.05.02.003
4.1.3.05.02.003
4.1.4.05.02.003
4.1.5.05.02.003
4.1.6.05.02.003
4.1.7.05.02.003
4.1.8.05.02.003
4.2.1.04.02.003
4.2.2.04.02.003
4.2.3.04.02.003
4.2.4.04.02.003
4.2.5.04.02.003
4.2.6.04.02.003
4.2.7.04.02.003
4.2.8.04.02.003
4.3.1.04.02.003
5.1.1.06.01.001
5.1.2.06.01.001
Energia Elétrica de Agências
5.1.1.02.01.006
Seguros
5.1.1.06.01.005
5.1.2.06.01.005
Telefone e Outros Meios de Comunicação
4.1.1.05.02.005
4.1.2.05.02.005
4.1.3.05.02.005
4.1.4.05.02.005
4.1.5.05.02.005
4.1.6.05.02.005
4.1.7.05.02.005
4.1.8.05.02.005
4.2.1.04.02.005

Telefone e Outros Meios de Comunicação
4.2.2.04.02.005
4.2.3.04.02.005
4.2.4.04.02.005
4.2.5.04.02.005
4.2.6.04.02.005
4.2.7.04.02.005
4.2.8.04.02.005
4.3.1.04.02.005
5.1.1.02.01.008
5.1.1.06.01.003
5.1.2.06.01.003
Vendas de Passagens
Despesas com Vendas de Passagens e Agências
5.1.2.02.01.001
Entregas em Domicílio
5.1.1.02.01.004
Viagens e conduções
Lanches e Refeições
5.1.1.07.03.004
5.1.2.07.03.004
Pedágios, Balsas e Estacionamentos
4.1.1.03.05.004
4.1.2.03.05.004
4.1.3.03.05.004
4.1.4.03.05.004
4.1.5.03.05.002
4.1.6.03.05.002
4.1.7.03.05.004
4.1.8.03.05.002
Viagens e Conduções
5.1.1.07.03.003
5.1.2.07.03.003
Viagens, Refeições e Representações
4.1.1.05.02.006
4.1.2.05.02.006
4.1.3.05.02.006
4.1.4.05.02.006
4.1.5.05.02.006
4.1.6.05.02.006
4.1.7.05.02.006
4.1.8.05.02.006
4.2.1.04.02.006
4.2.2.04.02.006
4.2.3.04.02.006
4.2.4.04.02.006
4.2.5.04.02.006
4.2.6.04.02.006
4.2.7.04.02.006
4.2.8.04.02.006
4.3.1.04.02.006

9. Bibliografia, material pesquisado, legislação consultada e fontes de referência

A seguir são apresentadas as indicações das principais fontes de referência relativas aos materiais técnicos legal e regulamentar utilizado em pesquisas, consultas e estudos desenvolvidos no decorrer do processo de elaboração do Manual de Contabilidade.

A apresentação identifica as seguintes fontes de referência:

- Legislações societárias, tributárias e outras;
- Legislação e normas regulamentares específicas aplicáveis ao setor de transporte rodoviário de passageiros;
- Pronunciamentos do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (antigo Instituto Brasileiro de Contadores);
- Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
- Deliberações, instruções, ofícios circulares e pareceres de orientação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;
- Normas internacionais de contabilidade (International Accounting Standards – IAS);
- Normas internacionais de informações financeiras (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS); e
- Literatura técnica.

Legislações societárias, tributárias e outras

- Lei 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007;
- Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do imposto de renda – RIR/99);
- Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 – dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta;

- Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 – altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social; e
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

Legislação e normas regulamentares específicas aplicáveis ao setor de transporte de passageiros

- Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009 e alterações – aprova o regimento interno e a estrutura organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Decreto 4.130, de 13 de fevereiro de 2002 – regulamentação da ANTT - dispõe sobre a exploração mediante permissão e autorização de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2002 – aprova o regimento interno e a estrutura organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Resolução nº 417, de 03 de fevereiro de 2004 – institui o Plano de Contas Básico para o Setor de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros;
- Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 – com as alterações introduzidas pela MP 2.217-3, de 04 de setembro de 2001 - dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes;
- Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos;
- Lei 2.521, de 20 de março de 1998 – dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- MP 9.074, de 07 de julho de 1995 – estabelece normas para outorgas e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos;
- MP 2.201, de 28 de julho de 2001 – altera a lei 10.233, de 05 de junho de 2001;
- MP 2.201-2, de 24 de agosto de 2001 – altera a lei 10.233, de 05 de junho de 2001; e
- MP 2.207-3, de 24 de agosto de 2001 – altera a lei 10.233, de 05 de junho de 2001.

**Pronunciamentos do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
(anteriormente Instituto Brasileiro de Contadores)**

NPC's – Normas e Procedimentos de Contabilidade

- NPC 24 – Reavaliação de ativos;

Outros

- comunicado Técnico 02/06 – Impostos e contribuições a recuperar e obrigações fiscais;
- Informativo Técnico 01/06 – Tratamento contábil dos custos com manutenções relevantes de bens do ativo imobilizado;

Conselho Federal de Contabilidade – CFC

- NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental;
- ITG 2000 - Escrituração Contábil.
- Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade;
- Resolução CFC nº 1.328, de 18 de março de 2011 – Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Deliberações, instruções, ofícios circulares e pareceres da CVM – Comissão de Valores Mobiliários

- Deliberação CVM nº 404, de 27 de setembro de 2001 – dispõe sobre o tratamento contábil dos ajustes de ativos e passivos em moeda estrangeira. Alterada pela Deliberação CVM nº 409, de 01 de novembro de 2001 – Dispõe sobre o tratamento contábil dos ajustes de ativos e passivos em moeda estrangeira;
- Deliberação CVM nº 183, de 19 de junho de 1995 – aprova NPC 24 do IBRACON sobre Reavaliação de Ativos;
- Ofício Circular nº 285, de 31 de julho de 1998 – altera o artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de maio de 1996, introduzindo fundamento econômico para ágio decorrente da aquisição de direito de exploração, concessão ou permissão delegada pelo Poder Público;
- Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 – dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social;
- Ofício Circular PTE nº 578/85 - dispõe sobre pontos de atenção na publicação das demonstrações das companhias abertas em observância à Lei nº 6.404/76.
- Parecer de Orientação CVM nº 21/90 – dispõe acerca de procedimentos aplicáveis às demonstrações financeiras das companhias abertas. Destacamos os seguintes assuntos abordados nesta norma: provisão para créditos de liquidação duvidosa, debêntures e reservas de lucros;
- Parecer de Orientação CVM nº 15/87 – dispõe acerca de procedimentos aplicáveis as demonstrações financeiras das companhias abertas. Destacamos os procedimentos para elaboração do Relatório da administração; e
- Parecer de Orientação CVM nº 04/79 – Dispõe de aspectos constantes na Lei 6.404/76 aplicáveis à adequação das demonstrações financeiras, dos quais destacamos os que se refere ao capital social e aos eventos subsequentes.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

- CPC 00 – Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis;
- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa;
- CPC 04 – Ativo intangível;
- CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil;
- CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais;

- . CPC 08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários;
- . CPC 09 - Demonstração do valor adicionado;
- . CPC 10 - Pagamento baseado em ações;
- . CPC 12 - Ajuste a valor presente;
- . CPC 15 - Combinação de negócios;
- . CPC 16 – Estoques;
- . CPC 18 – Investimento em controlada e coligada;
- . CPC 19 – Investimento em empreendimento controlado em conjunto;
- . CPC 20 – Custo de empréstimos;
- . CPC 21 – Demonstração intermediária;
- . CPC 22 – Informações por segmento;
- . CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- . CPC 24 – Eventos subsequentes;
- . CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- . CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis;
- . CPC 27 – Ativo imobilizado;
- . CPC 28 – Propriedades para investimentos;
- . CPC 30 – Receitas;
- . CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada;
- . CPC 32 – Tributos sobre lucro;
- . CPC 33 – Benefícios a empregados;
- . CPC 35 – Demonstrações separadas;
- . CPC 36 – Demonstrações consolidadas;
- . CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;
- . CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação;
- . CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação;
- . CPC 41 – Resultado por ação;
- . CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas;
- . ICPC 01 – Contratos de concessão;
- . ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil;
- . ICPC 04 - Alcance do pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações;
- . ICPC 05 - Pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações - transações de ações do grupo e em tesouraria;
- . ICPC 06 - Hedge de investimento líquido em operação no exterior;
- . ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos;
- . ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- . ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43;
- . ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares;
- . ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental;
- . ICPC 16 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais;
- . ICPC 17 - Contratos de concessão: Evidenciação;
- . OCPC 03 - Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação; e
- . OCPC 05 - Contratos de concessão.

Literatura técnica

- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FEA/USP – Manual de contabilidade societária – 1ª Edição (2010) – Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbcke e Ariovaldo dos Santos – Editora Atlas.
- Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela resolução normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.
- Manual of accounting – IFRS 2010 – PricewaterhouseCoopers – Editora CCH;
- Estrutura Conceitual para a preparação de apresentação das Demonstrações Contábeis – documento emitido pelo IASC – International Accounting Standards Committee

Relatórios de administração, demonstrações contábeis, notas explicativas e informações complementares (balanço social, demonstração do valor adicionado, demonstração do valor econômico agregado e demonstração do fluxo de caixa) publicados por empresas e fornecidos pela ANTT.

10 Glossário

O glossário apresentado a seguir contempla termos técnicos contábeis, termos referentes à legislação societária e termos especificamente aplicáveis ao setor de transporte de passageiros. Na elaboração do glossário, foram considerados termos e conceitos baseados nas Normas Internacionais de Contabilidade, na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,), nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e na legislação do setor de transporte de passageiros.

A

Ação

É a menor parcela em que se divide o capital de uma empresa. Pode ser ordinária ou preferencial, de acordo com a natureza dos direitos ou vantagens conferidos a seus titulares.

Ação ordinária

Ação com direito a voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da empresa.

Ação preferencial

Ação cujas preferências ou vantagens consistem, salvo no caso de ação com direito a dividendos fixos ou mínimos, cumulativos ou não, no direito de dividendos no mínimo dez por cento maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, e no que for com ele compatível, as preferenciais ou vantagens podem consistir:

- em prioridade na distribuição de dividendos;
- em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, e
- na acumulação das vantagens acima enumeradas.

Acionista

Pessoa, física ou jurídica, detentora de ações do capital de uma empresa.

Ações em circulação

Ações que não sejam mantidas como ações em tesouraria.

Ações em tesouraria

Ações de uma empresa que tenham sido adquiridas pela empresa emissora ou uma subsidiária consolidada e que estejam legalmente disponíveis para revenda ou reemissão.

Acordo de acionistas

É o acordo celebrado pelos acionistas da sociedade anônima, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las ou exercício do direito de voto.

Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital - AFAC

São adiantamentos recebidos, pela empresa, de seus acionistas, para serem utilizados a longo prazo na integralização de futuro aumento do Capital Social.

Ágio

Excesso do custo de aquisição de um investimento em relação ao seu valor patrimonial contábil.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

São as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo ou passivo no caso de sua avaliação ao valor justo.

Ajuste a Valor Presente – AVP

Ajustes efetuados para mensuração de ativos e passivo ao seu valor presente, líquido do efeito de receitas e despesas financeiras embutidas nos valores das transações.

Amortização

Alocação sistemática do valor depreciável de um ativo intangível durante sua vida útil.

Amortização de empréstimos

Determinação dos pagamentos em parcelas, necessários para dar a um credor um retorno especificado e, reembolsar o principal do empréstimo dentro de um período estabelecido.

ANTT

Agencia Nacional de Transportes Terrestres, criada pela Lei 10.233, de 05 de junho 2001, para regular e fiscalizar o serviço de transportes terrestres no Brasil.

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

São aplicações financeiras com vencimento em até três meses da data de sua contratação, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas são efetuadas com a finalidade de evitar ociosidade temporária de fundos disponíveis nas contas bancárias.

Arrendamento Mercantil

São as transações celebradas entre o proprietário de um determinado bem (arrendador) que concede o uso a terceiro (arrendatário) por um determinado período contratualmente estipulado. Os arrendamentos mercantis são classificados em Financeiros ou Operacionais.

Arrendamento Mercantil Financeiro

É a operação de arrendamento mercantil em que se transfere substancialmente todos os riscos e compensações decorrentes da propriedade de um ativo, seja ou não transferida a propriedade após certo tempo.

Arrendamento Mercantil Operacional

É a operação de arrendamento mercantil em que o bem arrendado proporciona utilização dos serviços sem que haja comprometimento futuro de opção de compra, caracterizando-se um aluguel e portanto não devem integrar as contas do Balanço Patrimonial.

Assembleia de constituição

Reuniões iniciais, promovidas no sentido de se fundar e instalar a sociedade.

Assembleia geral

Reunião de acionistas, convocada de acordo com a lei e com os estatutos da empresa, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da empresa e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Assembleia geral extraordinária

Reunião de acionistas que tem poderes para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- . reforma do estatuto;
- . criação de ações preferenciais ou aumento de classes existentes;
- . alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de

uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;

- . redução do dividendo obrigatório;
- . fusão da empresa, ou sua incorporação em outra;
- . participação em grupo de sociedades;
- . mudança do objeto social da empresa;
- . cessação do estado de liquidação da empresa;
- . criação de partes beneficiárias;
- . cisão, fusão e incorporação da empresa, e
- . dissolução da empresa.

Assembleia geral ordinária

Reunião de acionistas realizada anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para:

- . tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis;
- . deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos, e eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Ata

Registro formal das deliberações tomadas em uma reunião de sociedade, associação ou corporação de qualquer espécie, sendo o mesmo assinado ou autenticado pelas pessoas que presidiram a sessão.

Atividades de financiamento

Atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital e empréstimos a pagar da empresa.

Atividades de investimento

A aquisição e venda de ativos de longo prazo e outros investimentos não inclusos nos equivalentes à caixa.

Atividades operacionais

As principais atividades geradoras de receita da empresa e outras atividades operacionais diferentes das de investimento e de financiamento.

Ativo

Recurso controlado por uma empresa como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a empresa.

Ativo corrente líquido

O excesso do ativo circulante sobre o passivo circulante.

Ativo financeiro

Qualquer ativo que seja:

- . caixa;
- . um direito contratual para receber numerário (caixa) ou outro ativo financeiro de outra empresa;
- .
- . um direito contratual para permutar instrumentos financeiros com outra empresa sob condições potencialmente favoráveis; ou

- . um instrumento patrimonial de outra empresa.

Ativos correntes

Ativos que serão realizados no futuro próximo. Entre os itens incluídos no ativo circulante devem estar:

- . saldos de caixa e bancos disponíveis para as operações correntes. Os saldos de caixa e bancos, cujo uso para operações correntes está sujeito a restrições, devem ser incluídos como um ativo circulante somente se a duração das restrições é limitada ao prazo de uma obrigação que foi classificada como passivo circulante ou se as restrições terminam dentro de um ano;
- . títulos negociáveis que não se destinam a ser retido e são suscetíveis de serem prontamente realizados;
- . contas a receber de clientes e outros que se espera realizar dentro de um ano, a partir da data do balanço;
- . estoques;
- . adiantamentos por conta da compra de ativos circulantes; e
- . despesas pagas antecipadamente, cujo benefício se espera dentro de um ano a partir da data do balanço.

Ativos depreciables

São aqueles que se presume sejam usados durante mais de um período contábil; têm uma vida útil limitada e são mantidos por uma empresa para uso na produção de mercadorias e prestação de serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos.

Ativos fiscais diferidos

Os valores do imposto de renda e da contribuição social a recuperar em períodos futuros, referentes a:

- . diferenças temporárias dedutíveis;
- . compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e
- . compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Ativos imobilizados

Ativos tangíveis que são mantidos por uma empresa para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para locação a terceiros, ou para finalidades administrativas; e conforme a expectativa, deverão ser usados por mais de um período.

Ativos intangíveis

Ativos não monetários identificáveis, sem substância física que são controlados por uma empresa para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, para alugar a terceiros ou para finalidades administrativas; e espera-se que sejam utilizados durante mais de um período.

Audiência pública - ANTT

Audiências públicas, realizadas para os processos decisórios que impliquem efetiva afetação de direitos dos agentes econômicos do setor de transportes terrestres e dos usuários, decorrente de ato administrativo ou anteprojeto de lei proposto pela ANTT, terão seu processo instaurado pela Administração e destina-se a recolher subsídios junto aos interessados.

Auditor independente

Pessoa física ou jurídica que tem por objetivo, por meio do exame das contas, expressar uma opinião independente sobre todos os aspectos relevantes das demonstrações contábeis à luz das práticas contábeis, avaliando a situação patrimonial, financeira e do

resultado das operações de uma companhia.

Autoridade competente

Pessoa, instituição ou órgão, investida por Lei, Decreto ou Portaria para representar o poder público e agir em seu nome.

Autorização

Ato administrativo discricionário e precário pelo qual o poder permitente torna possível ao postulante a realização de certa atividade, serviço, ou a utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, condicionado à aquiescência prévia da Administração.

B

Balanço Patrimonial

Balanço que demonstra a situação patrimonial e financeira da permissionária, ou seja, todos os bens, direitos e obrigações e valores integrados anteriormente ao patrimônio.

Banco

Instituição financeira cujas principais atividades incluem a de aceitar depósitos e captar recursos com o objetivo de conceder empréstimos e fazer investimentos e que estão dentro do escopo da legislação das atividades bancárias e assemelhadas.

Base fiscal de um ativo ou passivo

O valor atribuído a esse ativo ou passivo para fins tributários.

Benefícios adquiridos

Benefícios, cujos direitos, nas condições estabelecidas nos planos de benefícios de aposentadoria, não estão condicionados à continuidade de emprego do beneficiário.

Benefícios econômicos futuros

O potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente à caixa da empresa. Poderá ser um potencial produtivo que é parte das atividades operacionais da empresa. Poderá também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalente à caixa ou uma capacidade de reduzir as saídas de caixa, tais como quando um processo industrial alternativo reduz os custos de produção.

C

Caixa

Numerário em mãos e depósitos bancários disponíveis.

Capital

De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o do dinheiro investido ou o do poder de compra investido, o capital é o ativo líquido ou Patrimônio Líquido da empresa, seu conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das empresas.

Capital circulante

(vide. ativo corrente líquido)

Capital Circulante Líquido

(vide. ativo corrente líquido)

Capitalização de encargos financeiros

Reconhecimento de um encargo financeiro ou despesa como parte do custo de um ativo.

Capitalização de obras

Transferência de obras (imobilizações) concluídas, das contas de imobilizado em curso para as contas de imobilizado em serviço.

Ciclo operacional

O tempo médio entre o momento de aquisição dos materiais que entram no processo e aquele em que se realiza a cobrança da venda.

Cisão

É a operação pela qual a empresa transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se a versão for parcial.

Classes de ativos

Grupo de ativos de uso e natureza semelhantes nas operações de uma empresa.

Combinação de empresas

A junção de empresas distintas em uma única entidade econômica, como resultado de haver uma empresa se unindo com a outra ou haver obtido o controle sobre o ativo líquido e operações dessa outra empresa.

Companhia aberta

companhia cujos valores mobiliários de sua emissão estão admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão. Somente os valores mobiliários de companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM podem ser distribuídos no mercado.

Companhia fechada

companhia cujos valores mobiliários de sua emissão não estão admitidos à negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão.

Compreensibilidade

As informações apresentadas nas Demonstrações Contábeis têm a qualidade da compreensibilidade quando são compreensíveis aos usuários que tem um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.

Confiabilidade

A informação tem a qualidade de confiabilidade quando está livre de erro ou distorções relevantes, e nela podem os usuários depositar confiança como representando fielmente aquilo que ela diz representar ou poderia razoavelmente esperar-se que representasse.

Confrontação entre custos e receitas

As despesas são reconhecidas na Demonstração do Resultado com base na associação direta entre os custos incorridos e a aferição de itens específicos da receita. Este processo envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultam diretamente e em conjunto das mesmas transações ou outros eventos. Entretanto, a aplicação do conceito de confrontação da receita e despesa não autoriza o reconhecimento dos itens no balanço que não satisfaçam a definição de ativos ou passivos.

Conselho de administração

Órgão de deliberação colegiada, a quem competirá a administração da empresa nos casos em que o estatuto dispuser sobre a sua existência.

Conselho fiscal

Órgão de fiscalização dos atos da administração da empresa, segundo disposições estabelecidas no estatuto sobre o seu funcionamento, de modo permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas. Será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Compete ao Conselho Fiscal principalmente a fiscalização dos atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Constituição de fundo

A transferência de ativos para uma entidade (o fundo) distinta da empresa para atender a futuras obrigações com o pagamento de benefícios de aposentadoria.

Consultas públicas

Os atos administrativos da ANTT poderão ser submetidos a consultas públicas, para a participação dos agentes econômicos e dos usuários. As consultas públicas terão por objetivo recolher subsídios e informações para o processo decisório da ANTT, e forma identificar e ampliar os aspectos relevantes à matéria em questão.

Contas

Designa toda e qualquer espécie de título utilizado na contabilidade.

Contabilização de hedges

O processo de igualar as épocas de reconhecimento na Demonstração do Resultado das mudanças no valor justo de um instrumento financeiro, pelo reconhecimento de iguais mas opostas mudanças no valor justo de uma posição exposta determinada.

Contingência

Uma expectativa de perdas ou prejuízos ainda não incorridos, através de um ou mais eventos futuros incertos.

Continuidade empresarial (empresa em marcha)

Normalmente, uma empresa é vista como um negócio em marcha, isto é, com continuidade operacional no futuro previsível. Presume-se que a empresa não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou de restringir significativamente o volume de suas operações.

Contrato

Instrumento formal de acordo entre duas ou mais partes, de direitos e obrigações econômicas claras e definidas que as partes possuem por ter força legal.

Controle

O poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, para obter benefícios de sua atividade.

Controle conjunto

A participação estabelecida no controle de uma atividade econômica.

Comparabilidade

Os usuários devem comparar as demonstrações contábeis de diferentes permissionárias a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira

Custo corrente

Os valores em dinheiro ou equivalentes em dinheiro que teriam de ser pagos se o ativo ou ativos equivalentes fossem adquiridos presentemente. Os valores não descontados, em dinheiro ou equivalentes a dinheiro, que seriam necessários para liquidar uma obrigação presentemente.

Custo de aquisição

A soma do preço de compra, direitos de importação e outros encargos (salvo encargos fiscais subsequentemente recuperáveis pela empresa, do fisco) e o transporte, manuseio e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de produtos, materiais e serviços. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de compra.

Custo de desenvolvimento

Todos os custos que são diretamente atribuíveis às atividades de desenvolvimento ou que podem ser alocados, em base razoável, a tais atividades.

Custo de reposição de um ativo

Normalmente derivado do custo corrente de aquisição de um ativo semelhante, novo ou usado, ou de uma equivalente capacidade produtiva ou de um equivalente potencial de serviço.

Custo de uma aquisição

O valor em dinheiro ou equivalente pago, ou o valor justo na data da troca de outra forma de pagamento dada pela adquirente em troca do controle sobre os ativos líquidos da outra empresa, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Custo de um ativo adquirido em troca ou como parte da troca por outro ativo diferente

O valor justo do ativo recebido, que é equivalente ao valor justo do ativo entregue, ajustado pelo montante do numerário ou equivalente recebido ou pago.

Custo de um investimento

O custo inclui despesas de aquisição, tais como corretagens, honorários, taxas e despesas bancárias.

Se um investimento for adquirido em sua totalidade ou parcialmente, mediante emissão de ações ou outros títulos, o custo de aquisição é o valor justo dos títulos emitidos e não o seu valor nominal.

Custo de um item do ativo imobilizado ou intangível

O valor pago em dinheiro ou equivalente, ou o valor justo de outra forma de pagamento entregue para adquirir um ativo na data de sua aquisição ou construção.

Custo dos estoques

Todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para trazer os estoques até a sua presente localização e condição.

Custo dos serviços correntes

O custo para uma empresa, de acordo com um plano de benefícios de aposentadoria, correspondente aos serviços prestados no período corrente pelos empregados participantes.

Custo dos serviços passados

O custo para uma empresa, de acordo com um plano de benefícios de aposentadoria, correspondente a serviços prestados em períodos anteriores pelos empregados participantes e resultantes de:

introdução de um plano de benefícios de aposentadoria; ou
introdução de emendas em tal plano.

Custo histórico

Ativos são contabilizados pelos valores pagos em dinheiro ou equivalentes a dinheiro ou pelo valor justo do que é entregue para adquiri-los na época da aquisição. Passivos são registrados pelos valores do que foi recebido em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda), pelos valores em dinheiro ou equivalentes a dinheiro que serão necessários para satisfazer o passivo no curso normal das operações.

Custódia

Estado da coisa ou pessoa que está sob guarda, proteção ou defesa de outrem, como o próprio local em que alguma coisa está guardada ou em que alguma pessoa é tida.

D

Data de aquisição

A data na qual o controle dos ativos líquidos e das operações da adquirida é efetivamente transferido para o adquirente.

Debêntures

Títulos normalmente a longo prazo emitidos por uma empresa, com garantia de certos bens, propriedades ou avais. São títulos negociáveis e conferem a seus titulares direito de crédito contra a empresa emitente, nas condições estabelecidas na escritura de emissão e do certificado. São títulos que deverão ser liquidados no caso do seu vencimento, podendo a empresa emitente reservar-se o direito de resgate antecipado. As debêntures podem ser conversíveis em ações, entretanto por determinações legais e regulamentares, as permissionárias poderão emitir debêntures conversíveis em ações, desde que com anuência do Poder Concedente. (Conforme Resolução nº 1.445, de 05 de maio de 2006, da ANTT; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art 27; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, art 23; e Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, art 30)

Debenturista

É o titular de debêntures.

Demonstrações contábeis

O termo abrange balanços patrimoniais, demonstrações de resultados, demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido e demonstrações das origens e aplicações de recursos, notas explicativas e dadas explicativos identificadas como sendo parte das demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis de um grupo de empresas apresentadas como se fosse uma única empresa.

Departamento Nacional de Estrada e Rodagem – DNER

Regulamentava o setor de transporte de passageiro até o advento da ANTT.

Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

O Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT é o órgão executor da política de transportes determinada pelo Governo Federal. Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, foi implantada em fevereiro de 2002 para desempenhar as funções relativas à construção, manutenção e operação de infra-estrutura dos segmentos do Sistema Federal de Viação sob administração direta da União nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, conforme Decreto nº 4.129 de 13/02/2002. É dirigido por um Conselho Administrativo e por sete diretores nomeados pelo Presidente da República e conta com recursos da União para a execução das obras.

Depreciação

É a perda de valor dos bens físicos (edificações, equipamentos, etc.) ao longo de sua vida útil.

Deságio

Excesso do valor patrimonial contábil de um investimento em relação ao seu custo da aquisição.

Despesa fiscal (receita fiscal)

O montante dos impostos correntes e diferidos incluídos na determinação do lucro líquido ou prejuízo do período. A despesa fiscal (receita fiscal) abrange a despesa de impostos corrente (receita de impostos corrente) e a despesa de impostos diferidos (receita de impostos diferidos).

Despesas

Decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incorrência de passivos, que resultam em decréscimo do Patrimônio Líquido e não se confundem com os que resultam de distribuição aos proprietários da empresa.

Diferença de câmbio

A diferença resultante do mesmo número de unidades de uma moeda estrangeira na moeda básica das demonstrações a diferentes taxas cambiais.

Diferenças inter-temporárias

A diferença entre o lucro tributável e o lucro contábil de um período, que surgem porque o período no qual alguns itens da receita e despesa estão incluídos no lucro tributável não coincide com o período no qual eles são incluídos no lucro contábil. As diferenças inter-temporárias originam-se em um período e se revertem em um ou mais períodos subsequentes.

Diferenças permanentes

As diferenças entre o lucro tributável e o lucro contábil de um período que se origina no período corrente e não são revertidos em períodos subsequentes.

Diferenças temporárias

É a diferença entre o valor registrado de um ativo ou passivo no Balanço Patrimonial e sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser:

- . temporária tributável e
- . temporária dedutível.

Diferenças temporárias dedutíveis

É a diferença temporária que resultará em montantes que serão dedutíveis na determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros, quando o valor do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

Diferenças temporárias tributáveis

É a diferença temporária que resultará em montantes tributáveis na determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros, quando o valor do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

Direito de preferência

Outorga à pessoa para que, preferencialmente, seja atendida em seu direito creditório antes de qualquer outra, que não traga regalia igual ou superior à sua.

Direito de retirada

Prerrogativa do acionista de retirar-se da companhia, mediante reembolso de suas ações, quando dissentir de certas deliberações.

Diretoria

Órgão da administração composto por dois ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, ou, se inexistente, pela Assembleia Geral de Acionistas, devendo o estatuto social estabelecer:

- . o número de diretores, ou o máximo e o mínimo permitidos;
- . o modo de sua substituição;
- . o prazo de gestão, que não será superior a 3 anos, permitida a reeleição, e
- . as atribuições de poderes de cada diretor.
- . A representação da empresa é privativa dos diretores.

Dividendos

Distribuições de lucros a possuidores de ações do capital em proporção aos seus investimentos em uma categoria determinada de ações.

E

Empresa estatal

Empresa estatal é uma empresa controlada, totalmente ou em sua maior parte, pelo governo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Empresa associada

Uma empresa na qual o investidor tem influência significativa e não é uma subsidiária nem uma “*joint venture*” do investidor.

Encargos (ou custos) financeiros de empréstimos

Juros e outros custos incorridos por uma empresa com relação à tomada de empréstimos.

Equivalentes à caixa

Investimentos a curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Escrituração

Registro sistemático e metódico de todos os atos e fatos contábeis ocorridos em uma organização a fim de que se fixem permanentemente, e possam, a qualquer momento, fornecer os dados que se tornem necessários para qualquer verificação a respeito deles.

Essência ou substância sobre a forma

O princípio de que as transações e outros eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua essência ou substância formal e a sua realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Estatuto social

Documento que estabelece as normas de funcionamento da empresa, devendo satisfazer a todos os requisitos exigidos para os contratos das sociedades mercantis em geral e aos peculiares às empresas.

Estoques

Ativos destinados à venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda, ou sob a forma de matéria-prima ou materiais para serem usados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Eventos subsequentes

São acontecimentos ocorridos após a data do balanço que não afetam a condição de ativos ou passivos após esta data. Dois tipos de eventos podem ser identificados: os que proporcionam evidência adicional de condições que existiam à data do balanço; e os que são indicadores de condições que surgiram subsequentes à data do balanço.

Exercício social

Período instituído em uma sociedade civil ou comercial, dentro do qual far-se-á apuração dos resultados econômicos ou dos prejuízos ocorridos na execução dos fins sociais.

F

Fluxo de caixa

Entradas e saídas de caixa e equivalentes à caixa.

Fusão

É a operação pela qual se unem duas ou mais empresas para formar uma empresa nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

G

Garantia

Meio, executável extrajudicialmente, com que se assegura o cumprimento da obrigação de pagamento.

Governo

Órgãos, agências governamentais e assemelhados.

H

Hedging

Redução ou eliminação dos efeitos dos riscos de mercado, de juros ou de câmbio, cada um dos quais pode estar presente em alguma medida em um instrumento financeiro.

I

Imobilizações em serviço

Referem-se aos bens e instalações que estão em operação na prestação do serviço público de transporte de passageiros.

Imposto corrente

O valor dos impostos sobre a renda a pagar (a recuperar), em relação ao lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.

Incorporação

É a operação pela qual uma ou mais empresas são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Integridade

É a informação completa dentro dos limites da relevância e do custo.

Instrumento

Qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumento composto

Um instrumento financeiro que inclui uma combinação de ativos financeiros, passivos financeiros e patrimoniais, tais como investimentos em um título que contém uma opção de conversão em ações ordinárias ou preferenciais do emissor, ou um título que contém uma opção de troca por outro instrumento financeiro possuído pelo emissor.

Instrumento financeiro

Um contrato que origina tanto um ativo financeiro de uma empresa como um passivo financeiro ou um instrumento patrimonial de outra empresa.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros, tais como operações de opções, futuro, a termo e de “swaps” de taxa de juros e de moedas que criam derivativos e obrigações que têm o efeito de transferir entre as partes um ou mais dos riscos financeiros inerentes em um instrumento financeiro primário subjacente. Instrumentos derivativos não resultam em transferência de instrumento financeiro primário subjacente no início do contrato e essa transferência não ocorre, necessariamente, no seu vencimento.

Instrumentos financeiros primários

Instrumentos financeiros como, por exemplo, contas a receber, contas a pagar e ações de capital, que não são instrumentos financeiros derivativos.

Interesse minoritário

A parte do resultado líquido das operações e dos ativos líquidos de uma subsidiária atribuível a interesses que não são possuídos, direta ou indiretamente por meio de subsidiárias, pela matriz.

Investidor em uma “joint venture”

Uma parte de uma “joint venture” que não tem controle conjunto sobre esta.

Investimento

Um ativo possuído por uma empresa para fins de acréscimo patrimonial por meio da distribuição (tais como juros, royalties, dividendos e aluguéis), para fins de valorização ou para outros benefícios do investidor, tais como os obtidos por meio de relacionamento comercial entre empresas.

Investimento a longo prazo

Um investimento que não se enquadra como investimento corrente.

Investimento corrente

Um investimento que, por sua natureza, é prontamente realizável e destina-se a ser mantido por prazo não superior a um ano.

Itens extraordinários

Receitas ou despesas que resultam de eventos ou transações que são claramente distintos das atividades ordinárias da empresa e, portanto, não se espera que se repitam freqüentemente ou regularmente.

Itens monetários (ativos financeiros monetários e passivos financeiros; instrumentos financeiros monetários)

Recursos de caixa em mãos e ativos (ativos financeiros) e passivos a serem recebidos ou pagos em importâncias fixas ou determináveis em dinheiro.

J

“*Joint venture*”(empreendimento conjunto)

Um acordo contratual pelo qual duas ou mais partes empreendem uma atividade econômica que está sujeita a um controle conjunto.

Juros

Remuneração paga pelo uso do dinheiro.

Juros sobre Capital Próprio - JCP

Instrumento de remuneração do capital investido pelos acionistas. Diferentemente dos dividendos, o JCP é registrado como despesa do exercício.

L

Liquidez

Capacidade que um título tem de ser convertido em disponibilidade.

Liquidez (da empresa)

Habilidade da empresa de continuar com suas atividades numa base contínua sem encontrar dificuldades financeiras.

Lucro

O valor residual que resta depois que as despesas tiverem sido deduzidas das receitas. Qualquer valor além daquele necessário para manter o capital do começo do período é lucro.

Lucro contábil

Lucro líquido ou prejuízo de um período antes de deduzir a despesa de imposto de renda e contribuição social.

Lucro ou prejuízo líquido

Compreende os seguintes componentes:
lucro ou prejuízo das atividades ordinárias; e
itens extraordinários.

Lucro tributável (prejuízo fiscal)

O montante do lucro (prejuízo) de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre a qual a provisão dos impostos a pagar (recuperáveis) é calculada.

Lucros

Aumentos nos benefícios econômicos e, como tal, sua natureza não difere das receitas.

Lucros ou prejuízos acumulados

Representam os saldos remanescentes dos lucros (ou prejuízos) líquidos das apropriações para reserva de lucros e dos dividendos distribuídos.

M

Manutenção

Conjunto de ações necessárias para que um equipamento ou instalação seja conservado ou restaurado, de modo a permanecer de acordo com uma condição especificada.

Matriz

Empresa que tem uma ou mais subsidiárias.

Mensuração

O processo que consiste em determinar quantitativamente as importâncias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço e Demonstração do Resultado.

Mercado secundário

Um mercado secundário ativo existe quando:

- . os ativos (intangíveis) do mercado são relativamente homogêneos, isto é, são idênticos ou podem ser divididos em unidades fixas que são idênticas;
- . existe uma quantidade suficiente de negociação desses ativos que compradores e vendedores dispostos poderá ser encontrados a qualquer tempo; e
- . os preços estão disponíveis publicamente.

Método de Equivalência Patrimonial

Método de contabilização, segundo o qual o investimento é equivalência inicialmente registrada ao custo e ajustado daí por diante pelas mudanças subseqüentes na participação do investidor no patrimônio líquido da investida. A Demonstração do Resultado reflete a parte do investidor nos resultados das operações da investida.

Método de execução

Um método pelo qual a receita contratual é confrontada com os percentuais custos contratuais incorridos para atingir o estágio de execução, resultando na apuração da receita, despesa e lucro que podem ser atribuídos à proporção do trabalho executado.

Método direto de reporte dos fluxos de caixa das atividades operacionais

Um método que divulga as principais classes de recebimentos e desembolsos brutos de caixa.

Método do custo

Método de contabilização, segundo o qual o investimento é registrado ao preço de custo. A Demonstração do Resultado reflete a receita do investimento apenas na extensão em que receber distribuições dos lucros líquidos acumulados da investida, feitas depois da data da aquisição.

Método indireto de reporte dos fluxos de caixa de atividades operacionais

Método pelo qual o lucro ou prejuízo líquido é ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem dinheiro, quaisquer diferimentos ou provisões de recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros e itens da receita ou despesa relativa a fluxos de caixa de atividades de investimento ou de financiamento.

Métodos de avaliação de benefícios

Métodos de avaliação atuarial que determinam o custo de prover os benefícios de aposentadoria com base no serviço tanto prestado benefício projetado como a prestar, pelos empregados, na data da avaliação atuarial.

Métodos de avaliação de benefícios acumulados

Métodos de avaliação atuarial que determinam o custo de prover os benefícios de aposentadoria com base nos serviços prestados pelos empregados até a data da avaliação atuarial.

Moeda básica das demonstrações

A moeda usada na apresentação das demonstrações contábeis.

Moeda estrangeira

Uma moeda diferente da moeda básica das demonstrações contábeis de uma empresa.

N

Negociável no mercado

Existe um mercado ativo com base no qual se pode obter um valor de mercado (ou outro indicador que possibilite calcular o valor de mercado).

Neutralidade

A informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, livre de preconceitos.

**Obrigação**

Um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de certa maneira. As obrigações poderão ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou requisitos estatutários. As obrigações surgem também de práticas normais dos negócios, costumes e do desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira eqüitativa.

Opções de compra

Um instrumento financeiro que dá ao possuidor o direito de comprar ações ordinárias.

Operação descontinuada

A venda ou abandono de uma operação que representa uma linha importante e distinta de negócios de uma empresa e cujos ativos, lucro ou prejuízo líquido e atividades podem ser distinguidos física e operacionalmente e para fins de relatórios contábeis.

Operação estrangeira

Uma subsidiária, coligada, “*joint venture*” ou filial da companhia que reporta suas informações contábeis, cujas atividades são baseadas ou exercidas num País que não é o da empresa que reporta (matriz).

Outorga de permissão

É o ato da permissão outorgada, a partir da edição da Lei n.º 9.074, de 07 de julho de 1995, para exploração dos Serviços Públicos de Transporte Rodoviário de Passageiros bem como a prorrogação de seus prazos sujeitas à cobrança pela União do valor a ser por ela estabelecido, pelo direito de exploração de linhas.

Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - § 1º do Artigo 40 e inciso m do Artigo 26 (Diário Oficial, Seção 1, p. 1917, 14 de fevereiro de 1995).

Outorga de permissão de serviço público de transporte de passageiros

Delegação a título de prestação de serviços públicos mediante licitação, feita pelo Poder Permitente, que demonstre capacidade de para seu desempenho, para o seu desempenho por sua conta e risco e prazo determinado.

Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Artigo 2 01 (Diário Oficial, Seção 1, p. 1917, 14 fev 1995).

P

Pagamentos mínimos do arrendamento

São os pagamentos durante o período do arrendamento que o arrendatário está obrigado ou pode estar obrigado a fazer (excluindo os custos de serviços e impostos a serem pagos pelo arrendador ou a ele reembolsáveis):

- . no caso do arrendatário, quaisquer importâncias garantidas por ele ou por terceiro (parte relacionada);
- . no caso do arrendador, qualquer valor residual que lhe for garantido pelo arrendatário,
- . por parte relacionada com o arrendatário; ou por um terceiro independente, financeiramente capaz de honrar tal garantia.

Entretanto, se o arrendatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja tão abaixo do valor justo na data em que a opção se torna possível que, no começo do arrendamento, já é razoavelmente certo que a opção será exercida, os pagamentos mínimos dos arrendamentos compreendem os aluguéis mínimos pagáveis durante o período do arrendamento e o pagamento necessário para exercer a opção de compra.

Partes beneficiárias

São títulos negociáveis, sem valor nominal e estranho ao Capital Social, que conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a empresa consistente na participação nos lucros anuais. A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para a formação da reserva de resgate, se houver, não pode ultrapassar 0,1 (um décimo) dos lucros. É vedado conferir às partes beneficiárias qualquer direito privativo de acionista, salvo o de fiscalizar os atos dos administradores, e ainda; é proibida a criação de mais de uma classe ou série de partes beneficiárias.

Partes relacionadas

Consideram-se partes relacionadas aquelas em que uma delas tem poder de controle da outra ou exerce influência significativa sobre a outra no processo decisório financeiro e operacional.

Participantes

São os associados de um plano de benefícios de aposentadoria e outros que têm direitos a benefícios de acordo com o plano.

Passivo

É a obrigação presente da empresa, resultante de eventos, cuja liquidação se espera que resulte em um desembolso pela empresa de recursos contendo benefícios econômicos.

Passivo financeiro

Qualquer passivo que seja uma obrigação contratual para:

- . entregar numerário ou outro ativo financeiro a outra empresa; ou
- . permutar instrumentos financeiros com outras empresas em condições potencialmente desfavoráveis.

Passivos correntes (circulante)

Passivos que serão liquidados no futuro próximo. Entre os itens incluídos nos passivos circulantes devem estar as obrigações a pagar à vista e aquelas partes das seguintes obrigações, cuja liquidação se espera dentro de um ano da data do balanço:

- . empréstimos bancários e outros. Se um empréstimo é exigível de acordo com um plano de pagamentos concordado como credor, o empréstimo poderá ser classificado de acordo com esse plano, apesar de existir um direito do credor de pedir o pagamento a curto prazo;

- . a porção corrente dos passivos a longo prazo, a não ser que a empresa pretenda refinanciar a obrigação a longo prazo e exista uma segurança razoável que a empresa estará habilitada a fazê-lo.
- . contas a pagar a fornecedores e obrigações por despesas;
- . provisões para impostos a pagar;
- . dividendos a pagar;
- . receitas diferidas e adiantamentos de clientes; e
- . provisões para contingências.

Passivos fiscais diferidos

São os montantes dos impostos sobre a renda a pagar em períodos futuros, com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Patrimônio líquido

São os valores investidos pelos sócios na empresa (Capital Social) em um determinado momento, resultante do ativo deduzido do passivo e posteriormente reinvestidos como lucros acumulados.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Estimativa de perdas sobre saldos a receber, de modo que os saldos apresentados reflitam a melhor expectativa da Concessionária de realização de tais ativos.

PEPS (FIFO)

O pressuposto de que os itens do estoque que foram comprados em primeiro lugar são os primeiros a ser vendidos e, conseqüentemente, os itens remanescentes no estoque no fim do período são aqueles mais recentemente comprados ou produzidos.

Período do arrendamento

Período contratual em que o arrendatário se obriga a arrendar o ativo, com quaisquer outras condições pelas quais o arrendatário tem a opção de continuar arrendando o ativo com pagamentos adicionais, opção esta que, convencionada no início do arrendamento, torna-se razoavelmente certo que o arrendatário a exercerá.

Pesquisa & Desenvolvimento

Investigação original e planejada empreendida com a expectativa da obtenção de novos conhecimentos e compreensão científica ou técnica.

Plano de Benefícios

Plano de benefícios de aposentadoria que a empresa retém sem fundo específico a obrigação de pagar os benefícios de aposentadoria conforme o plano sem o estabelecimento de um fundo separado.

Plano de benefícios de Aposentadoria

Acordos segundo os quais uma empresa concede benefícios a seus empregados na terminação ou após a terminação do tempo de serviço (ou sob a forma de uma renda anual ou num único pagamento), quando tais benefícios ou as respectivas contribuições do empregador podem ser determinados, ou estimados antes da aposentadoria de acordo com as disposições de um documento ou as práticas da empresa.

Planos de benefícios Definidos

Planos de benefícios de aposentadoria segundo os quais os valores a serem pagos como benefícios de aposentadoria são determinados mediante uma fórmula usualmente baseada na remuneração do empregado e/ou anos de serviço.

Planos de Contribuição Definida

Planos de benefícios de aposentadoria segundo os quais os valores, contribuição a serem pagos, como benefícios de aposentadoria são determinados com base nas contribuições para um fundo com os respectivos rendimentos de investimento.

Poder Concedente

A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de permissão.

Lei N°8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1).

Políticas Contábeis

Os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotados por uma empresa na preparação e apresentação de demonstrações contábeis.

Posição Financeira

A relação entre os ativos, passivos e Patrimônio Líquido de uma empresa, como apresentada nas demonstrações contábeis.

Prejuízos

Decréscimos nos benefícios econômicos e que, não são de natureza diferente das demais despesas.

Princípio contábil da competência

As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

Provisão

Representa a expectativa de perda de ativos ou estimativas de valores a desembolsar que, apesar de financeiramente ainda não efetivadas, derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos, que dizem respeito a perdas economicamente incorridas.

Provisão para Continências

Provável saída de recurso referente á liquidação futura de processos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais em que a entidade se figure como ré.

Prudência

A inclusão de certa dose de cautela na formulação dos julgamentos necessários na elaboração de estimativas em certas condições de incertezas no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e passivos ou despesas não sejam subestimados.

Q

Quota

Fração ou parte do capital de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

R

Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ajuste necessário para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso das operações da entidade ou em sua possível venda. A existência de evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, leva a entidade a reconhecer imediatamente a desvalorização.

Receita do segmento

Receita diretamente atribuível a um segmento ou à porção relevante da receita, que pode ser alocada, numa base razoável, a um segmento e que é derivada de transações com terceiros e com outros segmentos da mesma empresa.

Receitas

Aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do Patrimônio Líquido, e não se confundem com os que resultam de contribuição dos proprietários da empresa.

Reserva de capital

Constituídas por valores recebidos pela empresa que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

Reserva de lucros

Constituídas por valores apropriados dos lucros da empresa, nos termos da legislação societária e dos estatutos sociais da empresa.

Reserva de reavaliação

Constituída por valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado e valores contábeis de bens componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis.

Risco de liquidez

O risco de que a empresa encontre dificuldade em levantar fundos para atender aos compromissos relativos aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar da incapacidade em vender rapidamente um ativo financeiro por um preço próximo ao seu valor justo.

Risco de mercado

Um risco de preço. O risco de que o valor de um instrumento financeiro flutuará em consequência das alterações nos preços de mercado, sejam estas, causadas por fatores específicos de um determinado título ou de seu emissor, sejam por fatores que afetam todos os títulos negociados no mercado.

Risco de taxa de juros

Um risco de preço - O risco de que o valor de um instrumento financeiro flutuará em virtude de mudanças das taxas de juros do mercado.

Risco do fluxo de caixa

O risco de que os fluxos de caixa futuros, associados a um instrumento financeiro monetário, flutuem em valor.

Risco do preço

Há três tipos: o risco da moeda, o risco da taxa de juros e o risco de mercado. O termo "risco de preço" abrange não somente o potencial de perda, mas também o potencial de ganho.

Riscos relacionados com um ativo arrendado

Possibilidade de prejuízos resultantes de capacidade ociosa, obsoleta, tecnológica ou de variações no retorno do investimento devido às condições econômicas em processo de alteração.

S

Saldos ou transações intercompanhias

Saldos ou transações, entre:
a empresa matriz e as suas subsidiárias; e
uma subsidiária e a empresa matriz ou outras subsidiárias do grupo.

Sociedade de economia mista

É a sociedade em que o Estado participa como acionista majoritário, reservando a si o direito de nomear e demitir administradores.

Solvência

A disponibilidade de caixa no longo prazo para cumprir com as obrigações financeiras nos seus vencimentos.

Subsidiária

Uma empresa que é controlada por outra (conhecida como a matriz).

Subvenções

Recurso governamental (federal, estadual e municipal) concedido às empresas sob a forma de incentivo ou ajuda a setores econômicos ou regiões em cujo desenvolvimento haja interesse especial.

T

Taxa de câmbio

Taxa que permite converter custos definidos em moeda nacional para custos economicamente equivalentes em moeda estrangeira, e vice versa.

Taxa de fechamento

A taxa cambial entre duas moedas vigente na data do balanço.

Taxa de juros atribuídos

A mais claramente determinável entre as seguintes:

- . a taxa prevalecente para um título semelhante de um emitente com uma classificação semelhante de crédito ou
- . uma taxa de juros, que desconte o valor nominal do título ao preço de venda corrente das mercadorias ou serviços.

Taxa de juros de financiamento do arrendatário

A taxa de juros, que o arrendatário teria que pagar num arrendamento semelhante ou, se isto não for determinável, a taxa que, no começo do arrendamento, o arrendatário incorreria para tomar um empréstimo por um prazo semelhante e com uma garantia semelhante, para obter os fundos necessários para comprar o ativo.

Taxa de juros implícita no arrendamento

A taxa de desconto que, no começo do arrendamento, faz com que o valor presente total de pagamentos mínimos do arrendamento do ponto de vista do arrendador e do valor residual não garantido, seja igual ao valor justo do ativo arrendado, menos quaisquer subsídios ou créditos fiscais que o arrendador tenha a receber.

Taxa de retorno

É aquela que representa o retorno financeiro percentual de um investimento.

Taxa efetiva (ou real)

É aquela em que a unidade de tempo a que ela se refere coincide com a unidade de tempo dos períodos de capitalização.

Taxas anuais de depreciação

Percentuais para cálculo e contabilização das quotas periódicas de depreciação dos bens das permissionárias.

Taxas nominais

É a taxa em que a unidade de tempo que ela se refere não coincide com a unidade de tempo dos períodos de capitalização.

Títulos de investimentos

Títulos adquiridos e mantidos até o vencimento para obter rendimento ou para valorização.

Títulos negociáveis

Títulos que são adquiridos e mantidos com a intenção de revenda a curto prazo.

Transação de venda e retro-arrendamento (sale and leaseback)

A venda de um ativo pelo vendedor e o arrendamento do mesmo ativo para o vendedor. Os aluguéis e o preço de venda são usualmente interdependentes, por serem negociados como um pacote e não representam necessariamente o valor justo.

Transação em moeda estrangeira

Uma transação que é feita ou que exige liquidação em uma moeda estrangeira.

Transação entre partes relacionadas

Uma transferência de recursos ou obrigações entre partes relacionadas.

U

UEPS (LIFO)

Pressupõe-se que os itens do estoque que foram comprados ou produzidos em ultimo lugar são os primeiros a serem vendidos e, conseqüentemente, os itens remanescentes no estoque no fim do período foram primeiramente comprados ou produzidos.

União de interesses

Combinação de empresas na qual os acionistas/quotistas das empresas que se combinam unem o controle sobre o conjunto, ou praticamente o conjunto dos ativos líquidos e das operações, a fim de atingir urna participação mútua e contínua nos riscos e benefícios de correntes da nova entidade, de tal forma que nenhuma das partes possa ser identificada como adquirente.

**Valor atuarial presente dos benefícios de aposentadoria**

O valor presente dos pagamentos esperados por um plano de benefícios de aposentadoria aos empregados atuais e aposentados, atribuível aos serviços já prestados.

Valor de liquidação

O valor, não descontado, em dinheiro ou equivalente a dinheiro que se espera ter de pagar para satisfazer o passivo no curso normal das operações.

Valor depreciável

O custo de um ativo ou outro montante que substitua o valor de custo nas demonstrações contábeis, menos o valor residual do bem.

Valor do mercado

O montante que se pode obter com a venda, ou pagável na aquisição, de um instrumento (financeiro) em um mercado ativo.

Valor justo

O valor pelo qual um ativo pode ser permutado ou liquidado entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar numa transação sem favorecimentos.

Valor líquido realizável

O preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos custos estimados para completar o produto e menos os custos necessários a serem incorridos para efetuar a venda.

Valor presente

Estimativa do valor atual do fluxo de caixa líquido que se espera seja gerado pelo item, com base em uma determinada taxa de desconto.

Valor realizável

São os valores em dinheiro ou equivalentes à caixa que poderiam ser obtidos vendendo o ativo em uma venda feita ordenadamente.

Valor reavaliado de um ativo

O valor justo na data da reavaliação, menos a depreciação acumulada.

Valor recuperável

O montante que a empresa espera recuperar mediante o uso futuro de um ativo, inclusive o seu valor residual por ocasião da venda.

Valor residual

O montante líquido que a empresa espera obter por um ativo no fim de sua vida útil, depois de deduzir os custos esperados para vender o ativo.

Valor residual não garantido

A porção do valor residual do ativo arrendado (estimado no início do arrendamento), cuja realização pelo arrendador não está assegurada ou está garantida somente por uma parte relacionada ao arrendador.

Vida útil

É o período durante o qual se espera que um ativo depreciable seja utilizado pela empresa.

11. Abreviaturas

AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGO	Assembléia Geral Ordinária
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AVP	Ajuste a Valor Presente
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CCL	Capital Circulante Líquido
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comite de Pronunciamentos Contábeis
CRC - DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração de Fluxos de Caixa
DL	Decreto Lei
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EBITDA	Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBOVESPA	Índice Bovespa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGPM	Índice Geral de Preços do Mercado
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPU	Imposto Predial Urbano

ITU	Imposto Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IT	Interpretação Técnica
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MP	Medida Provisória
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
NPA	Normas e Procedimentos de Auditoria
NPC	Normas e Procedimentos de Contabilidade
NYSE	New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Prestação Anual de Contas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCLD	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
PIS	Programa de Integração Social
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
RIR	Regulamento Consolidado do Imposto de Renda
RIT	Relatório de Informações Trimestrais
ROA	Return on Assets (Retorno sobre o Ativo)
S.A.	Sociedade Anônima
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEP	Superintendencia de Relações com Empresas
SEST	Serviço Social do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SIC	Pronunciamento do comitê Permanente sobre Interpretações
SRF	Secretaria da Receita Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TA	Taxa de Amortização
TJLP	Taxa de Juros a Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
UFIR	Unidade Fiscal de Referência
USP	Universidade de São Paulo

12. Formulário para críticas e recomendações (modelo)

FORMULÁRIO PARA CRÍTICAS E RECOMENDAÇÕES
MANUAL DE CONTABILIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E
INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS

PARA:	sureg@antt.gov.br
DE:	(Nome da permissionária)
NOME:	(remetente)
DATA:	

TÓPICO:	(Seção do Manual)
REFERÊNCIA:	(número da página e item ao qual se refere. Ex. Instrução contábil (IC) 5.3.5 Estoques, item x, página xx)
TIPO:	Sugestões <input type="checkbox"/> Alterações <input type="checkbox"/> Inclusões <input type="checkbox"/> Dúvidas <input type="checkbox"/>
DESCRIÇÃO:	
FUNDAMENTAÇÃO:	
RESPOSTA ANTT	